

Impactos Económicos da Atividade Turística na Economia Regional*

António Manuel Martins de Almeida

2023

*Contributos para a compreensão da problemática o desenvolvimento turístico, com base no plano de lição, apresentado à Universidade dos Açores, para efeitos de obtenção do título de Agregado, em 2022

ISBN: 978-989-8805-92-8

O texto que se segue corresponde ao plano de lição, apresentado à Universidade dos Açores para a obtenção do título de Agregado, em cumprimento do disposto na alínea c) do artigo 5º do Decreto-Lei 239/2007, de 19 de Junho.

Dada a relativa falta de textos e análises que versam sobre a economia da Região Autónoma da Madeira, julgo que a análise empreendida oferece dados de análise de interesse sobre a importância do fenómeno turístico.

O tema selecionado para a lição enquadra-se no ponto “Turismo e desenvolvimento Regional” englobado no âmbito do capítulo “Outras determinantes do desenvolvimento regional”. O tema em questão é também lecionado no âmbito da UC de Economia e Territórios Turísticos da Licenciatura em Direção e Gestão Hoteleira. Alguns dos dados e informações pertinentes são também lecionados no âmbito da UC de Regiões e Turismo, no Mestrado em Estudos Locais e Regionais.

Dado que o texto em consideração resulta sobretudo da Lição desenvolvida no contexto da agregação, no texto que se segue, o termo “Lição” é referido com frequência. Nota mais importante a ter em conta. A 2ª seção deste trabalho intitulada “2. Notas pedagógicas sobre a organização formal do texto” afasta-se do objetivo deste trabalho, no que se refere à sua componente científica e comunicacional. Oferece, no entanto, um vislumbre, espero, das dificuldades com que se confronta um docente no momento de definir estratégias pedagógicas e de selecionar tópicos a lecionar. Mostra ainda que a transmissão de conhecimentos é afetada por inúmeras variáveis, que podem implicar optar-se por modelos mais casuísticos, muito longe do ideal.

O subcapítulo 3.2.1 (Considerações sobre a falta de sofisticação teórica) oferece também “dificuldades” de leitura, mas por razões diferentes. A produção de ciência implica a seleção de um background teórico que sustente a análise empreendida e o teste das hipóteses avançadas. Não basta uma análise descritiva, e a computação de cálculos estatísticos simples, mas explícitos e ilustrativos sobre o tema em consideração. Embora, do ponto de vista dos policy-makers, a informação de relevo refere-se ao sumário executivo. A abordagem científica não invalida a produção de informação credível, cientificamente coerente e rigorosa, assente em modelos económicos e econométricos sofisticados e em conceitos complexos, e ... relevante, ao ser transcrita para uma linguagem mais acessível do ponto de vista comunicacional e dos públicos a alcançar. Ver a propósito o estudo intitulado “Crescimento da Economia Portuguesa”¹, da lavra de um conjunto de professores da Universidade do Minho, com a “Associação Missão Crescimento” como a “Entidade Promotora”.

¹ <https://cip.org.pt/wp-content/uploads/2020/03/2019-crescimento-economia-portuguesa.pdf>

Índice

1. Introdução	5
1.1. Enquadramento da lição no contexto da UC de Economia Regional	5
1.2. Pertinência e relevância socioeconómica do tema	6
2. Notas pedagógicas sobre a organização formal do texto	8
2.1. Objetivos de aprendizagem e competências a desenvolver pelos alunos	8
2.2. Estratégias e metodologias de ensino/aprendizagem aplicadas	9
2.3. Bibliografia e outros recursos de suporte à aprendizagem	16
2.3.1. Leituras Recomendadas	17
2.3.2. Leituras Complementares para efeitos de formação	17
2.3.3. Exercícios práticos	18
3. Desenvolvimento dos conteúdos da Lição	18
3.1. Perspetiva internacional sobre os impactos económicos do turismo e diferenciação geográfica da relevância do setor.	19
3.2. Algumas notas teóricas de relevo relativas à relação turismo-desenvolvimento regional	31
3.2.1. Desenvolvimento turístico e desenvolvimento regional: algumas notas introdutórias	31
3.2.2. Desenvolvimento turístico no contexto do desenvolvimento sustentável	36
3.2.3. Compreendendo o desenvolvimento turístico do ponto de vista das RUPs	39
3.2.4. Desenvolvimento turístico e desenvolvimento local e rural	48
3.2.5. Desenvolvimento turístico e a TLGH	53
3.3. Otimização versus maximização. Planeamento e sustentabilidade.	55
3.4. Efeito multiplicador e otimização dos impactos a nível local. Linkages e leakages.	63
3.5. Turismo, exportações e Receitas Fiscais	75
3.6. Análise de dados estatísticos e Conta Satélite do Turismo	81
4. Conclusões e Considerações Finais	84
5. Referências Bibliográficas	86
Anexos	101

Índice de Quadros e Gráficos

Quadro 1: Distribuição do tempo de lecionação por tópico	16
Quadro 2: Share das macro-regiões 2019	23
Quadro 3: Peso do setor T&T (Viagens e Turismo) no PIB, Emprego e Exportações	24
Quadro 4: Evolução do peso do setor T&T no PIB 2019/2020	26
Quadro 5: Perdas do setor na RAM em 2020	28
Quadro 6: As hipóteses teóricas de Calero e Turner (2020)	34
Quadro 7: Fatores determinantes do crescimento económico no contexto das pequenas economias	38
Quadro 8: Políticas comunitárias com impacto no setor do turismo	40
Quadro 9: Taxas de crescimento médio de uma série de variáveis	58
Quadro 10: Distribuição dos Gastos por categoria de despesa	71
Quadro 11: Indicadores chave ao nível concelhio	73
Quadro 12: Contributo do setor T&T em Portugal e no Mundo	77
Quadro 13: Peso das “Viagens e Turismo” na exportação de serviços	79
Quadro 14: Números chave da Conta Satélite de Turismo da RAM	83
Quadro 15: Evolução das variáveis chave no período 1976-2019	101
Quadro 16: Grau de correlação bilateral entre variáveis chave	102
Quadro 16: Resultados do teste de raízes unitárias	105
Quadro 17: Teste de co-integração de Johansen $\ln\text{PIB}=f(\ln\text{Receitas Turísticas})$	106
Quadro 18: teste de co.integração de Johansen $\ln\text{PIB}=f(\ln\text{Receitas Turísticas})$	106
Quadro 19: Resultado do Bounds test	107
Quadro 20: Causalidade à Granger	107
Quadro 21: Teste de autocorrelação ARDL	109
Quadro 22: Resultados da análise LASSO	110
Figura 1: Importância e relevância do setor no contexto das SIDS	20
Figura 2: Importância do Turismo nos SIDS	21
Figura 3: Turismo e Objetivos de desenvolvimento sustentável	27
Figura 4: Efeito multiplicador	67
Figura 5: Ilustração do conceito de multiplicador.	67
Figura 6: Custos e Benefícios do setor	75
Figura 7: Impactos “sequenciais” do desenvolvimento turístico	76
Gráfico 1: Top-10 em termos de receitas Turísticas e Chegadas de Turistas	23
Gráfico 2: Evolução da dinâmica empresarial na periferia	69
Gráfico 3: Evolução Rácio Poder de Compra vs CAGR Hóspedes	72
Gráfico 4: Distribuição da Criação de Empresas por Concelho 2002-2019	74
Gráfico 5: Balança de viagens e Turismo em % do PIB	78
Gráfico 6: Exportações de serviços por tipo	78
Gráfico 7: Balança de Serviços	79
Gráfico 8: Distribuição dos consumos intermédios por categorias	84
Gráfico 9: Evolução do nº de Hóspedes	102
Gráfico 10: Evolução das variáveis expressas em números índices	103

1. Introdução

Este documento, intitulado “Impactos económicos do turismo”, refere-se a tópico lecionado no âmbito da Unidade Curricular (UC) de Economia Regional. No âmbito das provas de agregação o mesmo visava agregar e sistematizar a lógica subjacente às opções pedagógicas e organização dos conteúdos que presidiram ao planeamento do processo de ensino-aprendizagem, no contexto da UC em geral, e deste subtópico em particular. Numa vertente mais geral, científica, mas com preocupações de comunicação e divulgação, o mesmo visa oferecer um conjunto de abordagens e apreciações sobre a problemática em apreço.

A escolha do tópico está associada a duas razões chave. Trata-se de uma matéria relevante no contexto do programa da UC, e da economia regional, que salienta a questão da ultraperiferia e do impacto na mesma da dinâmica economia regional e nacional, no que se refere à opção “natural” pelo desenvolvimento turístico. Oferece ainda a oportunidade de integrar um vasto leque de conhecimentos analisados no decurso da UC, de interesse também para os estudiosos da realidade regional, nomeadamente no que concerne à realidade dos SIDS, estratégias de desenvolvimento e crescimento económico, e planeamento e políticas de desenvolvimento, assim como de aplicar ferramentas de análise, nomeadamente de índole estatística e econométrica.

O presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma. A 1ª seção aborda a relevância do setor do turismo no contexto da economia nacional e regional. A 2ª seção centra-se na questão da definição dos objetivos, estratégia pedagógica e avaliação, pelo que a mesma pode não ser relevante para quem pretenda uma visão mais científica. A 3ª seção e principal deste documento explora os conteúdos incluídos nesta seção. A 4ª seção tece algumas conclusões e considerações finais, com os anexos a incidirem sobre duas possibilidades econométricas de teste e ilustração dos conceitos desenvolvidos. Dado o público alvo original deste trabalho ter sido constituído por Professores Catedráticos, com vasta experiência e currículo na área da economia e/ou desenvolvimento regional, optou-se por um discurso mais “técnico”, o que vai de encontro (esperemos) a um público com mais interesse na componente científica, embora se saliente quais as conclusões e conceitos partilhados depois na prática com os alunos.

1.1-Enquadramento da lição no contexto da UC de Economia Regional

Existem razões de monta para a consideração do tópico no âmbito da análise das temáticas relativas à evolução da economia regional. O Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas, coordenado por José Silva Costa e Peter Nijkamp, e editado pela Editora Principia, dedica um capítulo à questão do link turismo e desenvolvimento regional, abordado sob o prisma do “desenvolvimento” sustentável. Mais, enquanto a UC de “Introdução ao Turismo”, onde o tópico é analisado numa perspetiva descritiva, oferece uma visão geral (e standard) da temática do turismo, a análise oferecida no âmbito desta UC oferece aos alunos a oportunidade de enquadrar o desenvolvimento turístico no contexto das particularidades das Small Islands Developing States (SIDS) e das economias insulares em geral, destacando ainda aspetos como o desenvolvimento turístico como elemento comum das políticas de desenvolvimento económico tradicionais das SIDS, em geral, e da Região Autónoma da Madeira (RAM), em particular. Um dos tópicos analisados no decurso da UC refere-se à caracterização da economia madeirense, análise que implicaria necessariamente discorrer sobre o tema do turismo. A temática do planeamento estratégico e a questão do desenvolvimento espacialmente equilibrado, questões da maior importância no contexto das regiões insulares, caracterizadas (literalmente) por falta de espaço para “erros”, podem ser

abordadas, ainda que marginalmente, no âmbito desta lição. Mais, a análise do tópico oferece a oportunidade de ilustrar de prática de conceitos como o multiplicador, linkages, leakages e clusters, questões facilmente esquecidas quando se “olham” para quantidades monetárias, com um foco nas oportunidades a explorar. A análise do tema socorre-se ainda do tratamento estatístico de dados, e de referências à legislação regional, nacional e comunitária, permitindo um contacto dos alunos com a produção estatística local e com a legislação em vigor, reforçando assim as suas competências analíticas nesta área. Os conteúdos abordados ao longo deste texto visam dotar os alunos de ferramentas e modelos de análise da relevância do turismo no contexto da economia regional, no intuito oferecer experiência no tratamento de séries estatísticas, cálculos de indicadores, redação de sínteses a propósito e contacto com a legislação regional, nacional e comunitária (Silva e Perna, 2009; Joseph e Krishnaswamy, 2010; Silva e Nijkamp, 2010; Fortuna e Maciel, 2020). Para o efeito é considerada a informação estatística disponibilizada pela Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM), mas também pela base de dados do PORDATA, sendo também ilustrado o acesso à Eurostat, nomeadamente à área de dados agrupada sob a designação de “Regions and cities”. Os alunos são ainda testados na interligação dos modelos de desenvolvimento regional com o tema turismo, questão da maior relevância dadas as dificuldades por vezes evidenciadas de transformar conceitos e conclusões em ferramentas de interpretação dos dados estatísticos e das opções de política económica.

1.2. Pertinência e relevância socioeconómica do tema

Uma análise da imprensa regional ilustra perfeitamente a importância do setor do turismo, tanto junto dos operadores económicos, como do público em geral. Considerando o Diário de Notícias da Madeira, o site indica 228 notícias relativas ao tópico turismo para o período de 1/1/2022 a 22/2/2022. A temática do turismo a nível regional abarca também a questão dos transportes, em especial do transporte aéreo. Um dos títulos chave da Edição do Diário de Notícias do dia 22/2/2022 era “Mau tempo deixa em terra mais de 8500 passageiros”².

De facto, a importância do setor é reconhecida a nível regional, nacional e comunitária. No site da Comissão Europeia pode ler-se que “o setor do Turismo é uma das principais atividades económicas da UE, com impactos abrangentes ao nível do crescimento económico, emprego e desenvolvimento social. O setor pode constituir uma força efetiva no combate ao declínio económico e desemprego”³. Ainda no site da Comissão Europeia é possível extrair a informação que se segue⁴. Considerando apenas os operadores tradicionais (alojamento, agências de viagens, serviços de turismo), ou seja, o setor em termos restritos, os registos indicam cerca de 2,3 milhões de empresas, principalmente pequenas e médias e empresas (PMEs), o que corresponde a cerca de 12,3 milhões de empregos. Dados relativos a 2018, mostram que o setor “travel and tourism”, contribuía de forma direta para 3,9% do PIB da UE, e para 5,1% da força de trabalho total, ou seja, para 11,9 milhões de empregos no total. Caso se considerem os efeitos diretos e indiretos, i.e., as ligações com outros setores de atividade económica, o peso em percentagem do emprego do setor do turismo é mais significativo: 10,3% do PIB e 11,7% do emprego, o que corresponde a 27,3 milhões de trabalhadores. Ou seja, a relevância socioeconómica do tema pode ser sumariada como “1€ em cada 10€, em termos de PIB” e “1 emprego em cada 9 empregos, em termos de emprego”. Obviamente que neste âmbito poderia

² Uma das prestações de serviço em que o autor deste relatório colaborou recentemente incidia exatamente sobre a questão do impacto da disrupção de voos devido a condições climáticas adversas no Aeroporto da Madeira.

³ Citado de https://ec.europa.eu/growth/sectors/tourism_en

⁴ Citado de <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/en/sheet/126/tourism>

ainda ser referido o papel de liderança da União Europeia (EU), com cerca de 50% do mercado em termos de chegadas, e um peso preponderante, em termos globais, em termos de receitas turísticas. Outra razão a ter em conta. As expectativas na fase pré-COVID para o crescimento do setor eram manifestamente animadoras, o que permitia antever uma lógica de continuidade em termos do crescimento do PIB da RAM (Collins, 2002; Song et al, 2012).

Relativamente a Portugal, refere o site do Turismo de Portugal que “o setor do turismo é a maior atividade económica exportadora do país, sendo responsável, em 2018, por 51,5% das exportações de serviços e por 18,6% das exportações totais, tendo as receitas turísticas registado um contributo de 8,2% no PIB português⁵”.

Num nível mais científico e académico, constata-se uma importância crescente da área do turismo no contexto da economia regional e do desenvolvimento regional e local (regional science) (Bailly et al, 2005; Lahr, 2009; Zekam et al, 2022; Xu et al, 2020; Dąbrowski et al, 2018; Calero e Turner, 2010; Merigó et al, 2020; Singh e Bashar, 2021; Liu e Chen, 2020; Lyócsa et al, 2020; Marrocu e Paci, 2014; Pratt, 2015; Rogerson, 2015; Stimson, 2016), e um número de crescente de conferências centradas no nexus turismo & desenvolvimento regional. A sub-temática dos impactos económicos do turismo ganhou espaço próprio no âmbito dos “journals” afetos à área do turismo (Brida et al, 2016).

Mesmo no âmbito da área da “regional science”, a importância do turismo é óbvia. O journal *Regional Studies* indica 855 referências (artigos) relativos ao tema turismo, no período de 1967 a 2022, o que evidencia a relativa importância do tópico turismo. Duas temáticas mais centrais para o *Regional Studies*, a saber agricultura e clusters, são identificadas 1497 e 1812 vezes. Das 855 referências a artigos, 239 correspondem ao período de 1967-1993, 246 ao período 1994-2010, e 370 ao período 2010 a 2022. Dividindo o número de referências indicadas no *Regional Studies*, com o número de anos englobado em cada período, obtemos o seguinte número anual médio de artigos com referência ao termo turismo, por sub-período: 1967-1993: 8,852; 1994-2009:15,375; 2010-2021:30,833. Constata-se, portanto, na prática um acréscimo ao longo do tempo de importância da temática.

Deve, no entanto, ser referido que o “turismo” enquanto área científica enfrenta alguns problemas de “legitimidade” (Cole, 2007; Ritchie et al, 2008; Réau, 2016; Merigó et al, 2020), explorados e analisados no anexo do relatório da disciplina, outros dos documentos necessários à obtenção do título de agregado. Neste momento, a pertinência e relevância do tema deriva da força dos números, em termos do contributo para o PIB e emprego e da importância crítica do setor nalgumas economias, como a madeirense e a Portuguesa. E em termos da academia, a formação da área deriva do número de alunos inscritos, em programas de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento.

A importância do tema também se pode considerar hoje pela negativa, i.é., do ponto de vista das populações residentes e/ou grupos de pressão, que adjetivam negativamente o desenvolvimento do setor do turismo. No momento, de releitura deste documento para efeitos de publicação do mesmo, “corria” a seguinte notícia⁶:

“Mass tourism protesters squirt water at Barcelona tourists. Thousands of people have been demonstrating against mass tourism in Barcelona. Footage filmed in the Spanish city over the weekend shows diners in popular tourist areas being squirted with water pistols and crowds of protesters chanting "tourists go home". The mayor of Barcelona recently pledged to eliminate short-term tourist lets in the city within five years.”

⁵ http://www.turismodeportugal.pt/pt/quem_somos/Organizacao/information-hub-mne/Paginas/turismo-em-portugal-factos-e-numeros.aspx

⁶ <https://www.bbc.com/news/videos/c0dm9w2ey7po>

2. Notas pedagógicas sobre a organização formal do texto

Esta seção inventaria os objetivos de aprendizagem e as competências a desenvolver pelos alunos quer numa lógica sumativa (de avaliação) quer numa lógica de desenvolvimento de competências (fora da sala de aula) valorizados no mercado de trabalho. Esta seção assegura também a identificação das estratégias e metodologias de ensino e aprendizagem e os recursos colocados à disposição dos alunos. Pelo que pode revestir-se de menor interesse para os leitores mais interessados na abordagem científica do tema. Por outro lado, para os menos experientes com as “lides” académicas e universitárias, e com a função de produção (na componente operacional) da formação ao nível do ensino superior, as notas que se seguem oferecem uma perspetiva com as limitações com que o docente se confronta.

2.1. Objetivos de aprendizagem e competências a desenvolver pelos alunos

Os objetivos de aprendizagem associados ao tema⁷ em questão são os seguintes:

1. Reconhecer a importância decisiva do setor do turismo enquanto gerador de emprego e rendimento, poder de compra e divisas (impacto sobre a balança de pagamentos), no contexto regional e nacional, com base em “números”;
2. Perceber a importância económica do setor em vários países, em especial nas economias insulares, onde constitui com frequência o único setor realmente competitivo, e assente em vantagens comparativas reais e sustentadas, ao contrário do que sucede com a administração pública; perceber a importância da conta satélite de turismo, compreender o conceito de multiplicador e conceitos de linkage e leakage, e a importância do setor do turismo em termos da criação de emprego;
2. Evidenciar a importância da planificação do desenvolvimento regional sob os auspícios do paradigma da sustentabilidade e das boas práticas de gestão pública, de forma a evitar a degradação do meio ambiente; associar o desenvolvimento do setor do turismo aos modelos de desenvolvimento regional mais relevantes no contexto da periferia;
3. Reconhecer a diferença entre otimização, numa perspetiva de médio e longo prazo, e maximização das oportunidades suscitadas pelo setor do turismo, numa lógica temporal mais restrita; reconhecer a este propósito a existência de limites naturais impostos quer pelos ecossistemas naturais quer pela qualidade de vida das populações e qualidade da experiência turística, assim como a co-existência no espaço público e mediático de visões antagónicas relativamente ao papel do turismo;
4. Ganhar experiência e competência no tratamento de dados estatísticos e modelização econométrica e no acesso e download de dados estatísticos; os alunos são treinados no acesso ao site da Direção Regional de Estatística, Pordata, INE e Eurostat, e na utilização de técnicas econométricas simples como a OLS;
5. Ganhar consciência relativamente à forte contestação social e política subjacente à expansão do setor do turismo, questão referida no ponto 3, e abordada sumariamente através do conceito de overtourism;
6. Ganhar experiência e agilidade na identificação de documentação relevante, e análise dos pontos chave, prioridades e princípios de base, em linha com o ponto 4.

⁷ Os conteúdos identificados nesta lição foram sistematizados tendo em conta a necessidade de operacionalizar a lecionação dos mesmos num período limitado de tempo, a saber 4 horas de contacto no total, dividido em duas horas afetas a uma aula teórica e 2 horas afetas a uma aula teórico-prática, incluindo a apresentação (ou chamada de atenção para) de relatórios veiculados pelas entidades oficiais, a análise de dados, comentários de notícias e análises na imprensa e resolução de exercícios, componente que inclui ainda a análise de dois artigos. A lecionação pressupõe o acesso dos alunos de PC para efeitos de utilização do Excel, SPSS e/ou STATA no tratamento de dados estatísticos

7. Numa perspetiva de desenvolvimento de competências, os alunos são aconselhados a apostar na “qualidade do serviço” em termos de tratamento de dados e análise da informação, empowerment, no desenvolvimento de capacidade ao nível do marketing relacional, no desenvolvimento da capacidade de trabalho em equipa, e no reconhecimento da importância dos critérios de sustentabilidade e da planificação e definição cientificamente validada da política de turismo; estes últimos aspetos dizem mais respeito à consciencialização do que ao desenvolvimento de competências práticas, embora os alunos sejam alertados para a necessidade de ganharem sensibilidade e conhecimentos para a temática da sustentabilidade e da responsabilidade social das empresas⁸.

No final da exposição, discussão e resolução de exercícios oferecidos aos alunos, os mesmos devem ser capazes de aceder a sites oficiais, descarregar dados estatísticas, efetuar operações simples (cálculos de percentagens, identificação de linhas de tendência) e complexas (modelos econométricos simples), no intuito de responder a questões “simples”. Devem ainda compreender a narrativa e objetivos chave subjacentes nos documentos oficiais. A temática oferece ainda espaço para discorrer sobre a questão do planeamento turístico e definição de políticas (Silva e Perna, 2010; Sharpley, 2003).

Portanto, as competências a desenvolver são as que se seguem.

1. Capacidade e prática de integração de conceitos, métodos e técnicas de análise, na área da economia e desenvolvimento regional que exercitem a capacidade de raciocinar e abordar a realidade económica, tendo em conta a especificidade espacial e regional;
2. Capacidade de contextualização e interpretação das notícias e decisões de política económica regional com os modelos teóricos e conceitos chave na área da economia do turismo;
3. Capacidades de análise de dados estatísticos publicados pelos sites oficiais para efeitos de redação de sínteses e/ou produção de relatórios.

2.2. Estratégias e metodologias de ensino/aprendizagem aplicadas

Em linha com a prática na Uma, o tempo de contacto de 4 horas é distribuído em 2 horas relativas a aula teórica e 2 horas relativa à componente teórico-prática. Numa vertente mais “abstrata”, o tempo de trabalho com os alunos comporta tanto uma componente de sala de aula (relativo às 2 horas teóricas e 2 horas teórico-práticas), como uma componente de estudo autónomo, que inclui a revisão dos conteúdos, leitura dos slides das aulas teóricas e bibliografia recomendada, e realização de trabalhos de grupo (quando a avaliação comporta a realização de trabalhos de grupo) e exercícios práticos propostos. A componente de contacto direto, que inclui a sessão teórica e a sessão teórico-prática, utiliza o método expositivo, mas também a análise de casos de estudos, a discussão de notícias e relatórios e a resolução de problemas, tendo em conta as observações tecidas abaixo sobre as preocupações pedagógicas subjacentes à lecionação do tema. De forma

⁸ No final da exposição, discussão e resolução de exercícios oferecidos aos alunos, os mesmos devem ser capazes de aceder a sites oficiais, descarregar dados estatísticas, efetuar operações simples (cálculos de percentagens, identificação de linhas de tendência) e complexas (modelos econométricos simples), no intuito de responder a questões “simples”. Devem ainda compreender a narrativa e objetivos chave subjacentes nos documentos oficiais. A temática oferece ainda espaço para discorrer sobre a questão do planeamento turístico e definição de políticas (Silva e Perna, 2010; Sharpley, 2003).

Portanto, as competências a desenvolver são as que se seguem.

1. Capacidade e prática de integração de conceitos, métodos e técnicas de análise, na área da economia e desenvolvimento regional que exercitem a capacidade de raciocinar e abordar a realidade económica, tendo em conta a especificidade espacial e regional;
2. Capacidade de contextualização e interpretação das notícias e decisões de política económica regional com os modelos teóricos e conceitos chave na área da economia do turismo;
3. Capacidades de análise de dados estatísticos publicados pelos sites oficiais para efeitos de redação de sínteses e/ou produção de relatórios.

crecente, a exposição de conteúdos de índole mais teórica, é intercalada com a resolução de exercícios, ou com sessões de reflexão e debate, e análise de dados, devido às crescentes dificuldades de “concentração” evidenciadas pelos alunos (Aynalem et al, 2015; Yang et al, 2021; Uus e tal, 2020).

A “aula” magistral encontra, de facto, dificuldades crescentes de sobrevivência, por várias razões, entre as quais as dificuldades de “concentração” identificadas acima (Aynalem et al, 2015). Em decorrência, e em apoio da exposição e no intuito de animar as sessões teóricas que terão necessariamente de incluir uma forte componente de exposição, recorre-se à visualização de vídeos e/ou ilustração de casos práticos e reais de relevo, visando ilustrar e concretizar a problemática. O tratamento de dados estatísticos, e a discussão dos resultados complementa a análise. No contexto dos trabalhos de grupo, quando a avaliação prevê a realização de trabalhos de grupo, os alunos podem testar várias das ferramentas de análise de dados abordadas ao longo do semestre. Os alunos são incentivados a complementar a sua formação testando os conteúdos aportados no decurso da UC de Econometria. Os alunos são ainda incentivados a completar as aprendizagens, estando atentos à comunicação social⁹.

Conforme referido acima, “aula” magistral encontra-se sob pressão, o que implica identificar alternativas e a respetiva fundamentação. Neste âmbito faz sentido identificar algumas considerações de ordem pedagógica que presidem aos objetivos e distribuição do tempo de lecionação e à identificação dos métodos de ensino-aprendizagem. A ideia básica que preside à organização da lição é a de contribuir para o reforço do nível de capital humano dos alunos, no intuito do desenvolvimento de high-order capabilities (nomeadamente capacidade de aprendizagem autónoma e adaptação a contextos diversos com base numa capacidade de análise lógica-científica robusta), visando a facilitação de entrada no mercado de trabalho (com base em competências como a literacia numérica) e a capacidade de ajustamento à evolução do mesmo. Outro dos objetivos consiste em fomentar a capacidade de aprendizagem autónoma, dado que os alunos que optem pela inserção no mercado de trabalho regional serão obrigados, em muitos casos, a trabalhar no contexto de micro e PMEs, onde as expectativas relativamente aos colaboradores com licenciatura tendem a ser elevadas, em termos do leque de tarefas a desempenhar (gestão operacional do dia a dia, gestão financeira e operações bancárias, contabilidade, recursos humanos, etc). Portanto, a formação deve permitir aumentar o grau de empregabilidade dos alunos, reforçar a sua capacidade de pensar criticamente, planear e exercitar a sua capacidade de autorreflexão e assegurar o seu desenvolvimento profissional, num contexto em que a gestão do conhecimento assume uma importância crítica. Noutros casos, a evolução profissional subentende a matrícula num mestrado numa Universidade Continental, o que implica o desenvolvimento de capacidade analíticas de relevo.

No caso dos alunos a trabalhar no setor do turismo, o desenvolvimento de uma “atitude multidisciplinar” e uma perspetiva de longo prazo em termos de gestão da carreira é fundamental, dadas as particularidades do setor, com poucos “lugares” de topo disponíveis (Cheng, 2015). Assim como o desenvolvimento de competências sociais e comunicacionais e de uma forte bagagem em termos de cultura geral. Dado ainda se sentir uma falta de profissionais qualificados nesta área, um dos objetivos desta lição é o de os sensibilizar para a importância da área em termos de oportunidades de emprego. Obviamente que no âmbito desta UC os objetivos pedagógicos ficam limitados à formação geral, com questões de formação e prática específica a receber atenção limitada,

⁹ Em termos de avaliação, conforme referido no dossier da disciplina, a mesma assume quer o formato de 2 frequências, com peso de 50% cada, quer o formato “uma frequência (com peso de 50%) e um trabalho de grupo (com peso de 50%), com o modelo final ditada, numa base anual, tendo em conta questões práticas, como o número de alunos inscritos na UC.

embora se acredite que a experiência ganha no tratamento de séries estatísticas, e na utilização do excel e STATA oferecem competências uteis e um “competitive edge” face a alunos formados noutras áreas. Trata-se ainda de competências de espectro largo, aplicáveis numa série funções de direção, planeamento, finanças e contabilidade.

Em suma, a lição orienta-se pelo objetivo de ser consistente e rigorosa do ponto de vista científico e académico, “inovadora” (face à aula magistral) em termos das fontes de informação e pontos de vista, prática (com recurso ao tratamento de dados estatísticos), e comunicacionalmente atrativa (na medida do possível!). Collins (2002) refere a importância das competências comunicacionais do docente, na capacidade de atração, motivação e entretenimento dos alunos, como mais importantes do que a qualidade do currículo e dos conteúdos, questão que nos encaminha para os métodos de ensino e aprendizagem e para questões qualitativas (e incontroláveis) como a “presença” e o “carisma” do docente (Luka e Donina, 2012).¹⁰¹¹

Numa vertente mais prática, importa referir que a questão dos métodos de ensino-aprendizagem é relativamente complexa, devido à falta de formação inicial e periódica em questões pedagógicas, a que se soma a falta de up-dates e “pontos de situação” sobre os resultados globais, por curso e por anos, das médias dos “Questionários”. Muita da “informação” resulta das opiniões dos alunos expressos nas aulas sobre a validade (ou não) de determinado método de ensino, quando inquiridos diretamente para o efeito, ou de “notas avulsas” sobre a prestação do docente X, notas essas que permitem inferir sobre as preferências e méritos e deméritos de diferentes métodos de ensino.

A questão dos métodos de Ensino ao nível do Ensino Superior encerra, portanto, um grau de complexidade assinalável. Por exemplo, e relativamente à área do turismo, Collins (2002, 152) referia e cite-se do original que “at a national and, frequently, international level, THM [Tourism and Hotel Management] education has evolved in a heterogenous and an ad hoc manner, with limited linkages to the real or perceived needs of the THM industry”. Não é objetivo desta lição discorrer de forma alargada sobre a questão. Contudo, julgo da maior importância ter em conta alguns aspetos práticos sobre a questão, até pelo elemento de contágio que encerra um cenário de desmotivação e apatia na sala de aula. Outra razão resulta do facto de ter desempenhado funções de Diretor de Curso durante anos, funções que alertaram para a questão da qualidade (mais precisamente, falta de) pedagógica, e para o impacto negativo junto dos alunos, em termos de motivação e expectativas defraudadas, assim como para as dificuldades subjacentes ao transmitir as preocupações dos alunos junto dos docentes menos “sensibilizados” para as questões pedagógicas.

As linhas que se seguem, sobre alguns aspetos tidos na seleção de conteúdos e prática pedagógica, baseiam-se na análise dos textos de Cladera et al (2021), O’Connor (2021), Aynalem et al (2015), Collins (2002), Sigala (2021), Lew e Saville (2021), Zhang e Ramse (2021), Wagner (2017), Ojo et al (2019), Luka e Donina (2012), Chu (2018) e Ray (2018). Cladera et al (2021) referem as competências na área de análise de dados como fundamentais, em especial para os alunos de turismo, questão também crítica no caso dos alunos de economia e gestão. Permitam que relembre que a UC em análise é lecionada

¹⁰ A consideração chave para a inclusão desta secção resulta do facto de considerar relevante a informação providenciada pelos inquéritos aos alunos¹⁰, sobretudo na seção comentários, onde algumas lacunas evidentes são objeto de identificação e crítica por parte dos alunos, podendo ser consideradas, avaliadas no seu mérito, e corrigidas no próximo semestre. No que me diz respeito, a grande maioria dos comentários são positivos, com algumas críticas pontuais no passado, devidamente tidas em conta, com alguns casos (percentualmente insignificantes) de classificação “1”, compreensíveis, creio, caso se considerem “incidentes” que resultam da impossibilidade de atender a pedidos “especiais” de alteração de datas de testes, sem o devido suporte legal/regulamentar, ou classificações abaixo das expectativas do aluno.

¹¹ Os inquéritos aos alunos traduz-se no caso da Uma, numa classificação qualitativa da avaliação da performance docente de “Muito Mau” (1) a “Muito Bom” (5) com impactos na avaliação docente trienal, e por conseguinte na progressão horizontal na carreira.

também a alunos de Gestão, com um background mais reduzido na área da estatística/métodos quantitativos e sem formação formal em econometria. Com a profusão de dados estatísticos e big data, a importância da formação científica e técnica, e da literacia numérica e estatística é óbvia. Assim como a crescente interligação entre a TICs (via Bases de Dados online, dados em tempo real, soluções smart, etc), a Matemática e a Estatística (Collins, 2002). A gestão baseia-se cada vez mais em data analysis e na gestão de grandes volumes de dados, segmentação de mercados, identificação de linhas de tendência, etc, via plataformas online. Neste cenário, a relutância no contacto com a área da Estatística/Métodos Quantitativos, coloca os alunos em desvantagem, e reforça o alerta de Gibbs (2010) acerca da “crise de numeracia” nas ciências sociais. E dado que as vozes do setor empresarial não devem ser esquecidas, (Luka e Donina, 2021; Liang, 2021), o desenvolvimento de competências numéricas deve ser uma prioridade, assim como programas e competências que reflitam uma visão realista das necessidades das empresas.

Cladera et al (2021) mostram ser necessário motivar os alunos via controlo da ansiedade, reforço do autoconfiança e identificação do valor da numeracia estatística e dos métodos quantitativos. Nesta UC, e no contexto desta lição, aos alunos são motivados a trabalhar com dados reais, com base no Excel, SPSS e Stata, sendo alertados que o curso oferece a altura ideal para “errarem”, sem consequências de maior, e testarem a falta de prática numa série de áreas, como em métodos e organização de trabalho, dado que a tolerância ao erro num contexto real, num posto de trabalho, pode ser nula. Dado o envolvimento do docente da UC em prestações de serviços, os alunos são com frequência convidados a resolver problemas práticos, com que o docente se confronta ou confrontou¹².

O’Connor (2021) e Sigala (2021) sugerem que o COVID oferece(u) o momento ideal para repensar métodos e soluções, dado o recurso maciço ao online, independentemente da prática e das atitudes e opiniões de alunos e professores sobre a matéria. Tendo em conta as lições aprendidas com o COVID, os autores identificados atrás consideram que a “prática letiva” deve permitir além do reforço da capacidade científica dos alunos, o reforço da componente comportamental, emocional e de envolvimento cognitivo, nomeadamente para refletirem sobre a sua reação ao “inesperado”. Aynaem et al (2015) apontam no mesmo sentido. Dado que o envolvimento ativo favorece a aprendizagem, os alunos devem aprender a “lutar” com as dificuldades da aprendizagem ativa e autónoma. O’Connor (2021, 2) refere, e cite-se do original, que no contexto do século XXI “the curriculum of educational institutions is oriented to create productive, creative, innovative, and effective generations through the integration of attitudes, abilities and knowledge with life skills”. O autor refere ainda que o acesso, avaliação e processamento de informação, via diversas fontes de informação, constitui uma experiência fundamental e crítica nos tempos incertos à frente.

Aynaem et al (2015) apoiam o envolvimento ativo dos estudantes, considerando que a participação dos mesmos no processo de decisão relativamente aos métodos de ensino deve ser encorajada, dado que ao existir naturalmente um método preferido (ou um ranking de métodos) por parte dos alunos, a ocorrência de um match entre as preferências dos alunos e o método selecionado pelo docente oferece vantagens óbvias. Embora o

¹² Um exercício proposto aos alunos recentemente consistiu em utilizar o ficheiro Excel intitulado “Série Retrospectiva das Estatísticas da Agricultura e Pesca (1976-2020)” para calcular a preços constantes de 2019, o valor do pescado registado nas docas da RAM, construindo para o efeito um serie para o deflator com base na taxa de inflação. Para o efeito foi disponibilizado ficheiro aos alunos relativo à taxa de inflação anual registada na RAM. Com base nos cálculos efetuados, o exercício implica ainda registar a evolução do valor das capturas de atum, no total do valor do pescado. O ficheiro pode ser acedido em: <https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/economica/agricultura-floresta-e-pesca/prod-veg-prd-animal-pesca-pt/prod-vegetal-serie-pt/estatisticasanuais-serie-longa-pt.html>

método expositivo seja incontornável, em parte da aula, e no que se refere a alguns tópicos relativamente aos quais a transmissão de conhecimento por parte do docente é fundamental, costume perguntar aos alunos sobre a evolução do processo de ensino-aprendizagem, solicitar a opinião dos mesmos, explicar a abordagem selecionada e o porquê (Ojo et al, 2019). Obviamente que um match entre o learning style preferido dos alunos e a prática na sala de aula leva a incrementos no grau de satisfação, produtividade e performance e criatividade (Ojo et al, 2019 Luka e Donina, 2012). Contudo, a abordagem de Aynalem et al (2015) implica condições ideais, por exemplo em termos de domínio prévio de conhecimentos chave, nomeadamente em termos de língua inglesa e software estatístico, condições raramente encontradas na prática. Pelo que se impõe um compromisso e variações de ano para ano, tendo em conta o background e capacidades dos alunos constatados em cada ano letivo em concreto.

Não restam dúvidas, tal como referido por Ray (2018), que o método expositivo e passivo, baseado na partilha de slides e sebatas, e na assistência às aulas, tem de ser em parte substituído por abordagens mais ativas, que potenciem a resolução de problemas reais e o pensamento crítico. Ray (2018) considera que os alunos devem ser testados no tratamento de situações reais ou realistas, em linha com os problemas experimentados pelos decisores políticos¹³, como explica o autor na nota de rodapé.

Outra questão a ter em conta. Collins (2002), Luka e Donina (2012) e Wagner (2017) alertam para a necessidade de se apostar na “general education” no âmbito da lecionação do turismo, quesito obvio no contexto de algumas UCs, como Economia Portuguesa e Europeia, questão também salientada por Lew e Saville (2021) no caso da economia em geral. No mesmo sentido, Wagner (2017) salienta a importância de juntar ao ensino de economia tradicional a questão da matemática/estatística, mas também das humanidades e das abordagens qualitativas, que devem ser vistas como complementares e não como substitutas. Na prática e como base em Reis (2005) e Butler (2000) os alunos são alertados para a necessidade de considerarem um horizonte temporal/espacial alargado, para compreenderem determinadas dinâmicas.

¹³ Refere Ray (2008, 2): “Cases are narrative accounts of real situations or realistic simulations in which policymakers are required to make important economic decisions. Cases supply students with information and invite them to analyze the situation and provide a solution. A ‘Case’ is not an example, nor is it an empirical study. It rather unfolds confusing complexity through a series of events and involves a serious decision-making process. A case-method has three essential components: the description of the situation, the students’ preparation for the case and the discussion of the case in the classroom for a possible solution. Cases are not the same thing as ‘case-studies’ because the latter does not explicitly lay down analytical methods and techniques to reach a conclusion nor do they try to evaluate the quality of any policy implications. The teacher can prepare cases from sources like newspaper articles, cartoons, radio stories, or directly from any published source like magazines and videos broadcasted on television or social media. Effective cases are usually based on more recent events but they can also be created from past or distant past events. Cases are an excellent way of motivating the students to address specific pedagogical issues and to develop higher-order skills as the students do the work rather than sit and listen to the teacher explaining economic principles to solve problems. In a ‘Case’, students find themselves in the middle of an economic problem. They have to think hard about the economic theorems, principles, models that can be applied to analyze the problem and then come up with possible solutions. Sometimes the students are assigned roles to play to be fully immersed into the case environment. Rigorous discussions and fierce debates among the players may result in a convincing solution to the Case. Learning economics using ‘Cases’ may be similar to the experience of ‘Problem-based learning’ but there is a significant difference. In the latter method, the students are able to come up with one specific correct response based on the assumptions provided in the problem, whereas, in ‘cases’ there is no right or wrong answer. Depending on the rigor of the ‘case’, the students may apply several alternative economic theories to suggest alternative policies and their associated implications. The instructor’s role in both the scenarios, however, remain as a conductor or facilitator – guiding the students in their role-play and probing them with questions leading to fruitful discussions and solutions.”

Outro aspeto referido por Collins (2002) refere-se às vantagens de treinar os alunos na “observação, gestão e controlo”, questão relevante no setor do turismo, mas também relevante na economia, na análise de temas, dados e informação em tempo real. Neste sentido, iniciativas (exercícios práticos) que liguem a realidade imediata (ex. notícia/decisão tomada na véspera em determinada área) à formação em sala de aula, testa os alunos na tomada de decisão consistente e fiável, infunde autoconfiança e simultaneamente humildade, mas também uma atitude “empreendedora” na busca de soluções e rapidez na identificação dessas mesmas soluções (Wagner, 2017). Permite também evitar excessos de auto-confiança. Como refere Collins (2002, 159), por vezes os alunos são caracterizados por “know-it-all condescending attitude”, ao mesmo tempo que lhes falta a energia para trabalhar num contexto laboral frenético, e a experiência de vida para manter a calma em cenários extremos, e paciência para estudar diferentes modelos e potenciais soluções. A análise de Collins (2002) salienta a necessidade de “misturar” vários métodos de ensino, e contextos de aprendizagem, e até de “sobrecarregar” os alunos com várias dead-lines próximas.

Conforme já referido, O’Connor (2021), Sigala (2021) e Zhang e Ramse (2021) referem que o COVID oferece a oportunidade de refletir sobre os problemas que têm vindo a afetar o ensino-aprendizagem, conforme indicado acima, e que por motivos de “agenda” foram sendo adiados. Dado que a pandemia obrigou a parar, repensar e “agir” sobre pressão, a narrativa do problema de agenda perde “validade”. De acordo com Sigala (2021), a crise implica treinar os alunos em atitudes, comportamentos e capacidades cognitivas compatíveis com a resiliência, criatividade-inovação, skills comunicacionais, literacia tecnológica, matemática e estatística, trabalho à distância, liderança e team-work. Os alunos devem ainda ser alertados para o que Sigala (2021, 921) chama de “algorithmic capitalism”, e para pensar, enquadrar e resolver problemas, neste contexto de incerteza e quase determinismo algorítmico. No contexto desta UC, uma das experiências mais formadoras consiste em considerar um artigo da semana (de uma das seguintes fontes, a saber, “Expresso”, “The Economist”, “BBC”, “The Guardian”, etc.) treinando os alunos na identificação da questão-chave, contextualização, identificação de conceitos teorias ou tópicos potencialmente explicativos do problema, mais listagem de medidas de política económica chave, reações prováveis do público, impacto eleitoral das medidas, etc.

Zhang e Ramse (2021) consideram que o COVID oferece(u) a oportunidade ideal para tratar de forma consistente e complexa, mas “apaixonada”, temas “quentes” como a “falta de papel higiénico” ou de “mascaras”, lay-offs, taxas de desemprego históricas, e estímulos governamentais. As razões avançadas por Zhang e Ramse (2021, 2) referem que se trata de problemas reais e tangíveis, “palpáveis” e sentidos e “comentados” por toda a gente”, na vida diária, ou seja, trata-se de experiências imersivas, pelo que a sua utilização como pontos de partida para explicar um tema ou introduzir princípios económicos, via, e cite-se do original, “multiple perspectives, situated learning, and transfer”. Trata-se ainda de eventos únicos e históricos para a maioria dos alunos, o que atrai a atenção dos mesmos. O escrutínio exercido pela sociedade, dos quais os alunos tomam conhecimento, e o interesse em comentar, mais a perceção de se tratarem de temas “importantes” motiva os alunos a aprender. Ensinar nestas condições oferece a oportunidade de oferecer experiências memoráveis (Wagner, 2017).

Numa linha similar, Lew e Saville (2021) mostram a importância de treinar os alunos para a complexidade e mudança da paisagem económica global (Reichenberger e Raymond, 2021). Os autores analisam questões pertinentes no contexto da lecionação de tópicos de “finanças” e “decisões de investimento”. Para além das questões técnico-científicas e princípios económicos propriamente ditos, fáceis de explicar, os autores mostram a

importância de salientar a questão dos “black swans”, i.é., dos acontecimentos inesperados e traumáticos, e das vantagens da simulação de problemas e soluções associadas à necessidade de oferecer uma “general education” na área da economia nas seguintes áreas: questão da incerteza e risco; pobreza e desigualdade; impacto das decisões de investimento; enviesamento no processo de tomada de decisão por razões pessoais e de agenda política; excesso de confiança; “superficial or first-level thinking” e “gambling fallacies”, ganância e inveja, etc (Lew e Saville, 2021, 2).

Para além de treinar os alunos a pensar como um economista (Ray, 2018), os mesmos devem ter a capacidade para pensar como um economista “sensato”, “culto” e “contextualmente” (politicamente, socialmente, historicamente, racionalmente) consciente. Um dos “exercícios” propostos aos alunos com alguma frequência consiste em alertar para artigos no site da BBC na seção “Worklife”, “Travel” e “Future” sobre questões como a “ganância e inveja” no contexto do local de trabalho, não promoção apesar do mérito, ... a seleção dos temas atrás encerra uma componente probabilística dado que poderiam ter sido selecionados outros temas ..., impactos da cultura nacional nas tomadas de decisão económica e outros temas “fraturantes” a título individual, ou societal, fundamentais para compreender o processo de tomada de decisão por parte do Ministro das Finanças ou da Economia, dos países em análise, e para reforçar a inteligência moral dos alunos.

Em linha com Aynaem et al (2015), Lew e Saville (2021) e Sigala (2021) mostram as vantagens de selecionar métodos de ensino que impliquem simulações, casos de estudos e aprendizagem experimental (experiential learning), que permitam desenvolver quer a capacidade de reflexão, quer o pensamento abstrato. O objetivo, tendo em conta Luka e Donina (2012) é o de permitir uma “área de treino” para; pensar logicamente; identificar, avaliar, sintetizar e integrar informação; para comunicar e gerir idiosincrasias pessoais e relacionais no contexto de trabalhos de grupo e no contacto dos docentes, o que lhes permite mais tarde trabalhar em equipas multidisciplinares e ultrapassarem os limites da introspeção e timidez, e para ganharem “calo” em questões como o networking e a identificação dos atores-chave (fontes de poder) num contexto laboral; se habituarem à rotina laboral (subjacente à infundável monotonia da sucessão de tarefas repetitivas) e/ou à ocorrência de “picos de trabalho”; afirmarem uma atitude responsável, tolerante e empática; estimularem (na medida do possível) a criatividade e inovação; desenvolverem competências linguísticas (via leituras dos textos recomendados); e, tendo em conta o setor de atividade onde laboram, para rapidamente desenvolver conhecimentos e adaptarem as competências críticas aprendidas.

Luka e Donina (2012) salientam a necessidade de se olhar para as necessidades dos estudantes, que englobam quer uma componente result-oriented, relativa a objetivos de longo prazo, como a aprendizagem ao longo da vida e a empregabilidade quer uma componente “process-oriented”. No curto prazo, as preocupações chave dos alunos são do tipo “process-oriented”, relativas à sua gestão do tempo, sobreposição das datas dos testes, assistência (ou não às aulas) na véspera de um teste/frequência, resolução de exercícios, preparação para os testes, gestão das dinâmicas de grupo no caso de trabalhos de grupo, gestão da inclusão ou exclusão no sei de grupos de trabalho, contactos com docentes, revisão de provas, etc. A componente pedagógica e o contacto com os alunos devem ter em conta esta dimensão “prática” e organizacional do processo de ensino-aprendizagem, por exemplo ao marcar das datas dos testes.

Sigala (2021) salienta outro aspeto chave. A necessidade de ter em conta na lecionação aspetos como a evolução do número de alunos em primeira opção e o número de alunos matriculados. No caso em apreço, as condições de acesso ao curso de Economia que exigem exame em Matemática constituem questão relevante. Não faz parte das

preocupações formais do docente, a questão das condições de acesso. Agora não pode deixar de ser reconhecido que a economia constitui uma área “teórica” exigente por excelência (Ojo et al, 2019), com condições de acesso similares às dos cursos de Engenharia, e que alguns modelos/teorias (ex. modelo de Romer) surgem como complexos (Chu, 2018), o que exige capacidade pedagógica para transformar conceitos complexos em experiências de aprendizagem acessíveis (Chilli, 2013; Kunwar, 2019). Constata-se que na prática, muitos dos conceitos mais complexos são lecionados ao nível dos mestrados.

De boas intenções pedagógicas está a literatura cheia! Na prática, um docente tem de se preocupar com questões com menos glamour, tais como a distribuição do tempo pelos tópicos identificados como relevantes, pensar, redigir e resolver questões e exercícios, identificar e suprir lacunas em termos de conhecimentos chave, etc.¹⁴

Em termos de distribuição do tempo, a mesma tem em conta a distribuição da exposição

2.3. Bibliografia e outros recursos de suporte à aprendizagem

Esta subsecção lista as referências bibliográficas necessárias para apoiar os alunos no seu processo de aprendizagem. São indicados quer as leituras essenciais, quer as recomendadas, assim como os sites de relevo a serem consultados.

Tendo em conta a experiência letiva acumulada ao longo de 27 de exercício da profissão docente, e tendo os aspetos referido na descrição da UC, julgo a produção de slides relativamente detalhados como uma peça acessória, mas relevante, no processo de ensino aprendizagem. A UC exige o recurso a fontes diversas, extensas em termos de conteúdo e frequentemente em língua inglesa. Por esta razão, muita da informação chave constante das leituras obrigatórias/recomendadas consta dos slides, sendo os alunos convidados para complementarem o estudo, com recursos às fontes indicadas. Em conformidade com o alerta de Collins (2002), os alunos são alertados para a importância crítica do domínio da língua inglesa.

Outra ferramenta essencial é o caderno de exercícios e respetiva resolução. Trata-se de uma medida que contribui para canalizar a atenção dos alunos para a resolução da sala de aula e para a ativação do seu sentido crítico e para a acumulação de experiência na

¹⁴ Em termos de distribuição do tempo, a mesma tem em conta a distribuição da exposição e a resolução de exercícios, por um período de tempo que contempla 240 min, a que convém retirar cerca de 20-30 minutos para efeitos de intervalo/pausas, pelo que o tempo ao dispor comporta para todos os efeitos 210-220 min, ou seja (aprox.) 3,5 horas. Importa referir que a distribuição listada abaixo deve ser lida de forma indicativa, dado que o tempo alocado a cada item pode variar tendo em conta a progressão dos alunos e/ou questões que venham a ser levantadas. Importa ainda ter em conta que as aulas teórico-prática subentendem uma abordagem mista que combina a resolução de exercícios, análises de dados, e discussão de artigos com as características da aula tradicional teórica (de cátedra), caracterizada pela exposição dos conteúdos programáticos de acordo com uma ordem pré-estabelecida, definida por exemplo, nos manuais de estudo de referência.

A experiência tem vindo a demonstrar ao longo dos anos a necessidade crescente de interligar a exposição clássica, com a resolução de exercícios, de forma a manter a curiosidade e atenção por parte dos alunos, tendo também em conta as preocupações e objetivos identificados acima.

De forma geral, creio, os tópicos são lecionados na sua integralidade, os exercícios resolvidos, e as competências chave adquiridas.

Quadro 1: Distribuição do tempo de leção por tópico

Tema	Tempo afeto
3.1. Perspetiva internacional sobre os impactos económicos do turismo e diferenciação geográfica da relevância do setor	30 min
3.2. Algumas notas teóricas de relevo	30 min
3.3. Otimização versus maximização. Planeamento e sustentabilidade.	15 min
3.4. Efeito multiplicador e otimização dos impactos a nível local. Linkages e leakages.	30 min
3.5. Turismo, exportações e Receitas Fiscais	15 min
3.6. Análise de dados estatísticos e Conta Satélite do Turismo	30 min
Exercícios	60 min

Gostaria de terminar esta secção referindo que muitos dos comentários tecidos acima relativamente à problemática pedagógica são partilhados com os alunos no sentido de os incentivar a rentabilizarem e valorizarem o tempo (e o limitado stock de responsabilidades) que têm ao seu dispor, e sobretudo, a desenvolverem competências e “situational awareness”.

definição de heurísticas e procedimentos que permitam estruturar uma resposta quando confrontados com um problema. Procura-se evitar a “distração” associada à “tomada de notas”, momento em que a atenção se concentra no binómio quadro/caderno e não no raciocínio lógico subjacente à resolução do exercício. É também partilhado com os alunos frequências resolvidas de anos transatos, no sentido de mostrar que a preocupação deve residir na estruturação do raciocínio lógico-científico, na organização de trabalho e desenvolvimento de competências e não na concentração numa data/objetivo específica (data do teste/teste).

2.3.1. Leituras Obrigatórias/Recomendadas

As leituras consideradas obrigatórias para este tema constam da lista seguinte:

Butler, R., (2000), Issues and implications of tourism development in Maritime Regions, *Perspectivas de Desenvolvimento para as Regiões Marítimas*, in “Actas do VII Encontro Nacional da APDR”, 1, pg. 15-28

Fonseca, F., Ramos, R., (2007), Potenciar o Desenvolvimento Turístico a Partir de um Processo de Planeamento Estratégico de Marketing: o Caso de Almeida, *RPER*, (15), pg. 41–64

Fortuna, M., Maciel, R., (2020), O turismo na economia dos Açores: Do arranque do século XXI à pandemia de 2020, Edição Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico (CEEApIA), Faculdade de Economia e Gestão, Universidade dos Açores, Outubro 2020

García-Falcón, J., Medina-Muñoz, J., (1999), Sustainable tourism development in islands: a case study of Gran Canaria, *Business Strategy and the Environment*, 8, pg. 336–357

Goeldner, C., Ritchie, J. (2009), *Tourism: principles, practices, philosophies*, Hoboken, NJ: John Wiley & Sons,

Matias, A., (2007), *Economia do Turismo Teoria e Prática*, Instituto Piaget

Sharpley, R., (2003). Tourism, modernisation and development on the Island of Cyprus. Challenges and policy responses, in *Journal of Sustainable Tourism*, 11(2&3), pg. 246-265

Silva, J., Perna, F. (2009), Turismo e desenvolvimento auto-sustentado, *Compêndio de Economia Regional*. Volume I, teoria, prática, e políticas, Ed. José Silva Costa e Peter Nijkam, pg. 477-498

Importa referir que as leituras recomendadas podem ser enriquecidas, via artigos científicos e outros, conforme a dinâmica que se afirme na sala de aula, quer em termos de dúvidas e questões, quer em termos de temas e tópicos que ganhem preponderância mediática na semana em questão.

Ainda neste âmbito, e tendo em conta as referências aos modelos teóricos relevantes, alguns dos artigos relativos à Tourism-Led Growth Hypothesis (TLGH) são brevemente referenciados. Os artigos relativos à TLGH constam da listagem de bibliografia final.

2.3.2. Leituras Complementares para efeitos de formação

As leituras consideradas como recomendadas para este tema constam da lista seguinte:

Almeida, A., (2008), *ICT and sustainable development in an outermost region*, Unpublished PhD Thesis, University of Newcastle upon Tyne, 2008

Bardolet, E., Sheldon, P., (2008), Tourism in archipelagos: Hawai'i and the Balearics, *Annals of Tourism Research*, 35(4) pp. 900-23

Cunha, L., (2007), *Introdução ao Turismo*, Verbo, 2007

Hospers, G., (2003), Localisation in Europe's periphery: tourism development in Sardinia, in *European Planning Studies*, (11, 6) September 2003

Ismeri Europa (2011a), Growth Factors in the Outermost Regions, Final Report Vol. II, CONTRACT N°2009.CE.16.0.AT.101

Ismeri Europa (2011b), Growth Factors in the Outermost Regions, Final Report Vol. I, CONTRACT N°2009.CE.16.0.AT.101

Ismeri Europa (2011c), Factores de crescimento nas Regiões Ultraperiféricas, CONTRATO N° 2009.CE.16.0.AT.101

2.3.3. Exercícios práticos

Relativamente aos exercícios práticos, alguns exemplos dos mesmos contam das notas de rodapé, no momento da explicitação dos conteúdos propriamente ditos¹⁵. Importa referir que relativamente aos dados estatísticos publicados pela DREM, os mesmos são utilizados para efeitos de revisão dos conceitos de taxas de crescimento, cálculos de números índices, cálculos de valores monetários a preços constantes e econometria simples (ex. grau de correlação, OLS, etc).

3. Desenvolvimento dos conteúdos da Lição

Dada a importância do setor para a economia regional (e nacional), a seleção dos conteúdos teve em conta oferecer tanto uma perspetiva geral do setor como descrever com algum grau de detalhe alguns conceitos. Visa-se ainda formar os alunos na capacidade de interligar conceitos com fenómenos e tendências inultrapassáveis, no contexto de uma determinada estrutura económica. Dada a multiplicidade de potenciais temas, e as diferentes combinações possíveis, torna-se útil recorrer a um termo de referência, papel geralmente desempenhado por manuais de referência. Neste sentido, a listagem dos subtópicos abaixo baseia-se no *Compêndio de Economia Regional*. Volume I, teoria, prática, e políticas, de José Silva Costa e Peter Nijkam, mais precisamente no capítulo desenvolvido por Silva e Perna (2009), em Fortuna e Maciel (2020), Cunha (2007), relativamente ao capítulo 8, 301-397, Matias (2007) e Goeldner e Ritchie (2009), no que se refere ao capítulo 14, intitulado “Tourism's Economic Impacts”.

Tendo em conta as referências acima, os conceitos e temas analisados nesta lição reportam aos seguintes aspetos:

3.1. Perspetiva internacional sobre os impactos económicos do turismo e diferenciação geográfica da relevância do setor. Algumas notas introdutórias.

3.2. Algumas notas teóricas de relevo relativas à relação turismo-desenvolvimento regional.

¹⁵ O primeiro exercício constante do Caderno de Exercício é o seguinte:

“1- Considere o ficheiro Excel “Turismo1976-2019”. Considere a variável “I.2 - Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico por mês, segundo os anos”. Calcule a variação absoluta e a variação percentual para o período 1976-2019. Calcule ainda a taxa média de crescimento anual para a variável e para o período 1976-2019. Calcule ainda a taxa média de crescimento anual para cada uma das décadas em análise. Identifique qual a linha de tendência média para a variável “Estada média nos estabelecimentos hoteleiros” no período 1976-2019. Qual o valor da perda média anual em termos de dias, para o período em causa? Sintetize a informação obtida relativamente às duas variáveis em apreço. O objetivo do exercício reside na acumulação de experiência e eficiência na análise simples de dados através do cálculo de taxas de crescimento, valores médios, identificação de linhas de tendência e síntese da informação.”

3.3.Otimização versus maximização. Planeamento e sustentabilidade. Links com os modelos teóricos abordados.

3.4. Efeito multiplicador e otimização dos impactos a nível local. Linkages e leakages.

3.5 O impacto económico do turismo: turismo, exportações e receitas turísticas.

3.6 Análise de dados estatísticos e Conta Satélite do Turismo.

3.7 Conclusão

3.1. Perspetiva internacional sobre os impactos económicos do turismo e diferenciação geográfica da relevância do setor.

Esta secção destina-se a oferecer alguns elementos de contextualização da importância do setor do turismo. Um fator chave a salientar aos alunos refere-se ao facto do setor do turismo emergir como um dos setores exportadores chave, especialmente no contexto dos SIDS, assumindo também um papel chave no que respeita à criação de rendimento, emprego, divisas e receitas fiscais, na generalidade das regiões europeias (Sokhanvar, 2019; Roudi et al, 2018; Brida et al, 2015; Sinclair, 1998; Almeida, 2008). O impacto do setor em termos de emprego é fundamental nas economias modernas, incluído as economias mais desenvolvidas. Calcula-se, para 2018, que o setor Travel & Tourism (T&T) respondia por 300 milhões de empregos, ou seja, 1 em cada 10,8 empregos. O setor do turismo impacta o emprego via empregos diretos e indiretos, como se refere nas subsecções seguintes, mas a importância do mesmo é dramática nos SIDS, conceito introduzido e exemplificado nas aulas iniciais desta UC.

A Figura 1 ilustra a relevância do setor no contexto das SIDS, nas suas múltiplas vertentes; os valores surgem relativamente datados, mas sem perda de relevância, tendo em conta o ano de publicação da fonte considerada. A Figura 2 é suficientemente ilustrativa relativamente à dependência de algumas economias insulares do setor do turismo para efeitos de geração de emprego. De forma genérica, o setor do turismo é entendido como fator potenciador do crescimento económico, do equilíbrio da Balança de Pagamentos e na constituição de uma base fiscal alargada (Cortes-Jimenez e Pulina, 2010; Bilen et al, 2017; Bouzahzah e Menyari, 2013; Brida et al, 2016; Brida et al, 2015; Dritsakís, 2004; Gunduz e Hatemi-J, 2005; Lee e Chang, 2008; Narayan et al, 2010; Tang e Abosedra, 2014; Khoshnevis et al, 2017; Rame t al, 2018; Ridderstaat et al, 2014), análise validada por organizações internacionais como a WTTC e UNWTO.

Embora o peso do setor no contexto europeu seja inegável, o peso no contexto dos SIDS é muito maior, conforme se constata na Figura 2 abaixo. Uma das ilações a retirar desta análise é a de que em muitos contextos, a importância do setor do turismo resulta da falta de oportunidades viáveis noutros setores.

Um tópico que importa relembrar brevemente no início da exposição é o relativo às características chaves das pequenas economias insulares (Grydehøj e Kelman, 2020; Hernández-Martín, 2008; Armstrong et al, 1998; Brau et al, 2005; Easterly e Kraaay, 2000), e que se traduzem em aspetos tais como:

.a reduzida dimensão do mercado local, o que implica uma tendência “natural” para estruturas de mercado do tipo monopolístico, e/ou para a concentração da produção num número reduzido de produtos-chave;

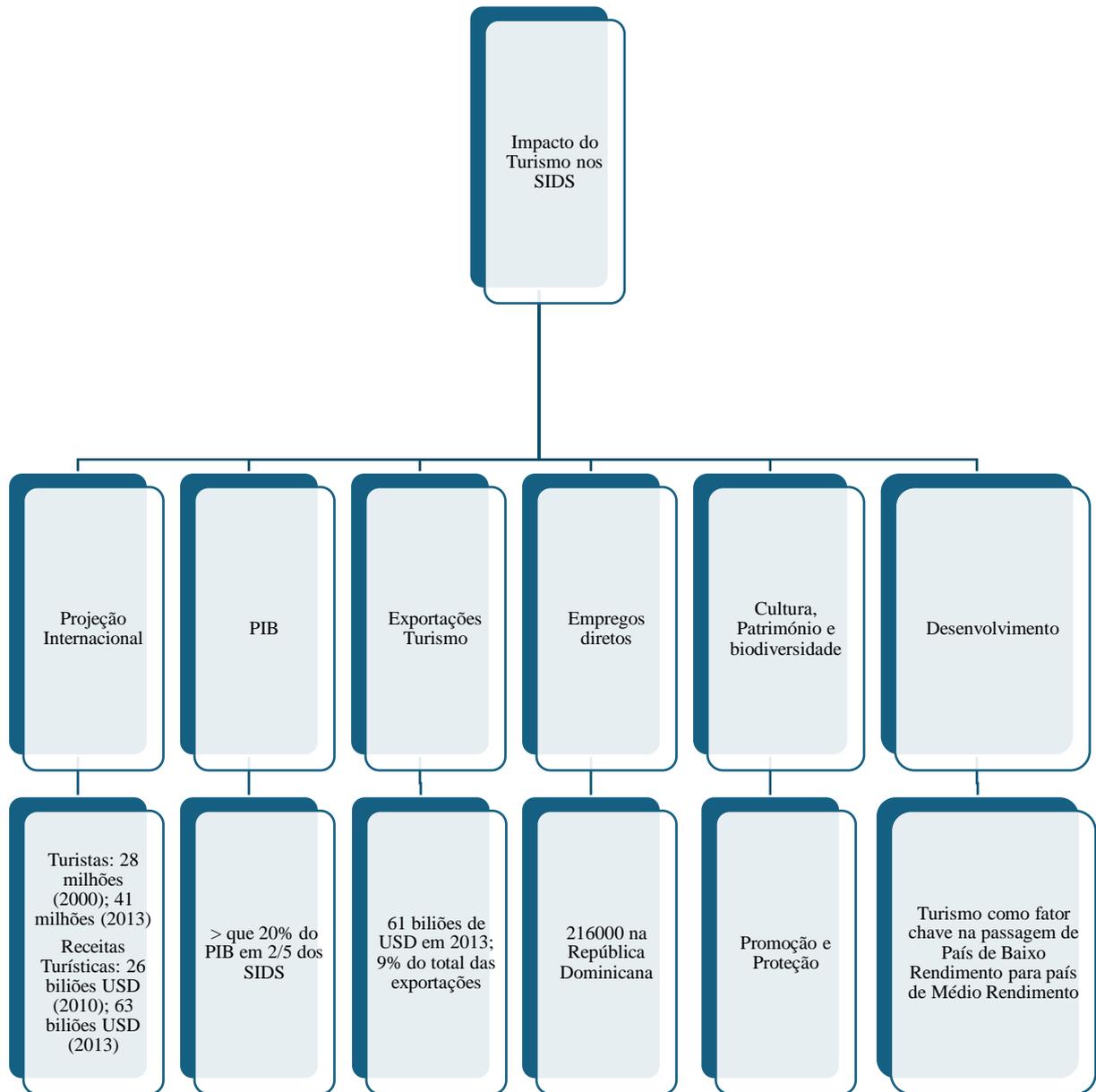
.a reduzida dimensão da base domestica de recursos, tanto em termos de recursos naturais como em mão de obra qualificada;

.os níveis (e diversidade) da produção reduzida, e capacidade (muito) limitada para apostar numa estratégia de diversificação ou na substituição de importações;

.a incapacidade para influenciar preços internacionais, dado o baixo volume de produção e a concorrência elevada, nomeadamente no setor do turismo;

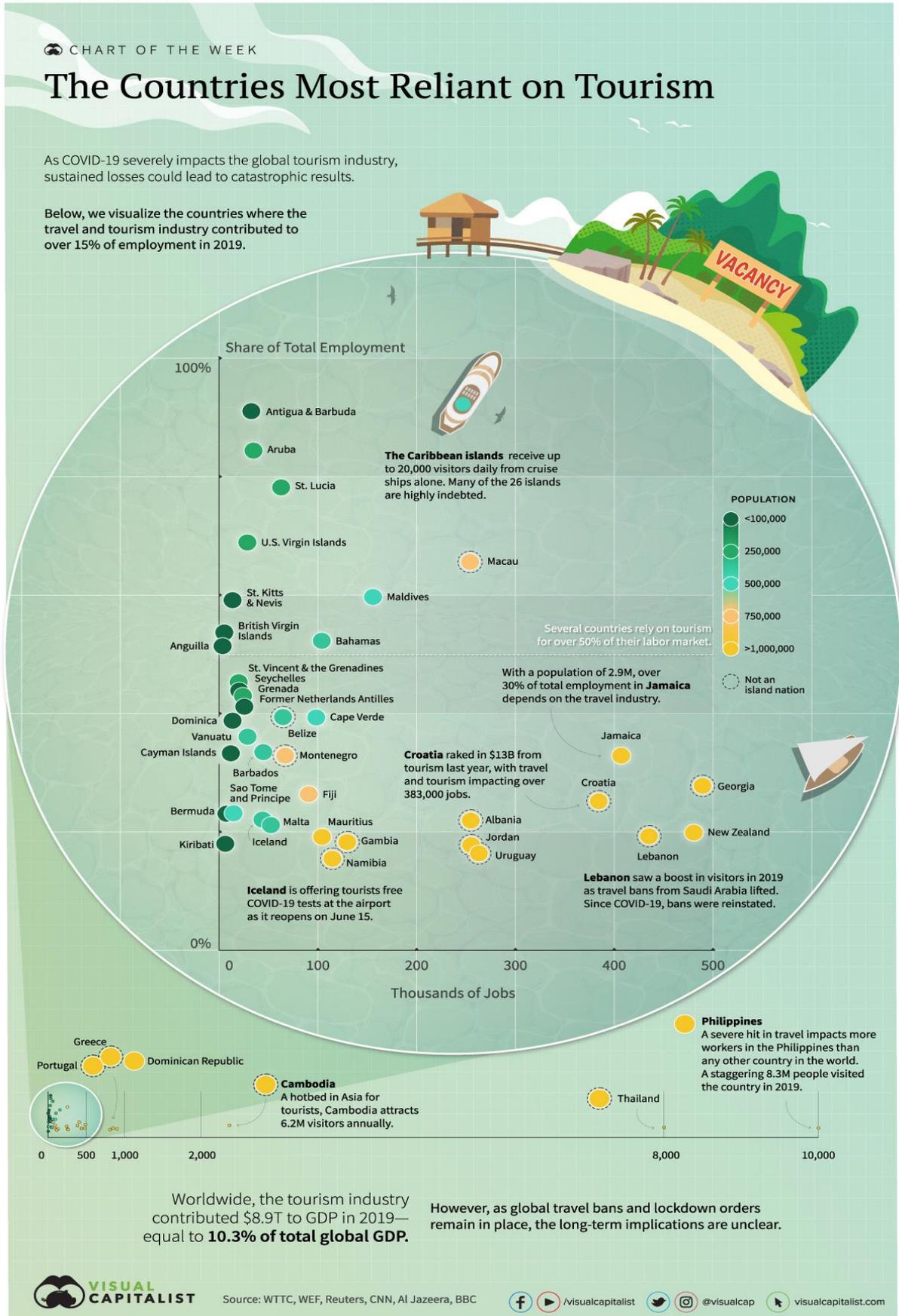
.o número de produtos exportáveis limitado, e mercados e volumes de exportação limitados, do que resulta um rácio importações/PIB elevado, e um grau de abertura ao exterior (e ao comércio externo) elevado;
 .custos de transporte e de comunicação elevados, com forte dependência do transporte aéreo.

Figura 1: Importância e relevância do setor no contexto das SIDS



Fonte: Tourism in Small Island Developing States (SIDS) Building a more sustainable future for the people of Islands, 2014

Figura 2: Importância do Turismo nos SIDS



Fonte: <https://www.visualcapitalist.com/countries-reliant-tourism/>

De facto os alunos são alertados no contexto da análise da ultraperiferia que as SIDS e as RUPs baseiam a sua inserção externa num mix de 3 macro-estratégias de desenvolvimento económico, a saber abordagem não ortodoxa, onde se inclui aspetos tais como o desenvolvimento dos serviços financeiros “desregulados” internacionais nos off-shores, ou a licitação (pela melhor oferta) pura e simples de componentes da “soberania”,¹⁶ a abordagem clientelista, transcrita em exercícios de lobbying para efeitos do aumento das transferências financeiras por parte do Governo Nacional, questão premente no contexto dos territórios não independentes (autónomos)¹⁷, e a abordagem competitiva, assente na exploração dos recursos naturais, históricos e identitários, contexto que conduz “naturalmente” à aposta no setor do turismo¹⁹.

Um dos aspetos chave a destacar na análise deste tema respeita à resiliência do setor do turismo. Até à crise COVID o setor do turismo demonstrou uma capacidade de resiliência notável, transcrito numa taxa de crescimento acima da média, e na capacidade de recuperação rápida face a choques externos (subidas do preço do petróleo, recessões globais, terrorismo, etc) (Al-mulati, et al, 2014; Andraz et al, 2015). Um relatório da UNTWO, publicado em 2020, mas relativo a 2019, referia que o setor do turismo continuava a crescer acima da taxa de crescimento média da economia global (UNWTO, 2018), constituindo uma plataforma de estável e previsível em termos de crescimento. O número de turistas internacionais tinha atingido a cifra de 1,5 biliões em 2019, esperando-se um crescimento de 4% em 2020, e o reforço da resiliência do setor face a novas “incertezas”, nomeadamente o Brexit, o colapso da Thomas Cook, tensões sociopolíticas diversas, e abrandamento do crescimento económico global (UNWTO, 2020).

A resiliência do setor do turismo ajuda a explicar o facto de algumas das SIDS exibirem um nível elevado de crescimento económico e indicadores socioeconómicos acima da média (Hernández-Martín, 2008; Scarlett, 2021), o que contrasta com o discurso miserabilista (visando o acesso a mais transferências financeiras) que por vezes se ouve. Conforme referido por Hernández-Martín, 2008, o sucesso no contexto insular está associado a um conjunto de fatores tais como a existência de recursos naturais “exportáveis”, aposta nos serviços financeiros (tax havens), e sobretudo na expansão do setor do turismo, a par da perda de importância do setor agrícola²⁰. Brau et al (2005) refere que o fator chave explicativo do sucesso reside na especialização no setor do turismo. De

¹⁶ É feita referência no decurso da aula ao texto “How selling citizenship is now big business”, ou a outros similares, como exemplo de uma solução não ortodoxa no contexto da teoria económica standard. Ver em <https://www.bbc.com/news/business-49958628>

¹⁷ No decurso das aulas é feita referência à prática usual, no contexto da periferia, do exercício de pressão política sobre o Estado Central, para efeitos da maximização das transferências financeiras. É citado o seguinte exemplo do artigo “A thousand years of loneliness? Globalization from the perspective of a city in a European periphery”, de Löfgreen (2000), constante da página 507, do vol 31, do “journal” Geoforum:

“This policy option is largely in accordance with the ‘old regime’ of regional policies of the Nordic states. Urban development in many ways still relies on local politicians lobbying in the corridors and canteens of national parliaments.

¹⁸ Com o rigor e sensibilidade que a questão exige, é apresentado aos alunos o exemplo de Canárias, constante de artigos como o que se segue, e que destacam o papel de políticos da periferia no contributo para soluções de governabilidade (ou falta de) a nível nacional:

<https://www.diarosur.es/nacional/201705/29/presupuestos-vuelven-pleno-apoyo-20170529112828-rc.html>

¹⁹ A título de ilustração são partilhados com os alunos textos relativos às Caraíbas

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/305301484333482489/pdf/112071-REVISED-Brochure-Caribbean.pdf>

²⁰ Easterly and Kraay (2000, p. 2024), baseado nos indicadores sócio-económicos identificados numa série de países refere “small states have perhaps received excessive attention from the literature”, justificando a narrativa insular com as vantagens que a mesma oferece em termos de acesso (e justificação) a ajuda financeira externa (Briguglio et al., 2005; Briguglio, et al, 1996). Hernández-Martín (2008) referem que embora o fator “size” não justifique de per si as ajudas externas, a junção do factor size com questões de acessibilidade e isolamento relativa porta valor acrescentado à narrativa insular. Grydehøj e Kelman (2020) consideram que os SIDS podem ser classificados como rock-stars comunicacionais nos fóruns internacionais, tendo sido capazes de desenvolver e veicular uma narrativa que oculta dimensões menos “agradáveis”, como os erros de política económica.

facto, as ilhas beneficiam de um capital de atração indiscutível na arena internacional, com Hernández-Martín, 2008 a referir mesmo que uma estada numa ilha é um elemento de “social prestige” para muitos turistas, sendo vistos como paraísos únicos, exóticos e pontos de partida para a aventura (Butler, 2000). Hernández-Martín, 2008 considera ainda que as ilhas beneficiam da vantagem decorrente do facto dos limites geográficos limitados permitirem equiparar o território definido pelas fronteiras político-administrativas ao conceito de destino, o que cria uma imagem única na mente dos turistas. A especialização no turismo decorre do facto dos custos de oportunidade do investimento no setor serem baixos, quer do ponto de vista dos custos subjacentes a investimentos de raiz no setor industrial, sem tradição local, quer dos custos associados à inação.

Outro aspeto chave a ter em conta na análise dos impactos económicos do setor do turismo é a crescente concorrência entre destinos, com um número elevado de destinos e cidades a apostar no turismo como solução para a necessidade de regeneração e/ou substituto de processos de decadência nos sub-setores da indústria mineira, agricultura, indústria e serviços (UNWTO, 2010; Tugcu, 2014; Trang et al, 2014; Christie et al, 2014; Schubert et al, 2011; Seetana, 2011).

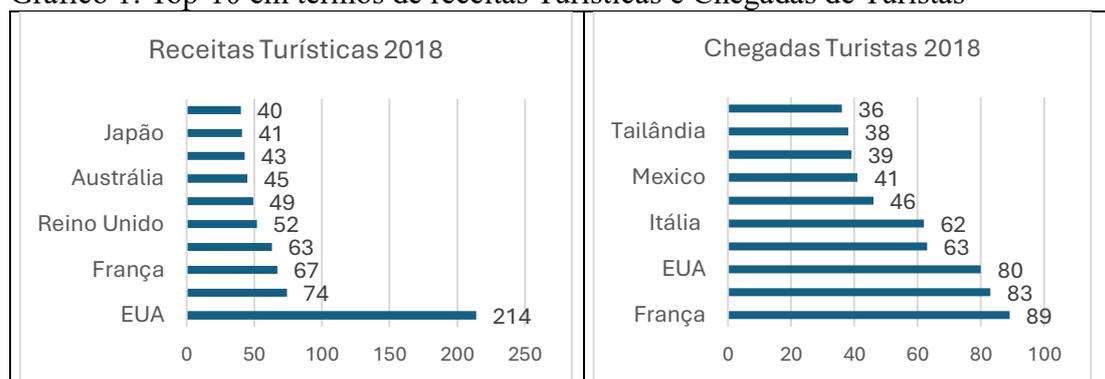
A análise da dinâmica turística neste âmbito oferece a oportunidade de exemplificar o carácter por vezes transitório das dinâmicas de crescimento e a necessidade de manter a paridade em termos competitivos. Por exemplo, dados relativos a 2019, ver Quadro 2, mostram o Médio Oriente como a região com crescimento mais rápido, na ordem dos 8%, em nítido contraste com os números na fase pós Primavera Árabe a diferirem de forma significativa. Tratou-se de um período e processo histórico relevante para a RAM, dado a mesma ter beneficiado de um efeito substituição, com a procura a afastar-se de áreas com maior risco em termos de segurança.

Outro aspeto a salientar é o facto de a Europa continua a ser a macrorregião com maior peso em termos do número de chegadas com 743 milhões de turistas, como se constata no Quadro 1, correspondendo a 51% do mercado. Ver também Quadro 3. No entanto, novos destinos parecem começar a reunir condições para o sucesso como refere o documento “Tourism in Africa – Harnessing Tourism for Growth and Improved Livelihoods”²¹.

Quadro 2: Share das macro-regiões 2019

	Chegadas de Turistas 2019	Receitas Turísticas 2019	Cresc. 2018
Europa	51%	39%	5%
Asia e Pacífico	25%	30%	7%
Américas	15%	23%	0%
África	5%	3%	2%
Médio Oriente	4%	5%	4%

Gráfico 1: Top-10 em termos de receitas Turísticas e Chegadas de Turistas



²¹ Texto descarregado de <https://documents1.worldbank.org/curated/en/738471468299123752/pdf/Tourism-in-Africa-harnessing-tourism-for-growth-and-improved-livelihoods.pdf>

Em termos do peso da macrorregião Europa, os dados indicam uma progressiva perda de importância, 60% das chegadas em 1995 para 46% em 2020, evolução que indicia a pressão competitiva da área Asia-Pacífico. Uma nota a ter em conta é que o peso do turismo doméstico é muito mais relevante que o peso do turismo internacional, questão relevante para alunos originários da RAM, tentados a entender o fenómeno como iminentemente internacional.

Quadro 3: Peso do setor T&T (Viagens e Turismo) no PIB, Emprego e Exportações²³

Países e territórios	T&T/PIB	T&T/Emprego	T&T/Exportações Totais	5 mercados Chave	% Mercado Chave
Macau	83,9%	61,9%	76,1%	93,0%	73,0%
Aruba	69,2%	85,6%	90,2%	85,0%	70,0%
Saint Lucia	68,1%	79,7%	80,0%	86,0%	44,0%
US Virgin Islands	53,6%	71,3%	51,9%	98,5%	86,0%
Maldives	52,6%	53,5%	83,5%	48,0%	19,0%
St. Kitts & Nevis	52,0%	58,6%	29,7%	87,0%	58,0%
Bahamas	44,4%	50,2%	77,0%	92,8%	82,0%
Anguila	43,4%	51,1%	69,0%	79,0%	67,0%
St. V. the Grenadines	41,7%	44,8%	44,2%	77,0%	33,0%
Grenada	40,7%	42,0%	21,4%	64,0%	33,0%
Antigua e Barbuda	40,5%	90,4%	40,4%	84,0%	39,0%
Seychelles	39,2%	41,8%	45,0%	51,0%	19,0%
British Virgin Islands	38,6%	68,8%	31,7%	73,9%	63,0%
Cape Verde	38,1%	46,8%	56,3%	71,0%	26,0%
Belize	37,3%	38,6%	46,9%	83,0%	68,0%
Vanuatu	35,5%	36,4%	72,5%	73,0%	52,0%
Dominica	32,6%	35,9%	86,2%	64,0%	25,0%
Fiji	32,0%	25,3%	50,6%	82,0%	41,0%
Montenegro	30,9%	31,9%	52,6%	59,0%	26,0%
Barbados	29,6%	37,2%	64,8%	82,0%	34,0%
Jamaica	28,2%	29,4%	59,8%	93,7%	69,0%
Croatia	24,3%	22,2%	37,7%	45,0%	17,0%
Iceland	21,8%	21,5%	31,4%	62,0%	21,0%
Cayman Islands	21,0%	36,8%	20,0%	95,8%	83,0%
Mauritius	19,5%	19,2%	37,2%	60,0%	22,0%
Tonga	18,5%	14,8%	61,6%	88,0%	48,0%
Bermuda	18,3%	21,7%	18,9%	93,7%	75,0%
Malta	15,9%	21,3%	9,9%	58,0%	23,0%
Dominican Republic	15,9%	17,1%	38,6%	57,0%	34,0%
Kiribati	15,5%	16,7%	19,6%	61,0%	21,0%
São Tomé e Príncipe	14,7%	13,8%	52,4%	47,0%	29,0%
New Zealand	14,0%	15,7%	18,0%	70,0%	40,0%
Cyprus	13,4%	13,4%	17,4%	68,0%	33,0%
Cuba	10,2%	11,0%	21,1%	49,0%	25,0%
Reunion	9,9%	11,0%	73,1%	92,0%	83,0%
Comoros	9,6%	10,1%	45,9%	78,0%	60,0%
Gadeloupe	9,5%	11,1%	31,3%	96,6%	92,0%
Solomom Islands	9,3%	8,4%	13,9%	62,0%	38,0%
Martinique	7,5%	8,4%	27,2%	87,0%	71,0%
Trinidad & Tobago	7,4%	8,9%	5,0%	76,0%	47,0%
Puerto Rico	5,0%	10,1%	5,2%	84,0%	84,0%

Fonte: WTTC

²² Ver em <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284421152>

²³ Os dados constantes do Quadro 3 serviram para acumulação de experiência no SPSS na estimação de modelos OLS simples (ex. PIB=f(T&T/PIB; T&T=f(área (km²)))

Embora o ranking relativo aos 10 países com maior nível de receitas turísticas continue estável, o crescente peso da Ásia-Pacífico é inegável, conforme se constata no Quadro 1, e em certa medida no Quadro 2 que refere o top-10 em termos de Receitas Turísticas e Chegadas de Turistas. Dado que uma parte dos alunos tem a oportunidade de se inscrever na UC de Economia do Turismo, os conceitos em causa são descritos muito sumariamente de forma sucinta e intuitiva, sugerindo aos alunos o acesso à secção da “Metainformação” do INE²⁴. Os alunos são ainda remetidos para o site do Pordata para efeitos de identificação da informação estatística disponível, assim como para o site do Eurostat, da World Tourism Organization (UNWTO) e da World Travel & Tourism Council (WTTC). É pela mesma razão que se indica apenas de forma sumária a existência de diferentes motivos de viagem, como o motivo “lazer, recreação e férias”, com 56%, seguido VFR, saúde, religião e outros com 27%, negócios e profissional.

A Figura 2 acima serviu de inspiração para a pesquisa que consta do Quadro 3, e que se refere ao peso do setor Travel & Tourism numa série de pequenas economias, a maioria das quais, estados insulares independentes, ou autónomos, mas não independentes. O Quadro acima destaca de forma clara a dependência dos SIDS e outras economias insulares do setor do turismo, em termos de PIB e de emprego. Outro aspeto chave que emerge refere-se ao peso do turismo no total das exportações, assim como a dependência de um número reduzido de mercados emissores chave. Alguns cálculos simples permitem concluir que nos países e territórios em análise, os cinco mercados chave correspondem em média a 74,6% do total, e que o mercado emissor principal corresponde, em média, a 48,1% do total de chegadas de turistas (Roudi et al, 2019). Um dos exercícios propostos aos alunos consiste em identificar o papel da área (em km²), variável que pode ser entendida como proxy para o grau de diversidade de recursos, e da população, também entendida como proxy para as possibilidades de diversificação em termos de recursos humanos, na explicação do peso do setor no PIB e no emprego.

Contudo, alguns países da União Europeia exibem também índices de dependência elevados, conforme se constata no Quadro 4 abaixo, o que permite contextualizar o grau de dependência da RAM do setor.

Constatada a relevância do setor, importa adicionar alguns elementos explicativos subjacentes à relevância quantitativa expressa nas tabelas acima. Uma questão relativamente à qual existe consenso é a de que o setor do turismo oferece espaço para cumprir uma série de objetivos de desenvolvimento, em termos de redução da pobreza, criação de empregos nas comunidades rurais, dinamização de setores diversos como a agricultura e indústria, crescimento económico e preservação dos recursos culturais e identitários²⁵. De forma geral, o setor do turismo é considerado ferramenta essencial para atingir os objetivos do milénio, conforme indicado na Figura 3. Nesse sentido, um papel chave do setor do turismo refere-se à determinação do core das políticas macroeconómicas, e implicitamente do contexto social e político, nomeadamente em termos da limitação da evolução da taxa de inflação, da taxa de desemprego e da taxa de pobreza, para além do ritmo de degradação ambiental, variáveis que impactam negativamente o setor caso os limites superiores registados afetem a estabilidade social e política e os indicadores ao nível da criminalidade e de qualidade de vida (Butler, 2000; Narayan, 2004a; Oliveira, 2013; Adedoyin et al, 2021; Alves et al, 2021). A evolução do setor do turismo, nomeadamente no que concerne à procura e investimento é determinado (afirmando-se simultaneamente como fator condicionante) por um conjunto de aspetos

²⁴ O site do INE define “Receita de Turismo Internacional/Receptor”, como “despesa efetuada em Portugal por não residentes, incluindo o pagamento dos seus transportes internacionais às companhias de transporte nacionais. Devem-se incluir as receitas provenientes dos excursionistas.”

²⁵ Ver em <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419005>

tais como o contexto cultural, social económico e político. De facto, Sokhanvar et al (2018) mostra que quanto maior o grau de desenvolvimento económico do país, maior a atratividade do mesmo, e maior o volume de turistas.²⁶

Quadro 4: Evolução do peso do setor T&T no PIB 2019/2020

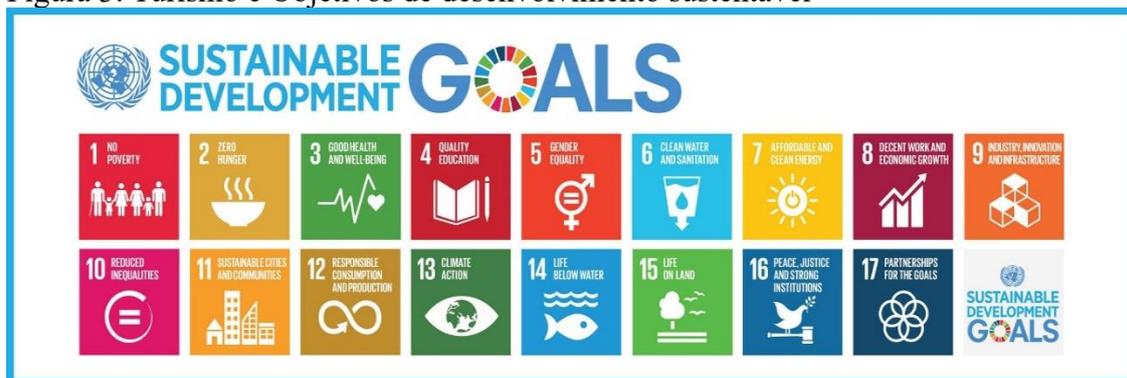
País	Peso do setor T&T no PIB	
	2019	2020
Croácia	24,3%	10,2%
Grécia	20,3%	8,7%
Portugal	17,1%	8,1%
Países Baixos	10,8%	7,1%
Luxemburgo	8,9%	7,0%
Itália	13,1%	7,0%
Áustria	11%	6,6%
Eslovénia	10,6%	6,5%
Espanha	14,1%	5,9%
Estónia	11,8%	5,6%
Alemanha	9,8%	5,5%
Malta	15,9%	5,4%
Bulgária	10,7%	4,8%
Dinamarca	6,4%	4,7%
França	8,5%	4,7%
Finlândia	7,8%	4,6%
Suécia	7,3%	4,4%
Reino Unido	10,1%	4,2%
Letónia	7,7%	4%
República Checa	6,2%	3,9%
Hungria	7,8%	3,8%
Chipre	13,4%	3,7%
Bélgica	5,6%	3,3%
Eslováquia	6,4%	3,2%
Roménia	6,1%	3,2%
Lituânia	6%	2,7%
Polónia	4,7%	2,2%
Irlanda	4,2%	1,2%

Fonte; Statistica (Share of travel and tourism's total contribution to GDP in European Union member countries (EU 28) in 2019 and 2020)

A consideração deste conjunto de aspetos surge como essencial para perceber o conjunto de medidas de medidas de política económica, nomeadamente no que concerne a medidas para diminuir a pobreza visível nas cidades e para a preservação da qualidade estética das paisagens. Outra questão a destacar refere-se ao papel no empoderamento das mulheres como refere Adedoyin et al (2021) e Nassani et al, (2019), e à necessidade de perseverar o meio ambiente.

²⁶ A questão do impacto do capital institucional e da qualidade das políticas macroeconómicas na dinâmica de crescimento económico é devidamente analisada no contexto das aulas de Economia Portuguesa e Europeia, pelo que os alunos adquirem capacidade de compreensão relativamente aprofundada da temática.

Figura 3: Turismo e Objetivos de desenvolvimento sustentável



Fonte: <https://www.unwto.org/tourism-in-2030-agenda>

De facto, uma das questões-chave que se colocam nos tempos atuais respeitam às condições de sustentabilidade ambiental e social. Trata-se de um tópico devidamente enfatizado via análise dos textos de García-Falcón e Medina-Munõz (1999) e Sharpley (2003), relativos à experiência de Canárias e de Chipre. Os alunos são também alertados para o facto de o setor do turismo ser energy-intensive (Nepal, 2008), com níveis mais elevados da atividade turística a impactar o consumo de energia e a potenciar a degradação ambiental, para além de colocar problemas graves em termos da gestão de recursos escassos como a água e a capacidade de manobra em termos da gestão e reciclagem do lixo. Os desafios em causa oferecem, no entanto, oportunidades de introdução de inovações ao nível da utilização de energias renováveis e da poupança de recursos, questão retratada através da referência aos textos de Nepal (2008) e Majdak e Almeida (2022).

A temática do turismo oferece ainda a oportunidade de discorrer sobre questões relativas à dependência e exposição ao risco (Inchausti-Sintes (2015). Foi referido acima que o setor do turismo demonstrou uma resiliência notável até 2019, como se constatado por diversos autores, tais como Sigala (2021) e UNWTO (2018). Contudo o impacto da pandemia abateu-se de forma brutal sobre o sector, como refere uma nota no site da UNWTO. Em tradução livre é dito que “setor do turismo cresce 4% em 2021, mas permanece ainda abaixo dos níveis pré-pandemia, em todas as zonas do globo²⁷”.

²⁷ Refere o site da UNWTO (<https://www.unwto.org/news/tourism-grows-4-in-2021-but-remains-far-below-pre-pandemic-levels>) que:

“However, 2021 was another challenging year: arrivals still 72% down on pre-pandemic levels. Recovery needs stronger coordination and increased vaccination rates. Global tourism experienced a 4% upturn in 2021, compared to 2020 (415 million versus 400 million). However, international tourist arrivals (overnight visitors) were still 72% below the pre-pandemic year of 2019, according to preliminary estimates by UNWTO. This follows on from 2020, the worst year on record for tourism, when international arrivals decreased by 73%. The first 2022 issue of the UNWTO World Tourism Barometer indicates that rising rates of vaccination, combined with easing of travel restrictions due to increased cross-border coordination and protocols, have all helped release pent up demand. International tourism rebounded moderately during the second half of 2021, with international arrivals down 62% in both the third and fourth quarters compared to pre-pandemic levels. According to limited data, international arrivals in December were 65% below 2019 levels. The full impact of the Omicron variant and surge in COVID-19 cases is yet to be seen.

Slow and uneven recovery

The pace of recovery remains slow and uneven across world regions due to varying degrees of mobility restrictions, vaccination rates and traveler confidence. Europe and the Americas recorded the strongest results in 2021 compared to 2020 (+19% and +17% respectively), but still both 63% below pre-pandemic levels. By subregion, the Caribbean saw the best performance (+63% above 2020, though 37% below 2019), with some destinations coming close to, or exceeding pre-pandemic levels. Southern Mediterranean Europe (+57%) and Central America (+54%) also enjoyed a significant rebound but remain 54% and 56% down on 2019 levels respectively. North America (+17%) and Central Eastern Europe (+18%) also climbed

Um dos exercícios propostos no decurso da aula do ano transato consistia exatamente em calcular percentagens relativas às perdas mensais na RAM, computando para o efeito taxas de variação homologa de forma a estimar quanto é que a procura teria de crescer no segundo semestre de 2020 para garantir crescimento “zero”, entre 2019 e 2020. O exercício destinava-se a salientar a plausibilidade, ou melhor implausibilidade, de determinados resultados. De facto, no caso em apreço, o número de hóspedes no segundo semestre teria de rondar os 1147305, para registar uma taxa de crescimento de 0% entre 2019 e 2020, o que implicaria um acréscimo de 61,785% face ao semestre homologa de 2019.

Quadro 5: Perdas do setor na RAM em 2020

Meses	Hóspedes entrados		
	2019	2020	Var em %
Total (2)	1382987,00	235682,00	...
Janeiro	76 144	77 355	...
Fevereiro	91 089	99 778	...
Março	115 569	51 175	...
Abril	124 885	84	...
Mai	133 620	968	...
Junho	132 527	6 322	...
Julho	134 799
Agosto	145 020
Setembro	129 039
Outubro	119 785
Novembro	92 729
Dezembro	87 781

Fonte: DRE

Ainda sobre a dependência dos SIDS do setor do turismo²⁸. Os SIDS, a exemplo das Regiões ultraperiféricas (RUP) enfrentam um conjunto de desafios, tais como a localização periférica, dificuldades na integração nas redes de fornecimento globais (global supply chains), custos de importação elevados, nomeadamente no que se refere à energia, dependência das importações para um número elevado de produtos, o que limita a competitividade do setor do turismo, e a capacidade do mesmo em gerar mais emprego e rendimento a nível local. Importações, conforme evidenciado na seção relativa ao multiplicador, significam leakages, e uma redução sensível do efeito multiplicador a nível local (Vieira e Santos, 2017). Outro aspeto a ter em conta é que estes territórios estão na sua generalidade sujeitos a nível crescente de risco em termos de catástrofes e desastres naturais, em parte decorrentes das alterações climáticas, desde desastres naturais catastróficos, incluindo tempestades tropicais e atividades sísmica, até à subida do nível do mar (Machado e Almeida, 2012)²⁹.

Neste âmbito é ainda importante referir que as ilhas surgem no top em termos de destino e preferências por razões que se prendem com a situação geográfica única, com a especificidade e riqueza ecológica, cultural e patrimonial única a constituírem vantagens comparativas ímpares. Neste âmbito os alunos são remetidos para Butler (2000), que oferece uma descrição da relação entre as zonas marítimas e insulares com o fenómeno turístico, destacando a necessidade imperiosa de manutenção do stock de recursos naturais e um nível elevado de qualidade ambiental. Ainda neste respeito os alunos são

above 2020 levels. Meanwhile, Africa saw a 12% increase in arrivals in 2021 compared to 2020, though this is still 74% below 2019. In the Middle East arrivals declined 24% compared to 2020 and 79% over 2019. In Asia and the Pacific arrivals were still 65% below 2020 levels and 94% when compared to pre-pandemic values as many destinations remained closed to non-essential travel. “

²⁸ <https://www.unwto.org/sustainable-development/small-islands-developing-states>

²⁹ Para efeitos de exemplificação da questão, e referido o caso de Vanuatu, através da partilha de textos como os seguintes: <https://www.bbc.com/news/av/world-asia-34973406>
<https://www.economist.com/asia/2021/08/07/pacific-countries-face-more-complex-problems-than-sinking>

alertados de forma sintética para a questão das eco-taxas encaradas quer como mecanismo de controlo da procura (aspeto menos relevante) quer como mecanismo de geração de receitas fiscais (questão mais premente)³⁰.

Ainda a título introdutório é referido nesta seção que o consumo turístico compreende uma série de despesas, relativas a transportes, restauração e alimentação, alojamento e outros serviços, que não podem ser armazenados ou transportados, e cujo consumo não se distingue claramente do realizado a nível local, por consumidores locais, em determinadas categorias de produtos (Mehrán e Olya, 2018). Luzzi e Flückiger (2003: 240) referem, e cite-se do original, que:

“Tourism is not really an industry, but rather a collection of activities – which are also available for consumption by residents – in which foreigners partake. Tourism is thus a bundle of goods and services that can be viewed for analytical purposes as a single complex and differentiated product. It is complex because it includes a wide variety of goods and services, and differentiated because each destination has unique features”.

Os alunos são também sensibilizados para as dificuldades metodológicas subjacentes à mensuração da atividade turística, questão desenvolvida com mais pormenor no contexto da UC de Economia e Territórios Turísticos, e abordada nesta aula quando se refere a questão da Conta Satélite do Turismo, com base em Fortuna e Maciel (2020), texto que oferece uma revisão da problemática relativa à “construção” das Contas Satélite de Turismo.

Ainda sobre a importância económica do setor. As RUPs exibem alguma variabilidade em termos da sua performance em termos da atração de turistas, e em termos de dependência do setor (Briguglio et al, 2005; Capo et al, 2007). Contudo uma temática que parece consensual refere-se ao papel do turismo na superação do subdesenvolvimento e do atraso face à média, numa tentativa de mitigação da dependência dos apoios comunitários, questão que continua a ser relevante no contexto da periferia, e justificação maior para as tentativas constantes de identificação de novos modelos de negócio, nichos de mercado e fatores de crescimento.

Os dados existentes mostram que o crescimento económico na periferia é determinado pela evolução dos setores do turismo, agricultura, e pelo investimento e aumento do stock de capital e desenvolvimento do setor da energia. O setor do turismo é reconhecido a nível internacional como fator promotor do crescimento económico, desenvolvimento agrícola e da redução da pobreza (Liu e Jenkins, 1996; Lee e Chang, 2008; Hampton e Jeyacheya, 2020), impactos ainda mais necessários nas RUPs, como a experiência de Guadalupe demonstra³¹.

Embora existam desacordos sobre o nível real de impacto do setor na periferia, a maioria dos governos aposta no setor do turismo devido aos efeitos multiplicadores e à geração de emprego devido à forte capacidade de estímulo ao empreendedorismo (Khan et al, 2020). O acesso a divisas e o impacto positivo na Balança de Pagamentos, os efeitos induzidos sobre uma multiplicidade de setores fornecedores de bens e serviços, a atração de FDI e o financiamento da construção de infraestruturas devido à geração de receitas

³⁰ Neste âmbito os alunos são alertados para duas possibilidades de leitura. Uma das possibilidades respeita a uma tese de mestrado, da autoria de Marcos Leonardo Neves Mateus, com o tema “Fatores condicionantes da disponibilidade para pagar uma ecotaxa: opinião dos turistas”, co-orientada em parceria com Luís Mota, no âmbito do Mestrado em Ecoturismo. Outra hipótese de leitura refere-se ao artigo As levadas da Madeira no contexto da afirmação do turismo activo e desportivo”, publicado em 2013 na Revista de Estudos Regionais, Vol. 33 (1), pg. 27-42, da autoria de António Almeida, Jorge Soares e António Alves.

³¹ Ver em:

.<https://www.anthro.rutgers.edu/downloads/faculty/499-bonilla-interventions-article/file>
<http://edition.cnn.com/2009/WORLD/americas/02/20/guadeloupe.france/>
.<https://www.reuters.com/world/europe/france-send-special-police-forces-violence-hit-guadeloupe-2021-11-20/>

fiscais, constituem outras razões chave. Numa ótica mais social, a redução da pobreza constitui fator a ter em conta (Akimboade e Braimoh, 2010; Abboot et al, 2012).

Em termos do impacto ao nível do stock de capital, a relação é dupla; a criação de empresas é potenciada pela existência de oportunidades de investimento caso exista um ambiente favorável (“business-friendly environment”), em termos de acesso a informação, financiamento, capital humano, e IDE; por outro lado a existência de um stock hoteleiro alargado, e de uma rede de transportes e acessibilidades operacional e eficiente potencia o incremento no número de hóspedes, o que aumento o mercado potencial, o que induz o desenvolvimento de novos negócios no setor dos serviços e da agricultura, setor fundamental numa série de países em vias de desenvolvimento; neste caso, o desenvolvimento do setor do turismo faculta a transição de mão de obra de sectores de baixa produtividade, para um setor intensivo em mão de obra, mas com maior capacidade de gerar rendimento acima da média (Hernández-Marín, 2008)³². Contudo a aposta excessiva no setor do turismo pode depois degenerar na falta de produção agrícola local resolvida apenas com recurso às importações e inflação.

De facto, no contexto insular, uma questão a ter em conta, respeita de facto ao processo de transferência de recursos e mão de obra de setores de baixa produtividade, para o setor terciário que exhibe níveis de produtividade mais elevados, processo teoricamente vantajoso, em termos do crescimento do valor acrescentado. Contudo no contexto das SIDS, dependentes do setor do turismo, o processo de terceirização e de desindustrialização (nalguns contextos), não conduz à aposta em setores high-tech e highly-technological devido à escassez de recursos, pelo que o crescimento da produtividade é limitado (dadas as características do setor do turismo em termos de dependência em mão de obra e automatização reduzida), o que não os impede de atingir patamares de HDI elevados, dado disporem de vantagens efetivas na área dos recursos e tributos turísticos (Briguglio et al, 1996; Briguglio et al, 2005; Narayan et al, 2010). Outra questão a ter em conta é o progressivo abrandar da evolução da produtividade, nos SIDS, devido ao ritmo decrescente de evolução da produtividade no setor do turismo, em linha com as observações do life-cycle model de Butler (Inchausti-Sintes et al, 2021).

³² Os dados relativos ao rácio VAB por setor/Emprego Total, para RAM e para Portugal, são ilustrativos da situação descrita acima. O sector 1 relativo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” exhibe os valores mais baixos para Portugal e para a RAM, com o valor relativo ao último para a RAM a apontar para valores inferiores a 5000€ por trabalhador.

	Total		1		2		3		4		5		6		7		8		9		10	
	P	M	P	M	P	M	P	M	P	M	P	M	P	M	P	M	P	M	P	M	P	M
1995	15.6	11.9	5.8	1.6	15.5	10.3	11.4	13.0	17.2	16.4	48.0	46.6	45.6	56.2	184.4	120.3	11.6	7.5	16.8	16.9	6.2	5.8
1996	16.1	12.3	5.7	1.5	16.7	11.3	11.9	13.3	17.7	17.1	48.9	46.4	43.6	49.7	185.3	121.0	12.0	8.0	17.5	17.8	6.7	6.2
1997	17.0	12.9	5.1	1.6	17.8	11.7	13.0	14.4	19.2	20.1	51.9	47.0	51.4	22.0	176.9	115.8	11.7	7.0	18.5	18.7	6.8	6.6
1998	17.8	13.9	5.4	1.7	18.6	13.2	13.2	15.9	19.6	20.6	54.2	50.8	57.2	21.2	176.6	115.9	12.4	7.4	19.7	19.8	6.9	6.5
1999	18.9	15.2	5.4	1.7	19.5	13.8	13.7	17.1	20.4	22.5	58.9	52.9	61.4	35.0	185.4	122.1	13.6	8.7	20.6	20.8	7.6	7.1
2000	19.8	16.5	5.3	1.7	20.3	14.5	14.0	16.1	22.0	26.3	63.0	54.9	63.8	42.2	177.7	117.3	14.3	10.0	22.5	21.6	8.8	8.8
2001	20.8	17.1	5.3	1.7	21.2	17.1	15.4	15.8	22.0	24.6	71.3	65.2	78.4	72.1	192.8	127.3	14.2	11.0	24.0	22.4	9.0	9.3
2002	21.6	19.3	5.2	2.0	22.3	18.5	15.2	15.9	23.1	28.9	73.3	78.6	81.8	72.9	220.1	145.5	14.6	13.5	24.8	23.9	9.8	9.6
2003	22.4	19.9	5.1	2.1	23.0	19.8	15.5	18.0	23.1	27.2	75.5	74.9	89.4	72.1	235.8	156.0	15.1	13.6	26.1	25.2	10.1	9.3
2004	23.5	21.1	5.5	2.4	24.4	21.9	16.8	19.5	23.5	27.2	77.9	70.0	98.8	102.9	258.3	171.0	15.3	14.4	27.1	25.2	10.6	9.5
2005	24.3	22.2	5.1	2.4	25.4	23.7	17.4	20.9	23.8	27.4	78.0	64.0	99.7	99.6	271.3	179.9	15.7	13.0	28.5	28.7	10.7	9.7
2006	25.3	23.3	5.4	2.6	27.1	26.9	18.1	21.6	24.4	29.5	78.9	71.3	114.7	108.4	282.7	187.7	16.0	15.1	28.9	28.2	11.0	9.6
2007	26.5	24.4	5.0	2.5	29.0	28.8	18.9	24.2	25.7	30.5	78.8	73.2	120.4	110.3	289.9	193.0	17.3	15.2	29.4	29.7	11.1	9.5
2008	27.2	25.6	5.2	2.6	28.9	29.6	20.0	22.6	25.9	32.8	76.9	76.4	128.5	122.3	302.2	205.2	17.6	17.7	30.0	29.2	11.6	10.6
2009	27.8	25.9	5.2	2.5	30.3	29.5	20.5	23.0	27.3	32.9	75.2	77.1	109.1	100.4	319.8	225.3	17.5	16.7	30.7	31.6	12.0	10.7
2010	28.7	26.7	5.7	2.6	32.9	27.9	20.0	23.6	27.8	33.0	70.9	66.4	102.5	90.3	352.7	279.3	17.7	16.3	30.5	32.9	12.6	11.6
2011	28.7	27.8	5.4	2.5	32.3	28.2	20.3	25.2	28.8	34.0	69.9	69.1	105.1	101.9	360.8	296.6	17.4	20.6	29.3	33.1	12.8	12.1
2012	28.8	26.6	5.5	2.7	32.9	28.6	21.5	29.1	30.1	30.9	66.4	63.2	94.1	96.4	412.3	329.3	17.2	22.2	27.1	29.5	12.9	12.0
2013	30.1	28.5	6.3	2.9	34.0	34.5	22.5	29.4	31.7	32.9	62.8	60.3	86.1	91.5	440.3	357.9	17.5	22.8	28.8	31.6	12.9	12.8
2014	30.1	28.3	6.7	3.0	34.8	33.2	21.9	30.3	30.8	32.9	60.7	61.4	88.1	101.8	426.8	358.2	17.7	23.0	28.3	29.7	13.1	12.6
2015	30.6	29.0	7.4	3.4	36.6	34.9	21.9	29.9	31.0	33.1	58.4	58.1	92.2	104.8	403.4	361.3	17.2	22.7	28.5	30.6	13.5	11.9
2016	30.9	29.4	7.8	3.5	37.0	33.4	22.1	31.9	30.8	33.8	59.2	53.4	93.8	81.0	368.8	332.1	17.3	21.2	28.7	30.9	13.8	12.2
2017	31.4	30.6	8.6	3.9	37.0	33.9	22.2	29.9	31.0	35.2	57.7	49.4	97.8	80.7	340.4	307.9	17.7	23.7	29.3	31.9	14.6	13.4
2018	31.9	31.2	9.0	4.1	37.7	33.8	22.9	30.7	30.7	34.3	55.4	51.3	99.3	76.4	319.6	282.6	18.6	25.6	29.9	33.2	15.1	13.4
2019	32.6	32.0	10.4	4.5	37.6	35.6	23.1	29.3	30.6	33.4	57.2	57.2	101.8	68.7	302.5	271.7	19.4	26.5	30.7	34.8	15.4	13.1

1. Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; 2. Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; 3. Construção; 4. Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração; 5. Informação e comunicação; 6. Atividades financeiras e de seguros; 7. Atividades imobiliárias; 8. Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio; 9. Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social; 10. Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços

Em suma, a introdução à temática permite:

- 1.informar (e ilustrar) sobre o papel chave do turismo, no contexto das economias insulares, em termos do contributo para o PIB e emprego, análise replicável no contexto da União Europeia, macro área geográfica dominante em termos de chegadas e receitas turísticas, com base em números e estatísticas, com as ideias ilustradas através dos quadros localizados nesta seção;
- 2.alargar a análise dos impactos do turismo para além de uma mera ótica económica, destacando o papel do turismo no atingir de uma serie de metas de desenvolvimento, tais como a redução da pobreza e a necessidade de definir políticas macroeconómicas “acertadas”³³;
- 3.associar o desenvolvimento do setor à afirmação do paradigma da sustentabilidade, e à necessidade imperiosa de respeitar os limites ecológicos e de manter a qualidade estética das paisagens e um stock de recursos naturais de elevada qualidade;
- 4.situar a aposta no turismo no contexto das opções limitadas ao dispor dos SIDS, das RUPs das e economias insulares em geral, nomeadamente no que concerne às alternativas “não-ortodoxas” e à “opção clientelista”;
- 5.instruir sobre o risco subjacente à aposta “excessiva” no setor, tal como constatado em 2020, na RAM.

3.2. Algumas notas teóricas de relevo relativas à relação turismo-desenvolvimento regional

3.2.1 Considerações sobre a falta de sofisticação teórica

Uma questão decisiva quando se desdobram os conceitos de uma disciplina no contexto de um curso universitário refere-se ao background teórico de base e às teorias e paradigmas relevantes (Bohlin et al, 2016; Boice, 2004M Airey et al., 2015; Leung et al., 2015; Ma et al., 2018; Zhang, 2017; Brankov et al, 2019). Calero e Turner (2020) consideram que o conjunto de estudos na interface desenvolvimento regional “barra”

³³ Um dos textos chave neste contexto refere a um estudo intitulado "A Policy Blueprint for Caribbean Economies", de Justin Ram, Raquel Frederick, Dindial Ramrattan, Kevin Hope, and Wayne Elliott, de 2018, e publicado como CDB Working Paper No. 1. Outro texto analisado sumariamente nas aulas, refere-se ao estudo “Enhancing Productivity and Growth in the Caribbean”, um Working Paper de 2017, da autoria do Caribbean Development Bank. Trata-se de um estudo que identifica os fatores condicionantes do crescimento económico, nomeadamente ao nível da qualidade do capital institucional e outros fatores culturais, questões sensíveis mais fáceis de ilustrar com o recursos a realidades distantes.

Por exemplo, para os países listados abaixo, com o quadro a ser citado conforme consta no relatório, as razões subjacentes ao insucesso são as que se seguem, conforme indicado na página 4 do relatório “Enhancing Productivity and Growth in the Caribbean”. As notas constantes do estudo permitem ilustrar de forma vivida os problemas decorrentes da má qualidade do capital institucional e da importância da qualidade técnica das políticas macroeconómicas, e das idiosincrasias culturais e identitárias. O sucesso e a aposta na área do turismo implicam controlar e minimizar os impactos negativos refletidos no relatório, nomeadamente no que se refere à taxa de criminalidade (questão associada em parte à problemática da pobreza) e à ética de trabalho, questão que se reflete na qualidade de serviço (Narayan, 2004; Demir e Gozgor, 2018; Roudi et al, 2019)

Barbados	Poor work ethic in the national labour force, inefficient government bureaucracy, access to finance and tax rates;
Guyana	Corruption, tax rates, crime and theft and inefficient government bureaucracy
Jamaica	Crime and theft, inefficient government bureaucracy, corruption and tax rates
Trinidad & Tobago	Poor work ethic among the national labour force, corruption, inefficient government bureaucracy, crime and theft and foreign currency regulations
Suriname	Inefficient government bureaucracy; corruption; access to finance inadequately educated workforce.

turismo, no que concerne aos impactos económicos, é muito limitado do ponto de vista teórico, com muitos dos estudos essencialmente descritivos (cases studies, inquéritos, “observation narratives”), centrados numa abordagem macro (nacional) e/ou no funcionamento dos sistemas turísticos, opinião também expressa por Nunkoo et al (2020). Os autores caracterizam o state of art neste respeito como um gap teórico, dada a baixa complexidade e sofisticação das análises teóricas e as centenas de estudos empíricos, centradas na análise dos impactos e dos efeitos causais das despesas turísticas na dinâmica de desenvolvimento regional, estudos esses baseados em modelos econométricos crescentemente sofisticados, mas desprovidos de background teórico. De facto, a maioria das análises empíricas relativas aos impactos do setor socorre-se essencialmente de métodos de investigação descritivos e/ou em análises econométricas. Referem os autores (Calero e Turner, 2020, 4) que:

“Therefore, these models do not provide causal analysis of the interaction of economic factors and tourism or provide testable propositions that can be empirically verified. This theoretical gap is a consequence of the special nature of the tourism product where consumers (external visitors) must travel from a country or region to consume non-traded goods and services, converting these goods and services into tradable goods and services”.

Constata-se de facto a existência de múltiplos estudos de cariz econométrico sobre a questão Tourism Growth Led Hypothesis (TGLH) ou sobre os determinantes da despesa turística, com um background teórico limitado. A nível mais macro existe, contudo, um conjunto de estudos tais como os de Lanza e Pigliaru (1994), Liu e Jenkins (1996) Lanza, et al (2003) e Brau et al (2007), que seguem os padrões habituais de sofisticação no âmbito dos modelos de crescimento económico, tipo Barro e Sala-i-Martin (2004)³⁴.

Basicamente os autores referem a falta de um suporte teórico robusto, leia-se modelo matematizado desenvolvido no contexto dos modelos de crescimento do tipo Solow-Uzawa, que permita formular e testar hipóteses relativas à eficácia das medidas de apoio ao desenvolvimento turístico, ou a análises causa e efeito relativamente aos elementos de ligação turismo->PIB, nomeadamente iniciativas de política económica e a melhoria dos índices de competitividade. A maioria dos estudos assume um carácter descritivo, o que oferece vantagens em termos de realismo, e assenta na análise econométrica de dados, o que potencia a identificação de relações causais efetivas, com base em dados estatísticos reais, mas que pecam em certa medida por falta de generalização, comparabilidade e replicabilidade entre regiões. Um exemplo da falta de suporte teórico mencionado pelos autores refere-se à falta de fundamentação teórica do modelo gravitacional (Morley et al, 2014).

Faltam, de acordo com os autores, análises teóricas consistentes e modelos de preditivos que permitam desenvolver hipóteses testáveis, insights mais técnicos e aprofundados, e recomendações em termos de policy-making e tomada de decisão por parte ao nível do destino. Embora os autores reconheçam que seja difícil desenhar um modelo generalista único, e uma teoria abrangente, dado o carácter difuso e ubíquo do setor e a sobreposição do mesmo com vários setores e industriais e a multiplicidade de determinantes socioeconómicos da oferta e da procura. Sobre este último aspeto referem Ioannides et al. (2014: 535):

‘Tourism does not exist in isolation as an economic activity and is embedded in numerous highly complex internal and external networks. As such, understanding tourism’s relations to places and regions is a challenging task’.

³⁴ Barro, R., Sala-i-Martin, X., (2004), *Economic Growth*, Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2004

Mais, os grandes desníveis em termos de desenvolvimento regional tornam difícil justificar um modelo único, tipo one-size fits all. Cole (2007) reconhece que:

““A number of theories and models surrounding the tourism phenomenon have been posed; each grounded in numerous disciplines and methodologies, developed over shifting paradigms, seeding a vast and eclectic array of tourism knowledge. Yet seemingly, the tourism sector continues to struggle, [...], to identify, define, and implement clear stratagems for competitiveness and overall economic growth. Further, ... tourism is difficult to measure and analyse because ‘it [tourism] is an “industry” with no traditional production functions, no consistently measurable outputs and no common structure or organization across countries or even within the same country’.””

Contudo os autores sugerem ser possível o desenvolvimento de teorias parciais, a combinar com dados empíricos, passíveis de modelização nos moldes do modelo de Solow-Uzawa (Higgins and Savoie, 2017). Calero e Turner (2020) referem que o estudo de Zhang (2015), baseado no Solow-Uzawa growth model, dentro do contexto neoclássico, e o estudo de Zhang (2017), ultrapassam de certa forma as limitações apontadas atrás, ao analisam as possibilidades de desenvolvimento económico inter-regional com interações entre acumulação de capital, estrutura económica, comércio inter-regional e desenvolvimento turístico, assumindo com hipóteses de base a maximização do lucro e da utilidade e um regime competição perfeita, com base num modelo de crescimento económico validado pela teoria económica. Não referem os autores que os modelos tecnicamente robustos, mas complexos, pecam por dificuldades de “apropriação” por parte dos decision-makers, numa área exigente em termos de decisões operacionais dependentes da análises custo-benefício (cujo lado dos custos inclui o tempo necessário para interpretar a informação), e de estratégias voluntaristas de captação de investimento estrangeiro, que exigem tomadas de decisão rápidas e objetivas, num contexto de necessidade de fomento do empreendedorismo local e “falta de alternativas credíveis” (Akadiri e Akadiri, 2021). Outros estudos similarmente complexos podem ser identificados na literatura como Brau et al (2005) e Lanza et al (2003). Outra questão radica nas dificuldades pedagógicas inerentes à exposição de um modelo complexo numa sala de aula, de um programa de estudos do 1º Ciclo, que inclui alunos de Gestão, sem formação em econometria e ou Matemática A na prova de acesso (Chu, 2018). Obviamente, que se os alunos podem sentir dificuldades na interpretação de textos mais complexos, ..., o que dizer de policy-makers, experts (sem formação em economia e gestão) e decisores com necessidades de informação prática para sustentar processos de tomada de decisão.

Uma nota sobre os modelos teóricos utilizados. Relativamente às abordagens estatísticas e econométricas, as mesmas podem ser classificadas quer como estruturais (exemplo, análises input-output, modelos de equilíbrio geral (CGEI)), relevantes em termos da descrição do funcionamento da economia local ou tipo time-series analysis, relevantes para a identificação de relações causais no âmbito do TLGH (Shahzad et al, 2017; Zuo e Huan g, 2018). As análises time-series incluem modelos tipo VAR (Vector Autoregressive), modelos gravitacionais, redes neurais, e a lógica fuzzy. No decurso da aula recorre-se a uma abordagem simplificada tipo time series para ilustrar a problemática do impacto do desenvolvimento turístico na economia regional, no âmbito da TLGH. Considera-se também brevemente com base numa ilustração prática uma aplicação do modelo gravitacional à RAM, assim como a base da Conta Satélite de Turismo.

Calero e Turner (2020) discorrem sobre uma série de possibilidades em termos de contextos teóricos passíveis de aplicação ao estudo do nexus turismo desenvolvimento regional. Por exemplo, o papel do turismo na redução das disparidades regionais e no papel e natureza do impacto em termos de desenvolvimento e crescimento económico

podem ser abordados recorrente à análise produzida no contexto do modelo de Solow. A lista que se segue ilustra a análise de Calero e Turner (2020) e segue a linha de argumentação de Calero e Turner na sua essência, mas adicionam-se um conjunto de notas vastas, no intuito de explorar em que medida das observações dois autores podem ser concretizadas, em “concreto”.

Quadro 6: As hipóteses teóricas de Calero e Turner (2020)

1. Turismo e a “regional convergence hypothesis”

A hipótese da convergência absoluta implica a convergência dos indicadores e parâmetros a nível do rendimento e taxas de crescimento das regiões, atrasadas independentemente dos valores iniciais, no longo prazo, para os valores de referência das economias mais desenvolvidas. A hipótese da convergência absoluta é desenvolvida no âmbito da análise do modelo de Solow. Na vertente empírica, a hipótese de convergência transparece implicitamente nas análises centradas no impacto do sector no ritmo de crescimento económico, na correção das desigualdades, e na convergência da taxa salarial e das taxas de remuneração do capital entre regiões. Os dados empíricos no âmbito dos modelos de crescimento regional tendem a favorecer a hipótese da divergência, ou a convergência tipo clubes. No contexto das SIDS, as análises empíricas eminentemente estatísticas/económicas no âmbito da TLGH (Tourism led Growth Hypothesis) assentes no modelo de crescimento neo-clássico e em funções do tipo Cobb-Douglas, conduzem a resultados ambíguos. Andraz et al (2015), Ma et al (2018) e Wei (2013) encontram evidência empírica a favor da hipótese de convergência, enquanto Mérida et al (2016) conclui no sentido oposto. Contudo a maioria dos estudos no âmbito da TLGH, que teoriza que o crescimento no âmbito dos SIDS resulta não apenas da acumulação de capital físico e capital humano, mas também da expansão do sector do turismo, parece confirmar a relação positiva expansão turismo internacional -> GDP (Durberry, 2004; Lee e Chang, 2008). Uma tese recente, da parte de Joana Martins (2021), intitulada “The Validity of the Tourism-led-growth Hypothesis in the Autonomous Region of Madeira” pode ser utilizado como exemplo neste respeito. A TLGH é descrita em mais pormenor abaixo.

2. Turismo, desenvolvimento regional e polos de crescimento

Embora a TLGH seja confirmada numa série de contextos, a evidência parece apontar para a necessidade de constituição de polos de crescimento baseados na “Growth Pole Theory” (GTP), para efeitos de potenciação dos impactos positivos do sector. Para efeitos de identificação da constituição de polos de crescimento, pode ser referido o “Nordic Model”, ferramenta de análise dos impactos económicos do turismo, baseado na administração de questionários centrados na identificação dos links estabelecidos a nível local, para efeitos de fornecimentos de bens e prestação de serviços. A este respeito ver Saarinen et al., (2017), Rinne e Saastamoinen (2005), Saarinen (2003), Stiernstrand, (1995). Ainda neste âmbito pode ser destacado o tourism life cycle área (TALC), modelo descritivo das fases de evolução dos destinos turísticos, desde a fase de desenvolvimento inicial até à fase de maturidade, a que se segue uma fase ou de declínio ou rejuvenescimento, ferramenta útil para destacar o estágio de desenvolvimento do sector, e por extensão o grau de relevância do mesmo para a economia local. Trata-se de modelos úteis para analisar num formato descritivo a evolução histórica do sector em espaços contidos, e brevemente referidos no decurso da aula, com base numa apresentação gráfica.

Dado o programa da UC, importa descrever a teoria dos polos de crescimento, que advoga a subsidiação preferencial de uma dada região (identificada como o core) com potencial para se afirmar como polo de crescimento, e com capacidade para produzir trickle down effects, leia-se efeitos de arrastamento, sobre o hinterland subdesenvolvido, do que resulta um desenvolvimento espacialmente mais equilibrado, via incorporação da periferia na dinâmica de crescimento patente no core. O conceito baseia-se no efeito de arrastamento (efeito de difusão potenciação do crescimento) produzido pelo centro, devido ao estágio mais avançado (e maior competitividade) do mesmo, em termos de maior dotação de recursos (capital humano) e mecanismos de produção mais complexos, que originam um “pole effect”, ou seja, polarização do crescimento. O trickle down effect, e as backward linkages e o efeito multiplicador, estimula o crescimento na periferia de forma gradual, atingindo-se um estágio de desenvolvimento mais ou menos equilibrado. Embora a evidência sobre a validade da GTP seja inconclusiva, Dawkins (2003), Lee (2016) e Calero e Turner (2020) referem que a mesma é ainda utilizada como referencial teórico, com estudos centrados nos impactos das políticas, sobretudo como policy-framework para balizar o nexus turismo-desenvolvimento regional. Parr (1999: 1247) referem que “growth-pole strategy has never been evaluated in terms of an adequate conceptual framework, and the rudiments of one such framework outlined”. Jin et al (2012), Yang et al (2021) e Zhang et al (2014) constituem exemplos de estudos centrados na utilização do modelo GTP como base da política de desenvolvimento regional/turismo para áreas específicas da China. Outro estudo a ter em conta é o de Mustatea (2013) que ilustra o papel da

área metropolitana de Iasi como polo de crescimento para a região North-East, na Roménia, mas sem explicitar os mecanismos concretos do trickle down effect.

A GTP encontra hoje suporte nos esforços empreendidos nalgumas áreas de utilizar a dinâmica gerada no “centro” para corrigir as desigualdades espaciais (Yang e Fik, 2014). Esta tendência encontra eco na tendência atual de desenvolvimento de novos nichos de mercado, centrados na oferta de novas experiências e recursos, alicerçados na crescente preferência pela “autonomia”, exploração e aprendizagem por parte dos turistas, mais dispostos a aventurar-se para lá do óbvio, que incluem as zonas core em termos da oferta/procura turística, de forma a envolver-se mais na exploração dos recursos culturais e identitários no hinterland rural (García-Falcón e Diego Medina-Muñoz, 1999). Os turistas definem uma base de operações em unidades hoteleiras localizadas no core, explorando as atrações existentes, mas reservando parte do tempo disponível para deslocamentos pela periferia. O trickle down effect, consubstanciar-se-á em despesa turística despendida nestas deslocamentos, o que desenvolverá a periferia. Calero e Turner (2020) consideram estas considerações testáveis via análise do grau de dispersão da procura vs taxa de crescimento. O texto de Madjak e Almeida (2022) pode ser utilizado para ilustrar o conceito.

3.Desenvolvimento turístico e Teoria causalidade cumulativa e circular (CCC)

A teoria CCC, pos-kyenesiana, argumenta a favor da implausibilidade da convergência regional devido a uma série de processos de causação cumulativa. Ou seja, constatada a existência de desequilíbrio inicial, é improvável a ocorrência de convergência, a não ser num cenário de intervenção governamental. Dada a ubiquidade de assimetrias espaciais e desigualdades regionais, coloca-se a necessidade de identificar fatores que permitam reequilibrar os níveis de desenvolvimento, o que apela à intervenção do Estado. A abordagem mais em voga nos anos 70 e 80, a dependency theory que emergiu nos anos 60s como crítica ao paradigma da modernização que advogava uma evolução determinística de todas as sociedades até um estágio final de “modernização” e “desenvolvimento”, adotava um ponto de vista marxista e definia a dependência como “um estágio/condição caracterizado por economias subdesenvolvidas estarem condicionadas nas suas opções de desenvolvimento pelas estratégias de crescimento/desenvolvimento de outras economias em estágios de desenvolvimento mais avançados” (Sharpley, 2003). Numa linguagem mais politizada, a teoria da dependência enquadra o desenvolvimento turístico da periferia no contexto da exploração capitalística dos territórios politicamente mais fracos.³⁵ Sharpley (2003), baseado em Chipre, embora reconheça a dependência do setor dos tour operators internacionais, e da evolução das opções de política económica nos mercados emissores, contesta a abordagem baseada na “dependency theory”, dado os sucessos registados ao nível económico, social, cultural e político em Chipre, no período pós 1974. Não pode, no entanto, deixar de ser reconhecido que regiões como a RAM estão sempre sujeitas à dinâmica negativa da lógica centro-periferia (Mullings, 2004), embora não necessariamente com impactos catastróficos, como implicitamente admitidos no âmbito da “dependency theory”. O papel chave do turismo é destacado por Sharpley (2002) quando refere que malgrado os problemas introduzidos pelo desenvolvimento da indústria turística em Chipre, os impactos positivos do turismo como motor de crescimento da economia local são inegáveis, contribuindo para a modernização estrutural da economia. A evolução em termos de PIB per capita, transcrita em termos de HDI, taxa de desemprego, equilíbrio de balança de pagamentos, e numa série de indicadores sociais como a esperança de vida, taxa de pobreza, taxas de literacia, acesso a serviços de saúde etc, performance que Sharpely associa ao turismo de massas, entendido, no entanto a nível teórico, como um fator de dependência, numa lógica de core-periphery, condição inerentemente implica empobrecimento, subdesenvolvimento. Em termos de HDI, Chipre localiza-se na 33ª posição, à frente de Portugal. Sharpley (2002) reconhece no entanto uma série de aspetos negativos que ameaçam o sucesso a longo prazo, tais como a degradação da imagem no exterior, desequilíbrios na distribuição espacial do desenvolvimento turístico, degradação ambiental, degradação da qualidade da experiência, etc. Nesse sentido, Chipre tem procurado apostar numa estratégia de turismo sustentável, turismo de qualidade, qualidade de vida das populações. A questão que se pode colocar é em que medida iniciativas encaixadas no âmbito da estratégia “desenvolvimento sustentável”, não se afiguram a aposta mais desejável no que respeita à aposta noutros nichos de mercado; o problema não reside no teor (ex. aposta nos números) da política de desenvolvimento turístico, mas sim a gestão na prática (ex. construção excessiva em determinadas áreas, atração de públicos problemáticos em termos de comportamento, etc)

³⁵Citando do original: “In other words, within the single, capitalist world system, wealthy western nations utilise their dominant position to exploit weaker, peripheral nations, often mirroring earlier colonialities (Frank, 1969). Thus, less developed countries display external political and economic structures that maintain their dependency on the metropolitan centre; they are unable to develop unless ‘permitted’ to do so by the West. Given the inherent political economy of international tourism (Bianchi, 2002), it is evident that there exist parallels between tourism development and dependency theory, particularly in an island context. As Lea (1988: 10) observes, tourism ‘has evolved in a way that closely matches historical patterns of colonialism and economic dependency’. The focus here, however, is on the potential underdevelopment that results from dependency.”

do processo de desenvolvimento. Em termos dos desafios Sharpley (2003), refere aspetos tais como a excessiva dependência da economia cipriota, setor dominante em termos de PIB, exportações e emprego; suscetibilidade da procura a eventos externos e flutuações da procura, em especial em decorrência da sobre dependência de determinados mercados; excessiva dependência de tour operators, e predomínio do “self-catering holidays”, característica de mercado de mass tourism (Cortéz-Jiménez, 2008; Cortéz-Jiménez et al, 2011); elevados níveis de sazonalidade, e características de mass market-sun; declínio da estada média; baixa da despesa média por turistas, aumento do poder de mercado dos tours operators, subida dos custos de operação no setor da hotelaria, redução da margem operacional, e da capacidade de investimento, do que resulta uma quebra das possibilidades de adoção de inovações, e contratação de mão de obra, do que resulta uma quebra da qualidade, e perda de competitividade. A solução passa por aplicação termos de planificação, desenvolvimento urbano, conservação do stock de capital natural e ecossistemas.

Alguns estudos têm utilizado a CCC como ponto de partida. A título ilustrativo podemos considerar Winters e Derrell (2010) que analisam processos de causalidade cumulativa via análise narrativa e time series análises para explicar o subdesenvolvimento e disparidades regionais ao nível da República Dominicana e Haiti. Calero e Turner (2010) consideram que nenhum dos estudos considera o desenvolvimento de hipóteses testáveis relativamente aos fatores condicionantes do nexus turismo desenvolvimento regional.

4.Geografia económica, economia evolucionária e turismo

Os autores reconhecem um número de estudos muito limitado na área. Os autores citam Zhang (2017) que referem a existência de problemas na utilização do NEG (New Economic Geography), dado que nos mesmos a acumulação de capital é negligenciada, assim como as “regional amenities” questão importante para efeitos de determinação renda fundiária e para a mobilidade da população e fluxos turísticos (Ma e Hassink, 2013).

Zhang (2017: 95) cita Tabuchi (2014: 50) que refere que embora a NEG ‘enabled researchers to gain further insights into the space economy and transition’ [. . .], ‘it is difficult to imagine any modern economy whose dynamics can be properly modelled with neither wealth nor capital accumulation’. Coles et al. (2008) identificou uma relutância entre os geógrafos em aplicar as hipóteses de base do NEG às análises turísticas. Coles et al (2008) referem que a abordagem mais descritiva e socio-cultural do NEG encerra o perigo de reduzir a geografia económica a “superficial ‘story-telling’ reliant on trends and fast-moving jargon that constantly evades any rigorous evaluation (Martin and Sunley, 2001). Calero e Turner (2020, 15) reconhecem que “given there are theoretical and technical difficulties to be resolved for the NEG models, and it is understandable there have been very few attempts at developing a theoretical framework or empirically testing the assumptions of the NEG-based models”

A EEG representa uma linha de investigação emergente, no contexto dos estudos em turismo. A abordagem evolucionária da geografia económica destaca os processos históricos subjacentes explicativos do padrão de atividade atual e a configuração atual dos mesmos. O resultado dos processos históricos é assumido como um processo histórico “path dependent”. Dosi (1997, p. 1531) says: ‘the explanation to why something exists intimately rests on how it became what it is’. (Boschma and Frenken, 2011: 296). Baseados no facto dos destinos turísticos serem sistemas dinâmicos, e sentirem necessidade de manter a sua competitividade, o que implica o mapeamento das alterações em curso e as causas subjacentes á alteração, os autores propõem a utilização dos conceitos de human agency e path dependency como os triggers da evolução da dinâmica do destino turístico.

Neste âmbito, um dos pontos destacados aos alunos de Economia e Territórios Turísticos refere-se ao “plantation model” de Weaver, que destaca a evolução espacial do desenvolvimento turístico, desde o epicentro de difusão, na capital/porto até aos espaços do interior. Os alunos de Economia Regional e de Economia Portuguesa e Europeia são brevemente elucidados sobre a NEG, sendo feita referência à sua localização nos estudos de mestrado. A questão da path dependency e da evolução espacial é abordada com os alunos desta UC.

Os pontos 1, 2, 3 e em menor medida o ponto 4 da lista anterior são analisados no decurso da disciplina, no âmbito da explicitação dos modelos de Solow, Centro-Periferia e Causalidade Cumulativa e Circular.

3.2.2 Desenvolvimento turístico no contexto do desenvolvimento sustentável

Uma solução possível para o “problema”, da falta de background teórico, consiste em desenvolver a temática do ponto de vista do conceito de desenvolvimento sustentável,

abordagem seguida no Compendio de Economia Regional. Silva e Perna (2000) referem que a sustentabilidade e otimização dos impactos da atividade turística depende da consideração em simultâneo de 4 dimensões: económica, ambiental, social e institucional. Aliás os autores dedicam a atenção predominantemente à questão ambiental. Para efeitos de valorização da dimensão ambiental os autores sugerem que seja dada atenção a três aspetos chave. Primeiro, o uso do mecanismo de mercado para corrigir o impacto das externalidades negativas, para que o custo dos inputs traduza os custos reais para a sociedade. Segundo, regulamentação ambiental, ordenamento do território e exploração racional de atividades económicas em parques naturais e afins. Terceiro, adoção voluntária de programas e iniciativas por parte da indústria. No âmbito da sua análise, Silva e Perna (2009) referem aspetos tais como a redução dos recursos naturais e produção de lixo e resíduos, a necessidade de promoção de estudos de análise dos impactos, o respeito pelas capacidades de carga, a internalização das externalidades, a análise holística e integrada da problemática, a necessidade da requalificação, qualificação e valorização social do emprego no setor, e a promoção da concorrência, questões também analisadas por García-Falcón e Diego Medina-Munõz (1999).

A abordagem desenvolvida por Silva e Perna (2009) pode ser complementada pela abordagem desenvolvida por García-Falcón e Diego Medina-Munõz (1999) e Butler (2000), autores que discorrem de forma detalhada sobre o conceito de desenvolvimento sustentável³⁶ nas suas mais diversas variantes e sobre a questão do planeamento do desenvolvimento turístico no contexto das ilhas Canárias. O texto em questão é objeto de desenvolvimento no decurso da aula Teórico-Prática, dado o carácter informativo, objetivo e abrangente da temática do desenvolvimento sustentável, para além da proximidade física e experimentação pessoal por parte de fração dos alunos da experiência “Canárias”. Outra abordagem respeita ao papel do setor na redução das assimetrias regionais/espaciais, questão abordada de forma sumária com base no artigo de Andriotis (2006), intitulado “Researching the development gap between the hinterland and the coast—evidence from the island of Crete”. A análise é sustentada com base na análise dos dados relativos à evolução do número de hóspedes por concelho, no período de 2002 a 2020.

Outro angulo explorado consiste na análise do impacto e do papel das políticas comunitárias, nacionais e regionais relevantes para o desenvolvimento da atividade turística, através da análise dos documentos relevantes. Trata-se de uma abordagem também explorada por Silva e Perna (2009) e Goeldner e Ritchie (2009). O quadro abaixo

³⁶ O conceito de desenvolvimento sustentável surge associado a intervenções públicas na área da proteção do meio ambiente, e ao desenvolvimento de produtos turísticos compatíveis com a manutenção do stock de recursos naturais e ao desenvolvimento de uma elevada consciência ambiental junto das populações locais e dos turistas. A definição standard associada ao Relatório Brundtland de 1987, da Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento produzido em 1987, define “desenvolvimento que dá resposta às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades”. A Definição em causa enfatiza uma perspetiva de longo prazo, e a necessidade de compromisso/trade-off entre preocupações do presente (criação de emprego e desenvolvimento empresarial com base na utilização dos recursos disponíveis) e a manutenção de um stock de recursos que permita responder a questões similares no futuro, para além de todas as considerações éticas subjacentes. Pearce e Barbier (2000) (*) definem desenvolvimento sustentável como o "desenvolvimento que perdura". Obviamente que não é fácil maximizar o bem-estar das gerações atuais e simultaneamente garantir a manutenção do stock de recursos que garanta níveis de bem compatíveis com oportunidades/bem-estar similares no futuro. A noção de desenvolvimento sustentável inclui ainda um foco nas necessidades humanas, bem-estar, qualidade de vida.

(*) Pearce, D., & Barbier, E. (2000). *Blueprint for a Sustainable Economy: For a Sustainable Economy* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781849774239>

Silva e Perna (2009) sumariza a questão do papel das políticas públicas, ao destacar a complexidade da questão devido à realidade transversal do setor.

Quadro 7: Políticas comunitárias com impacto no setor do turismo

Políticas relativas ao mercado interno	Ações indiretas resultantes da aplicação das políticas comunitárias
Controlo das fronteiras externas	Política Regional
Comércio em duty-free	Proteção do consumidor
Fiscalidade Indireta: Harmonização taxas de IVA	Desenvolvimento Rural
Políticas de transporte: desregulamentação do transporte aéreo	Política Ambiental
Políticas de transporte: desregulamentação do transporte terrestre	Educação e Formação
Livre circulação de trabalhadores e reconhecimento de qualificações	

Adaptado de Silva e Perna (2009)

A política comunitária com reflexos ao nível do setor do turismo, apoia-se em vários eixos de intervenção, nomeadamente nos que respeitam a questões como o desenvolvimento rural, desertificação em áreas de baixa densidade, promoção do turismo cultural e definição de rotas turísticas, requalificação de património natural e histórico e privado, apoio à investigação científica, a atualização das contas satélite, e formação nas áreas das TIC & Smartdest. As linhas de orientação das intervenções relativas ao setor do turismo constam da nota de rodapé³⁷.

Relativamente aos objetivos para Portugal, o documento “Estratégia Turismo 2027” refere na pg. 4, 5 eixos de intervenção, que se citam de seguida:

- valorizar o território, permitindo o usufruto do património histórico-cultural e preservação da sua autenticidade; a regeneração urbana; a potenciação económica do património natural e rural, a afirmação do turismo na economia do mar a estruturação da oferta turística para melhor responder à procura.
- impulsionar a economia, que respeita à competitividade das empresas; à simplificação, desburocratização e redução dos custos de contexto; à atração de investimento; à qualificação da oferta; à economia circular; ao empreendedorismo e inovação.
- potenciar o conhecimento, em que se inclui a valorização das profissões do turismo; a formação de recursos humanos; a capacitação em contínuo os empresários e gestores; a difusão de conhecimento e informação; a afirmação de Portugal como smart destination.
- gerar redes e conectividade, através do reforço de rotas aéreas ao longo do ano e da mobilidade no território; da promoção do «turismo para todos», numa ótica inclusiva; do envolvimento da sociedade no processo de desenvolvimento turístico e de cocriação; do trabalho em rede e a promoção conjunta entre os vários setores.
- projetar Portugal, aumentando a notoriedade de Portugal nos mercados internacionais enquanto destino para visitar, investir, viver e estudar e de grandes eventos e posicionar o turismo interno como fator de competitividade e de alavanca da economia nacional.

³⁷ Relativamente aos objetivos da política de turismo na EU, o documento “Draft Thematic Guidance for Desk Officers” sugere uma série de linhas de orientação:

- .coerência e alinhamento dos investimentos na área do turismo, com outros investimentos financiados ao abrigo de outros objetivos temáticos
- .alinhados com a análise SWOT dos programas operacionais (PO) relevantes
- .compatíveis com a valorização do património cultural e turístico regional
- .assentes na “inovação e a diversificação de produtos, processos e serviços, bem como a especialização em nichos de mercado, com vista a ultrapassar a dependência do baixo valor acrescentado e do trabalho temporário, assegurando atividade económica e emprego fora da época alta do turismo.
- .atenção tripla atualização da capacidade de excelência, inovação e internacionalização das PME e dos clusters e a atividades entre os vários clusters, incluindo através da melhoria de ligações internas e externas
- .apoio ao empreendedorismo e criação de novas empresas

Relativamente a objetivos ou considerações de natureza mais económica, com base numa pesquisa com base em key words³⁸, o termo “despesa média” surge duas vezes; idem para o termo “multiplicador”. Em termos quantitativos, o termo “Receitas” é claramente mais frequente, com 26 inserções no texto. De forma geral, o objetivo é expresso de forma simplificada tal como transparece na citação que se segue: “crescimento em todas as regiões, ritmo de crescimento das receitas turísticas e dos proveitos hoteleiros mais acelerado do que o aumento de hóspedes”. Outra nota a ter em conta consta ao papel atribuído ao conceito de cluster. O termo surge citado seis vezes, por exemplo, na expressão “constituição e dinamização de clusters e redes de produtores de bens e serviços para a indústria do turismo”.

Embora as críticas de Calero e Turner (2020) formuladas acima sejam aceitáveis, dado que embora grande parte dos estudos centrados no nexus desenvolvimento regional turismo reconheça o óbvio, a saber o impacto do setor em termos de crescimento económico, e seja verdade que os mesmos careçam de suporte teórico sofisticado que explique o link desenvolvimento regional-turismo quando se destinam a um público não técnico, a verdade é que “estudos de natureza descritiva constituem muitas vezes a primeira abordagem científica numa nova área de investigação”³⁹ (Grimes e Schulz, 2002, 45). McKenzie (2018) refere que o excesso de preocupação com a identificação de relações (e por extensão com a modelização), levou a déficits de análises descritivas e/ou à sua exclusão pura e simples das mesmas dos journals de referência, dada a manifesta preferência por análises causais de qualidade sofrível (mas econometricamente sofisticadas), dado preverem o óbvio, e/ou irrelevantes do ponto de vista comunicacional e de policy-making.⁴⁰

Indiscutivelmente a multiplicidade de estudos existentes subscreve e recomenda o desenvolvimento do setor com base no papel do mesmo na redução das disparidades regionais e da criação de emprego, sem grandes considerações teóricas, é verdade, a não ser no caso dos impactos económicos, onde o recurso à teoria do consumidor e teorias do desenvolvimento regional (ex. desenvolvimento endógeno) são relativamente frequentes. Ver a propósito Martin, (2015) Vu e Turner (2006), Zhou-Grundy e Turner (2014).

3.2.3 Compreendendo o desenvolvimento turístico do ponto de vista das RUPs

Na última seção do programa, relativa à economia madeirense, é considerado o relatório “Growth Factors in the Outermost Regions”, relatório que introduz a temática da ultraperiferia e a análise das características-chaves das RUPs com uma descrição de 6 teorias entendidas como relevantes pelos autores para explicar o desenvolvimento económico nas RUPs, contexto que sustentou a decisão de as incluir nos tópicos abordados no contexto da UC⁴¹. A análise dos mesmos, ver Quadro seguinte permite fazer,

³⁸ Trata-se de um exercício no qual os alunos são treinados, de forma a identificar de forma sumária as palavras-chave quantitativamente mais frequentes.

³⁹ No original reza: “descriptive studies often represent the first scientific toe in the water in new areas of inquiry” (Grimes and Schulz, 2002, 45).

⁴⁰ McKenzie, D. (2018), Have Descriptive Development Papers Been Crowded Out by Impact Evaluations?, <https://blogs.worldbank.org/impac evaluations/have-descriptive-development-papers-been-crowded-out-impact-evaluations>

⁴¹ Trata-se de um Relatório partilhado com os alunos, e objeto de análise no decorrer das aulas a título de “exercício”. As indicações sobre como aceder ao Relatório no formato pdf oferece a oportunidade para alertar a multiplicidade de recursos acessíveis no site da Comissão Europeia, e para a multiplicidade de recursos (estudos, relatórios, Working Papers, estatísticas, etc) acessíveis no site.

a ponte com outras UCs do curso, e com outros tópicos abordados no âmbito da UC de Economia Regional, e sobretudo explicar em que medida o desenvolvimento do setor do turismo se enquadra nas abordagens valorizadas pelos autores.

Quadro 8: Fatores determinantes do crescimento económico no contexto das RUPs



Fonte Ismeri (2011)

Nas linhas que se seguem são analisados com algum detalhe cada um dos pontos acima, conforme expressos no Relatório. Os mesmos servem de introdução à análise do capítulo 6 do programa, conforme referido acima. Cada sub-seção “Relevância para o setor do turismo ...” ilustra alguns pontos julgados relevantes para o autor deste relatório para efeitos de enquadramento da questão.

1. Integração, liberalização do comércio e mercados e estabilidade financeira

O estudo identifica os fatores acima como subjacentes aos princípios definidores do projeto de construção europeu, e em linha com os desenvolvimentos institucionais/políticos transcritos no Mercado Comum, no Ato Europeu Único, no Tratado de Maastricht, no Tratado de Amesterdão, e na União Monetária conducente à adoção do Euro. Todos estes desenvolvimentos valorizam as questões da integração económica (diretamente relacionado com a criação e alargamento do mercado único), liberalização do comércio e mercados (e, por conseguinte, aposta nas exportações) e estabilidade financeira (macroeconómica), como condições necessárias subjacentes ao crescimento económico regional. Efetivamente, o projeto de construção europeia baseia-se no pressuposto da ocorrência de vantagens económicas decorrentes do processo de integração da economias, e da emergência de mercados competitivos e liberalizados, associados a maiores volumes de comércio e à exploração de economias de escala, mais eficiência empresarial e ganhos em termos de bem-estar decorrentes do aumento do volume de comércio, e do reforço de dinâmicas endógenas de crescimento em termos de “knowledge” e capital humano. O relatório reconhece que as RUPs não têm beneficiado dos desenvolvimentos comunitários neste âmbito, dadas as limitações decorrentes da insularidade e da “falta de dimensão”, nem que os benefícios dos processos de integração ocorrem de forma automática, devido à incapacidade para explorar economias de escala associados ao alargamento dos mercados e à abolição de fronteiras. A fraca capacidade exportadora, também explicada pela distância (custos de transporte acrescidos) face ao espaço continental, leva a uma situação de relativa marginalidade do processo de integração nos fluxos de comércio europeu. O grau de sucesso no contexto da “Integração,

liberalização do comércio e mercados e estabilidade financeira” depende do grau de desenvolvimento de cada região, das estruturas económicas predominantes, do seu grau de diversificação e da capacidade institucional de mudança. Na maior parte dos casos, a probabilidade de sucesso é reduzida. Os autores reconhecem ainda a elevada probabilidade de ocorrência de soluções de mercado do tipo monopolístico, questão especialmente importante no caso das indústrias fornecedoras de fatores de produção. A rigidez decorrente em termos de preços e custos, assim como a mobilidade imperfeita dos fatores de produção impedem a concretização do processo de integração e liberalização. No caso das RUPs, o relatório propõe medidas promotoras da concorrência, da liberalização das indústrias de base, da contratação pública (public procurement), e dos serviços financeiros, uma maior flexibilização do mercado de trabalho, e um maior grau de mobilidade da mão de obra. Trata-se de um tópico exposto de forma detalhada aos alunos, devido à importância do projeto europeu para o financiamento das RUPs e à identificação e valorização da questão das estruturas monopolísticas.

Relevância para o desenvolvimento do setor do turismo

Sobre os comentários produzidos no relatório pode ser dito o seguinte. O setor do turismo assenta numa miríade de PME e microempresas, constituindo um dos setores mais próximo do modelo ideal de concorrência perfeita, contribuindo efetivamente para uma redução dos impactos negativos decorrentes de soluções de mercado do tipo monopolístico. O setor contorna em larga medida, a questão da “falta de dimensão” dado beneficiar de um mercado potencial muito alargado, em teoria construído pelos residentes no espaço da EU, podendo explorar economias de escala, alargando também a dimensão de mercado de outros setores conexos, como se indica na seção relativa ao efeito multiplicador. O setor do turismo constitui ainda o “único “setor exposto à concorrência internacional, a beneficiar efetivamente da liberalização do comércio internacional, e a contribuir para a integração das RUPs no comércio global. Dado tratar-se de um dos poucos setores próximo do modelo de concorrência perfeita, constitui um relativo exemplo das vantagens da aposta na eficiência operacional, inovação e criatividade, e da menor dependência de relações do tipo “clientelista”, pelo que o “espírito” empresarial subjacente ao setor deve ser promovido.

2. Investimento em infraestruturas

A abordagem em causa enfatiza o desenvolvimento do investimento público e privado em infraestruturas físicas, nomeadamente infraestruturas rodoviárias e equipamentos sociais, como drivers do crescimento económico. Os autores do relatório recomendam a apoio ao investimento privado, em especial às PMEs, mais ajudas ao desenvolvimento do setor de serviços de apoio à atividade e à criação de empresas, mais incentivos fiscais ao investimento estrangeiro, ao acesso a capital de risco, recomendado ainda o controlo dos custos (questão dependente do impacto das estruturas monopolísticas) e crescimento dos salários, e o estabelecimento de um “business-friendly regulatory environment”. No âmbito dos fatores competitivos imateriais, o apoio ao estabelecimento de redes de cooperação-colaboração é fortemente recomendado.

Sobre a questão do investimento em infraestruturas será necessário referir dois aspetos contraditórios, não referidos no relatório, mas referidos no decurso das aulas, dada a importância do investimento em infra-estruturas na RAM⁴². Rodríguez-Pose (2001)

⁴² Relativamente a este tópico, os alunos são alertados para a temática da “dívida oculta”, questão quente no Verão de 2011. Neste sentido, os alunos são remetidos para textos como os que se seguem:

refere que a aposta nas infraestruturas constitui uma "low risk strategy for regional policy makers", o que facilmente se transforma em excessos, e num processo auto-sustentado, de aposta sucessiva na multiplicação dos investimentos na área. Outra questão a ter em conta. Embora as abordagens mais conservacionistas favoreçam a manutenção do stock de capital natural, e a preservação do meio ambiente, e critiquem implicitamente o desenvolvimento do stock de infra-estruturas, a verdade é que os turistas preferem "perfect islands fantasies", tais como constatado em "Labadde, a piece of Haiti, surrounded by a ten-foot-high wall, patrolled by armed guards", (Wood, 2000: pg. 361). Ou seja, a oferta de infraestruturas de qualidade para manter os níveis competitivos é uma necessidade, aposta alias bem colhida pelo eleitorado que também beneficia do incremento do stock de infraestruturas, da provisão de serviços, dos índices de acessibilidade melhorados, e da criação de emprego quer no setor da construção civil, quer na função pública, empregos estes caracterizados por um elevado grau de proteção face à concorrência e aos dos altos e baixos dos mercados. Relativamente à Sicília, Helg et al (2000: pg. 84) referem que para o período de 1970-1989 cerca de 2/3 do emprego criado resulta do aumento do número de funcionários públicos, o que parece ser a norma nas regiões desfavorecidas da UE (Lovering, 1999; Giordano, 1999), incluído a RAM⁴³. A despesa pública emerge como fonte critica de criação de emprego, indiretamente através da expansão do volume de obras publicas. Uma das críticas à aposta nas acessibilidades/infraestruturas reside no carácter temporários dos impactos. Morgan (1997: pg. 496) refere que "EU regional policy was mainly addressed to fighting symptoms (like high unemployment) rather than causes (like low innovation potential)". Hospers (2003: pg. 642) considera que se trata de " supply-side phenomenon", disconnected from the social and institutional background and commercial dimensions of innovation". Trata-se, no entanto, de uma abordagem sustentada eleitoralmente a nível local.

2.1 Relevância para o desenvolvimento do setor do turismo

Malgrado as críticas, importa referir que a questão das acessibilidades é fundamental em termos de integração do hinterland rural na dinâmica de desenvolvimento turístico. O

<https://www.dn.pt/economia/dinheiro-vivo/alberto-joao-jardim-rejeita-divida-oculta-e-garante-nao-estar-a-esconder-nada-2000528.html>

<https://www.jn.pt/nacional/alberto-joao-jardim-nega-divida-oculta-2000522.html>

⁴³ Para o período 1995-2019, dados constantes das "Contas Regionais" publicados para a DREM, mostram que 52% da variação absoluta do emprego foi explicado pelo setor "9. Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social". O valor para a Região Autónoma dos Açores é de 49%, e para Portugal de 30,7%.

Sectores	Portugal	RAA	RAM
1	-1,1%	-1,3%	-2%
2	-32,5%	-0,9%	-13%
3	-9,3%	-8,1%	-20%
4	58,8%	40,6%	63%
5	8,8%	0,9%	3%
6	-1,8%	-1,4%	1%
7	1,9%	0,5%	2%
8	38,7%	9,6%	7%
9	30,7%	49,0%	52%
10	5,9%	11,0%	7%

Legenda: 1.Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; 2.Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; 3. Construção; 4.Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração; 5.Informação e comunicação; 6.Atividades financeiras e de seguros; 7.Atividades imobiliárias; 8.Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio; 9.Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social; 10. Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços

desenvolvimento turístico no contexto insular tende a ocorrer ao longo da costa e na cidade capital/porto, com as áreas rurais “excluídas” do processo numa primeira fase devido à falta de acessibilidades (Roudi et al, 2019; Lee e Brahmasrene, 2013; Martín-Cejas e Sánchez, 2010). As dificuldades patentes nas áreas rurais, nomeadamente em termos do processo de desertificação/despovoamento em curso, acelerada pela migração externa ou interna em busca de melhores condições salariais e a crescente procura por parte dos turistas tradicionais de alternativas ou mix de produtos, potenciaram (e justificaram politicamente) o interesse na busca de soluções para a redução das assimetrias espaciais, quer em termos da distribuição das unidades hoteleiras, quer em termos da geração de despesa. A consolidação da rede rodoviária no conjunto da ilha permitiu reduzir o tempo de deslocação de forma significativa permitindo o reforço do papel dos concelhos limítrofes na dinâmica turística. Existem razões para crer que a incorporação do rural hinterland permitiu acomodar os interesses de uma clientela menos interessada na core product, baseado numa estada num hotel de 4/5 estrelas no Funchal e acesso a um ritmo descontraído aos restantes recursos da ilha, mas mais interessada em férias ativas e/ou exploração do hinterland rural. Alguns estudos realizados no âmbito da TLGH sugerem que a ação do governo, em termos da oferta de infraestruturas, potencia o crescimento económico (Cortes-Jimenez e Pulina, 2010)⁴⁴.

Ainda neste ponto, deve ser referido o paper de Hernández-Martín, (2008), que consideram a dependência do transporte aéreo uma vantagem, dado permitir ao governo insular controlar o acesso e manter a estabilidade nos custos de transporte, no caso da existência de companhia aérea de bandeira.

3. Investimento em capital humano

O Relatório destaca a aposta na formação dos recursos humanos, investimento na educação e formação, em linha com os modelos de desenvolvimento endógeno, mais integração do maior número de residentes na população ativa, via aumento da taxa de participação de vários segmentos da população, redução da taxa de desemprego e aumento da produtividade e das competências da mão de obra, objetivo fundamental na estratégia comunitária para o período 2014-2020.

A importância da temática é reconhecida ao nível do documento “MADEIRA 2020 – Estratégia Regional de Especialização Inteligente”, mais precisamente no tópico “6. Investir na qualificação do Capital Humano e aumentar a atratividade do sector”. As apostas referidas neste âmbito são as seguintes:

- 6.1 Comunicar a nova estratégia “em cascata” e sensibilizar os recursos humanos para a nova proposta de valor e serviço orientado ao bem-estar e satisfação do turista;
- 6.2 Realizar um levantamento exaustivo das reais necessidades da Região em termos de qualificação do Capital Humano e Perfil de Competências;
- 6.3 Avaliar a oferta formativa e a capacidade das instituições para fazer face às necessidades do mercado e proposta de valor do turismo;
- 6.4 Desenvolver programas para tornar o sector mais atrativo com vista à captação e retenção de recursos humanos;

⁴⁴ Um dos exercícios propostos aos alunos é o seguinte: “Tendo em conta os dados constantes da Folha “I.14 - Hóspedes entrados nos estabelecimentos de alojamento turístico por município, segundo os anos”, do ficheiro “Série Retrospectiva das Estatísticas do Turismo (1976-2020)”, calcule a variação absoluta e a variação percentual, por concelho, para o período 2002-2019. Comente os resultados. Os comentários e análises são reforçados com a análise do texto “Managing pre-emptively overtourism by promoting rural tourism in low-density areas: lessons from Madeira”, indicado no CV.

- 6.5 Incentivar e avaliar a introdução de boas práticas de desenvolvimento do Capital Humano nomeadamente a formação complementar, modelo de remunerações, condições de trabalho e gestão de carreiras;
- 6.6 Avaliar o grau de satisfação dos colaboradores do sector e respetivo subsector;
- 6.7 Avaliar o potencial de posicionamento da RAM como referência internacional na área de formação no sector do Turismo.”

3.1 Relevância para o setor do turismo

O setor do turismo assume-me como intensivo em mão de obra, e com elevada capacidade de geração de emprego. Caracteriza-se, no entanto, por salários abaixo da média, elevada penosidade do trabalho físico e elevada rotatividade da mão de obra (Roudi et al, 2019). O crescente grau de sofisticação da procura turística e exigências em termos de acesso a experiências culturais, históricas e identitárias, exige mão de obra com capital cultural compatível (García-Falcón e Medina-Muñoz, 1999). García-Falcón e Medina-Muñoz (1999) defendem como estratégia de diversificação do setor em Canárias, a “profissionalização” da indústria, via contratação de mão de obra qualificada, definição e aplicação de standards de qualidade e avaliação de impactos ambientais. Os autores defendem que a redução da taxa de desemprego passa por apostar na qualificação profissional adequada às necessidades do setor, que permita a oferta de mão de obra qualificada para as necessidades de gestão ambiental, gestão da oferta qualificada, comercialização de sites de interesse arqueológico e patrimonial e na gestão do setor do turismo rural. Sharpley (2003) refere o impacto negativo da falta de competências por parte dos gestores dos agro-negócios em Chipre.

A questão da falta de recursos humanos não é de gestão fácil, mas a exigir atenção dadas que as carências nesta área limitam a capacidade de expansão do setor. Gay (2012) refere que o setor do turismo nos em Guadalupe e Martinica, “départements d'outre-mer français” é vítima de um processo tipo “Dutch disease”, dado que os territórios em questão, e cite-se do original, ”receives colossal public remittances in the form of salaries, with a hypertrophy of the public sector, multiple forms of aid, public investment and tax exemptions” (pg. 1642). A “Dutch disease”, baseada na experiência holandesa com o gás natural, ocorre quando uma economia de dimensões reduzidas, é afetada pela injeção súbita de grande volume de meios financeiros, que alimenta a procura de emprego no sector “vítima” do boom, a procura interna (via consumo interno) e as importações e a inflação, tanto ao nível dos bens e serviços para consumo privado como no mercado dos fatores. Os setores expostos vêm-se a braços com aumento nos custos dos inputs e/ou dificuldades em recrutar mão de obra, mais interessada no package salarial praticado no setor em expansão. O setor do turismo assume-se como uma das maiores vítimas da doença, nas RUPs francesas, dada a incapacidade para pagar salários mais elevados, a não ser via subsídios e isenções fiscais. Na prática, o setor é obrigado a reduzir margens, ou a limitar a expansão, dado ser impossível um aumento dos preços em linha com a inflação. Não pode, contudo, ser escamoteada a questão dos baixos salários e dos ritmos de trabalho penosos.

4. Inovação e tecnologia

Esta a abordagem foca a importância da inovação e tecnologia, e da aposta no investimento público e privado no setor da I&D e no estabelecimento de parcerias entre os centros de investigação, laboratórios e Universidades e empresas, salientando o reforço da capacidade de absorção de tecnologia e o uso efetivo de soluções tecnológicas, em

linha com as teorias de crescimento endógeno e com o modelo de desenvolvimento territorial denominado de “Sistema Regional de Inovação”. A nível da RAM a questão assume uma relevância maior, dados os baixos índices de I&D em termos nacionais.

4.1 Relevância para o setor do turismo

O setor do turismo não surge no topo do ranking dos setores mais technology/R&D-oriented. Assiste-se, no entanto, a uma crescente consciencialização para a importância de adoção de soluções tecnológicas que facilitem as acessibilidades, mobilidade e acesso a informação. No âmbito da questão da inovação e tecnologia é de relevar o conceito de smart tourism destination (STD). Uma das definições possíveis é a de Segittur and TechFriendly (2020, p.7) que define uma STD como: [...] an innovative destination, consolidated on a cutting-edge technological infrastructure, which guarantees the sustainable development of the territory, promotes universal accessibility, facilitates the interaction and integration of the visitor with the environment, increasing their experience in the destination at the same time as improves the quality of life of residents; committing to the fulfillment of the United Nations SDGs”. O conceito de STD radica no conceito de smart city, que assenta na ideia de melhoria da qualidade de vida das populações, em simultâneo com o incremento dos níveis de competitividade, fortemente ancorados em soluções tecnológicas (Boes et al., 2015). Em teoria, o conceito de smart city salienta seis dimensões (smart governance, smart environment, smart mobility, smart economy, smart people, and smart living). Segittur e TechFriendly (2020) associam ao desenvolvimento de uma STD a cinco áreas chave: governança, inovação, tecnologia, sustentabilidade e acessibilidade. Ivars-Baidal et al. (2021) referem nove dimensões: “governança, sustentabilidade, acessibilidade, inovação, conectividade, inteligência, sistemas de informação, marketing online, e evolução da atividade turística.” A configuração prática ao conceito é location-dependent, fortemente ancorada em meios urbanos com capacidades tecnológicas acima da média (Baggio et al., 2020) e numa versão holística e integrada do desenvolvimento urbano.

Alguns destinos apostam no desenvolvimento tecnológico, outros apostam na inovação e competitividade, outros na governança enquanto questões de open data se afiguram mais importantes noutros casos. Numa abordagem mais popular, o conceito aparece muito associado às preocupações de desenvolvimento tecnológico e à implementação de soluções tecnológicas, aplicações para telemóveis, gestão em tempo real da informação, etc. Obviamente que a componente institucional e humana é fundamental. O conceito implica ainda apostas na sustentabilidade e na gestão da capacidade de carga, na governança inclusiva e partilhada, na mobilidade, acessibilidades e produtividade económica, e na gestão das relações residentes turistas, etc. Bastidas-Manzano et al., 2020 referem a mudança recente do foco da tecnologia para o campo das experiências turísticas e sustentabilidade. Contudo a um nível mais prático, o conceito de STD surge associado a aplicações tecnológicas que permita aos gestores e turistas uma gestão em tempo real dos seus recursos e opções. A RAM tem procurado apostar na área do smart-destination. Neste respeito pode ser salientado que a inovação no setor pode servir para disseminar, promover e banalizar o processo de transferência de competências, capacidade de gestão, práticas organizacionais e tecnológicas e acesso a mercados.

5. Economias de aglomeração

Esta abordagem salienta os benefícios económicos das aglomerações, via impactos da constituição de mercados de maior dimensão, difusão de externalidades tecnológicas,

acesso a informação e difusão de know-how, partilha de custos, constituição de bolsas de mão de obra especializada, spill-overs, resultantes da concentração da atividade económica em determinados pontos do espaço, em linha com o determinado pelos conceitos de economias de urbanização e aglomeração, tema abordado na aula teórica nº2 (Ma et al, 2015). Em termos teóricos, a aposta nas economias de aglomeração pode implicar investir nas core áreas para reforçar o crescimento económico, via efeito “economias de aglomeração” e constituição de um polo de crescimento. No entanto a abordagem em causa pode implicar explorar os recursos endógenos da periferia, sem preocupações em contrabalançar os níveis de desigualdade ou potenciar o desenvolvimento de outros centros, tal como referido pelo modelo centro-periferia. O problema da abordagem para as RUPs reside na ausência de mercado de grandes dimensões, na maioria dos setores, e na baixa densidade empresarial.

O conceito de economias de aglomeração surge associado ao conceito de cluster que pode ser definido em linha com Porter (1998) como uma concentração, numa área geográfica circunscrita (ex. nos limites de um município), de empresas e/ou instituições, “conectadas” por elementos semelhantes e/ou complementares. Cite-se a título de exemplo, a produção de determinado produto idêntico, ou produção de determinadas componentes, por diferentes empresas, mas com capacidade de produção integral do produto. Os clusters surgem associados ao desenvolvimento de externalidades positivas, ao aumento da produtividade, a melhoria dos índices de desempenho empresarial e ao estímulo da inovação, do empreendedorismo e da competitividade (Instituto de Desenvolvimento Regional, 2018).

Martins et al. (2016) referem que um cluster turístico representa um aglomerado de empresas e instituições correlacionadas, entre si, pelo contributo para a montagem de um produto turístico. Canto (2017) e Cunha et al., (2005) referem que um cluster de turismo, distingue-se da abordagem tradicional, dado que os fatores de sucesso dependerem da atratividade da área geográfica em análise, das “regional amenities” na competitividade e na qualidade de vida não só dos turistas como dos habitantes duma certa região geográfica e, portanto, do progresso económico, social, político e cultural. O conceito de cluster salienta o facto de a atividade turística depender do sucesso e performance de atividades e empresas relacionadas, quer a montante, quer a jusante e mesmo dos concorrentes, e portanto da sua capacidade de estabelecerem conexões e partilharem mercados e inovações, e não tanto da concentração espacial claramente definida. O sucesso depende ainda da assunção (leia-se co-responsabilização) por parte dos operadores, que o sucesso (e competitividade) do destino é uma empresa conjunta (Gouveia e Duarte, 2001).

5.1 Relevância para o setor do turismo

Os benefícios associados à constituição de um cluster na área, radicam em aspetos tais como a organização de roteiros turísticos, que incluam tanto o core como a periferia, a partilha de infraestruturas e as campanhas publicitárias, aspeto que pode envolver os mais diversos sub-setores. A “constituição” de um cluster oferece ainda a oportunidade dos operadores ganharem experiência no desenvolvimento de high order competences e “dynamic capabilities” (Teece et al, 1997; Eisenhardt e Martin, 2000) em termos de partilha de objetivos, desenvolvimento de networking, e colaboração, reforço da espessura institucional do território, candidaturas em comum a calls, partilha de custos fixos, capacidade de definirem pontos em comum no mar de vozes e interesses, etc (Canto, 2017; Akadiri e Akadiri, 2021; Akadiri et al, 2018).

6.Fatores contextuais regionais: dimensões socioeconómico, político e institucional

Esta abordagem salienta a importância do macro-ambiente político, social e institucional, no que respeita à sua coerência global, e correspondentes impactos sobre a performance das empresas, mais do que dos sucessos numa área ou noutra, por exemplo na área da formação dos recursos humanos. Esta abordagem salienta aspetos tais como reforço do capital social, da praxis de colaboração entre as empresas e as instituições públicas, participação coletiva nos processos de decisão, e desenvolvimento de setor público (máquina administrativa) eficaz. Alguns dos aspetos relativos a esta temática já foram abordados na Lição, por exemplo, na referência ao Estudo “Enhancing Productivity and Growth in the Caribbean”, um Working Paper de 2017, da autoria do Caribbean Development Bank. Outra questão que pode ser destacada neste ponto refere-se ao facto das sociedades insulares exibirem uma maior coesão social, e estabilidade política, o que as torna atrativas para o IDE (Hernández-Martín, 2008; Antonakakis et al, 2015; Tang, 2018).

6.1 Relevância para o setor do turismo

O sucesso do setor depende da capacidade de definição de uma filosofia, missão e objetivos gerais para o setor, o que obriga obviamente a um consenso alargado entre operadores privados e públicos. A abordagem implícita no fator “dimensões socioeconómico, político e institucional” remete para o conceito de sistema regional de inovação, conceito abordado no decurso da aula, e para a questão do capital social e institucional, questões abordadas na UC de Economia Portuguesa e Europeia. O conceito de Sistema Regional de Inovação (SRI) enfatiza o papel da proximidade geográfica como fator de indução da inovação, empreendedorismo e da otimização dos recursos existentes via parcerias entre o setor público, a administração pública e os laboratórios de investigação e as instituições de ensino superior. O conceito salienta a inovação como fator de vantagem competitiva, mas também como fator de desenvolvimento de uma lógica de networking e aprendizagem social, como razão para desenvolvimento de novas políticas (Asheim e Gertler, 2005; Asheim et al., 2011). Doloreux e Parto (2004), referem que a popularidade do conceito reflete a importância da aprendizagem e do meio social como fatores condicionantes do crescimento económico e no desenvolvimento social (Kofler et al, 2018).

Alguns estudos realizados no âmbito da TLGH sugerem que a ação do governo, em termos da oferta de infraestruturas, impacta positivamente o desenvolvimento do setor do turismo (Cortes-Jimenez e Pulina, 2010; Solarin, 2018). Outros estudos recentes têm vindo a demonstrar o impacto da variável qualidade institucional, e equilíbrios macroeconómicos, no impacto na relação Turismo->PIB, conforme se indica abaixo. Adedoyin et al (2021, 3) referem que uma série de aspetos relacionados com a qualidade do capital institucional, com o funcionamento das instituições e com a qualidade das políticas macroeconómicas, e cite-se do original, com questões como “accountability, transparency, responsiveness, rule of law (ROL), stability, equity and inclusiveness, empowerment and broad-based participation”, na medida que impactam positivamente a dinâmica de crescimento económico. Adedoyin et al (2021) referem ainda que desenvolvimento do setor turístico pode impactar positivamente a qualidade das políticas económicas, dado que a ocorrência de elevados níveis de corrupção delimita o limite

superior da dinâmica de crescimento imposta pelo desenvolvimento do setor turístico ao reduzir o volume da procura (Tang, 2018; Tekken e Kropp, 2015; Jaakson, 1996)⁴⁵.

3.2.4. Desenvolvimento turístico e desenvolvimento local e rural

A problemática do desenvolvimento turístico pode ainda ser analisada via dois conceitos “clássicos”: desenvolvimento endógeno versus desenvolvimento exógeno. A re-introdução à temática oferece a oportunidade para rever os conceitos de desenvolvimento exógeno e endógeno, introduzidos nas aulas 2 e 4. O desenvolvimento exógeno corresponde a uma era caracterizada por investimentos de grande dimensão decididos pela administração do Estado (preocupada com correção das assimetrias em termos de rendimento, e/ou desigualdades no acesso a bens e serviços públicos), e/ou afirmação de grandes grupos económicos, com fortes apostas na indústria pesada e setor primário. A evolução económica e tecnológica dos anos 70 levou ao colapso das apostas em grandes unidades industriais nos sectores da indústria pesada desconectados da tradição industrial local (Vázquez-Barquero, 1995), o que implicou a identificação de alternativas. Os anos 80 caracterizam-se por uma série de iniciativas de desenvolvimento local, centradas na exploração de oportunidades de valorização dos recursos locais, e na evidenciação do papel das PMEs, dados os menores montantes de investimentos requeridos. A aposta no desenvolvimento local traduziu-se ainda no reconhecimento da importância crescente do setor dos serviços. A adoção do conceito de desenvolvimento endógeno, obrigou, como refere Vázquez-Barquero (1995, 26) “a um intenso processo de aprendizagem, de adaptação e de reestruturação produtiva”.

Confrontados com problemas de desemprego, baixa densidade empresarial e falta de competitividade, falta de mercados (decorrentes da falta de profissionais capacitados na área do marketing e scanning tecnológico) e produções viáveis, os atores locais viram-se a braços com a necessidade de avançar para um exercício de diagnóstico, de forma a identificar os recursos locais passíveis de valorização. Constatou-se na época que as eventuais soluções teriam de ter em conta as condicionantes de cada território, nomeadamente em termos de recursos naturais, culturais/históricos, e especialização produtiva, mais stock de capital social e institucional, assim como a experiência (ou falta de) internacional das empresas locais. Vázquez-Barquero (1995) referem que o objetivo do desenvolvimento endógeno passou a ser o de conseguir integrar o desenvolvimento do espaço nas dinâmicas internacionais, contexto que conduziu com alguma naturalidade, nalguns territórios, ao turismo. Refere Vázquez-Barquero (1995) que:

⁴⁵ Citando ainda Adedoyin et al (2021, 3)”:

“It is important to establish that the aspect of governance has been indicatively implied as policy in the literature, which is more of a passive than an active indicator. Good governance is expected to promote economic expansion through active policy formulation and implementation in areas that pertain to the economic welfare of a nation while limiting the forces of political instability and corruption, which are the main factors that hamper governance. The direct or indirect impact of governance determines the development quotient of any sector of government of a nation. For instance, issues of geopolitical instability and corruption can limit economic growth, as witnessed in African countries and Southern Mediterranean countries such as Turkey”

O papel chave do governo, no sucesso da aposta no turismo, é explicitado:

“Government is the central core of governance, the binding force at the hem of development and economic growth, either economically oriented or geopolitically inclined, with tenacity tailed down to politics, especially in the aspects of governance indices, which span through areas, such as law index, government effectiveness (GOV), control of corruption (COC), regulatory quality index (RQI), voice and accountability (VOA) index, political stability (POL) index, corruption perceptions index and political right index, among others, which define the fate of sustainable economic development among nations (Tang, 2018)”

“A solução passa por uma reestruturação do sistema económico e uma adaptação do modelo institucional, cultural e social de cada território às transformações do contexto em que se inserem e à concorrência. De forma simplificada, pode dizer-se que o problema que as cidades e as localidades enfrentam consiste na reestruturação dos seus sistemas produtivos de forma a que as explorações agrícolas e as empresas industriais melhorem a produtividade e aumentem a competitividade nos mercados locais e externos. É amplamente aceite a ideia de que o aumento da produtividade e o aumento da competitividade são os objectivos que devem nortear o processo de transformação estrutural das economias locais. Esses objectivos podem, contudo, atingir-se por processos diferentes que se resumem a duas estratégias alternativas: ou dar um salto tecnológico e produtivo e transformar, completamente, a estrutura produtiva da localidade ou do território, ou adoptar uma estratégia de pequenos passos, transformando gradualmente o sistema económico a partir das características da estrutura produtiva existente.”

O modelo de desenvolvimento endógeno surge, portanto como uma resposta à crise dos modelos e políticas regionais tradicionais, nos anos 70, fortemente ancorados em grandes volumes de financiamento público e aposta em mega-projetos. Estes últimos assentavam numa lógica top-down, e na ênfase na distribuição espacial de atividades económicas, com base em investimento público (recursos externos à região). A mesma passa a ser substituída por um mix de recursos locais e externos, e (em teoria) por uma abordagem bottom-up. O modelo de desenvolvimento endógeno assenta ainda na ideia que o desenvolvimento não necessita de ser polarizado e centralizado em áreas urbanas e centros industriais tradicionais, podendo emanar de forma difusa uma diversidade de polos e cidades intermédias, baseado em recursos e competências difundidos pelo território. Polèse (1998) refere que o termo desenvolvimento endógeno (ou “desenvolvimento a partir de baixo”) traduz “a esperança de o próprio meio local poder iniciar um processo de desenvolvimento que dê origem a uma economia regional próspera, baseada nas iniciativas e nos conhecimentos técnicos (no “know-how”) dos habitantes e das empresas da região”.

O modelo de desenvolvimento endógeno sugere que os atores residentes devem ter capacidade para desencadear ações, iniciativas e adaptações dos recursos locais e da tradição industrial mais compatíveis com as alterações da dinâmica do mercado nacional ou internacional e, tendo em conta as suas “potencialidades e objetivos, orientarem o processo de desenvolvimento local”. Neste ítem os alunos da UC são alertados para o texto de Vázquez-Barquero (1995), e para o texto de Joseph e Krishnaswamy (2010)⁴⁶ sobre os fatores locais que potenciam a resiliência. O sucesso das iniciativas de desenvolvimento endógeno depende da afirmação de atores com capacidade de definir uma agenda, e de reivindicar um papel, de atrair e mobilizar outros atores em termos de agenda/objetivos comuns e de evitar blind spots. Neste respeito, é referido que o desenvolvimento assenta no envolvimento da comunidade, afirmação de capacidade empreendedora, resiliência, iniciativa, etc (Polèse, 1998). Baseados em Baptista (1997) podemos referir a existência de 3 pré-condições subjacentes ao sucesso dos modelos de desenvolvimento endógeno: surgimento de ator(es)/associação com capacidade/interesse em organizar projetos empresariais ou redes de colaboração; recursos materiais (capital, poupanças) e institucionais; capacidade organizativa empresarial que permita avançar para os mercados.

Labrianidis and Kalogeressis (2006: pg. 28) referem, e cite-se do original, “a much more serious concern, on the other hand, is related, not to the availability of infrastructure, but to the ability of rural areas to explore new opportunities, or in other words, the existence of mechanisms capable of transforming technology into innovation”. De facto, a muitas regiões faltam recursos pelo que constituem o que Webster (2000: pg. 82) chama de “parts of the planet that global capitalism has little interest in”. Ainda neste respeito pode ser referido que das muitas das experiências empreendedores são necessity-driven, derivadas

⁴⁶ Joseph, C. and A. Krishnaswamy. 2010. Factors of resiliency for forest communities in transition in British Columbia. *BC Journal of Ecosystems and Management* 10(3):127–144.

da necessidade de resolver problemas de falta de oportunidade de emprego e não opportunity driven (Simón-Moya et al. 2016; Fairlie e Fossen, 2018; Vegetti e Adascalitei, 2017). Em qualquer dos casos, a iniciativa empresarial induz um aumento do stock de empresas, e em muitos supre necessidades reais em termos de bens e serviços.

Neste âmbito os alunos são ainda lembrados da preferência de muitos residentes na periferia pelo status quo, o que pode implicar movimentos de contestação relativamente ao processo de desenvolvimento turístico. Löfgreen (2000)⁴⁷ considera 4 abordagens relativamente a atitude dos residentes relativamente ao processo de globalização, questão também relevante a nível empresarial/individual: abordagem clientelista; abordagem isolacionista; “abordagem “doing nothing at all”; e abordagem competitiva. Camagni (2002) referem 3 abordagens de desenvolvimento e sobrevivência no contexto da periferia/Less Favoured Regions (LFR); abordagem defensiva concentrada no lobbying político, no intuito de maximizar as transferências financeiras; abordagem endógena baseada no desenvolvimento da cultura económica local, capacidades empresariais; e atração de FDI. A abordagem clientelista salientada por Löfgreen, já referida atrás, baseia-se numa dependência forte do estado via transferências financeiras e instalação de infra-estruturas públicas e organismos do estado. Tal como refere Löfgreen, neste contexto “cities act as a kind of nation state government”, putting political pressure on “national governments to balance uneven development and to come to the rescue of less fortunate cities” (Löfgreen, 2000: pg. 507). A mesma aproxima-se da abordagem exógena dos anos 70 quando “local politicians lobbying in the corridors and canteens of national parliaments” (Löfgreen, 2000: pg. 507). Embora muitas regiões continuem a manter um poder negocial intacto, trata-se de uma abordagem cada vez mais arriscada dadas as mudanças em curso a nível global, e as crescentes restrições orçamentais enfrentadas pelos governos nacionais e regionais. É preciso também ter em conta que muitas das decisões ao nível da organização das cadeias de produção globais, e das decisões de investimento são externas. Terluin (2003: pg. 328) refere que “territorial units like rural regions are not significant causal factors in the global process of socio-economic change as the primary dimensions of behaviour are structured at a higher level than the community or regional level” (Hoggart e Paniagua, 2001).

A abordagem competitiva subentende a adoção do modelo de desenvolvimento endógeno orientado para as exportações, dado que se enfatiza a utilização dos recursos locais e o desenvolvimento do contexto empresarial e institucional como input crítico do desenvolvimento da competitividade local. Por exemplo, a Comissão Europeia referia em 1994 (pg. 13) que a competitividade regional dependia de, e cite-se do original “encouraging the development of knowledge-based economic activities and innovation” in the sense of efficient institutions, productive relationships between the various actors involved in the development process and positive attitudes towards business and enterprise”.

Dito de outra forma, o desenvolvimento regional deve ser baseado em “reforçar a capacidade das regiões de construir as suas próprias vantagens competitivas via reforço da capacidade de inovação, empreendedorismo e desenvolvimento de skills” (DTI, 2001: pg. 4). O modelo competitivo subentende também menos aposta na redistribuição de rendimento via subsídios, menos investimento público e afirmação de um modelo de desenvolvimento da periferia menos assente nas transferências financeiras (Fothergill, 2005). Esta abordagem subentende uma rejeição do velho paradigma da política de desenvolvimento regional da União Europeia, e um acolhimento de algumas das

⁴⁷ Trata-se de um texto abordado no contexto da UC de EPE para efeitos de exemplificação do facto dos eleitores/cidadãos disporem de agency, e de estarem “empoderados” com capacidade eleitoral, para capacidade para tomarem decisões contrárias à racionalidade económica aparente.

premissas do modelo neo-liberal, no sentido da afetação da esfera de intervenção do Estado à correção das falhas de mercado, e insuficiência de capital institucional e social indispensável à competitividade do território. É necessário reconhecer que no contexto das RUPs, alguns dos obstáculos clássicos no campo da infraestruturas e acessibilidade teriam necessariamente de ser controlados, antes de privilegiar “abordagens” soft, baseados na correção das falhas de mercado, em ‘making markets work better’, ‘ensure an efficient functioning of markets (product, labour, capital), and ‘increased competition’, e outros slogans idênticos. Embora os alunos sejam alertados para as “virtualidades” teóricas do modelo competitivo, os mesmos são lembrados que o modelo neo-liberal assume implicitamente que o subdesenvolvimento resulta de erros próprios, que não podem ser ignorados, em termos de desenvolver as condições ideais em termos de “business climate” (Fothergill, 2005), mas que algumas das condicionantes reais nas ilhas não resultam de erros de gestão macroeconómica.

Uma nota de cautela adicional relativamente ao papel das iniciativas locais, centradas no explorar de oportunidades, e de iniciativas bottom-up, em linha com as observações anteriores. As oportunidades de desenvolvimento no contexto insular são relativamente limitadas, fator reconhecido na literatura. Refere Baldacchino (1993, pg. 36-37) que:

“It would seem closer to the truth to argue that, for most microstates, it is not a question of which development strategy to choose: a free choice has never really existed. It is rather a case of pursuing any available strategy consistently and yet being prepared to ditch it when the situation so demands. Development policy is basically a balancing act. To succeed in development is to perceive and exploit the possibilities and mitigate the obstacles as these emerge, in compliance with the basic formulations of what is understood by development in particular contexts (1975:20). The policy, to be relevant, must remain flexible and responsive to concrete strategies applied to what are understood to be constantly and unpredictably changing conditions. ‘Economic development is a problem of management - of timing, sequencing and manipulating in an unending effort to perceive or create, and in any case, to exploit a multiplicity of little openings and opportunities’. Contrast this reality of microstates’ contingent and **opportunist pragmatism** with the western idea of development as organic, directional, cumulative, irreversible and purposive.

The room for manoeuvre is arguably most limited for microstates: any manoeuvring they engage in must be carried out with skill to clinch a successful outcome. For microstates do have choices to make; they embrace a set of options which is certainly wider than that of complete acquiescence to international dynamics. Certain elements in dependency may be structural, but others are contingent on actors’ policies and decisions. If there is such room for manoeuvre it is in the interest of all states, but of microstates most crucially, to recognize it and exploit it to the full. For many microstates, smallness - and the characteristics of insularity and remoteness which usually accompany it - need not represent a trinity of despair but rather an opportunity. Insularity has automatic defensive and locational advantages which a number of small states have utilized to develop as centres at which ‘merchandise’ can be stored and/or trans-shipped. Historically, this has included prisoners and slaves; today it includes fish, chemicals, fuel and cargo. Remoteness carries the possibilities of military and strategic uses as well as the advantages of crop gene pool isolation; perceptions of strategic location and global insecurity frequently result in the installation of military or telecommunications bases. These advantages in themselves starkly highlight the problems of microstate powerlessness which these small states may well prefer to exploit rather than avoid”.

Hampton e Christensen (2002, 164) discorrem sobre as razões para o sucesso dos off-shores no contexto insular, destacando outro conjunto de restrições com que se confrontam as regiões insulares, nomeadamente a coesão social, homogeneização de comportamentos e atitudes e dificuldades de afirmação de visões “alternativas”:

“Small island and microstate cultures appear well suited to the successful development of tax havens and OFCs because media independence is frequently partial or absent; there is a general absence of higher education institutions or an intellectual community to critique policy; and the insularity and inward-looking focus common to small island communities suppresses whistle-blowing. Small polities have few democratic checks and balances upon the executive power wielded by key

individuals and the parliament may not have an effective formal opposition as in the case of the British Channel Islands which have never held a general election....

The political economy and culture of smallness feeds the element of secrecy that is a prerequisite for offshore financial activity, ..., so that individuals who go against the norm, that is, who critique the legitimacy of the OFC are in a sense, going beyond the community's shared values, It could thus be argued that at this high level of abstraction the island's form of social capital helps create the benign milieu that is attractive to international financial institutions”

Portanto, não é de esperar um desenvolvimento acelerado de clusters na área do turismo ou de um sistema regional de inovação nos moldes definidos na teoria, baseados no envolvimento da participação pública, cidadania empoderada, etc, dada a série de limitações com que as RUPs se confrontam.

Sharpley (2001) refere a ausência de alternativas ao mass tourism, conclusão que o leva a validar a estratégia de desenvolvimento cipriota dos anos 70, 80, e 90, não tanto pelo entusiasmo com a expansão do turismo, mas mais pela falta de alternativas:

“... in reality Cyprus does not possess enough cultural sites to attract sufficient numbers of ‘quality’ tourists, particularly in comparison with other Mediterranean destinations, whilst, finally, the island has a firmly established image as a mass, summer-sun destination. The development of agrotourism, for example, has not yet proved to be successful, the problem of low occupancy levels amplified by the fact that the majority of guests are domestic, as opposed to overseas, tourists. Generally, therefore, as Ioannides and Holcomb (2002: 253) ask, why would ‘quality’ tourists wish to ‘visit Cyprus as a destination in the first place, especially as there are so many other competing upmarket destinations . . . offering vastly superior products’? Conversely, well over 2.5 million ‘mass’ tourists are attracted to the island each year, despite the relatively high cost of holidays given its distance from its principal markets”

Na mesma linha, García-Falcón e Diego Medina-Munõz (1999) defendem que a questão estratégica chave das Canárias reside na consolidação do turismo de massas sol-e-praia, produto chave do turismo canário, e não na multiplicação de alternativas, numa lógica endógena. Não que não exista interesse na multiplicação de nichos de mercado e no desenvolvimento de modelos de negócio alternativos. Existem é razões cuja relevância superam as vantagens implícitas no modelo endógeno. Os autores referem que a concentração do parque hoteleiro na zona costeira meridional limita os impactos negativos do setor. No intuito de limitar os impactos negativos, já de si espacialmente concentrados, os autores sugerem ainda um processo de “embelezamento” da ilha, melhoria da qualidade das infraestruturas, profissionalização da indústria, definição de standards elevados em termos de qualidade, impacto ambiental, etc.

As razões para a “inércia”, residem no predomínio do mercado “sun-and-sand”, e no papel de liderança, e respetivas vantagens implícitas, das Canárias neste mercado. Portanto ao combinar “inércia” (i.e., continuação da aposta no mass-tourism) com inovação responde-se à crescente sofisticação, expectativas e exigências demandadas pelos turistas com base na melhoria da qualidade do produto, e no incentivo a travel arrangements para diminuir o grau de dependência dos tour operators. A diminuição dos impactos negativos em termos ambientais, via controlo do volume construção, os upgrades do parque hoteleiro, e a aplicação estrita dos padrões de qualidade ambiental⁴⁸, contribuem igualmente para a

⁴⁸ Standards on quality and environmental impact can refer to the overall quality of services and products, resort and building size, management requirements for tourist companies, maintenance of buildings and equipment, usage of contaminating materials, waste generation, water and energy consumption, waste management requirements (e.g., equipment for recycling), usage of recycled materials wherever possible and incorporation of Gran Canaria's features into the tourist offer.

inovação. Ao apostar diversificação das experiências, com o core do produto, é possível manter o sucesso do destino.

Um conceito relacionado com a temática do desenvolvimento endógeno respeita à aposta no desenvolvimento rural. Este último surge preocupado com as questões da desertificação local, proteção dos valores ambientais, culturais e identitários, e com a valorização dos mesmos, correlação das assimetrias económicas e sociais via aposta no empreendedorismo, preocupações que potenciam o turismo rural. Mais recentemente, todos estes aspetos foram interlaçados com o conceito de desenvolvimento sustentável. De forma similar, o conceito de desenvolvimento local, aplicado numa generalidade de territórios e áreas problemáticas (áreas em processo de desindustrialização, periferias urbanas, centros históricos das cidades, áreas rurais em processo de desertificação), associado à criação de agências de desenvolvimento local, surge associado a tentativas de evitar a abordagem top-down tradicional (top->base), tão comum na perspetiva da administração central (Polese, 2008; Silva e Perna, 2010).

A abordagem do tipo desenvolvimento local, tem sido experimentada em áreas políticas e eixos de intervenção tão diversas como o planeamento territorial, políticas de emprego, políticas sociais, políticas de habitação, políticas de educação/formação, como referem Silva e Perna, (2010). As políticas de desenvolvimento local tendem a centrar-se na unidade territorial de pequena escala. Conforme referido por Polese (1998), o desenvolvimento local implica a afirmação de uma identidade forte mais uma gestão descentralizada e orientada por organismos intermédios que apoiem material ou financeiramente as empresas locais, mais redução da dependência da região face aos governos e aos agentes económicos externos à região, mais afirmação de atores locais chave (ex. Presidente da Câmara), etc (Polèse, 1998).

O tema do desenvolvimento local e rural salientam aspetos hoje consensuais, tais como a busca por novas ofertas e experiências tais como a saúde, desporto, cultura e turismo rural e o desenvolvimento da capacidade empresarial e institucional da periferia, conforme referido por Polèse (1998). Outro aspeto salientado reside na valorização do interior, tendo em conta a riqueza única dos espaços em questão, em termos de paisagens biodiversidade, etc (Silva e Perna, 2010). Destacam também as vantagens da diversificação como elemento que implica menos dependência dos setores tradicionais em crise, agricultura e administração pública, neste caso em decorrência das perdas demográficas.

Ou seja, o desenvolvimento turismo, sobretudo no contexto rural, pode ser associado, às questões do desenvolvimento exógeno, desenvolvimento endógeno e lógicas locais e rurais. A expansão do setor pode ainda ser conectada ao novo paradigma da política de desenvolvimento regional que privilegia a busca de soluções locais, com o papel do Estado a circunscrever-se ao papel de coordenador e interlocutor. Os alunos podem ainda ser alertados para as dificuldades práticas que emergem quando se procura desenvolver o setor, com base em abordagem bottom-up, e para o facto de segmentos significativos da população poderem preferir o statu-quo. Desenvolver o setor implica investimento, a alteração das prioridades setoriais, a afirmação de novos autores, e novos modelos/paradigmas e soluções, que podem suscitar inquietações e rejeição junto de vários stakeholders e chocar com os interesses instalados.

3.2.5 Desenvolvimento turístico e a TLGH

A abordagem teórica clássica neste contexto, dos impactos económicos do turismo, refere-se à TLGH, background teórico “suficiente” para sustentar teoricamente a abordagem empreendida nesta lição. O impacto da atividade turística em termos de

crescimento económico, equilíbrio da Balança de Pagamentos, comércio internacional, redução da taxa de pobreza e aumento do padrão de vida e do nível de rendimento, para além do acesso a divisas (e consequente financiamento da aquisição de importações e maquinaria para investimento) tem sido objeto de vários estudos econométricos, que confirma na generalidade as expectativas (Nunkoo et al, 2019; Liu e Song, 2017; Sincliar, 1998; Bouzahzah e Menyari, 2013). Nos dias de hoje não restam dúvidas aos decisores políticos, operadores, e analistas, da importância chave do setor e do potencial do mesmo no fomento do crescimento económico, no estímulo à produção local, à criação de postos de trabalho, e ao financiamento da aquisição de maquinaria/capital para efeitos de investimento (Vita e Kyaw, 2017). A análise teórico-empírica do impacto da atividade turística no crescimento económico, catalogado posteriormente de Tourism-Led Growth Hypothesis (TLGH), foi testada inicialmente por Balanger e Cantaverlla-Jordá (2002), cuja análise passou a constituir referência obrigatória na fundamentação teórica e empírica numa linha de investigação em crescendo, nomeadamente através das análises de Inchausti-Sintes (2015), Vita e Kyaw (2017), Bilen et al (2017), Paramati et al (2017), Tang and Tan (2018), Zuo e Huang (2018). A TLGH baseia-se nas análises tradicionais relativas ao impacto do comércio internacional no crescimento da economia, contexto que confere alguma estabilidade teórica à TLGH, e que permite dissipar algumas das dúvidas de Calero e Turner (2020).

Importa referir que as conclusões dos estudos agrupados sob a capa TLGH são ambíguas, embora a maioria dos estudos confirme a TLGH, conclusão intuitivamente plausível, sobretudo no contexto dos SIDS. Questões como o foco geográfico diferenciado, o nível de desenvolvimento económico de cada país, diferenças em termos de abordagem metodológica e métodos econométricos explicam as diferenças identificadas (Nunkoo et al, 2019; Brida et al, 2016; Brida et al, 2015; Liu e Jiang, 2017; Li et al, 2018). Nunkoo et al (2019), baseados em Castro-Nuño et al (2013) e Liu e Song (2017), consideram que a diversidade metodológica e uma multiplicidade de conclusões associadas à ambiguidade em termos de conclusões caracterizam outros campos de análise, pelo que a ambiguidade nesta área em particular não deve surpreender.

Nunkoo et al (2019) consideram que as análises e papers associados à TLGH constituem um corpo teórico suficiente para documentar e fundamentar a relação turismo ->PIB. Entre os estudos que apontam para um impacto positivo, podemos considerar as análises de Balanger e Cantaverlla-Jordá (2002), Brida et al (2015), Arslanturk et al (2011), Liu e Song 2017, Salifou e Haq (2017), entre outras (Akadiri e Akadiri, 2021; Akadiri e Akadiri, 2018; Antonakakis et al. 2016; Bilen, Yilanci, and Eryüzlü 2017; Brida and Risso 2009; Chulaphan e Barahona, 2018; Dritsakis, 2004; Fahimi et al, 2018; Gunduz e Hatemi, 2005; Salifou e Haq 2017; Tang and Tan 2013 Habibi et al, 2018; Nassani et al, 2019; Jóhannesson e Huijbens, 2010). Nalguns casos, é identificada uma relação neutra ou fraca, (Singh et al, 2010; Chen e Chiou-Wei, 2009; Shazad et al, 2017), enquanto alguns estudos (raros identificam uma relação negativa (Oh 2005; Capo et al, 2007; Katircioglu, 2009). Ainda noutros casos, a relação que é identificada é do tipo PIB->Turismo, como constado por Narayan (2004a) e Oh (2005). Outros estudos identificam uma relação bi-direcional, como indicado por Kim et al (2006) e Dogru e Bulut (2018), e Cortes-Jimenez e Pulina (2010) enquanto outros estudos indicam que o impacto positivo do turismo é condicional à introdução de variáveis como o nível de rendimento e capital institucional como nos casos de Du et al (2016) e Tang e Tang (2018). No caso das relações bi-direcionais, é assumido que o desenvolvimento económico potencia quer o turismo doméstico quer as segundas residências, e a constituição de comunidades estrangeiras atraídas pela qualidade de vida e infraestruturas, o que é razoável admitir no contexto de países de grande dimensão com turismo doméstico forte.

Conforme referido acima, muita da ambiguidade resulta da multiplicidade de técnicas utilizadas e tipo de dados, como cross-sectional, time series ou dados em painel. Ou pode resultar da não inclusão de variáveis chave (omitted variable bias) (Akadiri e Akadiri, 2021). Outro factor salientado por Akadiri e Akadiri (2021) refere-se ao facto de diferentes países aplicarem diferentes medidas de políticas económicas, o que impede comparações imediatas.

Baseados em meta-análises, Brida et al (2016) e Nunkoo et al (2019) referem que diversos métodos econométricos têm vindo a ser utilizados, como o OLS tradicional, análises de cointegração, “generalised method of moment” e “Vector Error Correction Model” (VECM). Outro fator que introduz variabilidade resulta da utilização de diferentes proxies relativamente à variável turismo, tais como o número de chegadas ou dormidas, exportações de serviços (turismo), receitas turísticas e despesa turística. Mais, o crescimento económico pode ser medido via PIB, PIB per capita, PIB per capita a preços constantes, etc. Ou seja, conforme referido por Nungoo et al (2019, 3), questão também validada por Brida et al (2016), “differences can be attributed to idiosyncratic choices of methodological approaches, statistical methods, and proxies used to operationalize different variables, and the unique characteristics of the data set”.

Pablo-Romero e Molina (2013), Castro-Nuño, et al, (2013), Cortes-Jimenez e Pulina (2010), Brida et al (2016) e Nunkoo et al (2019) consideram que, na generalidade e tendo em conta os resultados das meta-análises produzidas, a TLGH surge vindicada, em linha com os estudos indicados acima (Li et al, 2018). O número reduzido de estudos a apontarem para relações insignificantes ou negativas é reduzido. Constata-se, portanto, de forma generalizada que o desenvolvimento turístico impacta positivamente o crescimento económico e que o setor do turismo é um dos fatores determinantes chave do turismo no longo prazo. Contudo os autores referem a necessidade de incorporar variáveis como a qualidade da governança e das políticas macroeconómicas, para além da acumulação de capital físico e humano, mais taxa de câmbio e a qualidade da política macroeconómica para obter resultados significativos (Khoshnevis et al, 2017, Bilen et al, 2017; Perles-Ribes et al, 2017).

Uma das questões a salientar aos alunos, para além da variabilidade de abordagens metodológicas, variáveis, proxies e contextos geográficos, consiste na questão das expectativas relativamente aos resultados! Ou seja, Nunkoo et al (2019), e também Castro-Nuño, et al, (2013) constata a existência de um enviesamento na literatura a favor dos resultados positivos, (Fonseca e Sánchez-Rivero, 2020) o que explicam com base no facto que a partilha de boas notícias é sempre bem-vinda, cenário que também ocorre noutras áreas (Gage et al, 2017), mas que limita a “liberdade de expressão”, condicionando o progresso científico e a qualidade da tomada de decisão (Cook e Therrien, 2017; Harrison et al, 2017; Doucouliagos e Stanley, 2009; Doucouliagos e Stanley, 2013; Doucouliagos, 2005). Os autores reconhecem em que muitos casos, os potenciais autores podem optar por não publicar resultados “inesperados”, i.e., resultados estatisticamente insignificantes, ou relações causais em “contramão”, dado que “sentem” que dos decisores, pares (e editores das revistas) e líderes de opinião esperam uma atitude otimista. Outra questão inesperada da abordada por Nunkoo et al (2021) resulta do facto da magnitude dos impactos depender do método econométrico selecionado, e do tipo de variável utilizado, questão inultrapassável, dado sustentar-se em questões técnicas.

3.3.Otimização versus maximização. Planeamento e sustentabilidade.

A importância do setor do turismo no contexto insular é inegável, conforme evidenciado acima. E as razões para o facto compreensíveis. Refere Butler (2000), que a relação

turismo/regiões marítimas assenta numa relação histórica centenária, com muitas das áreas marítimas a surgirem no topo dos destinos turísticos. E em muitas das regiões marítimas, o turismo não é apenas um setor quantitativamente importante em termos económicos - trata-se do setor estratégico decisivo, por razões que se prendem com influências históricas, como no caso da Madeira e dos Açores, com a preferência “nítida” por parte dos consumidores pelo fruição da orla costeira e pelo produto “Sol e Mar”, e pelas vantagens comparativas das regiões insulares na faixa tropical e sub-tropical em termos de temperatura e clima, praias, natureza luxuriante e exótica, identidade cultural única e experiência em bem receber. Husbands (1983) discorre sobre o desenvolvimento da “welcoming society” nas Índias Ocidentais (Caraíbas), processo em construção desde o século XVI, e razão maior para uma atitude acolhedora e para uma certa joi de vivre . Contudo, as vantagens comparativas óbvias das regiões insulares, mais a falta de alternativas evidentes, pode conduzir a “excessos”, conforme se constata numa série de regiões insulares. O exemplo relativo a Ayia Napa, em Chipre, descrito na edição na edição de 30/12/2019 do The Telegraph, é ilustrativo a este respeito:

“It was the late Nineties that Ayia Napa became the “new Ibiza”, attracting hundreds of thousands of British revellers every summer to a corner of Cyprus previously more or less left alone by tourists. The boom of low-cost airlines and cheap package deals fused with a blossoming club scene, and made this small town on the south-east tip of the Mediterranean island the perfect destination for hedonistic teens and twenty-somethings.

By the turn of the millennium, Ayia Napa, where a British teenager has just been convicted for allegedly lying about being gang-raped, was already sick of its new-found fame.

From the Nineties to the Two thousands, the number of drug offences doubled, and complaints about noise and traffic incidents (mostly scooter-related) rocketed. Instances of anti-social behavior, including the indecent (public sex, streaking, etc), also rose dramatically.

In addition to this, high-profile incidents - such as a stabbing at a Radio 1 party - forced Cypriot authorities to consider whether it had a handle on the rise of the resort now dubbed “Fantasy Island.

Despite the apparent pushback on its party credentials, Ayia Napa led the way in the evolution of Club 18-30 holidays, ranking alongside the lakes of Magaluf, Marbella and Zante for European “sun, sand and sex” destinations.

“Ayia Napa is a respectable quality resort, for quality customers,” Christos Volos told a Telegraph journalist in 2001. Then managing a five-star hotel on the outskirts of town, Mr Volos said: “Listen to me very carefully. Ayia Napa is not the new Ibiza, it has never been the new Ibiza and it will never be the new Ibiza. This is propaganda. Lies told by British tour companies. They are attracting the wrong people.” Such a vehement response did nothing to put off visitors, and Ayia Napa’s reputation as a party resort only grew.”

Noutros casos o problema reside na construção excessiva, na perda de solos agrícolas, na progressiva degradação dos ecossistemas e na ubiquidade das lixeiras (Sharpley, 2003; Seetanah, 2011). Pelo que se impõe o planeamento do desenvolvimento da atividade, de forma a respeitar os limites ecológicos, a afetação dos solos às atividades mais adequadas, o respeito pelos limites da capacidade de carga e a qualidade da experiência (Marques, 2019). Outros dos problemas referidos na literatura referem-se à vulnerabilidade face à subida do nível do mar, embora as ilhas respondam apenas por 1% das emissões globais com efeito estufa (“Global Greenhouse Emissions”).

Questões relacionadas como a erosão da orla costeira e desaparecimento das praias arenosas, branqueamento dos corais, e perda de diversidade em geral, e o movimento errático do lixo no oceano, que pode afetar inesperadamente áreas paradisíacas, assumem também uma importância crescente. Caso se adicionem erros na gestão do lixo, e falta de eficácia na gestão de recursos escassos como a água, energia e solos e o planeamento do desenvolvimento urbano caótico, como se refere no texto acima, pode-se assistir à

degradação dos espaços naturais e da imagem no exterior, com reflexos na procura (Madjak e Almeida, 2022).

Ou seja, a importância do setor traduz-se num grande volume de investimento público, no desenho de projetos de infraestruturas tendo em conta os interesses do setor e no investimento na promoção externa (Akadir e Akadiri, 2021, Roudi et al, 2019), o que implica a necessidade de desenhar políticas apropriadas, e adotar uma abordagem integrada, quanto mais não seja devido ao volume de financiamento/investimento afeto ao setor. Outra razão mais decisiva para a necessidade de considerar o planeamento do desenvolvimento do setor resulta do facto do mesmo implicar por vezes processos de degradação ambiental irreparáveis (Gössling, 2002; Gössling et al, 2002; Gössling e Hall, 2006; Nepal, 2008; Roudi et al, 2019; Olafsdottir and Runnström, 2009).

A título de enquadramento da problemática, os alunos são alertados para o documento “Estratégia Turismo 2027 – Liderar o Turismo do Futuro”⁴⁹, promovido pelo turismo de Portugal, que refere como objetivo o “crescimento em todas as regiões, ritmo de crescimento das receitas turísticas e dos proveitos hoteleiros mais acelerado do que o aumento de hóspedes”. O termo “crescimento” surge 62 vezes no documento, com tons positivos dado o “efeito de arrastamento [do setor] e de alavancagem da economia nacional”, constatado em Portugal.

O documento “Compromisso Madeira @ 2020”, publicado pelo Instituto de Desenvolvimento Regional (da Madeira) alinha pelo mesmo tom quando analisa o setor. É referido na página 8 “incentivo ao crescimento do sector turístico”, enquanto na página 3 é referida a “ligação virtuosa e prolongada entre infraestruturas - construção imobiliária – turismo”, como fator de crescimento.

O documento “Estratégia para o turismo da Madeira 2017-2021” alinha pelo mesmo diapasão ao referir como um dos objetivos para o setor, o “desenvolvimento e crescimento sustentado da atividade turística enquanto contributo para a preservação e melhoria do ambiente natural, económico e social da Madeira, respeitando os princípios contidos no Código Mundial de Ética do Turismo e na Carta do Turismo Sustentável”. Embora se reconheça a necessidade de respeitar os limites ambientais, a questão-chave do contributo do setor para o crescimento económico é evidente e patente. A evidência empírica para Portugal e para a Madeira corroboram o impacto positivo sobre a economia regional (Eusébio, 2006; Andraz et al, 2015), o que justifica mais medidas e incentivos ao desenvolvimento do setor turístico, desde que respeitados os limites ecológicos.

O quadro abaixo, mostra um crescimento notável quer do número de hóspedes, quer do número de estabelecimentos, quartos e capacidade alojamento, no período 2010-2019, no que respeita à RAM. O quadro abaixo é reproduzido pelos alunos no âmbito da formação no tratamento de séries estatísticas e da estimação de modelo OLS simples, com a variável do foro turístico a surgir como variável dependente, e o fator tempo como variável explicativa⁵⁰.

⁴⁹ A temática oferece a oportunidade para reforçar as competências dos alunos na leitura de documentos oficiais, muito frequentemente um exercício “monótono” e “cansativo”.

⁵⁰ Conforme referido atrás um exercício síntese, introduzido para efeitos de cálculo de percentagens, taxa de crescimento composta, regressão do tipo $T=f(\text{tempo})$ é o que se segue. Considere o ficheiro Excel “Turismo1976-2019”. Considere a variável “I.2 - Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico por mês, segundo os anos”. Calcule a variação absoluta e a variação percentual para o período 1976-2019. Calcule ainda a taxa média de crescimento anual para a variável e para o período 1976-2019. Calcule ainda a taxa média de crescimento anual para cada uma das décadas em análise. Identifique qual a linha de tendência média para a variável “Estada média nos estabelecimentos hoteleiros” no período 1976-2019. Qual o valor da perda média anual em termos de dias, para o período em causa? Sintetize a informação obtida relativamente às duas variáveis em apreço. O objetivo do exercício reside na acumulação de experiência e eficiência na análise simples de dados através do cálculo de taxas de crescimento, valores médios, identificação de linhas de tendência e síntese da informação.

Quadro 9: Taxas de crescimento médio de uma série de variáveis

	CAGR	Tendência Linear
Hóspedes entrados	5,5%	...
Total de Hóspedes	5,4%	b=30327,75; p>(t)=0,000; R ² =0,9363; R ² ajustado=0,9348
Dormidas	5,4%	b=142030,3; p>(t)=0,000; R ² =0,9304; R ² ajustado=0,9304
Estada Média	0,0%	b=-0,053770; p>(t)=0,000; R ² =0,8213; R ² ajustado=0,8170
Taxa ocupação-cama	2,4%	b=-0,003805; p>(t)=0,955; R ² =0,0001; R ² ajustado=0,0001
Taxa ocupação-quarto (%)		...
Proveitos totais 103 €	6,7%	b=9614,824; p>(t)=0,000; R ² =0,9525; R ² ajustado=0,9514
Proveitos de aposento 103€	7,6%	b=6190,170; p>(t)=0,000; R ² =0,9408; R ² ajustado=0,9394
Custos com o pessoal 103€	2,4%	b=3086,332; p>(t)=0,000; R ² =0,9398; R ² ajustado=0,9383

Embora em contextos como os da RAM, a componente económica do fenómeno turístico prevaleça, e seja considerada fator decisivo em termos de crescimento económico, os alunos devem ter em conta que o desenvolvimento turístico pode tanto beneficiar como prejudicar a região em termos sociais e culturais. Do lado positivo, o crescimento do setor é associado a uma maior consciência para a necessidade de valorizar o património cultural, e para as possibilidades de recuperar tradições, e rejuvenescer artes e ofícios tradicionais, mantendo a autenticidade dos mesmos, e as suas ligações ao meio local, contexto que se verifica no âmbito da política de eventos (Ismeri, 2011). Neste caso é considerado o conjunto de trabalhos desenvolvido no âmbito do Observatório de Turismo, e respetivas publicações, questão abordada no CV. Os alunos são alertados para a importância crescente do turismo cultural e para a valorização dos recursos históricos, culturais, e das tradições agrícolas e vinícolas, e para as possibilidades que a identidade, história e património insular oferece em termos de comercialização e exportação dos recursos culturais, questão sobretudo patente no caso da Festa da Flor, evento criado de raiz nos anos 70, por razões puramente comerciais, mas hoje um ex-libris da região (Ismeri, 2011; Marujo, 2014).

Contudo a aposta nos fatores culturais pode levar a processos de turistificação⁵¹ e comercialização excessiva, conducente a uma sensação de artificialidade e excessos de pragmatismo artificial e manifestação de “doenças sociais”, nomeadamente a busca excessivamente evidente do “lucro”, expressas no conceito de overtourism. Um estudo recente desenvolvido no âmbito de uma prestação de serviços com a Provedoria de Justiça permitiu identificar a questão do alojamento local como uma das razões subjacentes ao aumento dos preços das casas por m² e do valor das rendas, conducentes em última análise ao recurso à habitação social⁵².

No que respeita ao meio ambiente, o desenvolvimento do setor pode tanto contribuir para a valorização e manutenção do stock de recursos naturais, através da definição de parques naturais e reservas de ecológicas e eco-taxas centradas no financiamento de projetos de relevo, mais estudo e reflexão (via turismo científico) sobre o valor e importância dos ecossistemas para a sobrevivência do destino, ou ao contrário, para elevados níveis de poluição (atmosférica, sonora, visual), e para a degradação do stock de recursos naturais, flora e fauna. Dada a maior sensibilidade ecológica por parte de um número crescente de turistas, estes últimos podem ser utilizados como ferramentas que suscitem uma generalização de comportamentos pró-ambiente (Madjak e Almeida, 2022). Podem ainda contribuir, conforme referido acima, via taxas turísticas e outras despesas, para financiar projetos de conservação.

⁵¹ De acordo com Ferreira (2017, 403), Termo definido como a turistificação ocorre “ocorre “Quando um território se adequa a esta nova função turística paradar satisfação aos que chegam de fora, verificando-se uma apropriação do lugar para e pelo turismo. . . ” Leite, (2008) citando Almeida (1999).

⁵² Ver em <https://www.provedor-jus.pt/documentos/implementacao-de-politicas-publicas-sobre-a-habitacao-social-na-regiao-autonoma-da-madeira/>

Ou seja, embora o background da formação dos alunos privilegie uma ótica económica os mesmos devem estar conscientes das implicações sociais, culturais, ambientais e políticas do desenvolvimento turístico. Mais, é ainda necessário salientar que num conjunto de situações o setor do turismo surge como setor chave, imprescindível, noutros contextos, a aposta no setor surge como fator de diversificação. Em qualquer dos casos, impõe-se um exercício de planeamento do desenvolvimento do setor, processo que inclui uma etapa de diagnóstico, no âmbito da qual a análise dos impactos económicos e das fragilidades ambientais constitui uma sub-etapa fundamental. Para o efeito utiliza-se, ou é feita referência ao estudo de Fonseca e Ramos (2007) sobre como se organiza um estudo/plano estratégico.

Para efeitos de sumula, os alunos serão informados que um processo de maximização num exercício e lógica de crescimento contínuo e de maximização das oportunidades de investimento, acarreta muito frequentemente quer o ultrapassar dos limiares de carga, quer a deterioração da qualidade da experiência turística, e da qualidade de vida dos residentes, do que resulta quer a contração da procura quer a resistência por parte das populações locais a novos projetos de investimento. Para efeitos de ilustração são referenciados artigos publicados na imprensa que salientam a constatação crescente das populações locais urbanas a novos projetos nos meios urbanos.

A temática permite ainda introduzir uma referência a um documento fundamental, a saber o “Decreto Legislativo Regional n.º 15/2017/M”, que aprova o “Programa de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira”. O essencial, numa lógica económica, do documento reside na definição do valor máximo em termos do número de camas:

“Para o horizonte temporal do POT (2027) é estabelecido um valor de referência para a gestão do crescimento da oferta de Empreendimentos Turísticos, para a Região Autónoma da Madeira, de acordo com o Cenário de Referência selecionado, e que é de 40 000 camas”.

No entanto a vertente ambiental é realçada, na norma 18, que reza que “Nos Espaços Naturais e Áreas Protegidas são permitidas as atividades, serviços e apoios de alojamento, de acordo com a legislação específica em vigor, e com os respetivos planos ou programas de ordenamento e gestão”. O documento reconhece as dificuldades que surgem num destino dependente do turismo, mas interessado no salvaguardar do capital natural (pg. 2805):

“A gestão das áreas protegidas, os seus paradigmas e conceitos, têm evoluído muito nos últimos anos, acompanhando tendências internacionais (por vezes reforçando-as e ultrapassando-as), promovendo uma abertura destes espaços naturais ao consumo turístico. Este consumo tem vindo a acentuar -se, observando -se pontualmente sinais de conflito entre a oportunidade do consumo turístico e a imperiosa missão de salvaguarda dos valores naturais em presença.”

Na prática o documento assume uma versão desenvolvimentista, creio, integrando as zonas protegidas na geração de valor turístico, tal como se depreende das seguintes passagens (pg. 2805):

“a estratégia de abertura das áreas protegidas ao turismo tem contribuído de forma muito positiva para a divulgação dos valores naturais e da importância da sua salvaguarda”

A temática permite ainda introduzir (de forma sumária) o conceito de capacidade de carga turística, definido pela OMT como “o número máximo de pessoas que uma determinada área pode suportar, sem que haja alteração no meio físico, sem reduzir a satisfação dos visitantes e sem que se produza efeitos adversos sobre a comunidade recetora, a economia ou cultura local” (Oliveira, 2013). O POT refere o termo capacidade de carga 3 vezes, nomeadamente quando refere que a necessidade do “Desenvolvimento de um sistema de monitorização e quantificação da capacidade de carga das áreas de uso turístico nos espaços naturais”. A mesma preocupação é produzida relativamente ao percurso das levadas. Contudo o documento não fundamenta em termos ambientais o valor de 40000 camas referidas, nem produz qualquer exercício de benchmarking que permita ajuizar da razoabilidade do número em questão⁵³ (Assembleia Legislativa, 2017).

A literatura indica que o setor, numa perspetiva macro, deve procurar atingir os seguintes objetivos (Lickorish e Jenkins, 2000; Andrioties, 2006; Matias, 2007; Goeldner e Ritchie, 2009; Andrioties, 2009; Cunha e Abrantes, 2013):

1. maximizar a qualidade da experiência psicológica dos turistas, incluindo uma vertente pedagógica relativa ao carácter único do millieux insular, de forma a obter níveis de satisfação elevados, taxas de retorno significativas e feed-back positivo nas redes sociais e junto de familiares e amigos, e uma “boa consciência” juntos dos turistas, com base nas suas “boas ações” (ex. pagamento de taxas turísticas);

2. otimizar a rentabilidade do volume de negócios dos operadores privados, de forma a potenciar o desenvolvimento de novos produtos, nichos de mercado e soluções e a adoção de novos modelos de negócio e investimento em energias alternativas e sistemas de poupança de energia, que possam sensibilizar os turistas mais sensibilizados para a questão ambiental;

3. maximizar os impactos positivos diretos e indiretos da despesa turística, numa ótica de correção dos desequilíbrios espaciais, e de valorização do conjunto de experiências disponíveis, no maior número de concelhos possíveis;

⁵³ Os alunos são convidados a aceder ao Eurostat e a identificarem informação relevante para um conjunto de regiões insulares (NUTS2) incluindo as RUPs, de forma a identificarem o ponto de situação da RAM relativamente ao número de camas. A tabela seguinte resulta da informação solicitada. A RAM surge em 4º lugar em termos do rácio camas/km², e em 2º lugar em termos do ritmo de crescimento do número de camas no período de 2009 a 2020. A avaliação da razoabilidade do número de 40000 camas poderá ser enquadrada no contexto destes dados.

Região	Nº Camas (2020)	CAGR 2009-2020	Área (km ²)	NºCamas/km ²
Voreio Aigaio	21 952	0,02%	3 836	5,72
Notio Aigaio	208 830	1,93%	5 286	39,51
Kriti	168 676	2,00%	8 336	20,23
Ionía Nisia	106 705	1,89%	2 306	46,27
Illes Balears	466 326	0,53%	4 992	93,42
Canarias	433 133	0,14%	7 447	58,16
Corse	163 701	2,67%	8 680	18,86
Guadeloupe	6 456	-0,50%	1 329	4,86
Martinique	6 424	-3,34%	1 128	5,69
Guyane	3 114	1,89%	83 534	0,04
La Réunion	7 116	2,58%	2 504	2,84
Mayotte	518	2,01%	374	1,39
Sicília	212 933	1,19%	15 832	13,45
Sardegna	217 044	0,88%	24 100	9,01
Kypros	90 900	0,15%	9 251	9,83
Malta	49 408	1,83%	316	156,35
RAA	16 769	7,90%	2 322	7,22
RAM	39 405	2,70%	801	49,19
Åland	7 491	0,30%	1 580	4,74

4.ter em conta ao procurar atingir os objetivos atrás, os limites e preservação dos ecossistemas e questões relativas à capacidade de carga, e à manutenção da qualidade da experiência turística, e à imagem e reputação ambiental do país no exterior;

5.introduzir propostas alternativas em termos de modelos de desenvolvimento, nomeadamente em termos da exploração de nichos de mercado e afirmação de novas atitudes face ao funcionamento da economia global, na opinião de alguns autores.

Em princípio os objetivos atrás podem ser compatibilizados, numa lógica de longo prazo, tendo em conta as condicionantes existentes. Experiências de qualidade, asseguram níveis de satisfação elevados, e uma maior probabilidade de adquirir outros bens e serviços durante a estada, e, portanto, maiores impactos sobre setores a jusante e a montante, feedback positivo (WOM) e elevada taxa de retorno, etc. No curto prazo, qualquer tentativa de maximização das receitas/utilização dos recursos acima do limiar de carga implica impactos negativos, em termos de degradação ambiental, qualidade de vida das populações locais, descida no grau de satisfação devido a processos como congestionamento e sobrelotação de espaços, aumento do número de “critical incidents”, e o avolumar de queixas das redes sociais e afins (Madjak e Almeida, 2022). Importa ter em conta que o atingir do ótimo é limitado por uma diversidade de restrições tais como características da procura (nível médio de rendimento do turista típico, maior ou menor sensibilidade ao preço, expectativas e preferências, e outros dados sociodemográficos (ex. idade), com impacto no nível de despesa média diária. Outra limitação refere-se à necessidade de dispor de recursos turísticos atrativos, tanto naturais, como “human-made” (Matias, 2007; Cunha e Abrantes, 2013).

Conforme referido acima, as restrições de índole técnica e ambiental são muito relevantes no contexto insular. Por exemplo, a questão do tratamento do lixo é uma das matérias mais preocupantes (Madjak e Almeida, 2022). Outra refere-se à utilização de espaços naturais com ecossistemas muito sensível. No caso da RAM temos o exemplo da Ponta de São Lourenço. Outra restrição refere-se às restrições temporais. No contexto europeu, o acesso a “férias” pagas constitui a norma desde há décadas, pelo que uma estada de pelo menos uma semana não constitui problema de maior, desde que existam recursos financeiros. O problema reside mais na tendência atual de fracionar do período de férias total, em diversas estadas curtas no exterior ou às geografias próxima (a nível doméstico ou zonas transfronteiriças), vulgo short-breaks, associado ao multiplicar de diferentes tipos de produtos turísticos, fatores com impacto na perda de importância do produto solar. Resulta destes processos, estadas mais curtas, e portanto, menos oportunidades para promover o stock de recursos locais, e um menor número de experiências, e menor capacidade de financiamento de projetos de conservação. O problema das short-breaks é sobretudo importante em territórios insulares que não beneficiam de acesso terrestre.

Nalguns casos, os operadores enfrentam problemas decorrentes da sazonalidade, questão menos relevante no contexto da RAM. Outra questão importante a referir aos alunos, caso o tempo o permita, refere-se às indivisibilidades, e aos custos fixos que as operações turísticas impõe (Matias, 2007; Goeldner e Ritchie, 2009), e/ou custos de oportunidade. Por exemplo, pode não ser rentável construir uma estrada do ponto A (centro urbano) até ao ponto B (área de paisagens de valor estético acima da média). É necessário ter ainda em conta aspetos legais, como toda a legislação na área ambiental, planos diretores municipais, diretrizes em termos de ordenamento costeiro, etc. Por vezes, limites auto-impostos, decorrentes de protestos das populações locais devem também ser tidos em conta. A falta de conhecimento científico pode limitar o explorar de oportunidades, implicando erros por defeito ou excesso. Noutros casos, a falta capital e talento para explorar as oportunidades, apostas em investimentos estratégicos ou de curto prazo, mão de obra qualificada, capital social subjacente à constituição de clusters e colaborações

horizontais ou verticais, restrições que no seu conjunto limitam o potencial de desenvolvimento, etc (Gouveia e Duarte, 2001).

Optimizar a experiência implica ter em conta que em muitos casos, o comprador apenas avalia a natureza da experiência e a qualidade da mesma na fase pós-compra, malgrado a profusão de informação online. Embora o ponto de partida seja um problema de informação assimétrica, a multiplicidade de sites com avaliações e comentários limita o problema. As questões-chave continuam a ser as restrições orçamentais e temporais e o custo da produção das experiências. Ainda na questão da otimização da experiência e o do nível de despesa é necessário ter em conta a fase no life-cycle e a idade do turista médio. Séniores e jovens podem não estar sujeitos a restrições temporais, mas enfrentam restrições orçamentais (em especial os últimos). Em decorrência do trabalho desenvolvido no contexto do Observatório de Turismo, os alunos são informados dalguns aspetos neste contexto.

As questões abordadas neste sub-tópico constam do mapa conceptual abaixo. Em suma, o desenvolvimento sustentável no âmbito do turismo implica ter em conta aspetos ambientais, económicos, sociais e institucionais, ou seja, na prática ter em conta um nível de retorno ótimo decorrente da utilização eficiente de recursos escassos, o que nos remete para a necessidade de equilibrar o ponto de vista de uma série de atores: turistas interessados num nível de bem estar psicológico elevado tendo em conta as suas expectativas (de baixo custo se possível) e despesa total consignada à estada; operadores interessados numa margem de lucro aceitável tendo em conta o volume de investimento e os custos operacionais; e a comunidade local e as autoridades governamentais interessadas, na otimização dos benefícios económicos expressos via variáveis “emprego”, “rendimento” e “salário médio”. O problema chave de todos os destinos é o de compatibilizar uma alocação ótima de recursos com interesse turístico, por norma escassos, à satisfação das necessidades de uma massa de turistas com interesses e necessidades relativamente voláteis e/ou muito exigentes. Relativamente às preferências das comunidades locais, um estudo da UNWTO [2018] refere, e cite-se do original que “majority of residents in eight overcrowded European cities believed there should be no limitations to the growth of visitor numbers” (pg. 9). Ou seja, a maioria dos residentes tenderá a preferir o *statu quo*, ou seja, um crescimento contínuo gerador de emprego, receando uma transformação do setor tão profunda que se traduza em desemprego e emigração.

A temática em apreço permite ainda introduzir (brevemente) conceitos alternativos como *de-growth*. Em apoio deste conceito são referenciados o estudo de Sharpley (2013)⁵⁴, e um paper entretando publicado na *Sustainability*⁵⁵. Esta seção oferece a plataforma ideal para discorrer sobre o conceito de desenvolvimento sustentável. Referindo apenas o básico, dir-se-á que o mesmo significa salvaguardar as necessidades não apenas da nossa própria geração, mas das gerações futuras. O planeamento a longo prazo supõe uma capacidade para conduzir as ações ao longo do tempo. O objetivo de desenvolvimento sustentável no setor implica, entre outros, uma evolução ordenada e compatível da procura e da oferta turística, apostar num crescimento equilibrado e “qualitativo” do setor baseado em mais experiências culturalmente orientadas, maximizar os efeitos multiplicadores positivos da despesa turística sobre outros setores de atividade, preservar e conservar e se possível valorizar os recursos naturais, e planear o desenvolvimento de

⁵⁴ Sharpley, R. (2003). Tourism, modernisation and development on the Island of Cyprus. Challenges and policy responses, in *Journal of Sustainable Tourism*, 11(2&3), 2003, 246-265

⁵⁵ Majdak, P. Almeida, A. (2022), Managing pre-emptively overtourism by promoting rural tourism in low-density areas: lessons from Madeira, *Sustainability*, indexada SJR; (SCImago Journal Rank) – Impact Factor (2020): 0.61

forma política e socialmente participada e auto-sustentável. Mais fácil de dizer do que fazer, sobretudo quando a taxa de ocupação é baixa e a taxa de desemprego sobe”

A nível da União Europeia tal implica apostar em políticas que minimizem impactos negativos e maximizem impactos positivos; implica auxiliar regiões que ultrapassaram os limiares de capacidade de carga, a recuperar e requalificar as áreas degradadas e a restabelecer o equilíbrio dos ecossistemas; atender às necessidades das populações locais e setores correlacionados, com apoios temporários, se necessário; apostar na economia verde, nas energias renováveis, no ecolabeling, para efeitos da melhoria das atividades turísticas, adotar e promover práticas de conduta ambiental e ética, valorizar a certificação e monitorização, etc

De forma simples, desenvolvimento sustentável implica ter em conta a proteção e regulamentação do acesso aos recursos naturais, aplicar o mecanismo de preço eficiente que definam preços que reflitam custos reais e o impacto das externalidades negativas, o que implica aumentar preços; implica a adoção progressiva de práticas ecológicas sustentadas e normas ética de gestão por parte das empresas; ter em conta a horizontalidade do setor e a necessidade e valor de introdução de parcerias público-privadas que possam desembocar num cluster. Sustentabilidade, e “maximização” eticamente sustentável das receitas, implica “sucesso” na satisfação do turista, mais preservação e manutenção do património natural e cultural, mais melhoria do bem-estar do turista e melhoria do bem-estar da comunidade recetora, mais proteção e valorização do património mais competitividade empresarial e promoção do crescimento económico. Em suma, nesta subsecção os alunos são alertados para:

.a necessidade imperiosa de considerar a questão da sustentabilidade ambiental, societal e setorial, na definição dos parâmetros de expansão do setor; a documentação relativa ao planeamento do setor “ênfatisa” a componente económica em termos dos benefícios, embora reconheça a subjugação das considerações neste respeito à necessidade de salvaguardar o meio ambiente e qualidade da experiência; a não salvaguarda do princípio da sustentabilidade resulta em fenómenos como o overtourism e degradação ambiental, para além de reputação negativa nas redes sociais;

.a manutenção da qualidade do stock de recursos naturais e da qualidade da experiência demanda um planeamento do desenvolvimento do setor

Obviamente que a informação disposta nesta seção tem de ser sumarizada, o que se consegue com relativa facilidade.

3.4. Efeito multiplicador e otimização dos impactos a nível local. Linkages e leakages.

Cunha e Abrantes (2013) referem que “a atividade turística não provoca repercussões económicas apenas no momento da realização de um dispêndio, seja em investimento seja em consumo, nem a riqueza que gera se limita à que origina nos sectores económicos”, dado que o montante inicial de despesa origina várias transações (encomendas por parte das empresas em contacto direto com os turistas) sucessivas relativas à aquisição de matérias-primas e outros bens e serviços a fornecedores, pagos com base nos rendimentos gerados pelo round de despesa inicial”. A ocorrência de rounds sucessivos de despesa, coaduna-se com o conceito de multiplicador, e com o facto dos impactos a longo prazo do desenvolvimento da atividade económica dependem do efeito multiplicador, e do progressivo envolvimento de outros setores de atividade na sucessão de transações que se sucedem (Roudi et al, 2019; Nunkoo e Gursoy, 2012; Cortes-Jimenez e Pulina, 2020; Nunkoo et al, 2019), dado que os impactos a curto prazo podem ser

limitados (Nunkoo et al, 2021). Entre estes últimos merece destaque o setor da agricultura e da pesca.

Grosso modo, o efeito de multiplicador traduz-se em dois impactos/etapas fundamentais: a 1ª relativa à despesa direta do turista em alojamento restauração e transportes e outros serviços turísticos; e, uma 2ª relativa à aquisição de bens e serviços por parte dos operadores envolvidos na 1ª fase a fornecedores da mais diversa ordem, do que resultam vários rounds de despesa. Uma nota a ter em conta é que a contabilização dos impactos é dificultada pelo elevado número de empresas envolvidas e por outras dificuldades metodológicas (Fortuna e Maciel, 2020). Outra questão a ter em conta é a não contabilização dos custos de oportunidade. Investimentos em infra-estruturas de apoio à expansão do setor, implicam a não realização de investimentos noutros setores. A capacidade de influência dos operadores no setor, implica muito frequentemente a relativização da capacidade lobbying doutros setores. Outro aspeto a ter em conta é o impacto das leakages, que se refletem na “transferência” de uma percentagem das despesas turísticas da esfera local para o exterior, via importações, ou via repatriação de lucros e pagamentos de salários a não residentes.

A OMT (1997) reconhece três tipos de benefícios, sinalizados na Figura 4:

- diretos-transcritos nos gastos diretos por parte dos turistas em bens e serviços no destino, na forma de rendimento, emprego, receitas fiscais, etc, associados diretamente aos setores em contacto com os turistas (hotelaria, empresas de recreação e lazer, etc);

- indiretos- transcritos na criação de emprego em setores abastecedores dos setores identificados acima, como construtores de aviões, setor da construção civil, fornecedores de produtos alimentares do setor da restauração, etc;

- .induzidos- transcritos na criação de emprego (e rendimento) induzida pelo acréscimo de massa salarial registada nos setores “diretos” e respetivos fornecedores.

Cunha e Abrantes (2013) e Lickorish e Jenkins (2000) desdobram os impactos do multiplicador em 5 componentes

- Efeito Multiplicador do Turismo: relativo à relação despesa inicial vs incremento no valor acrescentado da economia;

- Multiplicador de Rendimento: relativo ao rendimento gerado direta e indiretamente pelas despesas turísticas;

- Multiplicador das Transações: relativo à relação entre o aumento do volume dos negócios resultante da despesa turística inicial;

- Multiplicador de Capital: relativo ao impacto no stock de capital na economia decorrente de investimentos iniciais em infra-estruturas (no setor da hotelaria, setor de apoio à expansão turística, etc);

- Multiplicador do Emprego: relativo à evolução do número de empregos criados em resultado das despesas efetuadas pelos turistas; trata-se de uma das questões mais relevantes a nível regional, devido ao facto do setor ser labour-intensive

A intensidade do impacto económico da atividade turística a nível local depende a) obviamente do volume de chegadas e da despesa média diária, que origina o efeito multiplicador e b) dos impactos dos investimentos necessários à sustentação da atividade turística. Cite-se a título de exemplo deste último aspeto, i.é., a construção de unidades hoteleiras e/ou de infraestruturas rodoviárias, e outros investimentos públicos impostos pelo desenvolvimento do setor turístico. Ambos os impactos dependem positivamente das linkages e negativamente das leakages. Quanto maior o recurso a empresas locais e à aquisição de matérias-primas, serviços e fornecimentos de produtos acabados, produzidos a nível local, maiores as linkages e maior o impacto sobre a economia (Roudi et al, 2019). O setor pode estar em expansão, ao mesmo tempo que a incidência da pobreza se agrava, caso se assista a um recurso maciço às importações. Um multiplicador elevado implica

ainda a operação de uma unidade hoteleira com baixos índices de sazonalidade, dependente da contratação de mão de obra local, das compras de produtos alimentares e outros a quintas e empresas agrícolas locais, mais a aquisição de produtos-cama e outros a unidades fabris locais. Caso o recurso às importações seja a norma, o efeito multiplicador é reduzido via leakages. No contexto insular as leakages tendem a ser elevadas devido à falta de produção local, decorrente do baixo índice de diversificação da economia local.

Figura 4: Efeito multiplicador



Talvez esta sub-seção deveria começar pelo básico, embora o mesmo já tenha sido referido acima. Goeldner et al (2000) salientam uma série de impactos positivos e negativos do setor do turismo. Os autores salientam o papel das despesas turísticas como “exportações de serviços”, dado que os efeitos económicos são similares aos derivados da exportação de bens tangíveis. Outro aspeto salientado é o papel dos empreendimentos turísticos de grande volumetria na economia local, ao estimular o setor da construção civil, e a atração de investimentos adicionais de médio e longo prazo, quer em novas unidades hoteleiras, quer na renovação dos edifícios, quer na área da recreação e lazer, e na criação de empresas na área dos serviços complementares; as despesas dos turistas injetadas numa série de empresas/setores produzem um multiplicador de rendimento, traduzindo numa fase posterior num multiplicador de emprego; o incremento das despesas implica um aumento da faturação das empresas e empresários em nome individual, e portanto mais receita fiscal via IVA, IRS e IRC. Os autores referem aspetos negativos tais como inflação, a dependência económica e política do sector, os problemas de overcrowding em decorrência do aumento da sazonalidade e as implicações ao nível da Balança de Pagamentos do aumento do volume de importações.

Um fator chave a salientar aos alunos, já mencionado acima, refere-se ao facto do setor do turismo emergir como um dos setores exportadores chave, especialmente no contexto dos SIDS, assumindo também um papel chave no que respeita à criação de rendimento e emprego, acesso a divisas e receitas fiscais, crescimento sustentável, industrialização e urbanização (Adedonyin et al, 2021; Chulaphan and Barahona, 2018; Cheer et a, 2018). Outras questões relevantes a ter em conta na esfera económica referem-se ao financiamento da política da infraestruturização, à correção da instabilidade monetária e cambial via acesso a divisas e à atração de IDE (Abbott et al, 2012; Tang and Abosedra, 2014; Tugcu, 2014; Belloumi, 2010; Vita 2014; Vita e Kyaw, 2016). Sokhanvar et al (2018) mostra que a estabilidade cambial contribui para incrementar a procura turística (Demir e Gozgor, 2018; Falk, 2015). E, em decorrência de todos estes aspetos, o setor do turismo emerge como decisivo na política macroeconomia da maioria dos SIDS (Rouid et al, 2019).

Conforme referido acima, o económico impacto do turismo deriva das despesas resultantes da permanência de turistas estrangeiros e dos consequentes rounds sucessivos de despesa numa série de serviços e bens e respetivo efeito multiplicador. O impacto económico deriva ainda do número de turistas domésticos, da respetiva duração da estada, do nível de despesa diário médio e dos efeitos multiplicadores. Ao referir a questão do impacto económico importa ter em conta que o desafio chave reside na necessidade de compatibilizar o crescimento do setor, com níveis de bem-estar e rendimento/riqueza elevados, experiências psicológicas satisfatórias, com a utilização racional e sustentada (duradoura) dos inputs de base/produção, até para efeitos da manutenção de uma imagem positiva no exterior, para sustentar no espaço, no tempo, e na participação cidadã, o processo de crescimento.

Vale a pena realçar que as relações e implicações que derivam do crescimento do turismo, têm fortes implicações em termos ecológicos e na sustentação dos ecossistemas; o paradoxo do setor reside no facto de sucesso, ..., resultar de mais turistas, mais investimento, mais ocupação dos solos com infraestruturas, implicando riscos ambientais pesados derivados do excesso de utilizadores, e, ..., posterior insucesso. Na análise do setor deve-se ter em conta, numa vertente de sustentabilidade, a interação simultânea de várias dimensões (económica, ecológica/ambiental, política, comunicacional, etc), e evitar lógicas “hegemónicas”, baseadas em “impulsos” extremos quer desenvolvimentistas quer conservacionistas, com impactos potenciais negativos “brutais” a prazo, via degradação dos recursos naturais e toda uma série de externalidades negativas ou via aumento da taxa de pobreza, conforme referem Silva e Perna (2009). Para efeitos de contextualização dos impactos dos extremos, a questão dos trade-offs “económicos” são ilustrados na UC de EPE, por exemplo no que concerne ao dilema poupança/investimento versus consumo, é relemburada neste ponto.

Numa vertente mais pedagógica. Assume-se como consensual que o setor gera efeitos diretos e indiretos (multiplicadores), para além de impactos negativos, afetando a generalidade dos restantes setores de atividade. É referido que o impacto multiplicador diz respeito à circulação de frações da despesa original entre diversos agentes económicos, e consubstancia-se no facto do volume de despesas (transações) somadas ser superior ao volume inicial de despesa. Uma questão-chave a ser explicitada aos alunos consiste no desdobramento dos impactos económicos em diretos, indiretos e induzidos. A título pedagógico, e em linha com as observações tecidas acima, considera-se que:

.os impactos diretos dizem respeito à criação de emprego nos setores da hotelaria, restaurantes, transporte aéreo, etc, i.e., em setores e atividades caracterizadas por contacto direto com os turistas e pela aquisição direta de bens e serviços e experiências por parte dos mesmos; em termos de rendimento, respeitam ao impacto direto da despesa turística em empresas do setor (ex. empresa de atividades turísticos), do que resultam pagamentos de salários e a sustentação modo de vido dos gerentes/assalariados, e a manutenção do respetivo de emprego.

.os impactos indiretos dizem respeito à criação de emprego em setores abastecedores dos setores identificados acima, nomeadamente fornecedores do setor da restauração, produtores agrícolas, serviços de transporte (táxis), empresas a fornecer serviços outdoor, etc

.os impactos induzidos, dizem respeito induzidos via criação de emprego induzida pelo acréscimo de massa salarial sentida nos setores abastecedores dos setores “diretos”.

É importante referir também que as despesas turísticas geram um efeito multiplicador que resulta dos efeitos de uma despesa primária (direta) quando a mesma “circula”; uma despesa inicial origina rounds de despesas extras, com a despesa inicial a originar um ciclo de despesa-rendimento-despesa, até que decisões de poupança ou aquisições com

recurso às importações parem o processo. Quanto maior a proporção de rendimento gasto na economia local, maior o valor do multiplicador, e maior o número de empresas locais com aumento do volume de encomendas/faturação. A capacidade de uma dada área exibir um multiplicador elevado depende do seu grau de autossuficiência da mesma. Caso a estrutura económica-empresarial local produza a maior parte dos bens e serviços adquiridos pelos turistas, maior o multiplicador. A análise efeito multiplicador permite aos alunos analisar o desdobrar do impacto de uma despesa inicial, permitindo ainda perceber o funcionamento da economia. O exemplo que se segue, no Quadro 7, escrito originalmente para os alunos da UC de Economia e Territórios Turísticos, ilustra a abordagem, tendo em conta uma pmc de 0,5.

Figura 4: Efeito multiplicador

T0-Despesa inicial
T1-Despesa subsequente considerando PMC de 0,5	500=0,5*1000	0,5*1000
T2-Despesa subsequente considerando PMC de 0,5	250=0,5*500	0,52*1000
T3...	125=0,5*250	0,53*1000
T4...	62,5=0,5*125	0,54*1000
T5...	31,25=0,5*62,5	0,55*1000
T6...	15,63=0,5*31,25	0,56*1000
T7...	7,81=0,5*15,63	0,57*1000
...
Soma	2000	

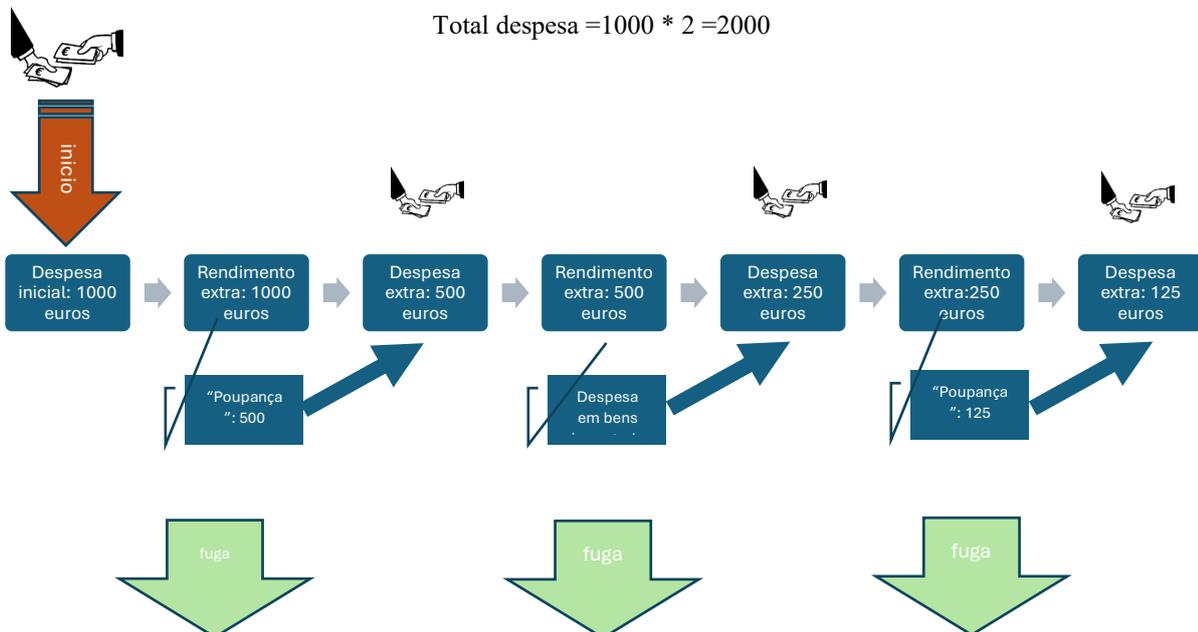
Os alunos são informados (ou relembrados) que as fórmulas de interesse são as seguintes

$$\text{Somatório de Despesa} = \frac{1}{1-\frac{1}{2}} * 1000;$$

Uma ilustração mais gráfica do conceito é a que consta a seguir.

$$\text{Multiplicador} = \frac{1}{1-PMC} = \frac{1}{1-0,5} = \frac{1}{0,5} = 2$$

Figura 5: Ilustração do conceito de multiplicador.



O gráfico acima considerava o seguinte exemplo hipotético, inserido na nota de rodapé⁵⁶, escrito para os alunos de Economia e Territórios Turísticos, de aquisição de prestações de serviços:

O exemplo acima permita ainda alertar os alunos para um conjunto de questões-chave:

.O efeito multiplicador resulta dos efeitos de uma despesa primária (direta), inicial, que origina um ciclo de despesa-rendimento-despesa, transcrito numa sucessão de despesa, até que o efeito das leakages dissipa o impacto do despesa primária

.O efeito multiplicador mostra que o impacto total de uma despesa inicial é superior ao valor da despesa em si, devido aos novos rounds de despesa; quanto maior o nível de despesa gasta localmente maior o impacto da despesa, maior o número de agentes económicos, sobretudo PME's ou trabalhadores por conta própria potencialmente positivamente afetados; exemplo, considere que um turista pague 100 euros a um taxista local para efeitos de pagamento de um serviços de transporte, o mesmo pode afetar parte da verba à compra produtos alimentares num mercado local (considere-se a título de exemplo aquisições no valor de 50 euros; o agricultor/vendedor responsável pela venda pode utiliza a verba de 50 euros para pagar serviços de trabalhador agrícola ocasional (meio dia de trabalho, no valor de 25 euros); o trabalhador agrícola em questão utiliza 25 euros para pagar” almoço fora” no valor de 12,5 euros; ...

.a capacidade de uma localidade/região para reter “despesa inicial” depende do seu grau de autossuficiência; quanto maior a quantidade de bens e serviços utilizados pelos turistas e produzidos localmente, maior o impacto do multiplicador; quanto maior o volume de importações menor o impacto do multiplicador;

.o ciclo de despesa-rendimento-despesa traduz-se em mais oportunidades de criação de empresas, como se constata com base em dados publicados pela DREM.

A dinâmica empresarial recente na periferia da RAM está ilustrada no gráfico seguinte, exemplo que permite refletir sobre o multiplicador. Constata-se que embora o peso de Funchal seja predominante (e irresistível e absorvente) em termos da localização das sedes das empresas, a expansão do setor do turismo terá permitido aos concelhos na periferia manter um dinamismo interessante na criação de empresas.

⁵⁶ Considere que a despesa inicial de 1000€ respeita ao pagamento dos serviços de alojamento numa unidade de Alojamento Local; os 1000€ pagos pelos Sr. A (turista de nacionalidade polaca) constituem receita do Sr. B, proprietário e gestor da unidade de alojamento local

.o Sr. B reserva 500€ do montante pago pelo Sr. A, utilizando o remanescente para pagar os serviços de pintura do Sr. C;

.munido da receita de 500€, o Sr. C paga a um fornecedor estrangeiro a verba de 250€ relativa a papel de parede importado do reino Unido, utilizando o remanescente, 250€, para pagar os serviços prestados pelo Sr. D, residente em Camara de Lobos, e com experiencia adquirida na aplicação de papel de parede, no âmbito de um contrato de trabalho de 6 meses, numa empresa, no Reino Unido;

.munido da verba de 250€, o Sr. D, afeta uma verba de 125€ a uma conta poupança cujos titulares são o Sr. D. e o seu filho N.; o remanescente é utilizado para pagamento de serviço de ferreiro prestado pelo Sr. F.;

.o Sr. F. utiliza a verba de 125€ para poupar metade, para efeitos de financiar os estudos do seu filho daqui a 3 anos, utilizando os restantes para pagar “meia carrinha” de lenha ao Sr. S.;

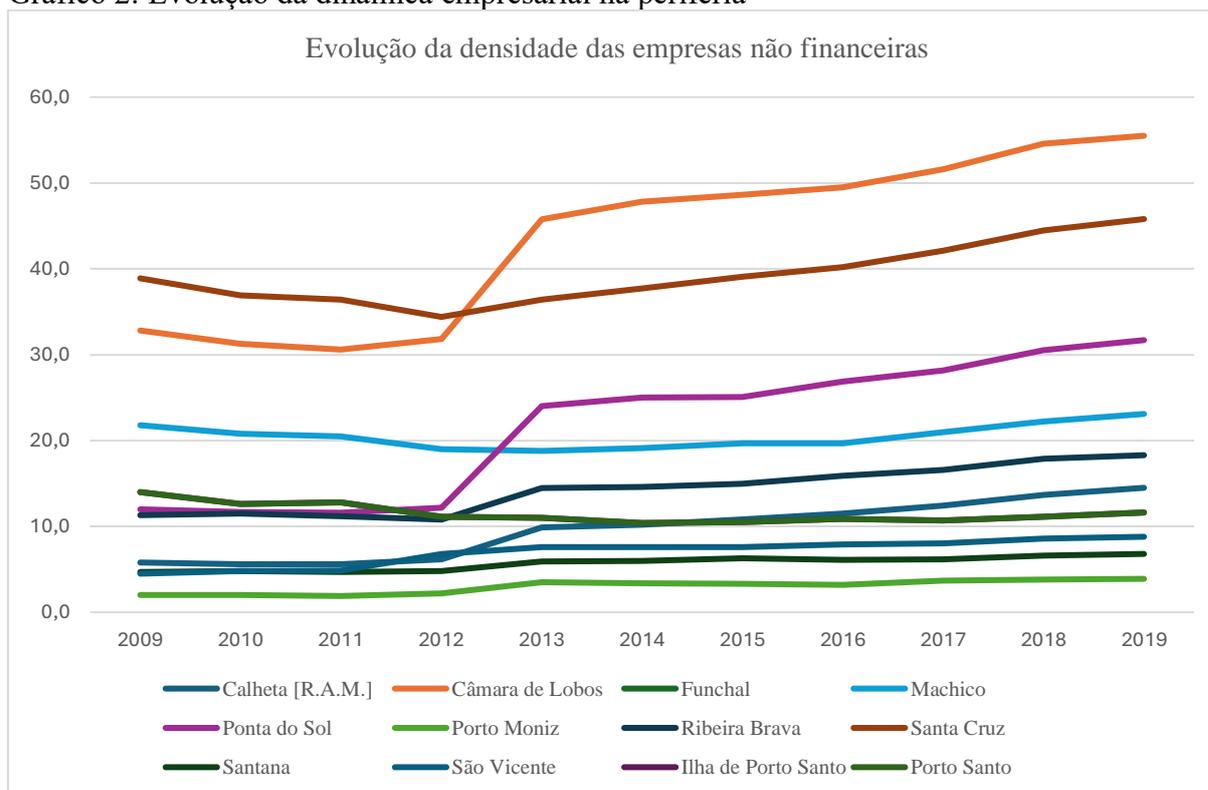
.o Sr. S., depois de confirmada a transferência da verba de 62,5€ para a sua conta, adquire 3 pinheiros ao Sr. G. para posterior “transformação em lenha”, transferindo o restante (50%) para o filho a estudar na Universidade dos Açores;

. O Sr. Gladiolo “Moto” Serra decide utilizar metade da verba correspondente à venda dos 3 pinheiros para comprar 80 kg de batata-doce cenoura ao Sr. Inocêncio Réu, transferindo o resto para uma conta poupança;

...O Sr. Inocência Réu gastar 31,25€ para adquirir 6 árvores de fruta na loja do Sr. Heitor Pereira Laranjeira Oliveira Azinheira;

...O Sr. Heitor Pereira Laranjeira Oliveira Azinheira utiliza a verba de 15,625€ para comprar 30 kg de diospiros ao Sr. Ícaro.

Gráfico 2: Evolução da dinâmica empresarial na periferia



Para além do multiplicador da despesa, podemos também considerar um multiplicador do emprego. Dados relativos à RAM mostram que o aumento de 1% no volume de hóspedes traduz-se num aumento de 0,3398% no volume de emprego ao serviço nos estabelecimentos hoteleiros. Em nível, cada hospede (1000) adicional gera 0,002483 (2,4843) trabalhadores adicionais. As regressões em causa testadas na sala de aula, no STATA, são as seguintes:

$\ln \text{Labour} = 4,041143 + 0,338573 * \ln \text{Guests}$ // $F(1,42) = 291,21$; $N \text{ obs} = 44$; $R^2 = 0,8758$; $\text{adjusted } R^2 = 0,8729$;

$\text{Labour} = 3624,074 + 0,0024943 * \text{Guests}$ // $F(1,42) = 174,23$; $N \text{ obs} = 44$; $R^2 = 0,8058$; $\text{adjusted } R^2 = 0,8011$).

Ainda nesta questão dos impactos económicos, os alunos são direcionados para a informação constante do site da Direção Regional de Estatística (DREM), no que respeita à despesa turística. Dados da DREM relativos a 2016 indicam a entrada de 1,5 milhões de turistas (1544763) não residentes em Portugal, com 65,5% a corresponder a turistas (não residentes) e 33,5% a excursionistas (517547). A nota informativa “Inquérito ao turismo internacional na região Autónoma da Madeira – Ano de 2016”⁵⁷, mostra que o motivo chave subjacente à viagem dos visitantes (não residentes) à RAM foi a categoria “lazer, recreio ou férias”, dado que 92,2% dos inquiridos indicaram esta opção, seguido pelo motivo “visita a familiares ou amigos” (6,5%), e pela razão “motivos profissionais ou de negócios” “outros motivos pessoais”, citados por apenas 1,0% e 0,4% dos inquiridos. Importa ter em conta que ao não incluir residentes no Continente ou Açores,

⁵⁷ Ver em <https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/economica/turismo-pt/turismo-emfoco-pt/emfoco-turismo-gastos-pt/send/388-gastos-turisticos-internacionais-em-foco/9710-em-foco-2016.html>

muitas das estadas relativas aos “motivos profissionais ou de negócios” acabam por não ser contabilizadas, o que explica o valor de “1%”.

O estudo em questão permita adicionar alguns dados sobre as opções em termos de tipo de alojamento e duração da estada. Globalmente, cerca de 82,1% dos turistas opta por alojamento coletivo pago, com 14,5% a optar por alojamento privado gratuito e residências secundárias, e 3,4% a optar por alojamento privado pago, dado que releva a importância do sector hoteleiro tradicional. Relativamente às opções com menor impacto na economia local, são exatamente os inquiridos a reportar residência em países com forte componente da emigração, como nos casos da Venezuela, Angola, Reino Unido, Brasil, Luxemburgo e França, os que indicam com maior frequência recurso “Alojamento privado gratuito e residências secundárias” e “Alojamento privado pago”. No caso dos residentes na Venezuela, apenas 1,8% recorre a alojamento coletivo pago.

Em termos de estada, os dados diferem dos reportados pela DREM, dado que estes últimos incluem os residentes no continente, muitos dos quais a viajar por “motivos profissionais ou de negócios”, permanecendo na ilha por períodos de 1 a 3 dias. Os dados reportados pela DREM neste estudo apontam para uma média de 8,3 dias para o motivo “categoria “lazer, recreio ou férias”, 8,3 dias, 15 dias relativamente ao motivo “visita a familiares ou amigos”, 10 dias relativamente aos “motivos profissionais ou de negócios” e 9,2 dias para os “outros motivos pessoais”, do que resulta uma média de 8,9 dias. O valor relativo à estada, incluindo todos os hóspedes incluindo residentes e continentais, ronda os 5 dias, nos últimos anos.

Relativamente aos gastos, a nota informativa refere, e cite-se do original, que

“Em 2016, o gasto médio diário per capita (GMDpc) dos turistas não residentes, situou-se nos 123,94 euros, com o valor mais elevado a se registar no 4.º trimestre (129,99€) e o mais baixo no 3.º trimestre (116,75€) de 2016. Os turistas do Brasil, da Suíça e dos Estados Unidos da América foram os que evidenciaram os GMDpc mais elevados, de 173,96 euros, 154,58 euros e 153,93 euros, respetivamente. Os valores de gastos médios diários mais baixos foram registados em alguns dos principais mercados europeus, nomeadamente França (106,37€), Itália (114,35€) e Reino Unido (119,11€).”

Refere ainda o relatório que

“Estima-se que os turistas não residentes gastaram, na globalidade, 1,2 mil milhões de euros em despesas associadas à viagem, em 2016. Os maiores contributos vieram de residentes no Reino Unido (30,4%), Alemanha (23,2%), França (9,3%), Países Nórdicos (8,7%) e Países Baixos (5,3%).”

Relativamente aos excursionistas, leia-se cruzeiristas, os dados do estudo apontam para um gasto médio diário per capita (GMDpc) de 62,7787€, diferenciado conforme o período/trimestre em causa: 72,79€ no 1º; 49,18€, no 4º. Os gastos totais deste segmento ascendiam a 31,4 milhões de euros em 2016, com o Reino Unido e a Alemanha a contribuírem com 72,9% do total (37,0% e 35,9%).

Assiste-se ainda a uma diferenciação dos gastos por motivo de viagem, com os inquiridos a viajar por motivos de lazer a diferir dos inquiridos categorizados como VFR (Visita a Familiares e Amigos). Trata-se de uma questão relevante a partilhar com os alunos, dada a oportunidade de integrar o tópico dos impactos económicos do turismo, com as características das RUP, nomeadamente a importância da diáspora. Uma análise dos gastos turísticos, por motivo de viagem, indica que o motivo “lazer, recreio ou férias” traduz-se no gasto médio da viagem mais elevado, com um GMpc de 1.221,87€ e um GMDpc de 135,24€. Os inquiridos a indicar como motivo da viagem “visita a familiares ou amigos”, referem um GMpc de 1.048,57€, mas um GMDpc mais baixo (67,19€), devido ao facto de se hospedarem em casa de familiares. Os dados mostram ainda a importância da hotelaria tradicional, dado que os inquiridos a optar por alojamento coletivo pago foram os que efetuaram gastos médios de viagem superiores, com um GMpc de 1.247,26 euros e um GMDpc de 147,17 euros.

Dado que a referência ao conceito de multiplicador é relevante no contexto da disciplina, tanto o GMDpc como o GMpc são discriminados, de acordo com diversas rúbricas, como

alojamento, alimentação e outros. Os dados indicam que cerca de 80% do total da despesa é afeto a transportes e alojamento e restauração, com o restante a ser distribuído uma série de outras categorias de despesa.

Quadro 10: Distribuição dos Gastos por categoria de despesa

Total Geral	GMDpc	GMpc	GMDpc	GMpc
Pacote Turístico	117,27 €	980,85 €		
Alojamento	43,57 €	390,80 €	35,3%	31,5%
Transportes Internacionais	33,11 €	388,81 €	26,8%	31,3%
Restaurantes, cafés, bares e discotecas	19,13 €	185,60 €	15,5%	14,9%
Transportes locais/regionais	6,18 €	58,13 €	5,0%	4,7%
Supermercados e mercearias	5,20 €	52,65 €	4,2%	4,2%
Atividades culturais, desportivas e de lazer	2,56 €	23,80 €	2,1%	1,9%
Calçado, vestuário, acessórios	5,41 €	56,95 €	4,4%	4,6%
Loiça, decoração, bordados,	4,25 €	40,43 €	3,4%	3,3%
Cuidados de saúde	1,58 €	21,01 €	1,3%	1,7%
Outras despesas	2,56 €	24,40 €	2,1%	2,0%
	123,55 €	1.242,58 €	100,0%	100,0%

Fonte: Cálculos próprios com base em dados da DREM

A informação acima é descrita de forma sumária na aula, sendo os alunos convidados a descarregar e ler. Para ilustrar o grau de relevância a atribuir ao documento, o processo de download do mesmo é descrito ao vivo na aula. Depois de ilustrado o conceito de multiplicador e feita referência aos dados da DREM, deve ser destacado o papel do setor a nível mais macro. A literatura refere como principais impactos económicos do turismo, via aumento das despesas turísticas, o impacto em termos do saldo da balança de pagamentos, a criação de emprego e rendimento (salarial), o aumento da dimensão da estrutura económica local e o incentivo ao empreendedorismo no desenvolvimento de novos nichos de mercado. Ainda do lado positivo, Dwyer e Forsyth (1993) enumeram questões como oportunidades para o setor do comércio, indicando também a criação de uma dinâmica positiva de criação de empresas na área da prestação de serviços (direcionados para o setor do turismo), criação de postos de trabalho, aumento das exportações, aumento das receitas fiscais (quer diretas quer indiretas), aumento da massa salarial via criação de emprego e diversificação da estrutura económica da região. Do lado negativo, inflação e subida do preço do imobiliário, forte dependência do turismo, aumentos das importações, desvio de recursos de setores tradicionais, sazonalidade e falta da rentabilidade de investimentos, baixa taxa de retorno de investimentos em determinadas áreas, etc. Relativamente aos custos Dwyer e Forsyth (1993) referem ainda os aumentos das importações nas categorias de produtos deficitários a nível regional, efeito dutch disease em setores tradicionais, valorização da moeda com conseqüente diminuição do caudal de exportações dos setores tradicionais, com a conseqüente perda em termos de competitividade externa, emprego e grau de diversificação da economia local, inflação, e aumento das despesas públicas afetas a setores direta ou indiretamente relacionados com o setor do turismo (ex. infraestruturas).

Relativamente aos custos podem ser citados aspetos tais como externalidades negativas, custos de oportunidade e sobre dependência face ao setor do turismo. Os alunos serão lembrados que as externalidades subentendem que a operação/produção de determinado produto/serviço impacta positiva ou negativamente terceiros, não ressarcidos dos custos suportados nem obrigados a suportar os custos de operação no caso da ocorrência de benefícios. Na presença de efeitos negativos referimos a existência de externalidades negativas do turismo; no caso oposto, lidamos com externalidades positivas. Estes efeitos podem ainda ser categorizados em efeitos económicos socioculturais e ambientais. No que se refere ao primeiro aspeto podemos referir a diminuição da qualidade de vida num

contexto urbano em decorrência de fenômenos como o overtourism. Ainda no primeiro caso, ter em conta que a construção de determinadas infraestruturas rodoviárias e outras atrações turísticas, acessíveis sem pagamento de taxas beneficia a generalidade dos residentes na área de implantação das infraestruturas, tendo como contrapartida o aumento da despesa pública e da carga fiscal, suportados fiscalmente pela generalidade dos contribuintes. Podem ainda ser referidos os custos de policiamento, em zonas turísticas chave, custos suportados pela generalidade dos contribuintes, mas a impactar positivamente apenas a qualidade de vida de uma fração mínima dos mesmos (residentes locais). A literatura recente no âmbito do overtourism tem vindo a destacar sobretudo a questão da inflação, que ocorre quando a procura turística implica um aumento brutal da procura de certas categorias de bens e serviços (ex. setor imobiliário, solos afetos a construção, etc), especialmente no que se refere a bens e serviços com oferta fixa no curto prazo, do que resulta um aumento dos preços, insustentável para a maioria dos residentes. No âmbito dos custos de oportunidade podemos referir o facto da afetação de despesas de capital a investimentos público afetos à multiplicação de atrações de recreação e lazer e/ou acessibilidades, implica não investimento noutras áreas, conforme referido acima (Page et al, 2001; Cooper et al, 1998). Mais, o desenvolvimento turístico pode ocorrer a expensas do setor agrícola ou industrial, do que resulta o aumento das importações (e maior dependência alimentar) e o abandono de ofícios tradicionais. Noutros casos, o desenvolvimento turístico implica importação de mão de obra e a aposta na investigação científica a expensas de outros setores.

A dependência excessiva do setor implica ligar os destinos do “destino” à evolução do padrão da procura internacional, à compatibilização permanente dos fatores competitivos chave com as tendências da procura e a flutuações da mesma induzidas por choques externos como catástrofes naturais. A dinâmica económica local passa a depender de um conjunto de variáveis exógenas, de cariz económico, sociológico e empresarial e dos altos e baixos dos mercados emissores, em termos da evolução dos salários dos residentes nesses mercados, dos gostos e preferências dos mesmos, da estratégia de desenvolvimento dos low cost carriers e das apostas dos principais mercados emissores. O risco é ainda tanto maior quanto maior a dependência dos tour operators internacionais e menor a diversidade de produtos turísticos com renome internacional e menor o stock de tourism raw materials (Sharpley, 2003).

Outro custo traduz-se na incapacidade de “mudar” a linha de rumo no curto prazo. Conforme referido por Butler (2000), embora o setor do turismo se caracterize pela inovação em termos de desenvolvimento de nichos de mercado, destinos na moda, métodos de promoção e publicidade, motivações psicológicas-chave, o setor exhibe também grande inércia, com números assinaláveis de turistas a preferir ainda soluções tradicionais. Dadas as ligações aos setores da moda/média e cultura, as evoluções nos setores na margem podem ser caóticas, como referem Butler (2000), e Russell e Faulkner (1999). Contudo, cerca de 2/3 dos europeus prefere o produto praia e mar.

Nalgumas economias existe o risco de considerar o setor do turismo como uma panaceia, dados os incrementos em termos de rendimento, emprego, impostos, investimento, etc. Existe portanto toda uma série de custos e limitações, indicado acima, que devem ser tidos em conta no impacto do setor do turismo. O setor do turismo pode causar pressões inflacionistas em especial no setor do imobiliário e no mercado de habitação, conforme referido acima. Mais, devido ao maior poder de compra, os turistas podem suportar preços acima da média, o que reduz o nível de bem-estar da população local, podendo ainda “açambarcar” alguns tipos de bens devido ao maior poder de compra, como se constata com a aquisição de “terrenos” em algumas parte da RAM.

Um papel chave atribuído ao setor do turismo refere-se ao papel do setor na redução dos desequilíbrios regionais, entre as áreas metropolitanas chave e a periferia, questão relevante no contexto da RAM, e de interesse para os alunos. Alguns autores consideram o setor do turismo como um dos mais capacitados para a redistribuição de riqueza, dado a capacidade para valorizar os recursos endógenos, através da dinamização de produtos como o turismo cultural, turismo natureza e turismo rural. Os dados relativos à RAM parecem apontar neste sentido. Constata-se uma relação positiva entre o aumento do poder de compra concelhio e a expansão do setor, conforme se constata no gráfico abaixo. Os gráficos seguintes (Gráfico 3 e Gráfico 4), menos legível que o antecedente salienta o facto da share de cada concelho da periferia manter alguma estabilidade, num contexto de macrocefalia.

Quadro 11: Indicadores chave ao nível concelhio

Indicadores	Área	População. 2010	População 2020	Perc. 0-24 ano	Perc. 65 e +	Dens. Emp.	Poder compra
Portugal	92225	10.572.721	10.298.252	24,11%	22,43%	14,3	100
RAM	801	267.965	253.923	25,17%	17,39%	35,8	87,8
Calheta	112	11.540	10.833	23,01%	22,31%	14,5	64,8
Câm. Lobos	52	35.656	33.639	30,12%	13,03%	55,5	59,9
Funchal	76	111.990	103.754	23,42%	19,64%	183,9	115,7
Machico	68	21.851	19.870	23,42%	18,16%	23,1	80,1
Ponta do Sol	46	8.863	8.554	26,48%	16,11%	31,7	58,0
Porto Moniz	83	2.719	2.312	21,41%	24,31%	3,9	59,8
Ribeira Brava	65	13.387	12.356	27,07%	17,43%	18,3	69,0
Santa Cruz	81	43.009	45.647	27,50%	12,19%	45,8	71,4
Santana	95	7.731	6.648	20,71%	25,38%	6,8	59,6
São Vicente	79	5.733	5.113	21,22%	25,43%	8,8	62,7
Porto Santo	43	5.486	5.197	23,09%	14,01%	11,6	96,4
RAM/Portugal	0,9%	2,53%	2,47%	1,04	0,78	2,50	0,878

Gráfico 3: Evolução Rácio Poder de Compra vs CAGR Hóspedes

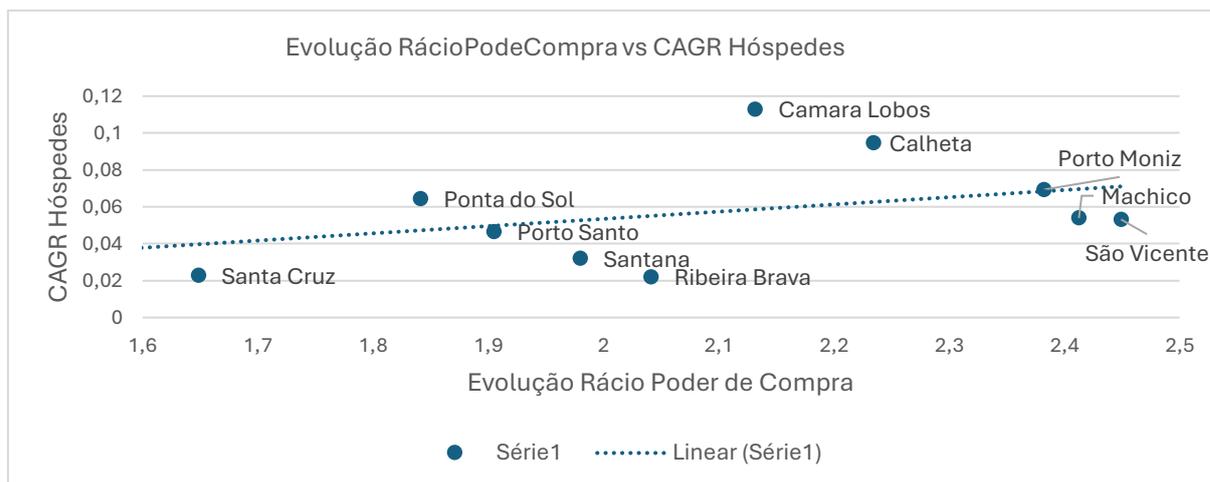
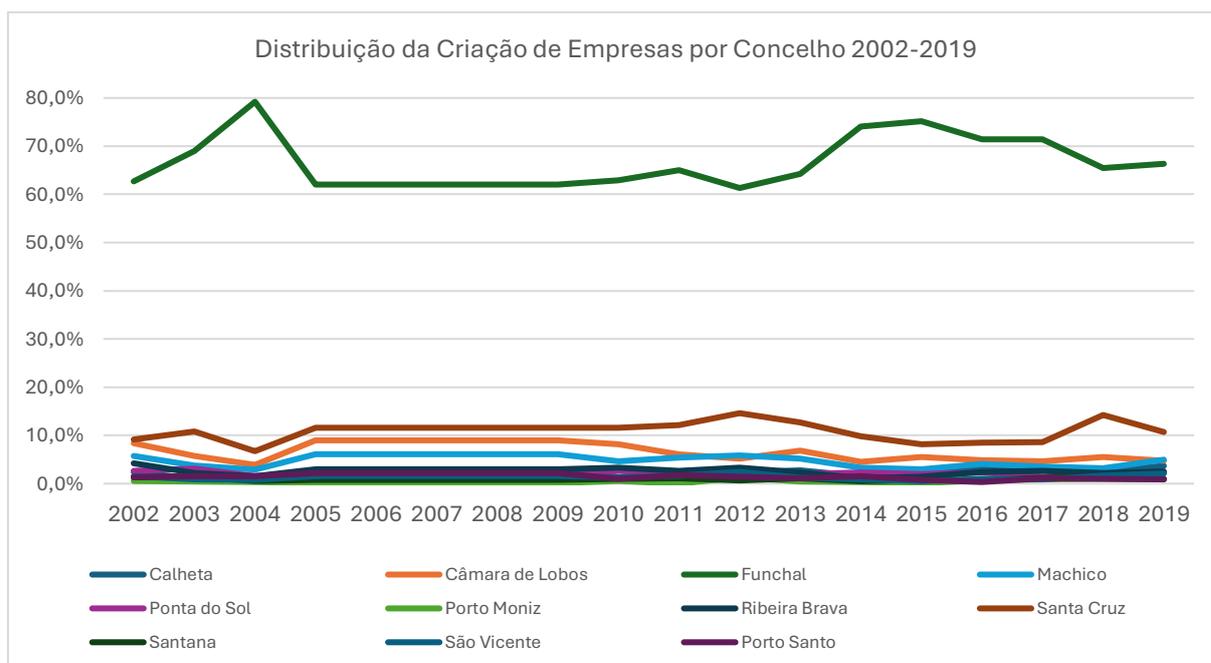


Gráfico 4: Distribuição da Criação de Empresas por Concelho 2002-2019



Uma contribuição chave do setor do turismo respeita, conforme referido acima, portanto ao estímulo ao investimento, em especial na periferia. O setor do turismo depende de uma multiplicidade de operadores e produtos, como hotéis das mais diversas tipologias, unidades de turismo rural, etc, restaurantes, cafés, etc, mas também da oferta de infraestruturas rodoviárias e outras. Por sua vez, o desenvolvimento da infraestrutura e a melhoria das acessibilidades leva ao estimular do investimento traduzidos no incremento do número de PMEs, muitas das quais centradas na oferta de bens e serviços direcionados para setor do turismo, o que pode justificar origem a novos round de despesas noutros tipos de infraestrutura e/ou o desenvolvimento de iniciativas no âmbito do desenvolvimento endógeno. Pode ainda estimular a operação de rotas turísticas, como a Rota da Cana de Açúcar.

Uma conclusão óbvia decorrente da presente análise consiste na valorização da aposta em atividade de valor acrescentado elevado, e no segmento de turistas com maior poder de compra e maior sensibilidade ambiental e disponibilidade e consciência relativamente a produtos experiências mais sofisticados (Inchausti-Sintes et, 2021), associados a padrões de qualidade de serviço elevado, e infra infraestruturas de qualidade (salvaguarda a manutenção da qualidade do stock de recursos naturais), capazes de atrair turistas com maior poder de compra. O processo de transição para segmentos de mercados mais sofisticados (high-end markets), e o reposicionamento no mercado de luxo é complexo (Roudi, et a, 2019). Os benefícios e custos referidos acima constam de forma esquemática das Figura 6 e 7⁵⁸.

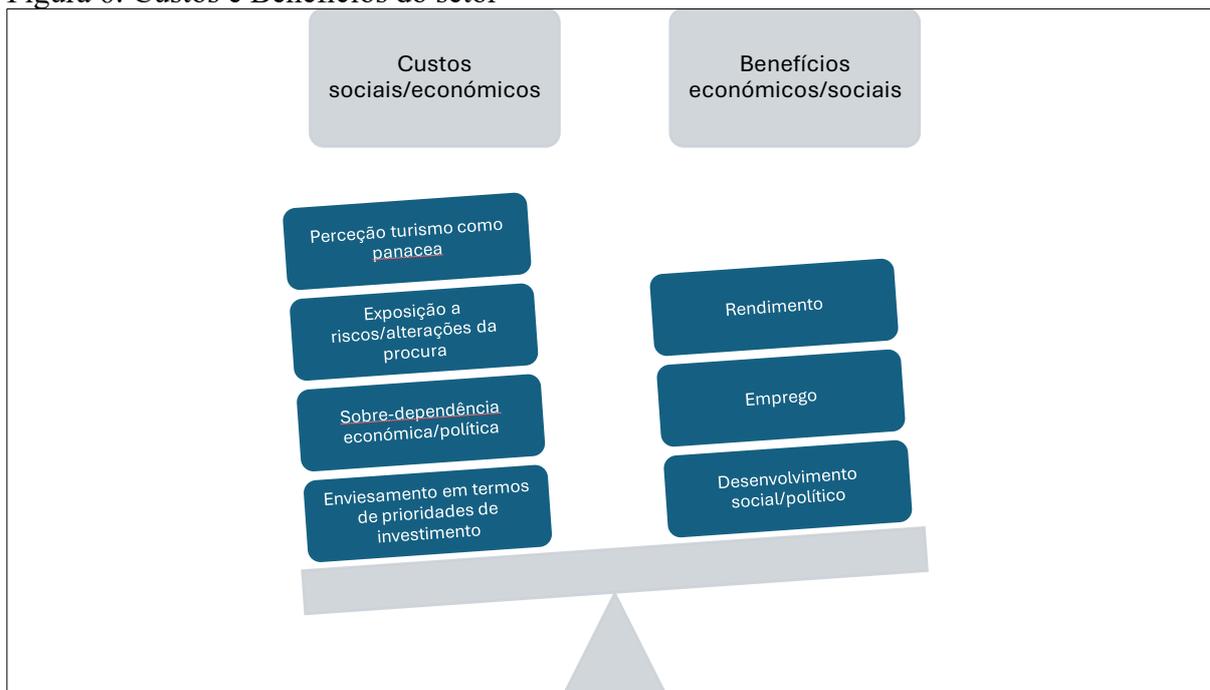
⁵⁸ A informação acima é expressa no seguinte formato:

Relativamente aos impactos económicos do turismo os alunos são ainda alertados para um conjunto de aspetos a ter em conta:

1. grau de distribuição dos benefícios; dado que o setor do turismo depende da operação de dezenas de PMEs, direta ou indiretamente relacionadas com o setor, as despesas iniciais e subseqüentes rounds de despesas afetam um número elevado de empresas e por esta via um conjunto alargado de setores da população; Goeldner e Rithcie () mostram que após 2 rounds de despesa cerca de 70 setores diferentes são afetados positivamente;

2. mudanças setoriais estruturais; em muitas regiões insulares, o setor agrícola apresenta níveis de produtividade muito baixos, do que resulta uma atratividade do setor do turismo muito elevada e um conseqüente abandono da agricultura em busca de salários melhores no setor do turismo; deste processo resulta uma diminuição do output agrícola num contexto em que a procura de produtos agrícolas aumenta, do que pode resultar quer inflação (com os correspondentes custos sociais) quer o recurso a importações em larga escala;

Figura 6: Custos e Benefícios do setor



3.5 O impacto económico do turismo: turismo, exportações e receitas turísticas

A análise deste tópico assume uma vertente eminentemente prática, através da inserção de dados estatísticos que ilustrem de forma rápida a temática, como o quadro que se segue. Trata-se de uma abordagem mais importante ao nível da UC de Economia e Territórios Turísticos, mas também abordada de forma sintética (partilhando o quadro 11) no contexto desta lição.

Numa perspetiva macroeconómica, e conforme já referido, Lickorish e Jenkins (2000) referem do lado positivo da equação, a entrada de divisas e o reequilíbrio da BP, a criação de emprego, a geração de rendimento (massa salarial) e os consequentes impactos via multiplicador, diversificação e dinamização de diversas atividades produtivas, aumento da atratividade da área num conjunto diverso de áreas/negócios, aumento das receitas fiscais. Nowak et al (2007), referem que uma das componentes do mecanismo subjacente ao impacto do setor do turismo reside no acesso a divisas, fator que potencia a importação de bens de capital e à acumulação de capital, linha causal definida na literatura como Tourism Capital Imports to Growth (TKIG) hypothesis (Nowak et al, 2007; Cortes-Jimenez e Pulina, 2010; Sinclair e Gomes, 1996). Akadiri e Akadiri (2021) reconhecem a

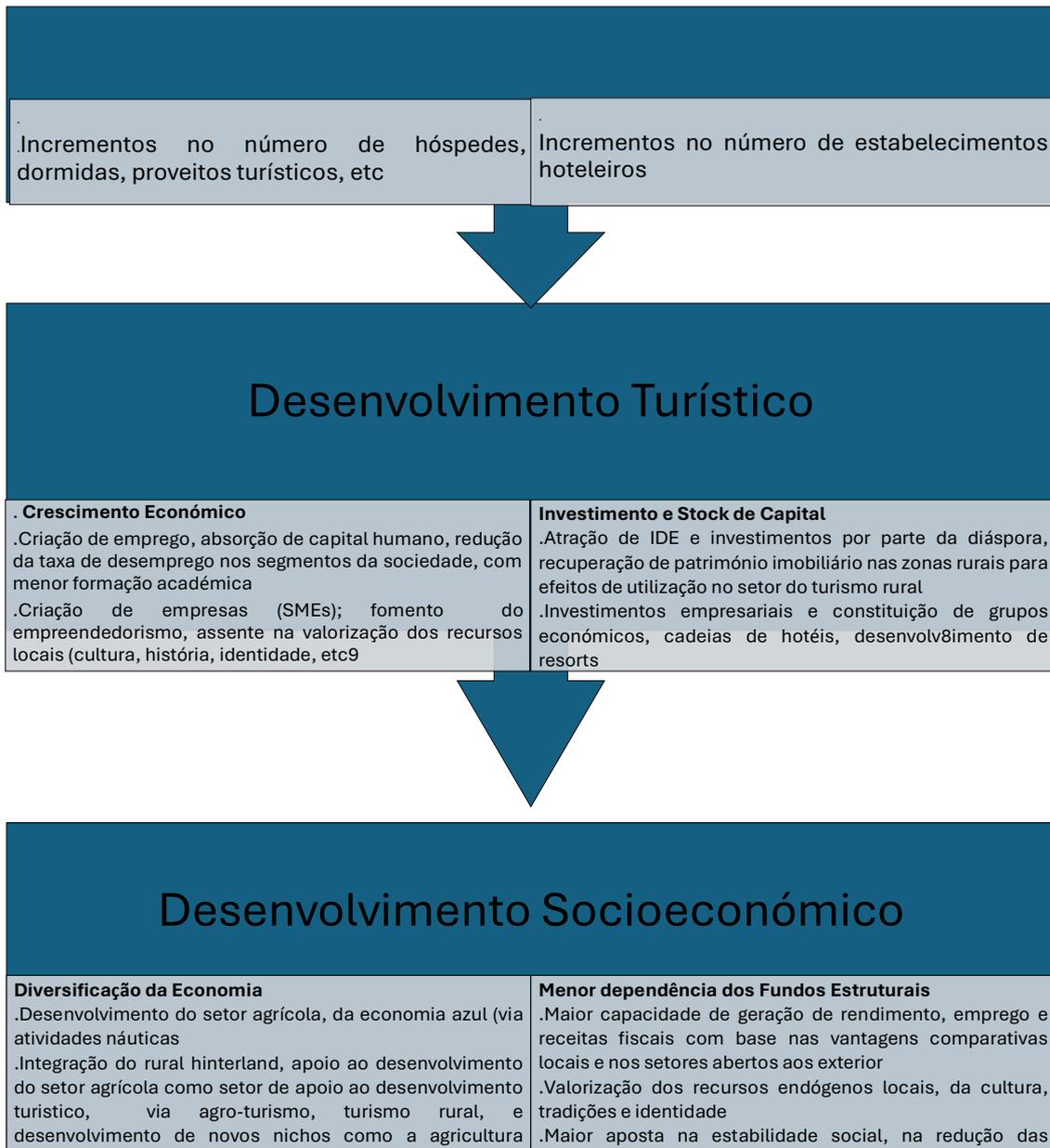
neste caso, o desenvolvimento do setor em vez de contribuir para diversificar a economia, canibaliza os setores existentes; nalguns casos o setor do turismo passa a ser o setor de subsistência, num regime no monoprodução; ainda sobre este aspeto ter em conta que diversificação implica que a baixa de produção num setor pode ser compensada por aumento de produção noutra do que resulta maior estabilidade económica; tal não sucede quando se assiste a um peso excessivo do setor do turismo,

3.(sobre) dependência do turismo; a dependência do turismo é um risco por um conjunto de razões várias: a) setor caracterizado por elevados níveis de sazonalidade; caso os índices de sazonalidade sejam elevados, a região/destino será atingida por níveis elevados de desemprego na época baixa; b) o padrão da procura é determinado por necessidades/motivações dos turistas, fator não controlado pelo região recetora; caso aos olhos dos turistas determinada região deixe de ser atrativa, o número de turistas sofrerá um decréscimo, com consequências sociais e económicas graves; assim a sobre-dependência face a um único setor (e/ou face a um número reduzido de mercados emissores) é fortemente desaconselhado, sendo preferível (em teoria) a dependência face à agricultura, dado que procura manter-se-á relevante, e a produção beneficiará sobretudo os residentes;

4.definição de prioridades de investimento; em certos países o turismo é considerado tão estratégico, que os investimentos são canalizados sobretudo para o setor, considerado prioritário e estratégico, em detrimento de outras necessidades do país; resulta deste processo menos investimento em saúde, educação e serviços sociais afeta o bem-estar de toda a população.

importância da política cambial, como fator condicionante da procura turística, embora ao grau de abertura da economia à globalização e o IDE aplicado ao setor também expliquem o link turismo->PIB.

Figura 7: Impactos “sequenciais” do desenvolvimento turístico



Hall (2003) reconhecem que o setor do turismo pode constituir um catalisador do desenvolvimento regional e nacional, o que justifica a série de estudos e análises sobre os impactos do setor. A nível político, o impacto do setor ao nível local/residentes, é salientado o impacto ao nível de emprego e rendimento/massa salarial. Frechtling (1987, citado em Hall, 2003) afirma que os benefícios provenientes do Turismo produzem impactos nos residentes uma vez que estes contribuem para a criação de empregos e geram rendimentos.

O quadro seguinte permite ilustrar a importância do setor numa perspetiva macro, e reportada ao caso nacional.

Quadro 12: Contributo do setor T&T em Portugal e no Mundo

Contributos globais	
Contributo para o PIB	
Perc. PIB	10,4% (2019); 5,5% (2020)
Valores	9170 bn USD (2019); 4671 bn USD (2020)
Var. 2020/2019	-49,1% (-4498 bn USD)
Var. PIB 2020/2019	-3,7%
Contributo em termos de emprego	
Nº de empregos	334 milhões (2019); 272 milhões (2020)
Rácio emprego turismo/emprego total	1 em 10
Peso na criação de novo emprego	1 em 4
Perda de empregos 2020/2019	61,6 mil (-18,5%)
Contributos do setor do Turismo e Viagens em Portugal	
Contributo para o PIB	
PIB	17,1%(2019); 8,1%(2020)
Valores	37,5 bn euros;16,4 bn euros
Var. 2020/2019	-56,4€
Var. PIB 2020/2019	-7,7%
Contributo para o emprego	
Nº de empregos	1003,7 mil (2019); 843,4 mil (2020)
Rácio emprego turismo/emprego total	1 em 5 (aprox.)
Peso do emprego no total do emprego	20,7% (2019); 17,7%(2020)
Perda de empregos 2020/2019	-160,3 mil (-16%)
Contributo em termos de Despesa	
Despesa Turística Internacional	22,5 bn euros; 8,2 bn euros
Peso nas exportações	23,6% (11,2%) das exportações totais
Var. 2020/2021	-63,5% (-16,3 bn

Fonte: WTTC, 2015

Conforme referido acima, o desenvolvimento turístico manifesta-se no aumento das receitas fiscais, nalguns casos “diretas”, via pagamento da taxa turística, das taxas aeroportuárias, na taxa de visto, etc. No caso da RAM, o aumento da carga fiscal produz-se via direta (ex. IVA), e ainda indiretamente via aumento das receitas fiscais associadas ao incremento da atividade económica.

O turismo constitui um dos setores industriais internacionais mais relevantes, com grande peso na balança de pagamentos de uma série de países incluindo Portugal. Um turista estrangeiro de visita à RAM injeta recursos (dinheiro) não gerado na área, o que implica que as despesas em causa correspondem a uma exportação. Dados para Portugal mostram um peso crescente das exportações de serviços turísticos, no contexto da balança de pagamentos. Na prática, as exportações de serviços, via turismo, contribuem para a dinamização da economia, e para o aumento do stock de divisas.

Os gráficos seguintes ilustram a importância do setor em Portugal, do ponto de vista da Balança de Serviços, em particular, e implicitamente, do ponto de vista da Balança de Pagamentos.

Gráfico 5: Balança de viagens e Turismo em % do PIB

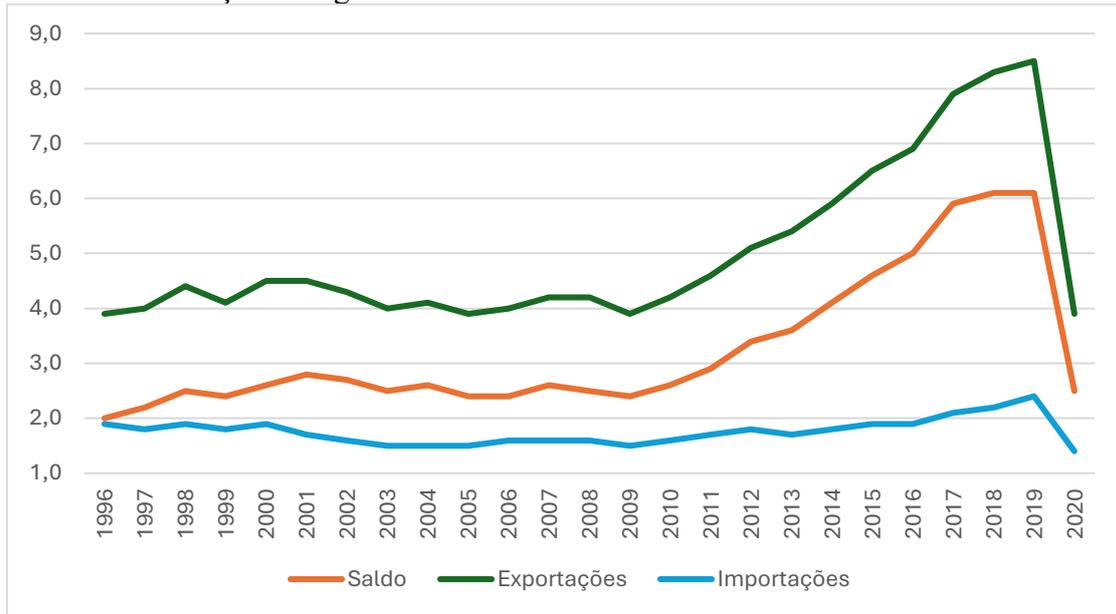
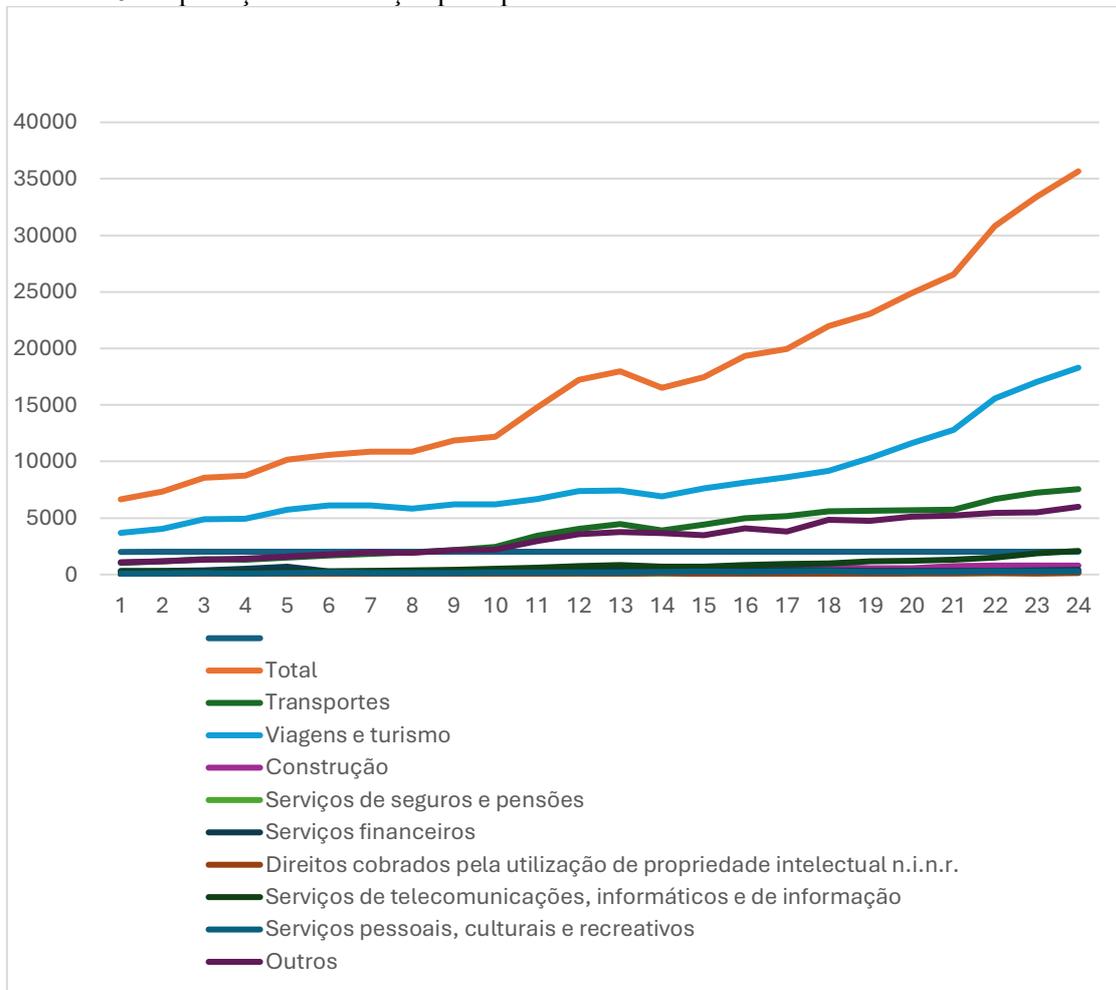


Gráfico 6: Exportações de serviços por tipo



O quadro 13 ilustra identicamente a crescente importância do setor do turismo na dinâmica exportadora portuguesa.

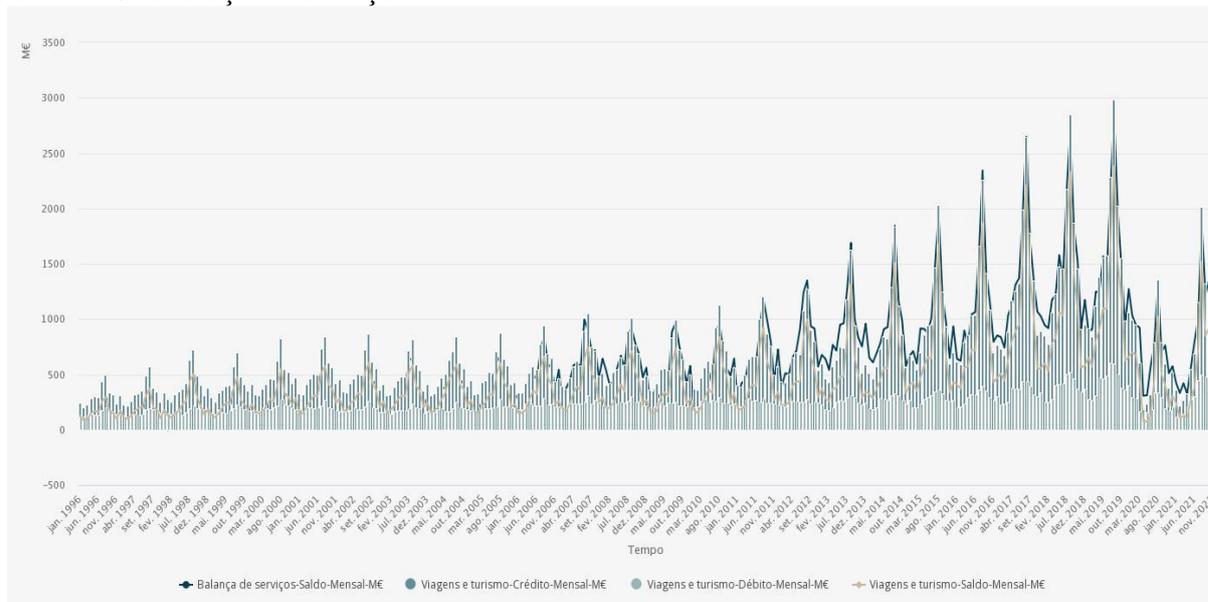
Quadro 13: Peso das “Viagens e Turismo” na exportação de serviços

Ano	Total	Transportes	Viagens e turismo	Construção	Serviços de seguros e pensões	Serviços financeiros	Direitos cobrados pela utilização de propriedade intelectual	Serviços de telecomunicações, informáticos e de informação	Serviços pessoais, culturais e recreativos	Outros
1996	100%	15,4%	55,4%	3,1%	0,5%	4,5%	0,2%	3,4%	1,1%	16,4%
1997	100%	15,8%	55,3%	3,0%	0,5%	4,5%	0,3%	3,6%	1,2%	15,9%
1998	100%	16,0%	57,2%	2,0%	0,7%	4,4%	0,4%	2,5%	1,5%	15,5%
1999	100%	14,7%	56,7%	1,9%	0,8%	6,1%	0,2%	2,4%	1,2%	16,0%
2000	100%	14,8%	56,3%	1,6%	0,7%	6,8%	0,3%	2,4%	1,5%	15,6%
2001	100%	15,8%	57,9%	2,0%	0,6%	2,6%	0,2%	2,4%	1,5%	17,0%
2002	100%	16,6%	56,0%	2,1%	0,7%	2,4%	0,2%	2,8%	1,1%	18,1%
2003	100%	18,1%	53,8%	2,6%	0,8%	2,2%	0,2%	3,5%	1,1%	17,7%
2004	100%	18,2%	52,2%	3,0%	0,9%	2,4%	0,2%	3,7%	1,3%	18,0%
2005	100%	19,9%	50,9%	2,5%	0,7%	2,3%	0,3%	4,2%	1,4%	18,0%
2006	100%	23,1%	45,2%	3,0%	0,6%	2,2%	0,4%	4,2%	1,4%	20,0%
2007	100%	23,5%	43,0%	3,6%	0,6%	2,7%	0,4%	4,4%	1,1%	20,7%
2008	100%	24,8%	41,4%	3,7%	0,6%	2,7%	0,3%	4,5%	1,1%	20,8%
2009	100%	23,7%	41,8%	3,2%	0,6%	2,0%	0,7%	4,4%	1,4%	22,3%
2010	100%	25,4%	43,5%	3,0%	0,6%	1,7%	0,2%	4,1%	1,5%	20,0%
2011	100%	25,8%	42,2%	3,0%	0,5%	1,6%	0,2%	4,3%	1,2%	21,1%
2012	100%	25,9%	43,2%	2,8%	0,5%	2,2%	0,2%	4,7%	1,4%	19,1%
2013	100%	25,3%	41,6%	2,9%	0,4%	1,7%	0,2%	4,4%	1,4%	22,0%
2014	100%	24,5%	44,6%	2,4%	0,4%	1,4%	0,2%	5,0%	0,9%	20,5%
2015	100%	22,9%	46,6%	2,3%	0,5%	1,3%	0,3%	4,9%	0,8%	20,5%
2016	100%	21,6%	48,2%	2,7%	0,5%	1,2%	0,3%	5,0%	0,8%	19,6%
2017	100%	21,6%	50,4%	2,5%	0,4%	1,1%	0,4%	4,8%	0,9%	17,7%
2018	100%	21,7%	51,0%	2,4%	0,5%	1,1%	0,3%	5,7%	0,8%	16,5%
2019	100%	21,2%	51,3%	2,2%	0,5%	1,1%	0,3%	5,8%	0,8%	16,8%
2020	100%	21,2%	34,6%	3,1%	0,8%	2,9%	0,5%	10,1%	0,9%	25,9%
CAGR	7,57%	9,06%	7,21%	5,83%	8,18%	1,34%	9,75%	10,11%	6,15%	7,70%

Fonte: Pordata

A introdução do Gráfico 7 destina-se a alertar os alunos para os dados estatísticos disponíveis no site do Banco de Portugal.

Gráfico 7: Balança de Serviços



Fonte: Banco de Portugal

Os dados acima são claros quanto à importância do setor na exportação de serviços. Embora as receitas associadas ao setor das Viagens e Turismo tenham vindo a crescer à

taxa de 7,21% ao ano, o crescimento das exportações de serviços é ainda mais expressivo, pelo que a share tem vindo a decrescer ao longo do tempo.

No âmbito desta análise os alunos são sobretudo sensibilizados para o recurso à Pordata e para a utilização mista de fontes, para efeitos de contextualização da análise. Por exemplo, a série relativa aos proveitos hoteleiros ⁵⁹ aponta para um peso em termos do PIB a rondar os 7,7% em 2015. Obviamente que os discentes compreendem, tendo em conta as informações iniciais que o montante de despesa turística na globalidade, é superior à indicada na série “Proveitos totais”, relativo ao “Alojamento turístico coletivo na RAM”. Contudo a informação relativa ao período mais alargada no tempo, e mais acessível, respeita aos Proveitos Totais, o que limita a capacidade de compreender o peso do setor. Tendo em conta a informação da Conta Satélite de Turismo, e os dados publicados pela DREM é possível contextualizar os valores obtidos.

⁵⁹ Conforme referido atrás, um dos exercícios propostos aos alunos consiste na transformação das séries de dados de índole monetária, como o revap ou os proveitos totais do alojamento turístico, expressos a preços correntes, numa série a preços constantes de 2019. Os alunos são ainda treinados na construção da série do deflator, tendo em conta a taxa de inflação regional. Os dados abaixo já transformados na versão a preços constantes permitem determinar o peso dos proveitos hoteleiros no PIB, e tendo em conta a existência de informação da CST para o ano de 2001 e 2015, calcular de forma simplificada o multiplicador da despesa turística (relativa à componente de despesa hoteleira). Os valores surgem expressos em milhões de euros. O rácio computado para 2001 é de 2,26, enquanto o rácio computado para 2015 é de 2,98. Portanto, a cada euro registado como “Proveito Total”, do setor do alojamento corresponde uma despesa superior resultante da aplicação de um fator multiplicativo definido no intervalo 2,26 a 2,98. A análise é completada com dados oferecidos por Fortuna e Maciel (2020).

Ano	Proveitos Totais (Hoteleria) preços constantes 2019	PIB (preços constantes 2019)	rácio Proveitos/PIB	Despesa turística (CST) preços 2019
1976	84,228	668,730	12,6%	
1977	106,917	808,003	13,2%	
1978	115,231	845,268	13,6%	
1979	137,987	861,725	16,0%	
1980	143,038	944,560	15,1%	
1981	139,983	1059,061	13,2%	
1982	112,526	1154,898	9,7%	
1983	108,683	1125,815	9,7%	
1984	117,474	1072,781	11,0%	
1985	126,134	1101,622	11,4%	
1986	146,453	1144,207	12,8%	
1987	155,838	1252,067	12,4%	
1988	172,839	1865,048	9,3%	
1989	173,277	1994,135	8,7%	
1990	182,016	2063,997	8,8%	
1991	202,617	2310,342	8,8%	
1992	187,518	2564,815	7,3%	
1993	167,783	2363,055	7,1%	
1994	192,161	2343,010	8,2%	
1995	217,110	2782,780	7,8%	
1996	230,896	2872,834	8,0%	
1997	230,655	3047,473	7,6%	
1998	239,972	3352,195	7,2%	
1999	260,757	3585,529	7,3%	
2000	282,570	3825,881	7,4%	
2001	314,100	3834,279	8,2%	711,03
2002	312,233	4209,461	7,4%	
2003	313,622	4292,817	7,3%	
2004	303,408	4535,613	6,7%	
2005	301,673	4692,868	6,4%	
2006	309,910	4823,726	6,4%	
2007	328,202	4992,892	6,6%	
2008	337,451	5029,385	6,7%	
2009	294,071	4967,706	5,9%	
2010	255,495	4966,671	5,1%	
2011	275,628	4813,427	5,7%	
2012	262,516	4201,388	6,2%	
2013	283,056	4232,771	6,7%	
2014	306,958	4314,469	7,1%	
2015	340,210	4434,500	7,7%	1015,47
2016	400,139	4629,047	8,6%	
2017	428,464	4883,809	8,8%	
2018	425,898	4930,503	8,6%	
2019	407,457	5069,440	8,0%	

Outra questão que pode ser abordada neste momento refere-se à questão elasticidade-rendimento, e ao valor de referência da despesa média diária. Inchausti-Sintes et al, 2021, explicam as diferenças em termos de PIB per capita entre as Ilhas Baleares e as Canárias, ambas “potencias” no setor do turismo do tipo Mediterrânico, com o facto da experiência turística nas Baleares ser entendida como produto de luxo, o que implica maior disponibilidade para pagar aumentos de preços e procurar alargar a duração da estada e/ou maior volume de despesa total e despesa média, em face de aumentos de rendimento dos turistas nos países de origem. Ou seja, existem razões óbvias em captar turistas com elevado poder de compra, e em difundir uma imagem de sofisticação, neste caso para diminuir a preferência por preços “low-cost”.

3.6 Análise de dados estatísticos e Conta Satélite do Turismo.

Os estudos de impacto económico em termos espaciais podem abarcar o todo nacional, ou centrar-se numa ótica mais local e regional. No contexto dos SIDS é de destacar Archer (1995), Bicak e Altinary (1996), Archer e Fletcher (1996) e Narayan (2004a). A nível regional salientam-se os estudos de West e Gamage (1997) e Wood (2005). Alguns estudos procuram analisar em simultâneo os impactos regionais e nacionais como Freeman e Sultan (1997) e Manente (2000). Uma análise recente a nível da RAM permitiu relacionar indiretamente a expansão do stock de infraestruturas ao nível municipal (aproximada via incremento do parque hoteleiro) com o desenvolvimento da indústria turística⁶⁰. Falta, contudo, uma análise mais pormenorizada que permite compreender as relações intersectoriais, ou a dependência de variáveis que oferecem apenas uma visão incompleta, como a nota de rodapé nº 52 mostra.

Uma análise fundamental relativa ao impacto do turismo na economia consiste na Conta Satélite de Turismo (CST). A Conta Satélite de Turismo permite responder a questões como qual o peso do setor do turismo na economia nacional e qual o montante da despesa em turismo e em que produtos. A Conta Satélite do Turismo “corresponde a uma ferramenta conceptual que oferece a possibilidade de calcular, medir e organizar informação acerca dos efeitos provenientes das atividades económicas que integram a indústria turística de um país ou região, tendo em conta os princípios, definições e classificações do SCN” (Couto, 2011, 2) ⁶¹. Sobre a questão deve ser consultado ainda OMT (1999), OECD (2000), OMT et al (2008) e sobretudo Fortuna e Maciel (2020) devido ao carácter pedagógico e “autónómico” da obra. Dado o tópico ser abordado na UC de Introdução ao Turismo, a abordagem seguida nesta seção visa treinar os alunos na análise da informação disponibilizada pela DREM, em especial no que concerne à identificação de números-chave precisos sobre o peso do setor. No contexto regional, para além dos documentos disponibilizados pela DREM, devem ser tidos em conta os trabalhos de Maciel (2018) e Fortuna e Maciel (2020), conforme referido, dado reportarem à RAA, com dados indicados para a RAM no caso de Fortuna e Maciel (2020). Para uma descrição dos objetivos da CST, os alunos interessados são remetidos para Fortuna e Maciel (2019), até pelo facto de se tratar de uma obra em português.

Calero e Turner (2020) consideram o desenvolvimento conceptual e metodológico da Conta Satélite de Turismo como um fator que potenciou a perceção da importância do

⁶⁰ Majdak, P. Almeida, A. (2022), Managing pre-emptively overtourism by promoting rural tourism in low-density areas: lessons from Madeira, Sustainability, indexada SJR; (SCImago Journal Rank) – Impact Factor (2020): 0.61

⁶¹ Couto, S. (2011), “Conta Satélite de Turismo para as Economias Regionais”, tese de mestrado no âmbito do Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo. Acedida em <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/7738/1/5693.pdf>, a 21/2/2022

turismo na economia (Frechtling, 2010; UNWTO, 2008, Xu et al, 2020). De acordo com Eusébio (2006), a metodologia subjacente à Conta Satélite do Turismo (CST) (OMT, 1999), na ótica da despesa, baseia-se no facto da procura turística incorporar três aspetos: 1. consumo turístico individual; 2. consumo coletivo turístico; 3. formação bruta de capital fixo turístico. De um ponto de vista metodológico faria mais sentido optar por estudos que permitissem incorporar todas as componentes da despesa para obter uma perspetiva do “impacto” económico total. Dadas as dificuldades de identificação de todas as parcelas da despesa com interesse, opta-se geralmente, de acordo com Eusébio (2006) por análises parcelares. Relativamente a estas últimas, observa-se uma preferência por estudos dos determinantes das despesas individuais, pela análise de time series relativamente á evolução dos dados agregados (despesa turística), e pela determinação de formação bruta de capital fixo turístico. Relativamente a estes últimos, Eusébio (2006) considera que predominam estudos do tipo avaliação de impactos/implicações económicas de projetos de desenvolvimento turístico e em investimento simultâneo em várias infraestruturas recreativas, culturais ou desportivas e/ou projetos referentes à construção ou remodelação de unidades de alojamento turístico. Neste tipo de estudos predomina a análise custo-benefício.

Dada relativa experiência do autor desta lição em trabalhos empíricos de identificação dos drivers da despesa turística, no decurso da aula dar-se-á particular atenção à questão dos impactes económicos relacionados com as despesas turísticas, embora também se ilustre em que medida o desenvolvimento turístico, medido através do aumento da despesa turística, potencia (causa e efeito) o desenvolvimento do stock de infra-estruturas e a expansão da oferta (novos projetos turísticos). Para efeitos da ilustração dos estudos de cariz “individual” são partilhados com os alunos os quadros constantes do paper "Determinants of Visitors' Expenditure Across a Portfolio of Events", publicado no journal *Tourism Economics*.

Os dados relativos a Portugal, publicados pela WTTC, apontam para um contributo para a economia de 17,1% do setor T&T, o que corresponde a cerca de 1 em cada 6 euros em termos do PIB. Os dados sugerem ainda 1,0037 milhões de empregos ou seja cerca de 1 em cada 5 postos de trabalho (20,7% do total) e um impacto económico global de 22,5 biliões de euros. A CTS, publicada pelo INE e relativa a Portugal e a 2019 informa que “o VAB gerado pelo turismo representou 8,5% do total do VAB da economia nacional, em 2019, registando um aumento superior ao da economia nacional face ao ano anterior (10,3% e 4,0%, respetivamente). No mesmo período, a procura turística (Consumo do Turismo no Território Económico) foi equivalente a 15,4% do PIB, aumentando 7,6% relativamente a 2018.” Portanto, dados relativos a 2019 apontam para um peso do setor, medido pelo lado da procura, a rondar 1€ em cada 6,5€.

Relativamente à RAM, os dados da conta satélite de turismo para 2015 indicam que o valor acrescentado bruto gerado pelo turismo (VABGT) atingiu o valor de 591,3 milhões de euros, o que corresponde a 15,9% do VAB regional (ou seja, aproximadamente 1 em cada 6,5€). O Consumo do Turismo no Território Económico (CTTE)⁶², indicador da procura turística em território regional, rondou os 1 128,5 milhões de euros, o que

⁶² De acordo com o destaque – Informação à Comunicação Social, de 17/12/2020, disponibilizado no site do INE, o Consumo Turístico no Território Económico (CTTE) engloba:

- O consumo do turismo recetor, que corresponde ao consumo efetuado por visitantes não residentes em Portugal;
- O consumo do turismo interno, que corresponde ao consumo dos visitantes residentes que viajam no interior do país, em lugares distintos do seu ambiente habitual, assim como à componente de consumo interno efetuada pelos visitantes residentes no país aquando de uma viagem turística no exterior do país (componente de consumo interno do Turismo Emissor);
- As outras componentes do consumo turístico, que compreendem os serviços de habitação das habitações secundárias por conta própria, os serviços de intermediação financeira imputados e as componentes do consumo turístico que não são passíveis de desagregação por tipo de turismo e de visitante. Nas outras componentes incluem-se ainda os produtos cuja despesa é das administrações públicas mas cujo consumo é de natureza individual.

corresponde a 26,6% do PIB regional. Relativamente ao valor de 1128,5 milhões de euros, cerca de 90% corresponde ao turismo recetor (não residentes na RAM), com o turismo interno e outras componentes a corresponder a 9,4% do CTTE. A conta satélite mostra ainda que o peso do número de postos de trabalho no total das atividades características corresponde a 19981 empregos, o que face a um total de 119318 empregos, corresponde a 16,746% do total (ou seja, 1 em cada 6 empregos). Os dados da conta satélite podem ainda ser cruzados com a série temporal disponibilizados pela DREM relativa aos “Pessoal ao serviço por estabelecimentos”, que regista um total de 6332 empregos, o que indica um rácio de 3,1556 empregos no total dos empregos característicos por cada emprego registado no setor da hotelaria. Mais dados constam do Quadro abaixo.

Os números reportados no paragrafo anterior são importantes, dada a multiplicidade de opiniões sobre o peso do setor na RAM, conforme se constata pelas citações que se seguem:

... “The tourism sector is the dominant sector in the specialisation pattern of Madeira economy. Its influence goes well beyond the 21% weight in GDP and 14% in employment.” (Ismeri, 2011, 180)

...” O turismo representa 26% do PIB da Madeira. A fatura dos meses sem atividade é pesada. Governo cautelosamente animado para 2021.”⁽⁶³⁾

...” Turismo já vale mais de um quarto do PIB madeirense”⁽⁶⁴⁾

Os alunos são motivados a efetuar dos cálculos constantes do Quadro abaixo.

Quadro 14: Números chave da Conta Satélite de Turismo da RAM

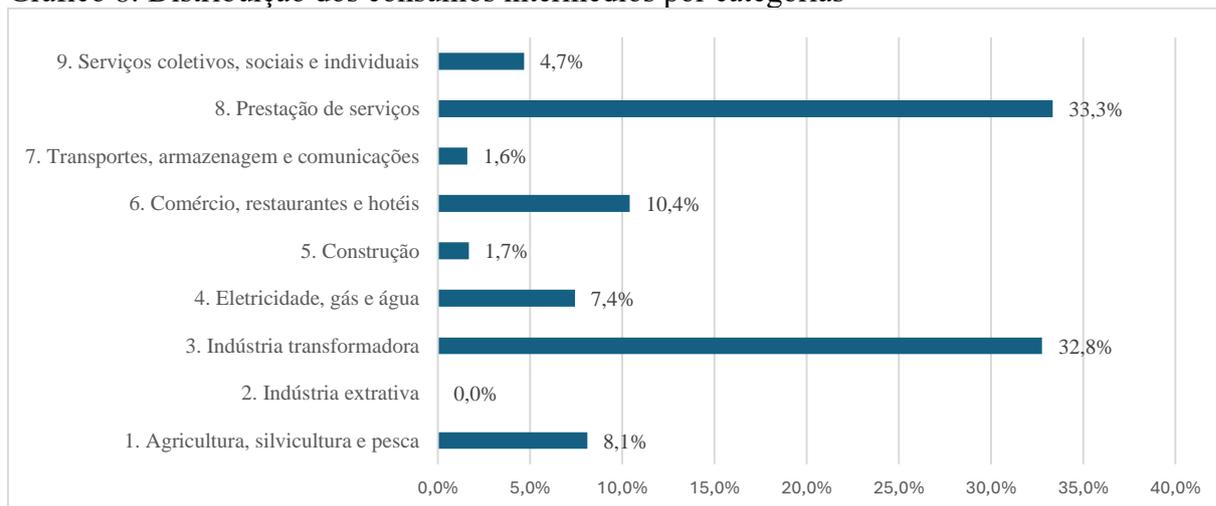
Consumo do turismo interior no território económico	1.128.535.000,00
PIB 2015	4.313.162.000,00
Total hóspedes 2015	1.297.926,00
Despesa por hóspede	869,5
Dormidas 2015	7 047 981
Despesa por noite	160,1217427
Peso da Despesa Turística no PIB	26,16%

A análise da conta satélite oferece ainda aos alunos a oportunidade de compreender os efeitos multiplicadores olhando para o desdobrar do valor da produção em consumo intermédio total e VAB. No caso dos “Hotéis e similares”, o output total a preços de base, no valor de 660351 (10³€) explica-se pelo consumo intermédio no valor de 250648 (10³€), o que corresponde a 37,96% do total, e pelo VAB no valor de 409703 (10³€), correspondente a 62,04% do Output total. Uma distribuição dos consumos intermédios no sub-setor por categorias de produtos consta da tabela seguinte.

⁶³ <https://www.dinheirovivo.pt/empresas/paragem-de-tres-meses-do-turismo-leva-a-quebra-no-pib-da-madeira-de-66-12956713.html>

⁶⁴ <https://www.dnoticias.pt/2018/7/9/202176-turismo-ja-vale-mais-de-um-quarto-do-pib-madeirense/>

Gráfico 8: Distribuição dos consumos intermédios por categorias



O gráfico acima permite reforçar as ideias expressas anteriormente acerca do impacto multiplicador do setor do turismo. Poder-se-á assumir que as categorias “prestação de serviços”, onde sobressaem as prestações de serviços de limpeza e conservação, setores intensivos em mão de obra, e “comércio, restaurantes e hotéis”, onde sobressai a aquisição de serviços de restauração, também fortemente intensivos em mão de obra, incorporem uma forte componente local. As leakages residem sobretudo na componente da indústria transformadora e na componente “Agricultura, silvicultura e pesca”.

Para o caso dos alunos mais interessados no desenvolvimento do tema é proposto o acesso ao documento Contas Satélite do Turismo da Macaronésia, 2001/2002, publicado em 2008, e passível de ser descarregado do site da DREM. Ainda neste tópico os alunos são remetidos para Fortuna e Maciel (2020).

4. Conclusões e Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo destas páginas procura dotar os alunos de conhecimentos científicos chave relativamente ao papel do turismo como motor da dinâmica de desenvolvimento regional e nacional com base em números disponibilizados pela DREM, INE, Pordata e nos sites do WTTC e UNWTO. A importância do setor no contexto dos SIDS é evidenciada, para efeitos de contextualização da “normalidade” da experiência da RAM. Dado que importa dotar os alunos de capacidades de análise de conteúdos científicos relevantes, o papel do turismo como motor do desenvolvimento regional é enquadrado no contexto de várias teorias e modelos de desenvolvimento regional trabalhadas no decurso da aula, e de outras. Neste caso tendo em conta o volume de informação, a questão-chave é a gestão do tempo, e a seleção do foco em termos da abordagem teórica mais adequada ao perfil os alunos. Dado o papel preponderante, e por vezes asfixiante do setor nos SIDS, importa salientar a necessidade de subordinar o desenvolvimento do setor à lógica do desenvolvimento sustentável, no intuito de otimizar e não maximizar o somatório dos impactos positivos, tendo em conta em conta a importância da questão dos custos de oportunidade. A temática do planeamento do desenvolvimento turístico, é abordada através de caso prático, e dos documentos publicados pelo Governo Regional.

A vertente mais económica da temática é abordada na análise dos tópicos efeito multiplicador, linkages e leakages, ilustrando o papel do turismo como fator de dinamização das exportações e das receitas fiscais. O papel da Conta Satélite do Turismo

é destacado. A análise do tema inclui ainda uma forte componente de tratamento de dados estatísticos, conforme ilustrado em anexo, sendo os alunos treinados na aplicação do método OLS e nos fundamentos econométricos da TLGH.

A redação desta lição permitiu identificar alguns eixos de intervenção no futuro. Embora limitado por razões de tempo e autorizações internas, faz sentido convidar um representante da indústria (quer ao nível do setor privado quer ao nível do setor público), com experiência profissional robusta, para um mini-seminário, de 30 a 45 min, para abordar o tema do turismo, mas também outros, o que também oferece a oportunidade para o mesmo discorrer sobre as expectativas em termos de competências a desenvolver por parte dos alunos.

Na medida do possível, os alunos poderão ser envolvidos em projetos do Observatório de Turismo, para efeitos de acumulação de experiência no tratamento de dados estatísticos, e redação de texto explicativo, o que já aconteceu, obviamente num formato voluntário. Fará ainda sentido, reforçar as propostas de teste de modelos econométricos simples, com base nos dados publicados pela DREM, dada a facilidade de download de dados em formato xls.

Obviamente que não será possível abordar todos os tópicos, conceitos e considerações redigidas acima, num período de tempo limitado. Algumas das notas essenciais são abordados no contexto de sala de aula. Outros referenciados em notas de rodapé nos slides. Noutros casos, os alunos serão remetidos para leituras suplementares. Faz sentido identificar soluções pedagógicas que tem sido aplicadas no ensino desta temática.

O anexo 1 e o anexo 2 destina-se a ilustrar a aplicação do modelo TLGH à RAM, com base numa abordagem clássica, e com base numa data-reduction technique.

Referencias Bibliograficas

- Abbott, A., Cushman, D., Vita, G. (2012), Exchange Rate Regimes and Foreign Direct Investment Flows to Developing Countries, *Review of International Economics*, 20 (1), pg. 95–107
- Adedoyin, F., Erum N., Bekun F., (2021), How does institutional quality moderates the impact of tourism on economic growth? Startling evidence from high earners and tourism-dependent economies, *Tourism Economics*, doi:10.1177/1354816621993627
- Airey, D., Tribe, J., Benckendorff, P., Xiao, H., (2015), The managerial gaze: the long tail of tourism education and Research, *Journal of Travel Research*, 54(2), pg. 139–151
- Akadiri, S., Akadiri, A., (2021), Examining The Causal Relationship Between Tourism, Exchange Rate, And Economic Growth In Tourism Island States: Evidence From Second-Generation Panel, *International Journal of Hospitality & Tourism Administration*, 22:3, pg. 235-250, DOI: 10.1080/15256480.2019.1598912
- Akadiri, S., Akadiri, A., Alola, U., (2018), Is there growth impact of tourism? Evidence from selected small island states, *Current Issues in Tourism*, 22:12, 1480-1498, DOI: 10.1080/13683500.2017.1381947
- Akinboade, O., Braimoh, L. (2010), International Tourism and Economic Development in South Africa: A Granger Causality Test, *International Journal of Tourism Research*, 12, pg. 149–63.
- Almeida, A., (2008), ICT and sustainable development in an outermost region, Unpublished PhD Thesis, University of Newcastle upon Tyne, 2008
- Al-mulali, U., Fereidouni, H., Lee, J., Mohammed, A., (2014), Estimating the Tourism-Led Growth Hypothesis: A Case Study of the Middle East Countries, *Anatolia*, 25(2), pg. 290–98.
- Alves, H., Manso, J., Teixeira, Z., Estevão, C. Nave, A., (2021), Tourism-based regional development: boosting and inhibiting factors, *Anatolia*, DOI: 10.1080/13032917.2021.1924211
- Iliev, D., (2018). Regional inequalities and contemporary problems in regional tourism development: a case of Macedonia, *Anatolia*, 29(3), pg. 368-378, DOI: 10.1080/13032917.2017.1422770
- Andraz, J., Norte, N., Gonçalves, H. (2015), Effects of tourism on regional asymmetries: Empirical evidence for Portugal, *Tourism Management*, 50, pg. 257-267,
- Andriotis, K. (2009), Sacred Site Experience – A Phenomenological Study, *Annals of Tourism Research*, 36(1), pg. 64-84.
- Andriotis, K., (2006), Researching the development gap between the hinterland and the coast – evidence from the islands of Crete, *Tourism Management*, 27, pg. 629-639.
- Antonakakis, N., Dragouni, M., Filis, G., (2015), Tourism and Growth: The Times They Are a-Changing, *Annals of Tourism Research*, 50, pg.165–69.
- Antonakakis, N., Dragouni, M., Eeckels, B., Filis, G., (2016), Tourism and Economic Growth: Does Democracy Matter?”, *Annals of Tourism Research*, 61, pg. 258–64.
- Archer, B., (1995), Importance of tourism for the economy of Bermuda, *Annals of Tourism Research*, 22, pg. 918-930
- Archer, B., e Fletcher, J., (1996), The economic impact of tourism in the Seychelles, *Annals of Tourism Research*, 23(1), pg. 32-47
- Armstrong, H., Kervenoael, R., Li, X., Read, R. (1998), A comparison of the economic performance of different micro-states, and between micro-states and larger countries, *World Development*, 26(4), pp. 639–656

- Arslanturk, Y., Balçilar, M., Özdemir, Z., (2011), TimeVarying Linkages between Tourism Receipts and Economic Growth in a Small Open Economy, *Economic Modelling* 28 (1), pg. 664–71.
- Asheim, B., Boschma, R., Cooke, P. (2011), Constructing regional advantage: Platform policies based on related variety and differentiated knowledge bases, *Regional Studies*, 45(7), pg. 893–904
- Asheim, B., Gertler, M., (2005), The geography of innovation: Regional innovation systems. In J. Fagerberg, D. C. Mowery, & R. R. Nelson (Eds.), *The Oxford handbook of innovation* (pp. 291–317). Oxford: Oxford University Press.
- Aynalem, S., Abebe, F., Guadie, Z., Bires, Z., (2015) Students' Preference for the Various Teaching Methods in Tourism Courses: A Case of Tourism Management Department, Madawalabu University, *Journal of Tourism Hospitality*, 4, pg. 175
doi:10.4172/21670269.1000175
- Baggio, R., Micera, R., Del Chiappa, G., (2020), Smart tourism destinations: A critical reflection, *Journal of Hospitality and Tourism Technology*, 11(3), pg. 559–574
- Bailly, A., Gibson, L., Batey, P., Lopes, A., (2005), The role of universities in the development of regions: Teaching Regional Science in 2005, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 5, 91-106
- Balaguer, J., Cantavella-Jordá, M., (2002), Tourism as a Long-Run Economic Growth Factor: The Spanish Case, *Applied Economics*, 34 (7), pg. 877–84.
- Baldacchino, G. (1993) *Labouring in Lilliput : labour relations and images of smallness in developing microstates*. PhD thesis, University of Warwick.
- Baptista, A., (1997), A acção económica das regiões. In I. S. Políticas, *Regionalização e Desenvolvimento* (pp. 161-170). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa
- Bardolet, E., Sheldon, P., (2008), Tourism in archipelagos: Hawai'i and the Balearics, *Annals of Tourism Research*, 35(4) pp. 900-23
- Bastidas-Manzano, A., Sanchez-Fernández, J., Casado-Aranda, L., (2020), The past, present, and future of smart tourism destinations: A bibliometric analysis, *Journal of Hospitality & Tourism Research*, Article 1096348020967062
- Belloumi, M., (2010), The relationship between tourism receipts, real effective exchange rate and economic growth in Tunisia. *International Journal of Tourism Research*, 12 pg. 550-560. <https://doi.org/10.1002/jtr.774>
- Bilen, M., Yilanci, V., Eryüzlü, H., (2017) Tourism development and economic growth: A panel Granger causality analysis in the frequency domain, *Current Issues in Tourism*, 20(1), pg. 27–32.
- Boes K., Buhalis D., Inversini A. (2015), Conceptualising Smart Tourism Destination Dimensions. In: Tussyadiah I., Inversini A. (eds) *Information and Communication Technologies in Tourism 2015*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-14343-9_29
- Bohlin, M., Brandt, D., Elbe, J., (2016) Tourism as a vehicle for regional development in peripheral areas – myth or reality? A longitudinal case study of Swedish regions, *European Planning Studies*, 24:10, pg. 1788-1805, DOI: 10.1080/09654313.2016.1194807
- Boice, D., (2004), A short history of the field of regional science, *Papers Regional Science*, 83, pg. 31–57
- Boschma, R., Frenken, K., (2011), The emerging empirics of evolutionary economic geography, *Journal of Economic Geography* 11(2):295-307
- Bouzahzah, M., Menyari, Y. (2013), International tourism and economic growth: The case of Morocco and Tunisia, *The Journal of North African Studies*, 18(4), pg. 592–607.

Brankov, J., Penjišević, I., Ćurčić, N., Živanović B., (2019), Tourism as a Factor of Regional Development: Community Perceptions and Potential Bank Support in the Kopaonik National Park (Serbia), *Sustainability*, 11(22), pg. 6507.

Brau, R., Lanza, A., Pigliaru, F., (2005), An investigation on the growth performance of small tourism countries, in: Lanza et al. (Eds) *The Economics of Tourism and Sustainable Development*, pp. 8–29 (Cheltenham: Edward Elgar)

Brau, R., Lanza, A., Pigliaru, F., (2007), How fast are small tourism countries growing? Evidence from the Data for 1980–2003, *Tourism Economics*. 13(4), pg. 603-613, doi:10.5367/000000007782696104

Brida, J., Cortes-Jimenez, I., Pulina, M., (2016), Has the tourism-led growth hypothesis been Validated? A Literature Review, *Current Issues in Tourism*, 19 (5). Pg. 394–430.

Brida, J., Lanzilotta, B., Pereyra, J., Pizzolon, F., (2015), A nonlinear approach to the tourism-led growth hypothesis: The case of the MERCOSUR, *Current Issues in Tourism*, 18(7), pg. 647–666

Brida, J., Risso, W., (2009), Tourism as a Factor of Long- Run Economic Growth: An Empirical Analysis for Chile, *European Journal of Tourism Research*, 2(2), pg. 178-185

Briguglio, L., Archer, B., Jafari, J. Wall, G. (Eds) (1996) *Sustainable Tourism in Islands and Small States: Issues and Policies* (London: Frances Pinter).

Briguglio, L., Persaud, B., Stern, R., (2005), Toward an outward-oriented development strategy for small states: Issues, opportunities, and resilience building, *Final Report of the 2005 Small States Forum* (Washington, DC: World Bank)

Butler, R. (2000), Issues and implications of tourism development in maritime regions, in *Actas do Encontro da APDR, Perspectivas de desenvolvimento para as regiões marítimas*. Vol I, pg., 15–28.

Calero, C., Turner, L., (2020), Regional economic development and tourism: A literature review to highlight future directions for regional tourism research, *Tourism Economics*, 26(1), pg. 3–26

Canto, A. (2017), *Importância, dinâmica e eficiência do cluster do turismo nos Açores: Análise comparada com a realidade nacional e com a da Madeira*, Tese Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais

Assembleia Legislativa (2017), *Decreto Legislativo Regional n.º 15/2017/M Aprova o Programa de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira*

Capo, J., Font, A., Nadal, J., (2007), Dutch Disease in Tourism Economies: Evidence from the Balearics and the Canary Islands, *Journal of Sustainable Tourism*, 15 (6), pg. 615– 27

Caribbean Development Bank (2017), *Enhancing productivity and growth in the Caribbean*, Working Paper, <https://www.caribank.org/publications-and-resources/resource-library/working-papers/enhancing-productivity-and-growth-caribbean>

Castro-Nuño, M., Molina-Toucedo, J., Pablo-Romero, M., (2013), “Tourism and GDP: A Meta-analysis of Panel Data Studies, *Journal of Travel Research*, 52 (6), pg. 745–58

Cheer, J., Pratt, S., Tolkach, D., Bailey, A., Taumoepeau, S., Movono, A., (2018), Tourism in Pacific island countries: A status quo round-up, *Asia Pacific Policy Stud*, 5, pg. 442–461. <https://doi.org/10.1002/app5.250>

Chen, C., Chiou-Wei, S., (2009), Tourism expansion, tourism uncertainty and economic growth: new evidence from Taiwan and Korea, *Tourism Management* 30(6), pg. 812–818.

Cheng, A., Tang, S, Cheng, M., (2015), Changing conceptions of teaching: a four-year learning journey for student teachers, *Teachers Teach*. 1–21

Chili, N., (2013), Tourism Education: Factors Affecting Effective Teaching and Learning of Tourism in Township Schools, *Journal Human Ecology*, 41(1), pg. 33-43

- Christie, I., Fernandes, E., Messerli, H., Twining-Ward, L., (2014), *Tourism in Africa Harnessing Tourism for Growth and Improved Livelihoods*, International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank
- Chu, A., (2018), From Solow to Romer: Teaching endogenous technological change in undergraduate economics, *International Review of Economics Education*, 27, pg. 10-15
- Chulaphan W., Barahona, J., (2018), Contribution of disaggregated tourism on Thailand's economic growth, *Kasetsart Journal of Social Sciences*, 39(3), pg. 401–406
- Cladera, M., Rejón-Guardia, F., Àngel Vich-I-Martorell, G., Juaneda, C., (2021), Evolution of undergraduate tourism students' attitudes towards Statistics: pre and post evaluation, *Journal of Teaching in Travel & Tourism*, 21:2, pg. 120-141
- Cladera, M., Rejón-Guardia, F., Vich-I-Martorell, G., Juaneda, C., (2021), Evolution of undergraduate tourism students' attitudes towards Statistics: pre and post evaluation, *Journal of Teaching in Travel & Tourism*, 21:2, pg. 120-141, DOI: 10.1080/15313220.2020.1828014
- Cole, S., (2007), The regional science of tourism: an overview, *Regional Analysis and Policy*, 37(3), pg. 183–192
- Collins, A., (2002), Are we teaching what we should? Dilemmas and problems in tourism and hotel management education, *Tourism Analysis*, 7 (2), pp. 151–163
- Cook, B., Therrien, W., (2017), Null effects and publication bias in special education research, *Behavioral Disorders*, 42 (4), pg. 149–58
- Cooper, C. Fletcher, J. Gilbert, D., Wanhill, S., (1998), *Tourism: principles and practice*. London: Financial Times Prentice Hall
- Cortés-Jiménez, I., (2008), Which type of tourism matters to the regional economic growth? The cases of Spain and Italy, *International Journal of Tourism Research*, 10(2), 127–39.
- Cortés-Jiménez, I., Pulina, M., (2010), Inbound Tourism and Long-Run Economic Growth, *Current Issues in Tourism*, 13(1), pg. 61–74.
- Cortés-Jiménez, I., Nowak, J., Sahli, M., (2011), Mass Beach Tourism and Economic Growth: Lessons from Tunisia, *Tourism Economics*, 17 (3), pg. 531–47.
- Couto, S., (2011), *Conta Satélite de Turismo para as Economias Regionais*, Tese de Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo, Universidade de Aveiro
- Cunha, L., (2007), *Introdução ao Turismo*, Verbo, 2007
- Dąbrowski, M., Musiałkowska, I., Polverari, L. (2018), EU–China and EU–Brazil policy transfer in regional policy, *Regional Studies*, 52:9, 1169-1180, DOI: 10.1080/00343404.2018.1431389
- Dawkins, C., (2003), Regional development theory: conceptual foundations, classic works, and recent developments, *Journal of Planning Literature*, 18(2), pg. 131–172
- Demir, E., Gozgor, G., (2018), Does Economic Policy Uncertainty Affect Tourism?, *Annals of Tourism Research*, 69, pg. 15–17.
- Dogru, T., Bulut, U., (2018), Is Tourism an Engine for Economic Recovery? Theory and Empirical Evidence, *Tourism Management*, 67, pg. 425–34.
- Doloreux, D., Parto, S. (2005), Regional innovation systems: Current discourse and unresolved issues. *Technology in Society*, 27(2), pg. 133–153. <https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2005.01.002>
- Dosi, G., (1997), Opportunities, incentives and the collective patterns of technological change, *The Economic Journal*, 107(444), pg- 1530–1547
- Coles, T., Liasidou, S., Shaw, G., (2008), *Tourism and new economic geography: issues and challenges in*
- Doucouliaagos, C., (2005), Publication Bias in the Economic Freedom and Economic Growth Literature, *Journal of Economic Surveys*, 19 (3), pg. 367–87.

- Doucouliaqos, C., Stanley, T., (2013), Are All Economic Facts Greatly Exaggerated? Theory Competition and Selectivity, *Journal of Economic Surveys*, 27(2), pg. 316–39.
- Doucouliaqos, H., Stanley, T., (2009), Publication Selection Bias in Minimum-Wage Research? A Meta-regression Analysis, *British Journal of Industrial Relations*, 47 (2), pg. 406–28.
- Dritsakis, N., (2004), Tourism as a long-run economic growth factor: An empirical investigation for Greece using causality analysis, *Tourism Economics*, 10(3), pg. 305–316.
- DTI (Department of Trade and Industry), (2001), *Opportunity For All In A World Of Change*. London: HMSO
- Du, D., Lew, A., Ng., P. (2016), Tourism and Economic Growth, *Journal of Travel Research*, 55(4), pg- 454–64.
- Durbarray, R. (2004). Tourism and economic growth: The case of Mauritius. *Tourism Economics*, 10(4), pg. 389–401
- Dwyer, L., Forsyth, P., (1993), Assessing the Benefits and Costs of Inbound Tourism, *Annals of Tourism Research*, 20 (4), pg. 751-768
- Easterly, W., Kraay, A. (2000), Small states, small problems? Income, growth and volatility in small states, *World Development*, 28(11), pp. 2013–2027.
- Luzzi, G., Flückiger, Y., (2003) Tourism and international trade: introduction, *Pacific Economic Review*, 8(3), pg. 239–243
- Eisenhardt, K., Martin, J., (2000) Dynamic capabilities: what are they?, *Strategic Management Journal*, 21, pp. 1105-1121
- Enders, W., (1995), *Applied Econometric Time Series*, John Wiley & Sons, Inc.
- Engle, R., Granger, C., (1987), Cointegration and Error Correction: Representation, Estimation and Testing. *Econometrica*, 55, pg. 251-276.
<http://dx.doi.org/10.2307/1913236>
- Enilov, M., Wang, Y., (2021), Tourism and economic growth: Multi-country evidence from mixed-frequency Granger causality tests, *Tourism Economics*, 1–24
- Eusébio, M. (2006), *Avaliação do impacte económico do turismo a nível regional O caso da Região Centro de Portugal*, Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Turismo
- Fahimi A, Akadiri S., Seraj M, Akadiri, A., (2018), Testing the role of tourism and human capital development in economic growth. A panel causality study of micro states, *Tourism Management Perspectives*, 28, pg. 62–70
- Fairlie, W., Fossen, M., (2018), Opportunity versus Necessity Entrepreneurship: Two Components of Business Creation. SOE Paper No. 959.
<https://doi.org/10.2139/ssrn.3169864>
- Falk, M., (2015), The Sensitivity of Tourism Demand to Exchange Rate Changes: An Application to Swiss Overnight Stays in Austrian Mountain Villages during the Winter Season, *Current Issues in Tourism* 18 (5), pg. 465–76.
- Ferreira, I., (2017), O planeamento e a turistificação dos espaços urbanos. O caso da Praça do Comércio e da Ribeira Naus, em Lisboa, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 1(27/28), 399-412. <https://doi.org/10.34624/rtd.v1i27/28.8499>
- Fonseca, F., Ramos, R., (2007), Potenciar o Desenvolvimento Turístico a Partir de um Processo de Planeamento Estratégico de Marketing: o Caso de Almeida, *RPER*, (15), 41–64
- Fonseca, N., Sánchez-Rivero, M., (2020) Publication bias and genuine effects: the case of Granger causality between tourism and income, *Current Issues in Tourism*, 23:9, pg. 1084-1108

- Fortuna, M., Maciel, R., (2020), O turismo na economia dos Açores: Do arranque do século XXI à pandemia de 2020, Edição Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico (CEEApIA), Faculdade de Economia e Gestão, Universidade dos Açores, Outubro 2020
- Fothergill, S., (2005), A new regional policy for Britain, in *Regional Studies*, 39(5), pp. 659-667,
- Frechtling, D., (1987). "Assessing the Impacts of Travel and Tourism, Measuring Economic Benefits, in *Travel, Tourism and Hospitality Research*, J. R Brent Ritchie and Charles Goeldner, eds. New York: Wiley. pp. 325-31.
- Hall, C., (2003), *Introduction to Tourism in Australia*, 4th ed. South
- Frechtling, D., (2010), The tourism satellite account, A primer, *Annals of Tourism Research*, 37 (1), pg. 136-153,
- Freeman, D., Sultan, E., (1997), The economic impact of tourism in Israel: a multiregional input-output analysis. *Tourism Economics*, 3(4), pg. 341-359
- Gage, N., Cook, B., Reichow. B., (2017), Publication Bias in Special Education Meta-analyses., *Exceptional Children*, 83 (4), pg. 428–45
- García-Falcón, J., Medina-Munõz, D. (1999), Sustainable tourism development in islands, a case study of Gran Canaria, *Business Strategy and the Environment*, 8(6), pp 336–357.
- Gay, J.-C., (2012), Why is tourism doing poorly in Overseas France?, *Annals of Tourism Research*, 39 (3), pg. 1634–1652
- Porter, M., (1998), Clusters and the new economics of competition, in *Harvard Business Review*, Nov/Dec98, 76 (6), pp. 77-90
- Gibbs, G., (2010). Mathematics and Statistics Skills in the Social Sciences. In C.M. Marr & M.J. Grove (Eds.), *Responding to the mathematics problem: The implementation of institutional support mechanisms* (pp. 44–50). Maths, Stats & OR Network.
- Giordano, B., (1999), A place called Padania, the Lega Nord and political representation of Northern Italy, *European Urban and Regional Studies*, 6(3), pg. 215-230
- Goeldner, C., Ritchie, J, (2009), *Tourism : principles, practices, philosophies*, Hoboken, NJ: John Wiley & Sons,
- Goeldner, C., Ritchie, J, (2009), *Tourism : principles, practices, philosophies*, Hoboken, NJ: John Wiley & Sons,
- Gössling, S., (2002), Global environmental consequences of tourism, *Global Environmental Change*, 12(4), pg 283–302.
- Gössling, S., Hall, C., (2006), An introduction to tourism and global environmental change, in S. Gössling, & C. M. Hall (Eds.), *Tourism and global environmental change: Ecological, economic, social and political interrelationships* (pp. 1–34). London: Routledge.
- Gössling, S., Hansson, C., Hörstmeier, O., Saggel, S, (2002), Ecological footprint analysis as a tool to assess tourism sustainability, *Ecological Economics*, 43(2), pg. 199–211.
- Gouveia, M., Duarte, T, (2001), O cluster turismo em Portugal, acedido em <https://www.gee.gov.pt/pt/documentos/estudos-e-seminarios/historico/documentos-de-trabalho/5222-o-cluster-turismo-em-portugal/file>
- Gouveia, M., Duarte, T. (2001), *O cluster turismo em Portugal*. Lisboa: GEPE
- Grimes D., Schulz K., (2002), Descriptive studies: what they can and cannot do. *Lancet*, 12, 359(9301), pg. 145-9.
- Grydehøj, A., Kelman, I., (2020), Reflections on conspicuous sustainability: Creating Small Island Dependent States (SIDS) through Ostentatious Development Assistance (ODA)?, *Geoforum*, 116, pg. 90-97, ISSN 0016-7185, <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2020.08.004>

Gunduz, L., Hatemi, J., (2005), Is the tourism-led growth hypothesis valid for Turkey? *Applied Economics Letters*, 12(8), pg. 499–504.

Habibi, F., Rahmati, M., Karimi, A. (2018), Contribution of tourism to economic growth in Iran's Provinces: GDM approach, *Future Business Journal*, 4(2), pg. 261–271

Hampton, M., Christensen, J.. (2002), Offshore Pariahs? Small Island Economies, Tax Havens, and the Re configuration of Global Finance, *World Development*, 30,(9), pp. 1657–1673,

Hampton, M., Jeyacheya, J., (2020), Tourism-Dependent Small Islands, Inclusive Growth, and the Blue Economy, *One Earth* 2, January 24, 2020

Harrison, J., Banks, G., Pollack, J., O'Boyle, E., Short, J., (2017), Publication bias in strategic management research, *Journal of Management*, 43 (2), pg. 400–25.

Helg, R., Peri, G., Viesti, G. (2000), Abruzzo and Sicily: catching up and lagging behind, *European Investment Bank Papers*, 5(1), pp. 61-86

Hernández-Martín, R., (2008), Structural Change and Economic Growth in Small Island Tourism Countries, *Tourism and Hospitality Planning & Development*, 5:1, pg. 1-12, DOI: 10.1080/14790530801936411

Inchausti-Sintes, F., Voltes-Dorta, A., Suau-Sánchez, P., (2021) The income elasticity gap and its implications for economic growth and tourism development: the Balearic vs the Canary Islands, *Current Issues in Tourism*, 24:1, pg. 98-116, DOI: 10.1080/13683500.2020.1722618

Higgins, B., Savoie, D., (2017), *Regional Development Theories and Their Application*. Somerset: Routledge.

Hospers, G., (2003), Localisation in Europe's periphery: tourism development in Sardinia, in *European Planning Studies*, (11, 6) September 2003

Husbands (1983), The genesis of tourism in Barbados: further notes on the Welcoming Society, *Ontario Geography*, 16(3), 227-232

Inchausti-Sintes, F., (2015), Tourism: Economic Growth, Employment and Dutch Disease, *Annals of Tourism Research*, 54, pg. 172–89.

Inchausti-Sintes, F., Voltes-Dorta, A., Suau-Sánchez, P., (2021), The income elasticity gap and its implications for economic growth and tourism development: the Balearic vs the Canary Islands, *Current Issues in Tourism*, 24(1), pg. 98-116, DOI: 10.1080/13683500.2020.1722618

Hernández-Martín, R., (2008), Structural Change and Economic Growth in Small Island Tourism Countries, *Tourism and Hospitality Planning & Development*, 5(1), pg. 1-12, DOI:10.1080/14790530801936411

Instituto de Desenvolvimento Regional (2018), *Documento de Orientação Estratégica Regional, Compromisso Madeira @ 2020*

Ioannides, D., Halkier, H., Lew, A., (2014), Special issue introduction: evolutionary economic geography and the economies of tourism destinations, *Tourism Geographies*, 16(4), pg. 535–539

Ismeri Europa (2011a), *Growth Factors in the Outermost Regions, Final Report Vol. II, CONTRACT N°2009.CE.16.0.AT.101*

Ismeri Europa (2011b), *Growth Factors in the Outermost Regions, Final Report Vol. I, CONTRACT N°2009.CE.16.0.AT.101*

Ismeri Europa (2011c), *Factores de crescimento nas Regiões Ultraperiféricas, CONTRATO N° 2009.CE.16.0.AT.101*

Ivars-Baidal, J., Vera-Rebollo, J., Perles-Ribes, J., Femenia-Serra, F., Celdrán-Bernabeu, M., (2021), Sustainable tourism indicators: what's new within the smart city/destination approach?, *Journal of Sustainable Tourism*, 1–24

- Jaakson, R. (1996), Tourism in transition in post-Soviet Estonia, *Annals of Tourism Research*, 23(3), pg. 617–634.
- Jin, P., Fu, Z., Ban, M., (2012), Karst cave tourism system in Zhejiang Province based on resource regional, *Chinese Geographical Science* 22(4), DOI:10.1007/s11769-012-0552-y
- Jóhannesson, G., Huijbens, E., (2010), Tourism in times of crisis: Exploring them discourse of tourism development in Iceland, *Current Issues in Tourism*, 13(5), pg. 419–434.
- Joseph, C., Krishnaswamy, A., (2010), Factors of resiliency for forest communities in transition in British Columbia, *BC Journal of Ecosystems and Management*, 10(3), pg. 127–144.
- Katircioglu, S., (2009), Revisiting the Tourism-Led-Growth Hypothesis for Turkey Using the Bounds Test and Johansen Approach for Cointegration, *Tourism Management*, 30 (1), pg. 17–20.
- Khan, A., Bibi, S., Lorenzo, A., Lyu, J., Babar, Z., (2020), Tourism and Development in Developing Economies: A Policy Implication Perspective, *Sustainability* 2020, 12, 1618. <https://doi.org/10.3390/su12041618>
- Khoshnevis, Y., Salehi, H., Soheilzad, M., (2017), The relationship between tourism, foreign direct investment and economic growth: Evidence from Iran, *Current Issues in Tourism*, 20(1), 15–26.
- Kim, H., Chen, M., Jang, S.-C., (2006), Tourism Expansion and Economic Development: The Case of Taiwan, *Tourism management*, 27 (5), pg. 925–933.
- Kofler, I., Marcher, A., Volgger, M., Pechlaner, H., (2018), The special characteristics of tourism innovation networks: The case of the Regional Innovation System in South Tyrol, *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 37, pg. 68-75, ISSN 1447-6770, <https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2018.09.004>.
- Kofler, I., Marcher, A., Volgger, M., Pechlaner, H., (2018), The special characteristics of tourism innovation networks: The case of the Regional Innovation System in South Tyrol, *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 37, pg. 68-75, ISSN 1447-6770,
- Kunwar, R., (2019), Tourism Education, Curriculum Spaces, Knowledge Production, and Disciplinary Pluralism, *The Gaze Journal of Tourism and Hospitality* (Vol. 9), 83-155
- Labrianidis, L., Kalogeressis, T. (2006), The digital divide in Europe’s Rural Enterprises, *European Planning Studies*, 14(1), pp. 24-39
- Lahr, M., (2009), Regional Science, Regional Scientists, and State Policy, *International Regional Science Review*. 32(4), pg. 495-508.
- Lanza, A., Pigliaru, F., (1994), The tourism sector in the open economy, *Rivista Internazionale di Scienza Economica e Commerciali*, 47, pg. 77–85.
- Lanza, A., Temple, P., Urga, G., (2003), The implications of tourism specialisation in the long run: An econometric analysis for 13 OECD economies, *Tourism Management*, 24(3), pg. 315–321.
- Lee, C., Chang, C. (2008) Tourism development and economic growth: A closer look at panels. *Tourism Management*, 29(1), 180–192.
- Lee, J., Brahmastreene, T., (2013), Investigating the influence of tourism on economic growth and carbon emissions: Evidence from panel analysis of the European Union, *Tourism Management*, 38, pg. 69–76.
- Lee, S., (2016), The socio-cultural impact of Growth-Pole Theory (GPT) tourism development, *Anatolia* 27(2), pg. 268–270
- Leung, R. Au, N., Law, R., (2015) The recent Asian wave in tourism research: the case of the journal of travel & tourism marketing, *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 20(1), pg. 1–28

- Lew, C., Saville, A., (2021), Game-based learning: Teaching principles of economics and investment finance through Monopoly, *The International Journal of Management Education*, 19, (3), 2021, 100567, ISSN 1472-8117,, <https://doi.org/10.1016/j.ijme.2021.100567>
- Li, K., Jin, M., Shi. W., (2018), Tourism as an Important Impetus to Promoting Economic Growth: A Critical Review, *Tourism Management Perspectives*, 26, pg. 135–42.
- Liang, J., (2021), Examining the factors of experiential learning and teaching style: A case study of a hospitality and tourism program, *Journal of Hospitality, Leisure, Sport & Tourism Education*, 29, 100332, ISSN 1473-8376, <https://doi.org/10.1016/j.jhlste.2021.100332>.
- Lickorish, L.J., & Jenkins, C.L. (1997). *Introduction to Tourism* (1st ed.). Routledge.
- Liu, H., Song. H., (2017), New Evidence of Dynamic Links between Tourism and Economic Growth Based on Mixed-Frequency Granger Causality Tests, *Journal of Travel Research* 57 (7), pg. 899–907
- Liu, L., Chen, J., (2020), Strategic coupling of urban tourism and regional development in Liaoning Province, China, *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 25:12, pg. 1251-1268
- Liu, M., Jiang, L., (2017), A Review of Research on the Contribution of Tourism to Economic Growth, *Tourism Tribune*, 32 (4), pg. 33–42.
- Liu, W., Shi, H., Zhang, Z., Tsai, S, Zhai, Y., Chen, Q., Wang, J., (2018), The development evaluation of economic zones in China, *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 15(1), pg. 56–69. <https://doi.org/10.3390/ijerph15010056>
- Liu, Z., Jenkins, C., (1996), Country size and tourism development: A cross nation analysis, in L. Briguglio, B. Archer, J. Jafari, & G. Wall (Eds.), *Sustainable tourism in islands and small states: Issues and policies* (pp. 90–117). London, UK: Pinter
- Lovering, J., (1999), Theory Led By Policy? The Inadequacies Of ‘The New Regionalism’, in *Economic Geography Illustrated From The Case Of Wales*, Paper Presented At The Economic Geography Research Group Seminar ‘Institutions And Governance’, July 3 1998 Department Of Geography UCL, London, Cardiff University
- Luka, I., Donina, A. (2012), Challenges of tourism education: Conformity of tourism curriculum to business needs, *Academica Turistica*, 5(1), pg. 85-112
- Lyócsa, S., Vašaničová, P., Litavcová, E., (2020), Quantile dependence of tourism activity between Southern European countries, *Applied Economics Letters*, 27:3, pg. 206-212
- Ma, J., Hassink, R., (2013), An evolutionary perspective on tourism area development, *Annals of Tourism Research*, 41, pg. 89-109
- Ma, J., Sun, G., Ma, S.,(2018) Assessing holistic tourism resources based on fuzzy evaluation method: a case study of Hainan tourism island, *Advances in Intelligent Systems and Computing*, 646:, pg. 434–446
- Ma, T., Hong, T., Zhang, H., (2015), Tourism spatial spillover effects and urban economic growth, *Journal of Business Research*, 68 (1), pg. 74–80.
- Machado, L., Almeida, A. (2012), Natural disasters in Touristic Destinations. The case of Portuguese Islands, in *Natural Disasters: Prevention, Risk Factors and Management*, Nova Publishers, Editores Biljana Raskovic e Svetomir Mrdja, pg. 203-222,
- Majdak, P. Almeida, A. (2022), Managing pre-emptively overtourism by promoting rural tourism in low-density areas: lessons from Madeira, *Sustainability*, 14(2), 757; <https://doi.org/10.3390/su14020757>
- Manente, M., (2000), Tourism consumption and interregional economic impacts in Italy. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 12(7), pg. 417-423

- Marques, R., (2019), O Turismo Cultural e a Problemática da Capacidade de Carga do Património: Estudo da dimensão social do caso da Sé do Porto, Tese de Mestrado em Património, Artes e Turismo Cultural, Instituto Politécnico do Porto, ESSE
- Marrocu, E., Paci, R., (2014), Tourism and Regional Growth in Europe, *Papers in Regional Science*, 93(1), pg. S25–50.
- Martin, R., (2015) Rebalancing the spatial economy: the challenge for regional theory, *Territory, Politics, Governance*, 3:3, 235-272, DOI: 10.1080/21622671.2015.1064825
- Martin, R., Sunley, P., (2001), Rethinking the “economic” in economic geography: broadening our vision or losing our focus?, *Antipode*, 33(2), pg. 148–161
- Martín-Cejas, R., Sánchez, P., (2010), Ecological footprint analysis of road transport related to tourism activity: The case for Lanzarote Island, *Tourism Management*, 31(1), pg. 98–103.
- Martins, C., Fiates, S., Pinto, L., (2016), A relação entre os clusters de turismo e tecnologia e seus impactos para o desenvolvimento local: um estudo bibliométrico da produção científica, *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 10(1), pg. 65-88
- Marujo, N., (2014), Turismo e eventos especiais: a Festa da Flor na Ilha da Madeira, *Tourism & Management Studies*, 10 (2), pp. 26-31, ISSN: 2182-8458.
- Matias, A., (2007), *Economia do Turismo Teoria e Prática*, Instituto Piaget
- Mehran, J., Olya, H., (2018), Progress on outbound tourism expenditure research: A review, *Current Issues in Tourism*, 22(20), pg. 2511-2537
- Meis, S., (1999). La Cuenta Satélite del Turismo de Canadá: una Nueva Herramienta para medir la contribución del Turismo a la Economía, *Estudios Turísticos*, 138
- Mérida, A., Carmona, M., Congregado, E., Golpe, E., Antonio, A., (2016), Exploring the regional distribution of tourism and the extent to which there is convergence, *Tourism Management*, 57, pg. 225–233
- Merigó, J., Mulet-Forteza, C., Martorell, O., Merigó-Lindahl, C., (2020), Scientific research in the tourism, leisure and hospitality field: a bibliometric analysis, *Anatolia*, 31:3, pg. 494-508, DOI: 10.1080/13032917.2020.1771602
- Morgan, K., (1997), The learning region: institutions, innovation and regional renewal, *Regional Studies*, 35(1), pp. 491-503
- Morley, C., Rosselló, J., Santana-Gallego, M., (2014), Gravity models for tourism demand: theory and use, moving from advocacy to adoption, *Journal of Travel and Tourism Marketing*, 25(3-4), pg. 312–324
- Mullings, B., (2004), Globalisation and the territorialisation of the new Caribbean service economy, *Journal of Economic Geography*, 4(3), pp. 275-298
- Mustatea, N., (2013) Growth poles – an alternative to reducing regional disparities. Case study: Iasi Growth Pole, *Romanian Review of Regional Studies*, IX(1), pg. 51–60
- Narayan, P., (2004), Economic Impact of Tourism on Fiji’s Economy: Empirical Evidence from the Computable General Equilibrium Model, *Tourism Economics*, 10 (4), pg. 419–33.
- Narayan, P., (2004), Fiji’s tourism demand: The ARDL approach to cointegration, *Tourism Economics*, 10(2), pg. 193–206.
- Narayan, P., Narayan, S., Prasad, A., Prasad, B., (2010), Tourism and economic growth: A panel data analysis for Pacific Island countries, *Tourism Economics*, 16(1), pg. 169–183
- Nassani A., Aldakhil A., Abro, M., Islam, T., Xaman, K., (2019), The impact of tourism and finance on women empowerment, *Journal of Policy Modeling*, 41(2), pg. 234–254
- Nepal, S., (2008). Tourism-induced rural energy consumption in the Annapurna region of Nepal, *Tourism Management*, 29(1), pg. 89–100.

- Nowak, J.-J., Sahli, M., Cortés-Jiménez, I., (2007), Tourism, capital Good Imports and Economic Growth: Theory and Evidence for Spain, *Tourism Economics*, 13(4), pg. 515-536.
- Nunkoo, R., Seetanah, B., Rifkha, Z., Jaffur, K., Moraghen, P., Sannasee, R. (2020), Tourism and Economic Growth: A Meta-regression Analysis, *Journal of Travel Research*, 59(3)l pg. 404-423.
- Nunkoo, R.,D. Gursoy., (2012), Residents' Support for Tourism: An Identity Perspective, *Annals of Tourism Research*, 39 (1), pg. 243–68
- O'Connor, N., (2021), Using active learning strategies on travel and tourism higher education programmes in Ireland, *Journal of Hospitality, Leisure, Sport & Tourism Education*, 29, 100326, ISSN 1473-8376, <https://doi.org/10.1016/j.jhlste.2021.100326>.
- OECD, (2000), *Measuring the Role of Tourism in OECD Economies: OECD Manual on Tourism Satellite Accounts and Employment (Vol. II)*. França
- Oh, C., (2005), The Contribution of Tourism Development to Economic Growth in the Korean Economy, *Tourism Management*, 26 (1), pg. 39–44.
- Ojo, E.m Booth, S., Woollacott, L., (2018). Faculty's Conceptions of Teaching Introductory Economics in Higher Education: A Phenomenographic Study in a South African Context, *International Review of Economics Education*, 30, 10.1016/j.iree.2018.05.001.
- Olafsdottir, R., Runnström, M., (2009). A GIS approach to evaluating ecological sensitivity for tourism development in fragile environments. A case study from SE Iceland, *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 9(1), pg. 22–38.
- Oliveira, C., (2013), *Caracterização do mercado de atividades de Turismo de Natureza em Portugal*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa
- OMT, Nações Unidas, EUROSTAT, OECD. (2008). *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework*. Luxemburgo, Madrid, Nova Iorque, Paris: United Nations Publication
- OMT. (1999a). *Conta Satélite do Turismo (CST): Quadro Conceptual*. In O. M. d. Turismo (Eds.)
- Pablo-Romero, M., Molina, J., (2013), Tourism and Economic Growth: A Review of Empirical Literature, *Tourism Management Perspectives*, 8, pg. 28–41.
- Page, S., Brunt, P., Busby, G., Connel, J., (2001), *Tourism: a modern synthesis*, (1ª edição), London: Thomson Learning.
- Paramati, S, Alam, M., Chen, C., (2017), The Effects of Tourism on Economic Growth and CO2 Emissions: A Comparison between Developed and Developing Economies, *Journal of Travel Research*, 56 (6), pg. 712–724
- Parr, J., (1999), Growth-pole strategies in regional economic planning: a retrospective view. Part 2. Implementation and outcome, *Urban Studies*, 36(8), pg. 1247–1268,
- Perles-Ribes, J., Ramón-Rodríguez, A., Rubia, A., Moreno-Izquierdo, L., (2017), Is the Tourism-Led Growth Hypothesis Valid after the Global Economic and Financial Crisis? The Case of Spain 1957–2014, *Tourism Management*, 61, pg. 96–109.
- Pesaran, M., Shin, Y., Smith, R., (2001), Bounds testing approaches to the analysis of level relationships. *Journal Applied Economics*, 16, pg. 289-326. <https://doi.org/10.1002/jae.616>
- Polése, M., (1998), *Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações económicas*, Coleção APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional
- Pratt, S., (2015), Potential economic contribution of regional tourism development in China: A comparative analysis, *International Journal of Tourism Research*, 17 (3), pg. 303–12.

- Ram, J., Frederick, R., Ramrattan, D., Hope, K., Elliott, W., (2018), A Policy Blueprint for Caribbean Economies, CDB Working Paper No. 1
- Ray, M., (2018), Teaching economics using ‘Cases’ – Going beyond the ‘Chalk-And-Talk’ method, *International Review of Economics Education* Volume 27, January 2018, Pages 1-9
- Réau, B., (2016), Is there a Field of Tourism Studies?, *European Journal of Tourism Research*, 14, pp. 5-15
- Reichenberger, I., Raymond, E., (2021), Tourism students’ career strategies in times of disruption, *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 48, pg. 220-229, ISSN 1447-6770, <https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2021.06.011>.
- Ridderstaat, J., Croes, R., Nijkamp, P., (2014), Tourism and Long-Run Economic Growth in Aruba, *International Journal of Tourism Research*, 16 (5), pg. 472–87.
- Rinne, P., Saastamoinen, O., (2005), Local economic role of nature-based tourism in Kuhmo municipality, Eastern Finland, *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 5(2), pg. 89-101,
- Ritchie, J., Sheehan, L., Timur, S., (2008), Tourism Sciences or Tourism Studies? Implications for the Design and Content of Tourism Programming, *Teóros Revue de Recherche en Tourism*, 27-1, pg. 33-41.
- Rodriguez-Pose, A., (2001), Is R&D investment in lagging areas of European worthwhile? Theory and empirical evidence, *Papers in Regional Science*, 80, pp. 275-295
- Rogerson, C., (2015), Tourism and regional development: The case of South Africa's distressed areas, *Development Southern Africa*, 32:3, pg. 277-291, DOI: 10.1080/0376835X.2015.1010713
- Roudi, S., Arasli, H., Akadiri, S., (2019), New insights into an old issue–Examining the influence of tourism on economic growth: Evidence from selected small island developing states, *Current Issues in Tourism*, 22:11, pg. 1280-1300,
- Russell, R., Faulkner, B., (1999). Movers and Shakers: chaos makers in tourism development, *Tourism Management*, 20(4), pg. 411-423
- Saarinen, J., (2003), The Regional Economics of Tourism in Northern Finland: The Socio-economic Implications of Recent Tourism Development and Future Possibilities for Regional Development, *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 3:2, pg. 91-113,
- Saarinen, J., Rogerson, C., Hall, C., (2017), Geographies of tourism development and planning, *Tourism Geographies*, 3, 307-317
- Salifou, C., Haq, I., (2017), Tourism, Globalization and Economic Growth: A Panel Cointegration Analysis for Selected West African States, *Current Issues in Tourism*, 20(6), pg. 664–67.
- Scarlett, H., (2021), Tourism recovery and the economic impact: A panel assessment, *Research in Globalization*, 3, 100044,, ISSN 2590-051X, <https://doi.org/10.1016/j.resglo.2021.100044>
- Schubert, S., Brida, J., Risso, W., (2011), The Impacts of International Tourism Demand on Economic Growth of Small Economies Dependent on Tourism, *Tourism Management*, 32 (2), pg. 377–85.
- Seetanah, B., (2011), Assessing the Dynamic Economic Impact of Tourism for Island Economies, *Annals of Tourism Research*, 38 (1), pg. 291–308.
- Segittur, & TechFriendly. (2020). Guía para la reactivación de los destinos turísticos inteligentes tras el COVID-19 [Guide for the reigniting of tourism destinations after COVID-19]. Retrieved <https://www.segittur.es/wp-content/uploads/2020/07/guiareactivacion-dtis-covid.pdf>.

- Shahzad, S., Shahbaz, M., Ferrer, R., Kumar, R., (2017) Tourism-led growth hypothesis in the top ten tourist destinations: new evidence using the quantile-on-quantile approach, *Tourism Management*, 60, pg. 223–232
- Sharpley, R., (2003), Tourism, modernisation and development on the island of Cyprus: Challenges and policy responses, *Journal of Sustainable Tourism*, 11(2–3), pg. 246–265.
- Sigala, M., (2021), Rethinking of Tourism and Hospitality Education When Nothing Is Normal: Restart, Recover, or Rebuild, *Journal of Hospitality & Tourism Research*, 45, (5) pg. 920–923
- Silva, J, Nijkamp, P, (2010), *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia
- Silva, J., Perna, F. (2009), Turismo e desenvolvimento auto-sustentado, *Compêndio de Economia Regional. Volume I, teoria, prática, e políticas*, Ed. José Silva Costa e Peter Nijkam, pg. 477-498
- Simón-Moya, V., Revuelto-Taboada, L., Fernández-Guerrero, R. (2014), Institutional and economic drivers of entrepreneurship: An international perspective, *Journal of Business Research*, 67 (5), pg. 715–721
- Sinclair, M., Gómez, V., (1996), Tourism, the Spanish economy and the balance of payments, in M. Barke, M. Newton, & J. Towner (Eds.), *Tourism in Spain: Critical perspectives*.
- Sinclair, M., (1998), Tourism and economic development: A survey, *The Journal of Development Studies*, 34(5), pg. 1–51.
- Singh, D., Wright, A., Hayle, C., Craigwell. R., (2010), Is the Tourism-Led Growth Thesis Valid? The Case of the Bahamas, Barbados, and Jamaica, *Tourism Analysis*, 15(4), pg. 435–45.
- Singh, S., Bashar, A. (2021), A bibliometric review on the development in e-tourism research, *International Hospitality Review*, Vol. ahead-of-print No. ahead-of-print. <https://doi.org/10.1108/IHR-03-2021-0015>
- Sokhanvar, A., (2019), Does foreign direct investment accelerate tourism and economic growth within Europe?, *Tourism Management Perspectives*, 29, pg. 86–96.
- Sokhanvar, A., Aghaei, I., Aker, Ş. (2018), The effect of prosperity on international tourism expenditure. *Tourism Review*, 73(1), pg. 44–54.
- Solarin, S., (2018), “Does Tourism-Led Growth Hypothesis Exist in Mauritius? Evidence from Disaggregated Tourism Markets, *Current Issues in Tourism*, 21(9), pg. 964–69.
- Song, H., Dwyer, L., Li, G., Cao, Z., (2012), Tourism Economics Research: A Review and Assessment, *Annals of Tourism Research*, 39(3), pg. 1653–82.
- STATA (2021), *Stata LASSO Reference Manual: Release 17. Statistical Software*. College Station, TX: StataCorp LLC
- Stiernstrand, J., (1995), The Nordic Model: A Theoretical Model for Economic Impact Analysis of Event Tourism, *Festival Management and Event Tourism*, 3(4), pp. 165-174
- Stimson , R., (2016), Some Challenges for Regional Science Researc , *Investigaciones Regionales – Journal of Regional Research*, 36, pg. 11-34
- Tang, C., (2013), Temporal Granger Causality and the Dynamic Relationship between Real Tourism Receipts, Real Income, Real Exchange Rates in Malaysia, *International Journal of Tourism Research*, 15 (3), pg. 272–84.
- Tang, C., (2018), The impacts of governance and institutions on inbound tourism demand: Evidence from a dynamic panel data study. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 23(10), pg. 1000–1007.
- Tang, C., Abosedra, S., (2014), The impacts of tourism, energy consumption and political instability on economic growth in the MENA countries, *Energy Policy*, 68, pg. 458–464

- Tang, C., Tan, E., (2013), How stable is the tourism-led growth hypothesis in Malaysia? Evidence from disaggregated tourism markets, *Tourism Management*, 37, pg. 52–57.
- Tang, C., Tan, E., (2018), Tourism-Led Growth Hypothesis: A New Global Evidence, *Cornell Hospitality Quarterly*, 59(3), pg 304–11.
- Teece, D., Pisano, G., Shuen, A. (1997), Dynamic capabilities and strategic management, in *Strategic Management Journal*, 18(7), pg. 509-533
- Tekken, V., Kropp, J., (2015), Sustainable water management - perspectives for tourism development in north-eastern Morocco, *Tourism Management Perspectives*, 16, pg. 325–334
- Terluin, I., (2003), Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories, *Journal of Rural Studies*, 19, pp. 327-344
- Camagni, R. (2002), Development scenario and policy guidelines for the lagging regions in the 1990s, *Regional Studies*, 26(4), pg. 361-374
- Trang, N., Duc, N., Dung, N., (2014), Empirical Assessment of the Tourism-Led Growth Hypothesis—The Case of Vietnam, *Tourism Economics*, 20 (4), pg. 885–92.
- Tugcu, C., (2014), Tourism and economic growth nexus revisited: A panel causality analysis for the case of the Mediterranean Region, *Tourism Management*, 42, pg. 207–212
- UNWTO (2010), Tourism and the Millennium Development Goals, <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419005>
- UNWTO (2018), Overtourism? Understanding and Managing Urban Tourism Growth Beyond Perceptions: Executive Summary; UNWTO: Madrid, Spain,
- Uus, Õ., Seitlinger, P., Ley, T., (2020), Cognitive capacity in self-directed learning: Evidence of middle school students' executive attention to resist distraction, *Acta Psychologica*, 209, 103089, ISSN 0001-6918
- Vázquez-Barquero, A. (1995), A evolução recente da política regional: a experiência europeia, *Notas Económicas*, Dezembro 1995,
- Vegetti, F., Adascalitei, D. (2017), The impact of the economic crisis on latent and early entrepreneurship in Europe, *International Entrepreneurship and Management Journal*, 13(4), pg. 1289–1314
- Vieira, A., Santos, L., (2017), Tourism and Regional Development: a Spatial Econometric Model for Portugal at Municipal Level, *FEP Working Papers*, n. 589 May 2017
- Vita, G., (2014), The Long-Run Impact of Exchange Rate Regimes on International Tourism Flows, *Tourism Management* 45:226–33.
- Vita, G., Kyaw, K., (2016), Tourism Development and Growth, *Annals of Tourism Research* 60 (9), pg. 23–26
- Vita, G., Kyaw, K., (2017), Tourism Specialization, Absorptive Capacity, and Economic Growth, *Journal of Travel Research*, 56(4), 423–35.
- Vu, C., Turner, L., (2006), Regional data forecasting accuracy: the case of Thailand, *Journal of Travel Research*, 45(2), pg. 186–193
- Wagner, J. (2017), Humanities as technology in teaching economics, *International Review of Economics Education*, 25, May 2017, pg. 35-40
- Webster, F.m (2000), Information, Capitalism and Uncertainty, in *Information, Communication & Society*, 3(1), pp. 69-90
- Wei, M., (2013), An empirical research on the development of eco-tourism based on convergence theory in China, *Research Journal of Applied Sciences, Engineering and Technology*, 5(14), pg. 3704–3709.
- West, G., Gamage, A., (1997), Differential multipliers for tourism in Victoria, *Tourism Economics*, 3(1), pg. 58-67

Winters, C., Derrell, R., (2010) Divided neighbors on an indivisible island: economic disparity and Cumulative Causation on Hispaniola, *Journal of Economic Issues*, 44(3), pg. 597-613, DOI: 10.2753/JEI0021-3624440302

Wood, E., (2005), Measuring the economic and social impacts of local authority events, *The International of Public Sector Management*, 18(1), pg. 37-54

Wood, R., (2000), Caribbean cruise tourism, *Annals of Tourism Research*, 27(2), pp. 345-370

WTTC, (2015), World travel and tourism council report: Greece.

Xu, C., Jones, C., Munday, M., (2020), Tourism inward investment and regional economic development effects: perspectives from tourism satellite accounts, *Regional Studies*, 54:9, pg. 1226-1237, DOI: 10.1080/00343404.2019.1696954

Yang, J., Zhang, Y., Pi, Z., Xie, Y., (2021), Students' achievement motivation moderates the effects of interpolated pre-questions on attention and learning from video lectures, *Learning and Individual Differences*, 91, 2021,102055,, ISSN 1041-6080,

Yang, Y., Fik. T., (2014), Spatial Effects in Regional Tourism Growth, *Annals of Tourism Research*, 46, pg. 144–62.

Yang, Z., Shao, S., Xu, L., Yang, L., (2021), Can regional development plans promote economic growth? City-level evidence from China, *Socio-Economic Planning Sciences*, 2021, 101212, ISSN 0038-0121,

Zekan, B., Weismayer, C., Gunter, U., Schuh, B., Sedlacek, S., (2022), Regional sustainability and tourism carrying capacities, *Journal of Cleaner Production*, 339, 130624, ISSN 0959-6526, <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2022.130624>.

Zhang, B., Shi, Z., Yu, L., Jiang, W., Tian, M., liu, L., (2014) Dabie mountain sports tourism project development location problems research under growth pole theory perspective, *Journal of Chemical and Pharmaceutical Research*, 6(6), pg. 460–464

Zhang, C., Ramse, J., (2021), Teaching economics behind the global COVID-19 pandemic, *International Review of Economics Education*, 36, 100206,, ISSN 1477-3880, <https://doi.org/10.1016/j.iree.2020.100206>.

Zhang, W., (2015), Tourism, trade externalities and public goods in a three-sector growth model, *UTMS Journal of Economics* 6 (1): 1–19.

Zhang, W., (2017), Spatial agglomeration and economic development with the inclusion of interregional Analysis, *Chinese Geographical Science*, 22(4), 496–506

Zhou-Grundy, Y., Turner, L., (2014) The challenge of regional tourism demand forecasting: the case of China. *Journal of Travel Research*, 53(6), pg. 747–759

Zuo, B., Huang, S., (2018) Revisiting the Tourism-Led Economic Growth Hypothesis: The Case of China, *Journal of Travel Research*, 57 (2), pg 151–63.

Anexo 1: Testando a TLGH na RAM

Um dos objetivos da UC é o de proporcionar experiência no tratamento de dados. O Quadro abaixo ilustra algumas das operações empreendidas no decurso das aulas práticas, conforme já referido via utilização do SPSS e do Excel, no intuito de ilustrar a TLGH⁶⁵.

Quadro 15: Evolução das variáveis chave no período 1976-2019

	1976	2019	CAGR	Uni	(+)	(-)	Y=f(t)
PIB (preços constantes 2019)	845,27*	5069,44	4,47%	10 ⁶			PIB=...+113,7269*t
Deflactor (base taxa de inflação)	6,53	100,00	6,88%
Hóspedes entrados	265582	1590882	4,46%	uni.	30	11	H=...+30328,75*t
Dormidas	1947611	8123309	3,54%	uni.	28	13	D=...+142030,3*t
Estabelecimentos	90	391	3,64%	uni.	29	9	E=...+7,014729*t
Quartos	5487	16813	2,77%	uni.	33	8	Q=...+309,6708*t
Capacidade de Alojamento	11314	35754	2,85%	uni.	34	7	C=...+646,4503*t
Pessoal ao Serviço	4362	7223	1,24%	uni.	24	17	P=...+75,33009*t
Proveitos totais	115231	407457	3,13%	10 ³	27	14	P=...+9614,824*t
Proveitos de aposento	59024	267450	3,75%	10 ³	26	15	P=...+6190,17*t
Custos com o pessoal	44092	119987	2,47%	10 ³	30	11	C=...+3086,331*t
RevPAR	29	44	1,00%	€	24	17	R=...+0,970684*t
Estada Média	7,33	5,11	-0,88%	noites	10	31	E=...-0,053770*t
Taxa ocupação-cama	52,5	58,04	0,25%		24	17	T=...-0,003805*t

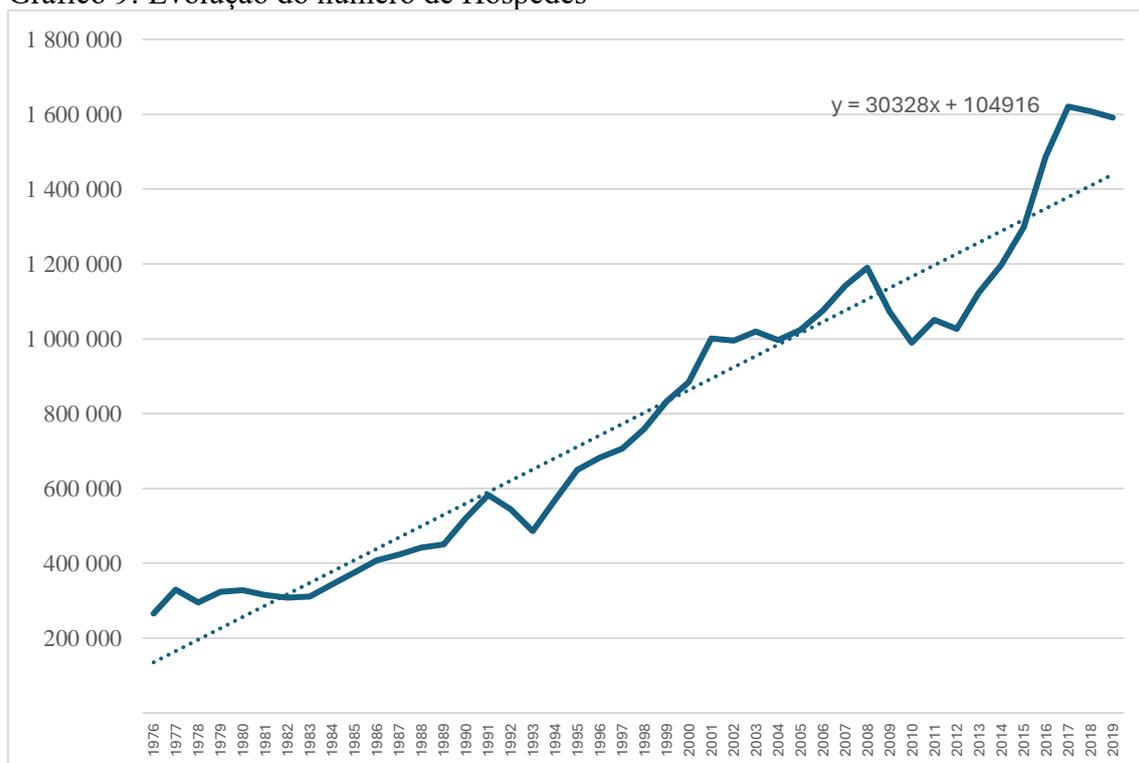
*valor inicial reporta ao ano de 1978

Constata-se crescimentos para a maioria dos anos em apreço, com as taxas compostas de crescimento anual a variar entre -0,88% ao ano para o caso da estada média e 4,46% para o caso dos Hóspedes Entrados. No decurso da aula introdutória de Economia Regional, os cálculos acima são efetuados para umas das séries estatísticas em apreço de forma a sensibilizar os alunos para o tratamento estatístico simplificado de dados, com base no software Excel, SPSS e/ou STATA tendo em conta dados reais publicados pela DREM. Ainda no mesmo intuito é ilustrado a aplicação das ferramentas disponíveis no Excel, nomeadamente a ferramenta “Adicionar Tendência Linear”, mencionando que neste caso um crescimento médio anual de 30328 hóspedes, conforme se ilustra no gráfico abaixo. Conforme ilustrado no Quadro acima, e ainda no âmbito de uma introdução ao tratamento de dados, os alunos são treinados no cálculo de taxas de crescimento anual e da taxa de crescimento anual composta (CAGR), e na identificação do número de anos com crescimento positivo e negativo via função “contar.se”. Para efeitos apreciação global da evolução dos dados, os alunos são ainda convidados a identificar a evolução do grau de magnitude da variável em análise. Por exemplo, no caso da variável hóspedes, a mesma evolui da casa das centenas de milhares para o milhão, registando-se uma multiplicação da variável por um fator de 5,99, significando um número de hóspedes seis vezes superior ao registado em 1976.⁶⁶

⁶⁵ Sobre este tópico importa referir a Tese de Mestrado, intitulada “The Validity of the Tourism-led-growth Hypothesis in the Autonomous Region of Madeira”, de Joana Carolina Baptista Martins, defendida no âmbito do Mestrado em Gestão, da Faculdade de Economia do Porto. Uma leitura rápida da mesma permitiu identificar que o período em análise corresponde apenas aos anos de 1995-2019; o trabalho desenvolvido nesta seção abarca um período mais longo 1976-2019. De qualquer forma os alunos serão alertados para a publicação, e para as vantagens de optarem em termos de teses de mestrado, por “soluções” técnicas quantitativas exigentes, mas cientificamente robustas, como oportunidade única de desenvolvimento de competências analíticas e quantitativas. A mesma chamada de atenção inclui as teses de Maciel (2018) e Andrade (2018), sobre a economia açoriana.

⁶⁶ Conforme referido atrás na aula introdutória os alunos treinam as suas competências em: cálculo taxas de crescimento anual, e taxa de crescimento homologa; cálculo da taxa de crescimento média anual composta; e identificação e caracterização da linha de evolução, como leitmotiv para introdução à temática da econometria.

Gráfico 9: Evolução do número de Hóspedes



No intuito de identificar a relação de variabilidade entre as variáveis em apreço, indicador quer de relação causal quer de “similaridade” de comportamento, calculou-se o Coeficiente de Correlação de Pearson, com recurso ao software SPSS, cujos resultados constam do Quadro abaixo.

Quadro 16: Grau de correlação bilateral entre variáveis chave

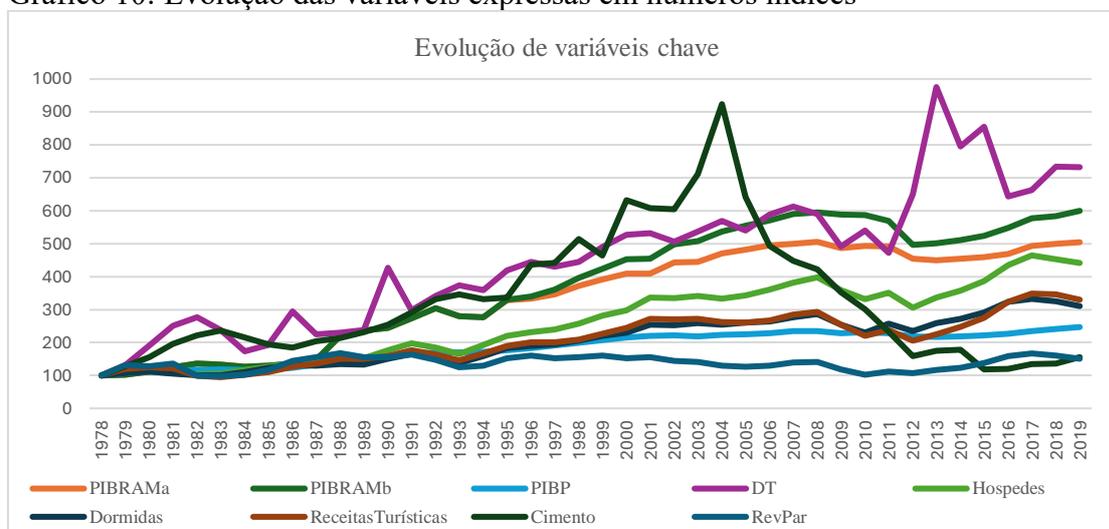
	RP	H	D	E	Q	CA	Ps	Pt	Pa	cp	PIB
RP	1										
Sig.											
H.	0,241	1									
Sig.	0,125										
D.	0,262	,998**	1								
Sig.	0,093	0,000									
E.	0,068	,970**	,960**	1							
Sig.	0,667	0,000	0,000								
Q.	0,059	,964**	,958**	,985**	1						
Sig.	0,711	0,000	0,000	0,000							
CA	0,069	,970**	,964**	,987**	,999**	1					
Sig.	0,663	0,000	0,000	0,000	0,000						
PS	0,180	,890**	,887**	,910**	,931**	,927**	1				
Sig.	0,255	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000					
PT	,360*	,985**	,986**	,942**	,940**	,945**	,921**	1			
Sig.	0,019	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000				
PA	,392*	,978**	,981**	,930**	,929**	,935**	,915**	,998**	1		
Sig.	0,010	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000			
CP	0,186	,898**	,891**	,920**	,947**	,941**	,983**	,923**	,916**	1	
Sig.	0,239	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000		
PIB	0,149	,930**	,921**	,948**	,970**	,966**	,928**	,926**	,917**	,970**	1
Sig.	0,346	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	

Legenda: RP- Revpar preços constantes 2019; H-Hóspedes; D-Dormidas; E-Estabelecimentos; Q-Quartos; CA-Capacidade de Alojamento; PS-Pessoal ao Serviços; PT-Proveitos Totais; PA-Proveitos por Aposentamento; CP Custos de Pessoal; PIB-PIB a preços constantes de 2019

Conforme se constata, a série PIB apresenta um grau de correlação elevada com todas as variáveis, exceto com a variável RevPar. Esta última correlaciona-se logicamente com os Proveitos Totais e Proveitos por Aposentamento. Importa referir que o valor do RevPar apresenta uma das taxas de crescimento mais reduzidas no período em apreço. Trata-se

de uma variável que se distancia da evolução das restantes, como se constata no Quadro 14, pelo número de anos de crescimento negativo. O gráfico abaixo resulta da transformação das séries originais em número índices simples, com 1978 a servir de ano base.

Gráfico 10: Evolução das variáveis expressas em números índices



Dado que o tema desta lição versa sobre o impacto económico do turismo, procurou-se analisar a TLGH com base nos dados disponíveis para a RAM. Dado a maior parte dos alunos estarem inscritos em Econometria, mas não todos, torna-se possível ilustrar a problemática dos impactos económicos com base nas séries de dados temporais existentes⁶⁷. No contexto das séries temporais, o teste das propriedades de estacionariedade das variáveis constitui uma etapa fundamental. As séries devem ser estacionárias, ao longo do tempo, em termos de média, variância e covariância, ou alternativamente, serem co-integradas. Caso contrário, uma regressão baseada nas séries em questão, pode conduzir a uma regressão espúria, caracterizada por testes t de student significativos e R^2 elevados decorrentes do facto das séries partilharem uma tendência crescente ou decrescente e não pela similaridade (e simultaneidade) dos desvios face à média (Gujarati, 2000). Dado que as séries temporais tendem a possuir raízes unitárias, em linha com as opções metodológicas usuais na estimação de modelos econométricos baseados em time series, a abordagem standard consiste em: 1) determinação da ordem de integração das variáveis, com base nos testes standard (ADF test; pperron test); 2) na identificação da existência de séries integradas, caso se identifique um processo estacionário com base na logaritmação das variáveis ou após diferenciação, através do método de co-integração de Jonhansen e metodologia ARDL, e) por último a estimação do Vector error correction models (VECM) para efeitos da análise da causalidade à Granger. A experiência letiva mostra ser possível explicar o objetivo do método de co-integração de Jonhansen e o conceito de Vector error correction models (VECM) de forma intuitiva, com base na abordagem Engle e Granger (1987) (Enilov e Wang, 2021; Tang, 2013)

Dado o carácter (também) introdutório da UC de Econometria, opta-se pela abordagem da temática mais intuitiva, e pelo recurso ao software STATA, dado ser o único disponível, partilhado com os alunos a lista de comandos (ex: tsset time; dfuller PIB; etc). Uma

⁶⁷ Ver exemplo em:

<https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/economica/turismo-pt/turismo-serie-pt/turismo-series-longas-pt.html>

abordagem usual no estudo do impacto das variáveis consiste em logaritmizar as variáveis, de forma a estimar a relação $PIB=f(\text{Turismo})$ na forma log-log, do que decorre a identificação das “elasticidades”, lidas como x% de aumento na procura turística implica y% no aumento do volume de atividade económica medida pelo PIB.

No âmbito da TLGH, como é referido acima, é usual recorrer à abordagem da co-integração desenvolvida por Johansen e ao teste ARDL de cointegração, com a vantagem deste último não demandar uma análise prévia da estacionariedade. A existência de uma relação de co-integração assegura a existência de uma relação de equilíbrio de longo prazo, “não espúria”, entre as variáveis y e x, que apresentam uma tendência estocástica comum, com evoluções de curto prazo relativamente similares. A confirmação de uma relação de “equilíbrio de longo prazo” implica a conformação da TLGH.

De forma intuitiva é possível explicar aos alunos que caso as variáveis y_t e x_t sejam $I(1)$, mas os resíduos decorrentes da regressão $y_t=f(x_t)$ seja, $I(0)$, ou seja, estacionários, as variáveis y_t e x_t são co-integradas. Neste caso, com y_t e x_t co-integradas, a relação y_t/x_t pode ser representada via um ECM (Error Correction Mechanism). No caso em análise aceitamos como provável a hipótese a) definida abaixo, o que implica uma abordagem uniequacional, com o PIB a ser explicado pela dinâmica turística (T), e eventualmente por outras variáveis exógenas, e a existência de apenas uma combinação linear, ou seja, uma única relação de co-integração. Malgrado se presumir a existência de uma relação unidirecional no sentido $T \rightarrow PIB$, estima-se um modelo VAR, composto por equações onde cada variável é definida como função dos desfasamentos da própria (ex. y_{t-1} , y_{t-2}), até à ordem p, e dos valores desfasados, das demais variáveis incluídas no VAR, até ao momento t-p.

No contexto da análise da relação de causalidade é usual recorrer à abordagem de Granger e/ou de Toda e Yamamoto. A metodologia de identificação da causalidade, referida na literatura pela expressão “causalidade à Granger” implica o teste de 4 hipóteses possíveis: 1) causalidade unidirecional ($T \rightarrow PIB$); 2) causalidade unidirecional ($PIB \rightarrow T$); 3) causalidade bidirecional ($T \leftrightarrow PIB$); e 4) não existência de causalidade ($T \neq PIB$). A causalidade unidirecional ($T \rightarrow PIB$) é designada por hipótese de crescimento, implica que acréscimos no número de turistas traduzem-se em crescimento económico, pelo que o desenvolvimento turístico desempenha um papel fundamental na dinâmica económica e no crescimento da economia. A hipótese de conservação, refere-se à causalidade unidirecional ($PIB \rightarrow T$). Esta última implica assumir que o crescimento económico provoca um aumento da procura turística, sustentada no turismo doméstico, e na maior atratividade do destino para potenciais turistas dada a quantidade de equipamentos e atrações human-made. A hipótese de causalidade bidirecional ($T \leftrightarrow PIB$) é definida como hipótese de feed-back, o que implica uma determinação conjunta de T e PIB enquanto a não existência de causalidade ($T \neq PIB$) é definida como a hipótese da neutralidade, o que implica assumir que acréscimos no volume de turistas não impactam positivamente o nível de PIB.

Uma questão relevante no contexto da análise de Granger é a identificação do número de lags ótimo. Em linha com a prática utiliza-se os critérios de informação SC e AIC. Inicialmente, a análise da cointegração do tipo uniequacional baseava-se em Engle e Granger (1987), via exame da estacionariedade do resíduo consequente da estimação $y_t=f(x_t)$, com base numa regressão OLS standard. Caso as variáveis y_t e x_t fossem $I(1)$, mas o resíduo $I(0)$, assumia-se a existência de uma relação de longo prazo entre as variáveis. Contudo, os avanços na teoria levaram à opção pelo método de co-integração de Johansen e pelo teste ARDL de Pesaran et al (2001).

As time series em consideração são as que constam no quadro acima. A análise da ordem de integração das variáveis socorre-se de três testes disponíveis no STATA, a saber, o teste

Augmented Dickey-Fuller (ADF), o teste Phillips-Perron (PP), o Teste de Dickey-Fuller modificado pela estimação por Mínimos Quadrados Generalizados (DF-GLS) e o teste Kwiatkowski-Phillips- Schmidt-Shin (KPSS). Enquanto os testes de ADF e de PP assumem como hipótese nula a presença de uma raiz unitária, o teste de KPSS assume como hipótese nula a estacionariedade. Os alunos são informados das vantagens da logaritimização prévia das variáveis, assim como do facto da seleção de determinado software implicar o acesso a apenas alguns dos testes disponíveis, sendo alertados para as vantagens do software “R”. Os resultados constam das tabelas seguintes.

Quadro 17: resultados do teste de raízes unitárias

ADF test						
	Test statistic	1%	5%	10%	p-value	Conclusão
lnReceitasTurisiticas	-1,116	-3,641	-2,955	-2,611	0,7088	Raiz Unitária
lnHospedes	-1,189	-3,641	-2,995	-2,611	0,6781	Raiz Unitária
lnPIBp2019	-2,142	-3,641	-2,955	-2,611	0,2281	Raiz Unitária
lnHoteis	-1,053	-3,641	-2,955	-2,611	0,7334	Raiz Unitária
lnRevPar	-2,705	-3,641	-2,955	-2,611	0,0732	Raiz Unitária
lnReceitasTurisiticas	-4,025	-3,684	-2,958	-2,612	0,0000	I(0)
lnHospedes	-5,263	-3,684	-2,958	-2,612	0,0000	I(0)
lnPIBp2019	-4,912	-3,684	-2,958	-2,612	0,0000	I(0)
lnHoteis	-5,518	-3,684	-2,958	-2,612	0,0000	I(0)
lnRevPar	-5,664	-3,684	-2,958	-2,612	0,0000	I(0)

PP test							
	p.value			1%	5%	10%	Conclusão
lnReceitasTurisiticas	0,6860	Z(rho)	-2,031	-18,288	-13,012	-10,520	Raiz Unitária
		Z(t)	-1,171	-3,641	-1,955	-2,611	
lnHospedes	0,6770	Z(rho)	-1,101	-18,288	-13,012	-10,520	Raiz Unitária
		Z(t)	-1,192	-3,641	-2,955	-2,611	
lnPIBp2019	0,2648	Z(rho)	-1,781	-18,288	-13,012	-10,520	Raiz Unitária
		Z(t)	-2,051	-3,641	-2,955	-2,611	
lnHoteis	0,6927	Z(rho)	-2,348	-18,288	-13,012	-10,520	Raiz Unitária
		Z(t)	-1,155	-3,641	-2,955	-2,611	
lnRevPar	0,0421	Z(rho)	-13,815	-18,288	-13,012	-10,520	Raiz Unitária
		Z(t)	-2,929	-3,641	-2,955	-2,611	
dlnReceitasTurisiticas	0,0000	Z(rho)	-29,919	-18,220	-12,980	-10,500	I(0)
		Z(t)	-4,921	-3,648	-2,958	-2,612	
dlnHospedes	0,0000	Z(rho)	-30,809	-18,220	-12,980	-10,500	I(0)
		Z(t)	-5,199	-3,648	-2,958	-2,612	
dlnPIBp2019	0,0000	Z(rho)	-30,961	-18,220	-12,980	-10,500	I(0)
		Z(t)	-4,910	-3,648	-2,958	-2,612	
dlnHoteis	0,0000	Z(rho)	-36,501	-18,220	-12,980	-10,500	I(0)
		Z(t)	-5,539	-3,648	-2,958	-2,612	
dlnRevPar	0,0000	Z(rho)	-33,241	-18,220	-12,980	-10,500	I(0)
		Z(t)	-5,663	-3,648	-2,958	-2,612	

DF-GLS	Tau (1 lag)	1%	5%	10%	Conclusão
lnReceitasTurisiticas	-2,010	-3,770	-3,303	-2,984	Raiz Unitária
lnHospedes	-1,613	-3,770	-3,303	-2,984	Raiz Unitária
lnPIBp2019	-1,025	-3,770	-3,303	-2,984	Raiz Unitária

lnHoteis	-1,360	-3,770	-3,303	-2,984	Raiz Unitária
lnRevPar	-2,298	-3,770	-3,303	-2,984	Raiz Unitária

KPSS	Test statistic				Max lags	1%	2,5%	5%	10%	Conclusão
	(0)	(1)	(2)	(3)						
lnReceitasTurísticas	0,447	0,246	0,182	0,152	3	0,216	0,176	0,146	0,119	Não estacionária
lnHospedes	0,680	0,370	0,266	0,214	3	0,216	0,176	0,146	0,119	Não estacionária
lnPIBp2019	0,907	0,479	0,336	0,200	3	0,216	0,176	0,146	0,119	Não estacionária
lnHoteis	0,693	0,365	0,255	0,264	3	0,216	0,176	0,146	0,119	Não estacionária

Os resultados dos testes apontam claramente para a existência de séries I(1). Neste sentido, a análise da relação de co-integração pode socorrer-se da abordagem de Johansen. Neste respeito, podemos utilizar duas variantes do teste de Johansen: o teste do traço e o teste de máximo do próprio valor. Os resultados constam da tabela abaixo.

Quadro 18: Teste de co-integração de Johnsen $\ln\text{PIB}=\text{f}(\ln\text{Receitas Turísticas})$

Hipótese nula H0	r=0	r≤1	r≤2
Estatística traço	18,1643	2,8744	...
Critical value 5%	15,41	3,76*	...
Critical value 1%	20,04*	6,56	
Estatística max valor 5%	15,9	2,8744*	

Quadro 19: teste de co-integração de Johnsen $\ln\text{PIB}=\text{f}(\ln\text{Receitas Turísticas})$

Hipótese nula H0	r=0	r≤1	r≤2
Estatística traço	20,4747	2,8744	...
Critical value 5%	15,41	2,2297*	...
Critical value 1%	20,04	6,56*	
Estatística max valor 5%	18,245	2,2297*	

A 5%, a hipótese nula que assume a inexistência de uma relação de co-integração ($r=0$) é rejeita por ambos os testes, aceitando-se a hipótese alternativa de existir pelo menos uma relação de co-integração. Idem para a relação $\text{PIB}=\text{f}(\text{RevPar})$.

Para além do teste de co-integração de Johansen, foi também aplicada a abordagem ARDL. Pesaran et al (2001), desenvolveram uma metodologia alternativa para efeitos do teste de cointegração uniequacional. A abordagem em apreço comporta variáveis I(0) ou I(1), pelo que o método de Pesaran *et al.*, (2001) permite testar a existência de relação de cointegração entre as séries temporais, independentemente do seu grau de integração, I(0) ou I(1), ou seja, o método ARDL permite testar um conjunto de variáveis cuja ordem de integração difere entre si. Na prática, importa identificar o número ótimo de defasamentos (lags), com base nos critérios de informação AIC e SC, visando garantir que os resíduos da estimação ostentem as propriedades pretendidas.

O método ADRL oferece várias vantagens face ao método de cointegração de Johansen, como a capacidade para identificar relações de co-integração para amostras reduzidas; aplicabilidade tanto no contexto de variáveis explicativas I(1) como no contexto de um mix em termos de ordem de integração, com variáveis I(1), I(0) e π fractional integration; a inclusão de grande número de “contextos”, em termos de variáveis endógenas e exógenas. Uma das vantagens adicionais é a aplicabilidade ao contexto de amostras pequenas, questão relevante no caso das SIDS, mais a falta de clareza sobre ordem de

integração de determinadas variáveis, quando o grau de integração se localiza entre I(0) e I(1), e quando se impõe a utilização de variáveis dummy para ter em conta os efeitos de outliers ou de quebras estruturais e quando a evidência sugere um número diferente de lags (desfasamento ótimo) para as diferentes variáveis. Na prática a abordagem ARDL baseia-se na estimação de um *Unrestricted Error Correction Model* (UECM) via OLS. A abordagem ECM permite identificar quer a dinâmica de curto prazo quer a relação de longo prazo (equilíbrio), para além de testar a existência ou não de co-integração. Com base na abordagem ARDL, a versão ECM do modelo ARDL, pode ser obtida da seguinte forma,

$$\Delta y_t = \alpha_0 + \alpha_1 * t + \Phi y_{t-1} + \delta x_{t-1} + \sum_{i=1}^{p-1} \gamma_0 y_{t-i} + \sum_{i=0}^{q-1} \gamma_1 \Delta x_{t-i} + \varepsilon_t$$

No caso em apreço, y_t representa a variável dependente, x_t corresponde a vetor de ordem k das variáveis explicativas. O símbolo Δ refere-se á diferença, α_0 e α_1 referem-se ao termo constante e à tendência, Φ e δ aos parâmetros de longo prazo e γ_0 e γ_1 aos parâmetros de curto prazo. O símbolo ε refere-se ao termo de erro. A identificação da existência de uma relação baseia-se na observação da significância conjunta dos parâmetros Φ e δ . A hipótese nula (H_0) refere-se à não existência de relação de longo prazo entre as variáveis do modelo, i.e., $H_0 = \Phi = \delta = 0$, enquanto a hipótese alternativa, H_1 implica uma relação de longo prazo entre as variáveis, do que resulta $H_1 = \Phi \neq \delta \neq 0$. Pesaran et al. (2001) indicam uma “banda de valores críticos” com o limite superior correspondente à hipótese de que todas as variáveis são I(1) e o nível inferior correspondente á hipótese das variáveis serem I(0). Os valores críticos definidos por Pesaran et al (2001) acomodam ainda uma tendência e a interseção. Em termos práticos, a estatística-F do teste é comparada com os valores críticos definidos pelos autores. A hipótese nula (H_0) não é rejeitada caso a estatística-F fique abaixo da banda inferior de valores críticos; caso o valor de F ultrapasse o limite superior, a hipótese nula é rejeitada. Obviamente que a aplicação do teste implica a determinação prévia da ordem de integração das variáveis. Obviamente que se trata de uma abordagem difícil de explicar na sua vertente técnica, embora neste caso se possa salientar a vantagem do STATA ao dispor de manuais de apoio, detalhados com exemplos diversos.

Dado que as variáveis em análise são I(1), mas estacionárias na suas primeiras diferenças, o bound test pode ser aplicado para efeitos da identificação de relação de co-integração. O bound test indica existência de longo prazo entre as Receitas Turísticas e o PIB, com o nível de Receitas Turísticas, variável utilizada como proxy para o nível de desenvolvimento turístico, a impactar o nível de PIB. Os valores da F-stat e do t-stat apontam no sentido contrário relativamente à relação $\text{ReceitasTurísticas} = f(\text{PIB})$, i.e., no sentido da não existência de relação de longo prazo, resultado expectável tendo em conta a relativa insignificância do turismo doméstico.

Quadro 20: Resultado do Bounds test

Bounds test: $\ln \text{PIB} = f(\ln \text{ReceitasTurísticas})$

	I(0)1%	I(1)1%	I(0)5%	I(1)5%	I(0)1%	I(1)1%	F	p-value I(0)/I(1)		Conclusão
Critical value	4,217	5,011	5,249	6,140	7,684	8,775	12,421	0,001	0,001	
	-2,600	-2,960	-2,931	-3,309	-3,597	-4,003	-4,938	0,000	0,001	co-integração

Bounds test: $\ln \text{ReceitasTurísticas} = f(\ln \text{PIB})$

	I(0)1%	I(1)1%	I(0)5%	I(1)5%	I(0)1%	I(1)1%	F	p-value I(0)/I(1)		Conclusão
Critical value	4,198	5,010	5,231	6,149	7,680	8,815	4,933	0,061	0,105	
	-2,590	-2,951	-2,923	-3,303	-3,59	-4,005	-3,107	0,033	0,074	H0 aceite

Bounds test: $\ln PIB=f(\ln RevPar)$

	I(0)1%	I(1)1%	I(0)5%	I(1)5%	I(0)1%	I(1)1%	F	p-value I(0)/I(1)	Conclusão	
Critical value	4,217	5,011	5,249	6,140	7,684	8,775	12,547	0,001	0,001	
	-2,600	-2,960	-2,931	-3,309	-3,597	-4,003	-2,878	0,056	0,116	co-integração

Bounds test: $\ln Revpar=f(\ln PIB)$

	I(0)1%	I(1)1%	I(0)5%	I(1)5%	I(0)1%	I(1)1%	F	p-value I(0)/I(1)	Conclusão	
Critical value	4,198	5,010	5,231	6,149	7,680	8,815	6,050	0,029	0,053	
	-2,590	-2,951	-2,923	-3,303	-3,59	-4,005	-3,460	0,014	0,035	H0 aceite

As mesmas conclusões resultam da análise da causalidade à Granger (Ver Quadro abaixo). A hipótese nula que $d\ln ReceitasTurísticas$ não causa à Granger $d\ln PIB$ pode ser rejeitada. Similarmente, a hipótese que ambas as variáveis não causam à Granger $d\ln PIB$ também pode ser rejeitada. Uma conclusão oposta pode ser apresentada para o caso do impacto da variável PIB nas Receitas turísticas, conforme indicam os quadros abaixo.

A identificação do sentido de causalidade no contexto da estimação de um modelo econométrico, como o considerado nesta lição, é extremamente importante, tendo em conta potenciais recomendações de política económica. Os testes de causalidade no âmbito das time series devem ser compreendidos, não como causalidade em sentido (teórico) económico, mas como um exercício estatístico/econométrico de confirmação da existência de procedência temporal, i.e., variações ao nível da variável x antecedem variações ao nível da variável y. No caso em apreço, relativa à relação desenvolvimento turístico (T)/desenvolvimento económico (PIB), importa confirmar se T causa PIB (T->PIB), ou se PIB->T, questão pertinente em regiões/países fortemente dependentes do turismo doméstico.

Quadro 21: Causalidade à Granger

Equation	Excluded	chi2	df	Prob > chi2
$d\ln PIB$	$d\ln ReceitasTurísticas$	72.815	2	0.026
$d\ln PIB$	ALL	72.815	2	0.026
$d\ln ReceitasTur\sim 19$	$d\ln PIB$	23.311	2	0.312
$d\ln ReceitasTur\sim 19$	ALL	23.311	2	0.312

Modelo	Ho	Chi-square	p-value
$\ln PIB=f(\ln ReceitasTurísticas)$	$\ln ReceitasTurísticas$ não causa à Granger $\ln PIB$	7,28	0,0262
$\ln(ReceitasTurísticas)=f(PIB)$	PIB não causa à Granger $ReceitasTurísticas$	2,33	0,3117

Com as opções constantes do comando ardl do STATA, com base nos critérios AIC e BIC foi possível definir o número de desfasamentos ótimos como 1 para o caso da variável PIB e 0 para o caso da variável Receitas Turísticas. No caso da regressão $\ln ReceitasTurísticas=f(\ln PIB)$, o número de lags ótimo é (2;0). Em termos do diagnóstico de correlação serial dos resíduos o teste Breusch-Godfrey LM, a hipótese nula de ausência de correlação serial pode ser aceite⁶⁸.

⁶⁸ As variáveis utilizadas neste estudo são foram redefinidas como o logaritmo natural para efeitos de estimação das elasticidades e para leitura dos coeficientes em termos do impacto de 1% da variável explicativa x em z% na variável dependente. Os dados respeitam ao período de 1978-2019, disponibilizados pela Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM). As estatísticas descritivas constam dos Quadros 14 e 15. As análises no âmbito da TLGH assumem de forma genérica no formato Variável Económica=f(Variável Turística) que a variável dependente respeita ao PIB enquanto que a seleção da variável independente resulta de vários testes. Grosso modo, espera-se que a variável x impacte positivamente a variável y. Nesta lição testou-se o seguinte modelo, cuja especificação e inclusão de variáveis estão em linha com a prática corrente:

$$\Delta PIB_t = \alpha_0 + \alpha_1 * t + \Phi PIB_{t-1} + \Gamma x_{t-1} + \sum_{i=1}^{p-1} \gamma_0 PIB_{t-i} + \sum_{i=0}^{q-1} \gamma_1 \Delta T_{t-i} + \varepsilon_t$$

Quadro 22: Teste de autocorrelação ARDL

Modelo	Ho	Chi-square	p-value
lnPIB=f(lnReceitasTurísticas)	Ausência de autocorrelação	0,027	0,8687
Ln(ReceitasTurísticas)=f(PIB)	Ausência de autocorrelação	0,467	0,4943

Anexo 2: Testando a TLGH via LASSO

No decurso da UC, a discussão acerca das características chaves da economia regional são ilustradas com base a recurso a um modelo econométrico simples⁶⁹, construídos com base na literatura disponível. Os modelos econométricos aplicados ao contexto insular afastam-se da abordagem tradicional, por razões que se prendem quer com a especificidade das economias em apreço, quer com a disponibilidade de dados para períodos de tempo suficientemente alargados. Nesta seção explora-se uma abordagem complementar, para testar a TLGH, baseada nos métodos de regressão de *Shrinkage*, ou de contração, aplicados nos contextos em se constata a existência de muitas variáveis (algumas relevantes, outras não), ou ainda colinearidade, ou quando o número de variáveis excede o número de observações. Outra razão para recurso ao métodos reside no facto do mesmo estar disponível no SPSS, único software disponibilizado aos alunos na sua versão mais recente.

O método Lasso (least absolute shrinkage and selection operator), método tipo “Shrinkage” que, para além de assegurar a contração em linha com o método Ridge, assegura também um processo de seleção de variáveis, com as estimativas dos parâmetros associados às variáveis definidos de forma a minimizar a seguinte função objetivo:

$$\sum_{i=1}^n (y_i - \sum_{j=1}^p x_{ij} b_j)^2 + \lambda \sum_{j=1}^p |\beta_j|$$

onde y_i representa o valor da variável dependente para o indivíduo i , x_{ij} representa a o valor da variável independente j do indivíduo i e λ representa uma constante de penalização escolhida previamente. Mais detalhes podem ser encontrados em STATA (2021). O exercício de identificação das variáveis baseou-se numa listagem inicial de diversas variáveis relativas à política macroeconómica (expresso pelas proxies Despesa Total, Despesa Corrente, Despesa de Capital, vendas de Cimento, transferências financeiras da UE), evolução do setor agrícola (com base na evolução do valor do pescado e exportações de vinho Madeira) e evolução do turismo.

Os resultados apontam para três variáveis explicativas chave, a saber PIB (Portugal), População Residente, e Quartos (ou Hotéis). Os resultados não surpreendem, no que se refere à TLGH, caso se considere a RAM como uma RUP, exceto no que concerne à variável “População Residente”. Confirma-se ainda o papel preponderante do PIB

⁶⁹ O modelo abaixo foi estimado para efeitos de apresentação das características chaves da economia da Madeira, no âmbito de uma comunicação apresentada no Seminário “Sustainable tourism for Regional Development, Funchal, 10/5/2021. Basicamente indica que cada unidade hoteira extra implica 6,15 milhões de euros extras em termos de PIB regional; que cada hospede extra gera um montante de PIB extra a rondar os 1082 euros; que cada 100 euros extra em termos de PIB relativo a Portugal gera um acréscimo do PIB regional em, 2,8€; e que cada euro extra em termos de despesa pública gera um acréscimo de PIB de 54,7 centimos.

Var. Dependente: PIB da RAM a preços constantes 2019	Coef.	Std. Err.	t	P>t
Oferta Turística (número de estabelecimentos)	6,152022	1.318338	4,67	0,000
PIB Portugal a preços constantes 2019	0,0180366	3.22e-06	5,59	0,000
Procura Turística (número de hóspedes)	0,0010819	.0003307	3,27	0,002
Despesa Publica Corrente a preços constantes 2019	0,5473151	.2530424	2,16	0,037
_cons	-1759,63	207.8684	-8,47	0,000
R2=0,9889; F(4,37)=826,93;Nobs=42; Johansen test for co-integration: rank=1;trace statistic:34,8370				

português, na explicação do PIB regional, em linha com a “metropolitan-patron hypothesis”.⁷⁰⁷¹

Quadro 23: Resultados da análise LASSO

Método	lambdas	Nonzero Coef.	Out-of sample squared	CV mean prediction error	BIC	Obs	Covariates	PIB P	População	Quartos	Hoteis
cv	0,0075806	3	0,9915	0,0030822		42	17	x	x	x	
adaptive	0,0615989	1	0,9911	0,0032278		42	17	x			
plugin	0,5364805	3	0,9900		- 101,608	42	17	x	x		x
bic	0,0043379	3	0,9935		- 120,011	42	17	x	x	x	

A referencia ao LASSO justifica-se também pelo facto desta opção estar disponível no SPSS, package acessível aos alunos, via funcionalidade CATREG.

⁷⁰ Bertram, G. (2004), On the Convergence of Small Island Economies with Their Metropolitan Patrons, *World Development*, 32 (2), pg. 343–364

⁷¹ Bertam, (2004, 343) considera que a evolução do PIB das economias insulares é determinada em grande medida por, cite-se do original, “the closeness of the political linkages tying each island to a corresponding metropolitan patron in the core of the world system, and the level of per capita GDP in the metropolitan patron economy”